

# CADERNO DE RESUMOS

## 8<sup>o</sup> Seminário Integrado de Monografias, Dissertações e Teses em Educação

UNIVERSIDADE DO VALE DO SAPUCAÍ

2024

### Organizadores:

Cássio José de Oliveira Silva

Atilio Catosso Salles

Joelma Pereira de Faria Nogueira



ORGANIZAÇÃO



## COMITÊ CIENTÍFICO:

DR. ATILIO CATOSSO SALLES (UNIVÁS)

DR.A. JULIANA MARCONDES BUSSOLOTI (UNITAU / UNIVÁS)

DR. DIEGO HENRIQUE PEREIRA (UNIVÁS)

DR. ALBERTO DE VITTA (UNIVÁS)

DR.A. JOELMA PEREIRA DE FARIA (UNIVÁS)

DR. RAFAEL LAZZAROTTO SIMIONI (UNIVÁS / FDSM)

DR. RONALDO JÚLIO BAGANHA (UNIVÁS)

DR. CÁSSIO JOSÉ DE OLIVEIRA SILVA (UNIVÁS/UNICAMP)

DR.A. VALÉRIA VASCONCELOS (UNIPLAC / UNIVÁS)

DR. FRANCISCO EVANGELISTA (UNIVÁS)

DR. MARCELO AUGUSTO SCUDELER (UNIVÁS / UNISAL)

DR. JOSÉ DIAS DA SILVA NETO (UNIVÁS)

DR. RODRIGO RIOS FARIA DE OLIVEIRA (UNIVÁS)

DR.A LETÍCIA RODRIGUES DE SOUZA (UNIVÁS)

DR.A. ROBERTA CORTEZA GAIO (UNIVÁS)



**UNIVERSIDADE DO VALE DO SAPUCAÍ – UNIVÁS**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO,  
CONHECIMENTO E SOCIEDADE**  
**(PPGEduCS)**

**Reitor:**

Dr. José Dias da Silva Neto

**Pró-Reitora de Pós-Graduação e Pesquisa:**

Dr.a. Joelma Pereira Faria de Nogueira

**Coordenação do PPGEduCS:**

Dr. Atilio Catosso Salles

**Coordenação do 8º SIMDT em Educação 2024:**

Dr. Cássio José de Oliveira Silva (PPGEduCS)

**Discentes envolvidos na organização do 8º SIMDT em Educação 2024:**

Me. Luiz Ricardo de Moura Gissoni

Me. Marcela Modesto Fermino

Me. Estela Costa Ferreira

**Equipe editorial**

Dr. Cássio José de Oliveira Silva (PPGEduCS)

Me. Luíz Ricardo de Moura Gissoni (discente do PPGEduCS, bolsista  
Capes/PDPG)

Os conteúdos dos resumos publicados neste *E-book* são de responsabilidade exclusiva dos(as) autores(as).



Dados Internacionais de Catalogação na Publicação – CIP

Silva, Cássio José de Oliveira.

Caderno de Resumos do 8º Seminário Integrado de Monografias, Dissertações e Teses em Educação / Organizadores Cássio José de Oliveira Silva, Atilio Catosso Salles, Joelma Pereira de Faria Nogueira – Pouso Alegre: Univás, 2024.

255f.

*E-book*

ISBN: 978-65-85924-16-0

1. Resumos. 2. Monografia. 3. Dissertações. 4. Teses. I. Cássio José de Oliveira Silva (org.). 2. Atilio Catosso Salles (org.). 3. Joelma Pereira de Faria Nogueira (org.). IV. Título.

CDD – 001.42

Bibliotecária responsável: Michelle Ferreira Corrêa: CRB/6-3538

Copyright © 2024

Todos os direitos reservados. É permitida a reprodução total ou parcial desta obra, desde que citada a fonte, que não seja para qualquer fim comercial e que haja autorização prévia, por escrito, do autor.



## SUMÁRIO

<b>(DES)APROXIMAÇÕES ENTRE A EDUCAÇÃO LIBERTADORA E O ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO NO ESTADO DE MINAS GERAIS.....</b>	<b>14</b>
PRISCILLA SOLÉO VIDAL JOSÉ BERNARDES	14
<b>“ENTRE LIVROS, LAUDOS E LAÇOS”: UMA ANÁLISE DISCURSIVA SOBRE A EDUCAÇÃO E DIVERSIDADE EM TEMPOS DE MEDICAÇÃO. ....</b>	<b>17</b>
OLAVO GOMES RIBEIRO DE OLIVEIRA	17
DR. DIEGO HENRIQUE PEREIRA	17
<b>A ANÁLISE DO PERFIL COMPORTAMENTAL DE DIRETORES DE ESCOLAS ESTADUAIS DE POUSO ALEGRE: SOB A PERSPECTIVA DO MÉTODO DISC. ....</b>	<b>21</b>
ME. CLÍCIA MARIA BERALDO NADALINI HART	21
DR. DIEGO HENRIQUE PEREIRA	21
<b>A EDUCAÇÃO CONTÍNUA E SUAS INTERPRETAÇÕES FACE AO DESENVOLVIMENTO HUMANO: UM ESTUDO ANALÍTICO-DISCURSIVO COM COLABORADORES DO LABORATÓRIO NACIONAL DE ASTROFÍSICA – LNA .</b>	<b>24</b>
MÁRA RUBIA TRIGO	24
<b>A ESSÊNCIA DA EDUCAÇÃO SEGUNDO SANTO TOMÁS DE AQUINO: CONTRIBUIÇÕES PARA A FILOSOFIA DA EDUCAÇÃO .....</b>	<b>28</b>
LUIZA MORAES DE S. C. LOPES	28
DIEGO HENRIQUE PEREIRA	28
<b>A ESTANDARTIZAÇÃO DO DIREITO PARA A EDUCAÇÃO BÁSICA: AVALIAÇÕES EM LARGA ESCALA E COMPONENTES CURRICULARES .....</b>	<b>30</b>
MARCELA MODESTO FERMINO	30
<b>A INTEGRAÇÃO DE ESTUDANTES REFUGIADOS DE CONFLITOS ARMADOS INTERNACIONAIS NA EDUCAÇÃO BRASILEIRA: POLÍTICAS PÚBLICAS E PRÁTICAS COLABORATIVAS.....</b>	<b>34</b>
MARCELO COSTA RIBEIRO	34
RODRIGO RIOS FARIA DE OLIVEIRA	34



<b>A MATEMÁTICA EM MOVIMENTO: EXPLORANDO O CONJUNTO DOS NÚMEROS INTEIROS ATRAVÉS DO BOLICHE EM UMA ABORDAGEM INTERDISCIPLINAR COM A EDUCAÇÃO FÍSICA.....</b>	<b>42</b>
PRISCILA CARLA DA COSTA GOMES	42
<b>A METODOLOGIA FREIRIANA APLICADA NA EDUCAÇÃO EM SAÚDE .....</b>	<b>46</b>
PAULA CAROLINE PEPA OLIVEIRA	46
ATILIO CATOSSO SALLES	46
<b>A NEUROCIÊNCIA, O DESENVOLVIMENTO E A APRENDIZAGEM NA EDUCAÇÃO INFANTIL.....</b>	<b>50</b>
SOLANGE CHRISTINA CARNEIRO RODRIGUEZ	50
THEREZA CHRISTINA RIBEIRO BARBOSA MOREIRA	50
ALINY SIMÕES BRUNO CARVALHO	50
ALBERTO DE VITTA	50
<b>A PSICOLOGIA CORPORAL E SUAS IMPLICAÇÕES NA QUALIDADE DE VIDA DO(A) PROFESSOR(A): PELO RECORTE DOS TRAÇOS DE CARÁTER .....</b>	<b>53</b>
PATRÍCIA DELLA TORRE DE OLIVEIRA	53
<b>A ZONA RURAL COMO ESPAÇO FORMATIVO: DO TERRITÓRIO ÀS PRÁTICAS EDUCACIONAIS NO CAMPO.....</b>	<b>56</b>
ANA FLÁVIA BALBINO DUARTE	56
DR. DIEGO HENRIQUE PEREIRA	56
<b>ALTERAÇÕES RECENTES DO ENSINO MÉDIO: QUAL FORMAÇÃO? .....</b>	<b>59</b>
ELIANE CLEIDE DA SILVA CZERNISZ	59
RODRIGO ALEXANDRE CAVALARINI FAUSTINO	59
JANE TACARI	59
CLARA ALICE BISPO MALTA	59
<b>APAGÃO DA LICENTURA: UM RECORTE EM UM MUNICÍPIO DO SUL DE MINAS.....</b>	<b>63</b>
LUIZ FERNANDO NASSAR ADAMI	63
ROSILENE DE LIMA MACHADO SILVA	63



<b>AS CONTRIBUIÇÕES DO ESPECIALISTA DA EDUCAÇÃO BÁSICA (EEB) NA ELABORAÇÃO, IMPLEMENTAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO (PPP) NA ESCOLA .....</b>	<b>66</b>
PROF. <sup>a</sup> ME. ANDRÉIA MARQUES FERNANDES DETONI	66
PROF. <sup>o</sup> PH.D DIEGO HENRIQUE PEREIRA	66
<b>AS ESCREVIVÊNCIA DAS MULHERES NEGRAS: OS CORPOS NEGROS NA UNIVERSIDADE .....</b>	<b>70</b>
LILIAN RODRIGUES SANTOS VIANA	70
VALÉRIA OLIVEIRA DE VASCONCELOS	70
<b>AS INFLUÊNCIAS INTERNACIONAIS NA FORMAÇÃO DE PROFESSORES DE PAÍSES DO TERCEIRO MUNDO .....</b>	<b>74</b>
FERNANDA MAURA MARCIANO DA SILVA LOPES	74
PRISCILA PATRÍCIA MOURA OLIVEIRA	74
RONALDO JÚLIO BAGANHA	74
<b>AVALIAÇÕES EXTERNAS E A RELAÇÃO COM O TRABALHO DOCENTE: O CASO DO MUNICÍPIO DE SILVIANÓPOLIS-MG. ....</b>	<b>78</b>
LUCIELY DAIANNE DA SILVA	78
<b>BRINQUEDOS E BRINCADEIRAS NA EDUCAÇÃO INFANTIL: O DISCURSO DE PROFESSORES/AS SOBRE GÊNERO .....</b>	<b>82</b>
ENZO BARRETO VIANA	82
ROBERTA GAIO	82
<b>COMPETÊNCIAS DIGITAIS DE PROFESSORES: ESTUDO DE CASO EM UMA ESCOLA ESTADUAL DE UBÁ .....</b>	<b>86</b>
ARTUR PIRES DE CAMARGOS JÚNIOR	86
JOELMA PEREIRA DE FARIA NOGUEIRA	86
<b>COTAS RACIAIS NA GRADUAÇÃO DE EDUCAÇÃO FÍSICA E AÇÕES DE PERMANÊNCIA ESTUDANTIL NA UEL .....</b>	<b>90</b>
DANIEL DE DEUS DE SOUZA	90
PROFA. DRA. ÂNGELA MARIA DE SOUSA LIMA	90





	DIEGO HENRIQUE PEREIRA	121
<b>ESTRATÉGIA PEDAGÓGICAS NO ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO: EXPERIÊNCIAS DE PEDAGOGOS NO ATENDIMENTO DE ALUNOS COM TRANSTORNO DE ESPECTRO AUTISTA (TEA).....</b>		
		<b>126</b>
	GILMARA MARIA OLIVEIRA JORGE	126
	DR. FRANCISCO EVANGELISTA	126
<b>EXPERIÊNCIAS QUE ME (RE)FORMARAM.....</b>		
		<b>130</b>
	BEATRIZ DA SILVA GALVÃO	130
<b>FATORES QUE INFLUENCIAM A PARTICIPAÇÃO FEMININA NO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL EM MINAS GERAIS .....</b>		
		<b>132</b>
	ALESSANDRA APARECIDA DE PAULA SOZA	132
	ROBERTA CORTEZ GAIO	132
<b>FORMAÇÃO DOS PROFESSORES ENSINO SUPERIOR: A PARTIR DA VEZ E VOZ DOS EGRESSOS, MATRICULADOS E DOCENTES DO CURSO DE ENFERMAGEM.....</b>		
		<b>136</b>
	MARIA CRISTINA PORTO E SILVA	136
	JULIANA MARCONDES BUSSOLOTTI	136
<b>FORMAÇÃO E DESENVOLVIMENTO PROFISSIONAL DAS PROFESSORAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS NA CIDADE DE VIÇOSA: A ESCOLA COMO ESPAÇO DE COLABORAÇÃO E APRENDIZAGENS .....</b>		
		<b>139</b>
	VANESSA LOPES EUFRÁZIO	139
	JULIANA MARCONDES BUSSOLOTTI	139
<b>GAMIFICAÇÃO E TECNOLOGIAS DE BAIXO CUSTO NO ENSINO DA HISTÓRIA: DO TRADICIONAL AO CONTEMPORÂNEO .....</b>		
		<b>143</b>
	THALINE APARECIDA FERNANDES GONÇALVES	143
	RONALDO JÚLIO BAGANHA	143
<b>GESTÃO DEMOCRÁTICA DA EDUCAÇÃO BÁSICA EM MINAS GERAIS EM UM CONTEXTO NEOLIBERAL: POTENCIALIDADES E LIMITES.....</b>		
		<b>146</b>
	PAULO HENRIQUE RODRIGUES	146



	JOELMA PEREIRA DE FARIA	146
<b>GESTÃO DEMOCRÁTICA E O MODELO DE DEMOCRACIA DELIBERATIVA DE JÜRGEN HABERMAS NA EDUCAÇÃO .....</b>		
		<b>149</b>
	MARIA FERNANDA PEREIRA DA ROSA	149
	RAFAEL LAZZAROTTO SIMIONI	149
<b>GESTÃO ESCOLAR DEMOCRÁTICA E FORMAÇÃO DIGITAL CONTÍNUA DOCENTE.....</b>		
		<b>152</b>
	MONICA FLORES DE CARVALHO RIBEIRO	152
<b>IDEOLOGIA E EDUCAÇÃO PROFISSIONAL: LIMITES E POSSIBILIDADES DE TRANSFORMAÇÃO SOCIAL NO CONTEXTO DO IFSULDEMINAS.....</b>		
		<b>156</b>
	ANA LÚCIA SILVESTRE	156
	DIEGO HENRIQUE PEREIRA	156
<b>INTEGRAÇÃO DAS TECNOLOGIAS DIGITAIS NA EDUCAÇÃO BÁSICA NA PERCEPÇÃO DOS PROFESSORES: ANÁLISE DO CONTEXTO PANDÊMICO E RETORNO AO PRESENCIAL .....</b>		
		<b>159</b>
	DANIELA CLÁUDIA CARDOSO RIBEIRO	159
	ALBERTO DE VITTA	159
<b>INTEGRANDO CORPO E CONHECIMENTO: PRÁTICAS PARTICIPATIVAS NO ENSINAR-E-APRENDER DA MATEMÁTICA .....</b>		
		<b>163</b>
	MICAELE PEREIRA SANTOS	163
	VALÉRIA OLIVEIRA DE VASCONCELOS	163
<b>INTEGRANDO UBIQUIDADES: REFLEXÕES SOBRE O ENSINO SUPERIOR ONLINE.....</b>		
		<b>167</b>
	ANDREIA MENDES COSTA	167
<b>INTOLERÂNCIA IDEOLÓGICA E CONSERVADORISMO NO ENSINO SUPERIOR BRASILEIRO: UMA ANÁLISE DE POLÍTICAS RECENTES .....</b>		
		<b>171</b>
	JEFFERSON SILVEIRA BARBOSA	171
	CÁSSIO JOSÉ DE OLIVEIRA SILVA	171



<b>LITERATURA INFANTIL NA PERSPECTIVA DE UMA EDUCAÇÃO INCLUSIVA: UM ESTUDO DE CASO.....</b>	<b>174</b>
ANA CLAUDIA PEREIRA	174
PROFA DRA. LETÍCIA RODRIGUES DE SOUZA	174
<b>LUDICIDADE, JOGOS E BRINCADEIRAS: DESENVOLVIMENTO DE HABILIDADES EMOCIONAIS EM ALUNOS COM TRANSTORNO DE DÉFICIT DE ATENÇÃO COM HIPERATIVIDADE (TDAH) .....</b>	<b>177</b>
CLÁUDIA MARQUES CUNHA SILVA	177
JOELMA PEREIRA DE FARIA NOGUEIRA	177
<b>MEDIDAS DE PREVENÇÃO NO AMBIENTE ESCOLAR: ESTRATÉGIAS PARA COMBATER O ABUSO SEXUAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES .....</b>	<b>181</b>
IR. MARLEY SANTOS	181
<b>O ENSINO DA ARTE COMO ESTRATÉGIA PARA O DESENVOLVIMENTO DA ATENÇÃO .....</b>	<b>186</b>
CLAUDIA CARVALHO GASPAR CIMINO	186
JULIANA MARCONDES BUSSOLOTTI	186
<b>O IMPRESSO CAMINHANDO CONTRA O VENTO: O MOVIMENTO ESTUDANTIL SECUNDARISTA DO COLÉGIO ESTADUAL CENTRAL DE BELO HORIZONTE (1977-1979).....</b>	<b>190</b>
BRUNO GERALDO GUIMARÃES GONÇALVES	190
<b>O PAPEL DA EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA NA FORMAÇÃO DO ESTUDANTE</b>	<b>194</b>
CAROLINE FERREIRA CUNHA SANTOS	194
DRA ROBERTA CORTEZ GAIO	194
<b>O PAPEL DA TECNOLOGIA NA SOCIEDADE PÓS-PANDEMIA: DESAFIOS, OPORTUNIDADES E IMPACTOS NA ESCOLA .....</b>	<b>199</b>
ANA KELCY CASSIMIRO	199
JULIANA MARCONDES BUSSOLOTTI	199
<b>O PROCESSAMENTO DA INFORMAÇÃO VISUAL EM CRIANÇAS NA ALFABETIZAÇÃO .....</b>	<b>202</b>



	PROFA. ME. ALESSANDRA DE MELO ISAAC SILVEIRA	202
	PROFA. DRA. SUSANA GAKYIA CALIATTO	202
<b>PANDEMIA, BIOÉTICA E MEIO AMBIENTE: REFLEXÕES EM TEMPOS DE COVID-19 - A RELAÇÃO ENTRE A EDUCAÇÃO AMBIENTAL E A BIOÉTICA .205</b>		
	LEANDRO ALVES PEREIRA	205
<b>PARA ALÉM DA PERMANÊNCIA PRIORITÁRIA NA ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL DE IFES: LIMITES E DESAFIO NA PERSPECTIVA DE TRABALHADORES DA ÁREA.....209</b>		
	MARIANA COELHO DA SILVEIRA	209
<b>PATOLOGIZAÇÃO E MEDICALIZAÇÃO NA EDUCAÇÃO INFANTIL - ALGUMAS CONSIDERAÇÕES.....213</b>		
	RENATA APARECIDA DE PAULA PEREIRA AGUIAR	213
	VALÉRIA DE OLIVEIRA VASCONCELOS	213
<b>PERCEPÇÃO DO PROFESSORES SOBRE OS FATORES RELACIONADOS ÀS POLÍTICAS PÚBLICAS QUE IMPACTAM A NÃO PERMANÊNCIA DOS ESTUDANTES DO ENSINO MÉDIO EM TEMPO INTEGRAL.....216</b>		
	ALINY SIMÕES BRUNO CARVALHO	216
	THEREZA CHRISTINA RIBEIRO BARBOSA MOREIRA	216
	SOLANGE CHRISTINA CARNEIRO RODRIGUEZ	216
	ALBERTO DE VITTA	216
<b>PROGRAMA DE INTERVENÇÃO EM LEITURA COMPETENTE EM ESCOLARES DO ENSINO FUNDAMENTAL I.....219</b>		
	THEREZA CHRISTINA RIBEIRO BARBOSA MOREIRA	219
	ALINY SIMÕES BRUNO CARVALHO	219
	SOLANGE CHRISTINA CARNEIRO RODRIGUEZ	219
	ALBERTO DE VITTA	219
<b>RESUMO DE CARTA À ESTUDANTE.....222</b>		
	ISABELA CELEBRIM NOGUEIRA	222
<b>SIGNIFICAÇÕES SOBRE A FIGURA MASCULINA NA EDUCAÇÃO INFANTIL: ENTRE O REAL E O IMAGINÁRIO .....224</b>		



PROF. ME. FÁBIO WILLIE DA SILVA MATOS 224

PROF. PH.D DIEGO HENRIQUE PEREIRA 224

**TECNOLOGIAS DIGITAIS E EDUCAÇÃO SUPERIOR NA PANDEMIA DO COVID-19 E SUAS REVERBERAÇÕES NO CONTEXTO PRESENCIAL: DESAFIOS AO TRABALHO DOCENTE DE UMA UNIDADE DA UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MINAS GERAIS.....228**

WILLIAN CAMPOS AMORIM 228

JOELMA PEREIRA DE FARIA NOGUEIRA 228

**TELETRABALHO PARA SERVIDORES PÚBLICOS DE MINAS GERAIS COM FILHOS EM IDADE ESCOLAR DURANTE A PANDEMIA DA COVID-19: LEI ESTADUAL.....232**

PAULO VALDIR FERREIRA 232

**UNIVERSIDADES CORPORATIVAS: NOVOS ESPAÇOS DE FORMAÇÃO OU INSTRUMENTOS DE CAPACITAÇÃO? .....234**

ANTONIO HENRIQUE DIEGUES 234

**VIVÊNCIAS DE ALÉM-MAR: RELATOS DE UM INTERCÂMBIO EM VILA REAL, PORTUGAL.....252**

LUÍS CARLOS NEGRI 252

ATÍLIO CATOSSO SALLES 252



## **(DES)APROXIMAÇÕES ENTRE A EDUCAÇÃO LIBERTADORA E O ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO NO ESTADO DE MINAS GERAIS**

**Priscilla Soléo Vidal José Bernardes**

**Resumo:** Este estudo buscará investigar a aplicação dos princípios da Educação Libertadora, proposta por Paulo Freire, nos Centros Socioeducativos de Minas Gerais. Em contextos de privação de liberdade, a educação enfrenta desafios como a oscilação entre abordagens punitivas e reabilitadoras. A pesquisa busca compreender se o Programa de Atendimento Socioeducativo adota uma pedagogia crítica e inclusiva, promovendo a reintegração social dos adolescentes. Com metodologia qualitativa e análise documental, o estudo explora diretrizes e práticas educativas e o alinhamento com a pedagogia libertadora. Espera-se que os resultados contribuam para políticas que promovam uma educação transformadora e emancipadora para jovens em vulnerabilidade.

**Palavras-chave:** Educação. Educação Libertadora. Atendimento Socioeducativo.

### **Introdução:**

O presente estudo pretende investigar as práticas educativas nos Centros Socioeducativos de Minas Gerais, com foco a se desvendar se há a adoção de uma pedagogia libertadora, conforme os princípios de Paulo Freire.

A educação, em contextos de privação de liberdade, enfrenta desafios significativos, oscilando entre abordagens punitivas e reabilitadoras. Este projeto busca compreender se os princípios de uma educação libertadora estão sendo efetivamente implementados e como isso impacta a reintegração social dos jovens.

A questão central do estudo reside na análise crítica das práticas educativas adotadas nos Centros Socioeducativos. A investigação sobre se o Programa de Atendimento Socioeducativo de Minas Gerais, neste trabalho mobiliza os princípios de uma Educação Libertadora, que coloca em evidência a tensão entre os objetivos declarados de ressocialização e formação crítica e a realidade prática desses processos.

A Educação Libertadora, fundamentada nas ideias de Paulo Freire, busca promover uma educação crítica e transformadora, na qual o educando é sujeito ativo na construção de seu conhecimento e empoderamento. Contudo, o sistema socioeducativo, muitas vezes orientado por uma lógica punitiva e disciplinadora, pode não favorecer um ambiente propício à autonomia e à reflexão crítica, essenciais para a formação cidadã.

Portanto, a análise da implementação desse programa exige uma problematização das práticas e metodologias adotadas, questionando se de fato elas possibilitam aos jovens uma reintegração social pautada pela consciência crítica e pela transformação pessoal, ou se reproduzem estruturas que limitam o potencial emancipador da educação.

No entanto, este trabalho se edifica pela seguinte pergunta: O Programa de Atendimento Socioeducativo de Minas Gerais mobiliza os princípios de uma Educação Libertadora?



Importante ressaltar, que o objetivo geral é investigar e discutir criticamente se os princípios de uma Educação Libertadora estão contemplados no Programa de Atendimento Socioeducativo de Minas Gerais. Explorar os princípios fundamentais da pedagogia de Paulo Freire, como a conscientização, o diálogo e a educação crítica. Analisar como esses conceitos podem ser aplicados ou se estão em contraposição nos contextos dos centros socioeducativos.

Para que o objetivo geral seja alcançado, objetivos específicos são necessários, como analisar as diretrizes educacionais específicas dos Centros Socioeducativos de Minas Gerais, comparando-as com os princípios de uma educação libertadora. Verificar a implementação real dessas diretrizes e se há discrepâncias entre a teoria e a prática. Pesquisar sobre o histórico, a missão e a estrutura dos Centros Socioeducativos em Minas Gerais para entender como essas instituições estão posicionadas dentro do sistema educativo e social. Examinar o currículo e as metodologias de ensino adotadas nesses centros. Avaliar se promovem a crítica, a autonomia e o diálogo, características de uma educação libertadora. Investigar a formação dos educadores que atuam nesses centros; se estão preparados e se recebem capacitação contínua para implementar práticas educativas libertadoras.

Este projeto se justifica pela necessidade de identificar se existem lacunas e barreiras na atual abordagem educacional e propor soluções que respeitem os direitos fundamentais dos jovens. A pesquisa pretende contribuir para a formulação de políticas e práticas que maximizem o potencial de transformação pessoal e social dos adolescentes, promovendo um debate mais amplo sobre o papel da educação em contextos de privação de liberdade.

### **Metodologia:**

A pesquisa adota uma abordagem qualitativa, utilizando métodos de pesquisa bibliográfica e documental. Serão analisados materiais previamente publicados, como livros, artigos acadêmicos e documentos oficiais. Essa abordagem permite uma compreensão aprofundada do tema, sem a necessidade de submissão a um comitê de ética, devido à ausência de coleta de dados primários diretamente de indivíduos.

### **Resultados e discussão:**

#### **Hipóteses:**

1. As práticas educativas atuais não estão adequadamente alinhadas com os princípios de uma educação libertadora, resultando em eficácia limitada na reintegração social dos adolescentes.
2. O currículo e os métodos pedagógicos carecem de adaptação às necessidades dos adolescentes, comprometendo a promoção de uma educação inclusiva e emancipadora.
3. Barreiras institucionais impedem a implementação efetiva de uma pedagogia libertadora, necessitando de reformas estruturais e compromisso institucional.

Espera-se que o estudo forneça *insights* valiosos sobre a eficácia das práticas educativas nos Centros Socioeducativos e contribua para a reformulação de políticas que realmente capacitem os jovens a se tornarem protagonistas de suas próprias histórias. A pesquisa visa fomentar um debate mais amplo sobre a importância de uma educação transformadora em contextos de privação de liberdade, capaz de impactar positivamente tanto os indivíduos quanto a sociedade.

### **Considerações Finais:**

Através deste estudo, pretende-se promover debates que possam gerar mudanças significativas nas práticas educativas em ambientes socioeducativos, assegurando que estas sejam inclusivas, críticas e alinhadas com os princípios de uma educação libertadora. Ao



abordar as complexidades e desafios das práticas educativas nos Centros Socioeducativos de Minas Gerais, este projeto pretende contribuir para a promoção de uma educação verdadeiramente emancipadora, que desempenhe um papel central na transformação social. Através de uma análise crítica e propositiva, espera-se impactar positivamente tanto os indivíduos quanto a sociedade como um todo, promovendo mudanças que assegurem a cidadania plena e a inclusão social dos adolescentes em conflito com a lei.

### Referências:

FREIRE, Paulo. *Pedagogia do Oprimido*, 65. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2018. BRASIL

**BRASIL.** Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Senado, 1988. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm). Acesso em: 24 maio 2024.

**BRASIL.** Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 16 jul. 1990. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/18069.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18069.htm). Acesso em 22 maio 2024.

**BRASIL.** <https://www.seguranca.mg.gov.br/index.php/socioeducativo/medidas-socioeducativas>. Acesso em 14 ago. 2024.



## “ENTRE LIVROS, LAUDOS E LAÇOS”: UMA ANÁLISE DISCURSIVA SOBRE A EDUCAÇÃO E DIVERSIDADE EM TEMPOS DE MEDICAÇÃO.

**Olavo Gomes Ribeiro de Oliveira**

Mestrando em Educação, Conhecimento e Sociedade

**Dr. Diego Henrique Pereira**

Orientador

### **Resumo:**

Este estudo buscará vasculhar o advento da medicalização da/ na Educação no Brasil, especialmente no que se refere a alunos neurodivergentes, destacando os efeitos dessa prática sobre a identidade e a inclusão escolar. A pesquisa se fundamentará metodologicamente na Análise do Discurso de Michel Pêcheux e Eni Orlandi, na intenção de compreender os efeitos de sentido produzidos pela Educação brasileira sobre os sujeitos neurodivergentes, nas condições de produção da medicalização. Ao analisar o funcionamento desses discursos, a pesquisa apontará como a medicalização produz uma visão reducionista e excludente, em consonância com práticas neoliberais que priorizam soluções simplistas e lucrativas, em detrimento de uma educação inclusiva, diversificada e verdadeiramente emancipadora.

**Palavras-chave:** Educação. Neurodivergência. Medicalização. Educação Especial. Neurodiversidade.

### **Introdução:**

O Brasil edifica seus processos de formação humana imersos em contradições, problemas estruturais e disputas ideológicas. Em tempos de avanços tecnológicos e disputa de mercado, discursos sobre os sujeitos, sua constituição e funcionamento, recebem o protagonismo para busca de solução de questões complexas como a dificuldade de aprendizado e a evasão escolar. Nesse contexto reconhece-se o avanço do campo da saúde sobre a educação com o crescente fenômeno de medicalização de alunos neurodivergentes.

Moysés (2001), define medicalização como processo de deslocamento para o campo médico questões do campo individual e cotidiano. Esse processo ganha materialidade no “laudo médico” cuja autoridade garante direitos e possibilita inclusões no mesmo tempo em que circunscreve os sujeitos em formações-discursivas que, para Barros (2012), ocorre em um campo de sentido de “incapacitado”.

Pensamos que esta é uma condição para a instauração de um movimento de patologização e medicalização da infância na educação, estabelecendo uma relação de salvação dos processos desenvolvimentistas do país com as clínicas médicas e terapêuticas (Barros, 2012, p. 127).

A medicalização na educação especial tem se tornado uma prática cada vez mais presente, caracterizando-se pelo foco excessivo em diagnósticos e laudos médicos que muitas



vezes acabam por definir o aluno em termos de suas limitações. Esse processo, ao enfatizar aspectos patológicos, tende a sobrepor a identidade do sujeito ao seu diagnóstico, reduzindo-o a uma condição clínica em detrimento de suas singularidades, capacidades e potencialidades. Em vez de considerar a complexidade do ser humano e suas múltiplas dimensões, a medicalização reforça uma visão reducionista que pode limitar as oportunidades de desenvolvimento integral e inclusão social. Assim, a valorização de laudos sobre a subjetividade do indivíduo contribui para a estigmatização e a exclusão, desconsiderando a importância de práticas educativas que respeitem e promovam a autonomia e a diversidade dos sujeitos.

Assim, um sujeito que se identifica com uma formação discursiva num campo de sentidos do incapacitado – a escola como lugar de capacitação e aprimoramento – acaba por ser significado como posição-sujeito aluno-deficiente ao ser significado como incapaz ou posição-sujeito doente (Barros, 2012, p. 127).

É imprescindível compreender o modo como os discursos e as práticas escolares moldam e limitam a identidade dos sujeitos com deficiência. Quando o campo de sentidos no ambiente escolar se concentra na ideia de capacitação e aprimoramento, ele implicitamente reforça a visão de que esses alunos são "deficientes" ou "doentes", relegando-os a uma posição de sujeitos a serem corrigidos. Essa lógica não apenas silencia a identidade do aluno a suas neurodivergências, como também ignora suas habilidades e potências, desvalorizando a diversidade e as diferentes formas de aprendizado. Ao significar esses sujeitos em termos de incapacidade, a escola reproduz e legitima uma estrutura que os posiciona em uma relação de dependência e submissão, dificultando a promoção de uma educação verdadeiramente inclusiva e emancipadora. Essa abordagem crítica questiona, então, se o sistema educativo realmente proporciona um espaço para a autonomia e o desenvolvimento pleno de todos os alunos ou se perpetua estereótipos que aprisionam e estigmatizam.

Esse estudo se assenta sobre a filiação teórica na Análise do Discurso de Michel Pêcheux e Eni Orlandi, que se fundamenta na intersecção entre linguagem, ideologia e subjetividade. Para Pêcheux, o discurso não é meramente uma expressão neutra de ideias, mas uma prática social e histórica atravessada pela Ideologia, de modo que os sentidos são formulados e disputados em um campo marcado pelas relações de poder. Orlandi, ao expandir essas ideias no contexto brasileiro, enfatiza a relação entre discurso e memória, onde o sentido se constitui não só pelo que é dito, mas também pelo que é silenciado, em função das condições de produção do discurso.

### **Metodologia:**

A pesquisa se fundamentará pelo método analítico-discursivo de viés Pecheutiano e Orlandiano, que pensa a linguagem numa relação intrinsecamente ligada às estruturas sociais e aos processos ideológicos. Para a Análise de Discurso, o discurso não se limita ao sentido literal das palavras, mas é constituído por relações de poder, história e memória. Dentre outros, o método considera três aspectos fundamentais: o interdiscurso, a heterogeneidade discursiva e as formações discursivas. O interdiscurso é o conjunto de discursos anteriores que influenciam o atual, compondo uma “memória discursiva” que afeta o que pode ou não ser dito em determinado contexto. A heterogeneidade discursiva aborda a multiplicidade de vozes presentes em um discurso, incluindo as tensões e contradições ideológicas. Já as formações discursivas referem-se aos diferentes sentidos atribuídos conforme a posição ideológica do sujeito, o que



significa que os sentidos variam conforme o lugar social que o sujeito ocupa. Assim, o dispositivo analítico busca compreender discursivamente as camadas de significação e seu funcionamento ideológico, entendendo que o discurso é sempre atravessado por relações de poder e reflete as dinâmicas sociais e históricas da sociedade.

Partindo da ideia de que a materialidade específica da ideologia é o discurso e a materialidade específica do discurso é a língua, trabalha a relação língua, discurso e ideologia. Essa relação se complementa com o fato de que, como diz Pêcheux (1975), não há discurso sem sujeito e não há sujeito sem ideologia: o indivíduo é interpelado em sujeito pela ideologia e é assim que a língua faz sentido (Orlandi, 1999, p. 17).

A metodologia eleita para a pesquisa, oferecerá a possibilidade de uma compreensão profunda dos processos discursivos presentes no funcionamento da medicalização da Educação, principalmente as que se apresentam face aos alunos neurodivergentes. Ao ultrapassar a superficialidade linguística, esse modo outro de interpretação apontará para o real funcionamento dos diagnósticos e sua legitimação, influenciando na constituição da identidade dos estudantes. Ao analisar os discursos que circulam nas escolas, nos laudos médicos e nas políticas educacionais, serão explorados efeitos de sentido que polarizam e limitam a subjetividade dos alunos, transformando diferenças cognitivas e comportamentais em “deficiências” ou “transtornos”. Desse modo, a metodologia evidencia a influência das formações discursivas que moldam as percepções sobre a neurodivergência, expondo a predominância de discursos que reduzem a complexidade do sujeito à sua condição diagnóstica e, assim, favorecem práticas de exclusão e estigmatização.

### **Hipóteses**

1. Os efeitos de sentidos produzidos pelos discursos sobre os sujeitos neurodivergentes no contexto da educação brasileira reforçam o avanço de práticas medicalizantes, no contexto escolar, sustentadas por discursos biologizantes da vida, o que cada vez mais tende para narrativa hegemônica na explicação dos problemas educacionais.
2. Os efeitos de sentidos produzidos pelos discursos sobre os sujeitos neurodivergentes na educação brasileira colaboram com a visão reguladora e normatizada da sociedade o que favorece a exclusão de alunos diversos.
3. Os efeitos de sentidos produzidos pelos discursos sobre os sujeitos neurodivergentes na educação brasileira revelam o movimento do neoliberalismo de oferecer soluções à problemas educacionais que favorecem as indústrias e o lucro sobre o trabalho pedagógico e a reestruturação dos métodos educacionais.

### **Considerações Finais**

É fundamental reconhecer que a medicalização da/na Educação, especialmente no contexto da neurodivergência, tem se tornado um fenômeno cada vez mais enraizado nas práticas escolares brasileiras. A crescente ênfase em diagnósticos médicos e laudos como critérios de inclusão não só define os alunos por suas limitações, mas também reduz a complexidade de suas identidades a uma condição clínica. Esse movimento, longe de ser neutro, está imerso em uma rede de relações ideológicas e de poder, conforme proposto por Pêcheux e Orlandi. Assim, a medicalização reforça uma visão reducionista e patologizante dos alunos neurodivergentes, enfraquecendo a busca por uma educação inclusiva e diversificada, capaz de respeitar as singularidades e potencialidades de cada sujeito. As implicações dessas práticas são



profundas, pois não apenas limitam as oportunidades de desenvolvimento pleno, mas também perpetuam estigmas e exclusões que dificultam o avanço de uma educação emancipadora. A tendência de transformar diferenças cognitivas e comportamentais em deficiências, à luz das demandas de um mercado educacional que privilegia soluções simplistas e medicalizantes, reflete um movimento mais amplo de normatização e regulação da sociedade. Esse fenômeno certamente estará atrelado às dinâmicas neoliberais que favorecem a implementação de políticas educacionais centradas na padronização e no lucro, em detrimento de uma verdadeira reestruturação pedagógica que possa atender à diversidade e promover a autonomia dos sujeitos.

## Referências

BARROS, Renata Chrystina Bianchi de. Hoje Tem Marmelada ... Pelo Debate Sobre A medicalização Da Infância E Da Educação No Brasil. RUA [online]. 2012, no. 18. Volume 2 - ISSN 1413-2109. Consultada no Portal Labeurb – Revista do Laboratório de Estudos Urbanos do Núcleo de Desenvolvimento da Criatividade

MOYSÉS, M. A. A. (2001). A institucionalização invisível – crianças que não-aprendem-na-escola. Campinas, SP: FAPESP/ Mercado de Letras.

ORLANDI, E. P. Educação e sociedade: o discurso pedagógico entre o conhecimento e a informação. Revest Aled, v. 16, n. 2, p. 68-80, 2016.

PÊCHEUX, M. O discurso: estrutura ou acontecimento. Campinas, SP: Pontes, 1990.



## A ANÁLISE DO PERFIL COMPORTAMENTAL DE DIRETORES DE ESCOLAS ESTADUAIS DE POUSO ALEGRE: SOB A PERSPECTIVA DO MÉTODO DISC.

Me. Clícia Maria Beraldo Nadalini Hart

Dr. Diego Henrique Pereira

**Resumo:** É crucial realizar uma reflexão sobre como o perfil do diretor escolar reflete tanto administrativa quanto pedagogicamente no desempenho dele como líder de uma escola. A pesquisa “A ANÁLISE DO PERFIL COMPORTAMENTAL DE DIRETORES DE ESCOLAS ESTADUAIS DE POUSO ALEGRE: sob a perspectiva do Método DISC” aborda o perfil comportamental do diretor escolar e seu papel na promoção da educação. Este estudo considera a premissa de que a liderança do gestor desempenha um papel crucial no ambiente escolar e de que os perfis de diretores escolares exercem influências significativas no desempenho de uma escola.

**Palavras-chave:** Diretores Escolares; Método DISC; Perfil Comportamental; Gestão Escolar; Liderança.

### Introdução:

O presente trabalho intitulado “A ANÁLISE DO PERFIL COMPORTAMENTAL DE DIRETORES DE ESCOLAS ESTADUAIS DE POUSO ALEGRE: sob a perspectiva do Método DISC” aborda temas relacionados ao perfil comportamental do diretor escolar e seu papel na promoção da educação, destacando a importância de sua postura de líder, bem como sua formação contínua. Esta pesquisa considera a premissa de que a liderança do gestor desempenha um papel crucial no ambiente escolar e de que os perfis de diretores escolares podem exercer influências significativas no desempenho e na cultura de uma escola, nesta análise, explora-se os diversos perfis de diretores escolares e como cada um pode moldar a dinâmica e os processos de uma escola.

Mapear, através do Método DISC, o perfil comportamental de diretores escolares, além de promover reflexões acerca das especificidades da gestão escolar frente aos desafios de promover uma liderança” neste cenário é o objeto de estudo deste trabalho. Para se atingir o objetivo geral uma pergunta fundamental precisou ser respondida: De que modo os perfis comportamentais predominantes, mapeados pelo Método DISC, podem afetar o desempenho do diretor escolar em suas tarefas pedagógicas e administrativas?

Para que a resposta fosse possível, objetivos específicos tornam-se necessários, como:

- Identificar por meio do método DISC qual o perfil comportamental dos atuais diretores de escolas estaduais do Município de Pouso Alegre da SRE de Pouso Alegre;
- Analisar o perfil comportamental dos diretores de Escolas Estaduais de Pouso Alegre;
- Relacionar o perfil comportamental desses diretores aos estilos de liderança mais assertivos;
- Compreender as habilidades fundantes para o processo de gestão escolar.

Há uma reflexão importante empreendida sobre como o perfil do diretor escolar reflete administrativa e pedagogicamente no desempenho das unidades escolares e na qualidade da educação que fundamenta este trabalho.



### **Metodologia:**

O estudo foi edificado por meio de uma pesquisa aplicada de campo onde o público-alvo foram 11 (onze) diretores de escolas estaduais. Para Marconi e Lakatos (2011, p. 149), a pesquisa de campo trata da “etapa da pesquisa em que se inicia a aplicação dos instrumentos elaborados e das técnicas selecionadas, a fim de se efetuar a coleta dos dados previstos”. Trata-se de uma pesquisa descritiva com abordagem quanti-qualitativa. Segundo Vieira (2002), a pesquisa descritiva procura perceber e identificar as qualidades e objetivos do contexto. Nessa conjuntura, a pesquisa envolveu também uma análise das informações coletadas. Para a identificação dos perfis comportamentais, foi utilizado um questionário virtual, adquirido comercialmente de uma empresa especializada em mapeamentos de perfil comportamental, sendo enviado um link com acesso à plataforma, no email institucional dos diretores escolares, contendo duas perguntas baseadas na metodologia DISC, que revela indicadores quantitativos sobre as habilidades em latência, e aquelas que precisam ser desenvolvidas.

Algumas hipóteses tornaram-se latentes ao processo de investigação, como a possibilidade da maioria dos diretores terem o perfil predominante de Estabilidade (S), tendo dificuldades de lidarem com a dinamicidade da gestão escolar. Outro ponto possível, apresentado, é que os diretores com perfil predominante de Influência (I), possuam maior facilidade de gerir conflitos, pois as habilidades sociais tornam-se mais evidentes. A hipótese que os gestores escolares com perfis dominantes de Estabilidade (S) e Conformidade (C), possuam maior facilidade de lidar com questões administrativas-processuais e burocráticas, sendo insuficiente importantes competências relacionais. Investiga-se, por fim, que as escolas que possuam diretores com perfil dominante de Dominância (D), conseguem bons resultados a curto prazo, mas apresentam dificuldades com resultados que exigem planejamento, ou seja, a longo prazo.

O trabalho transcorreu também a partir de revisão bibliográfica sobre os engodos relacionados à gestão escolar, o funcionamento do método DISC, sua aplicabilidade e correlação com os diferentes estilos de liderança. Este estudo considera ainda os elementos fundamentais da administração escolar, do Método DISC e dos perfis comportamentais dos dirigentes educacionais. Ao discorrer sobre a Gestão Escolar e suas especificidades, aborda reflexões sobre gestão educacional e gestão escolar, destacando suas diferenças. Explora ainda os diversos níveis organizacionais Na relação escolar, discute o papel do diretor escolar, incluindo sua atuação nas diversas áreas. São apresentados ainda uma análise e reflexão sobre o equilíbrio entre as funções da gestão atribuídas ao diretor. Além disso, são discutidas as reflexões sobre a formação do diretor escolar e o acesso ao cargo, especificamente na Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais. Por fim, são explorados o processo de liderança na gestão escolar e o papel do autoconhecimento nesse processo.

O mapeamento do perfil comportamental através do Método DISC, é explorado através de uma abordagem histórica da teoria comportamental, culminando no surgimento do Método DISC, escolhido como abordagem nesta pesquisa. Durante o percurso da pesquisa foi realizado o detalhamento da metodologia DISC, fundamentada nos estudos de Marston (2014). Esta ferramenta utilizada para o mapeamento do perfil comportamental dos diretores, foi adquirida de uma empresa privada, que é capaz de gerar um relatório com importantes informações sobre o perfil do indivíduo, seus estilos de liderança e as influências do meio.

### **Resultados e discussão:**

Como resultados e discussão, apresenta-se as análises estatísticas dos dados coletados sobre o perfil comportamental, utilizando a metodologia DISC, de cada um dos 11 (onze) diretores escolares.



Durante a apresentação dos resultados, tecemos as considerações sobre o perfil de cada diretor participante, buscando permitir que esta análise sirva para o desenvolvimento pessoal e profissional através do aprimoramento da comunicação interpessoal e da formação de equipes mais eficazes.

Quanto ao diagnóstico do perfil comportamental dos diretores escolares, considerando a Metodologia DISC, os dados revelaram os seguintes resultados: 36,36% Dominante (D), 18,18% Influyente (I), 36,36% Estável (S) e 9,09% Conformidade (C).

A análise dos resultados da pesquisa evidenciou a importância de entender como os fatores comportamentais do diretor escolar influenciam o desempenho da escola. O estudo conclui que competências como liderança, comunicação efetiva, trabalho em equipe e inovação estão diretamente ligadas ao perfil comportamental do diretor. Essas habilidades são essenciais para garantir um ambiente escolar saudável, favorecendo o aprendizado e o desenvolvimento integral dos estudantes.

### **Conclusão:**

A relevância deste estudo está na sua contribuição para a Superintendência Regional de Ensino de Pouso Alegre e, possivelmente, para a Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais, ao explorar as competências essenciais para a atuação dos diretores escolares e como o perfil comportamental dos gestores influencia os processos educacionais.

Ao analisar as habilidades administrativas, financeiras, pedagógicas e de gestão de pessoal dos diretores busca entender sua relação com o sucesso das escolas, trazendo à tona a importância de compreender como os perfis comportamentais impactam no desempenho dos diretores, com o objetivo de aprimorar a gestão escolar e, conseqüentemente, a qualidade do ensino, além de destacar a relevância de compreender como os fatores comportamentais do diretor escolar, atuando como líder da instituição, podem impactar o desempenho da escola e a implementação de ações relacionadas aos processos de gestão escolar.

Nesse sentido, conclui-se com o presente estudo que as competências de liderança, coordenação, orientação, planejamento, acompanhamento, comunicação efetiva, trabalho em equipe e a inovação do diretor escolar, estão diretamente relacionadas ao perfil comportamental inato do indivíduo. Considera-se que essas competências são fundamentais como referência para assegurar um ambiente escolar saudável, promovendo assim o aprendizado e o desenvolvimento integral dos estudantes.

### **Referências:**

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Técnicas de pesquisa:** planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisa, elaboração, análise e interpretação de dados. São Paulo; Atlas; 7. ed. 2011. p. 277.

MARSTON, William Moulton. **As emoções das pessoas normais.** Introdução de Bill J. Bonnsetter; posfácio Ron Bonnsetter; introdução à edição brasileira por Alexandre Ribas; (tradução de Renata Fernandes Galhanone). 1. ed. São Paulo: Success For You, 2014.

VIEIRA, Valter Afonso. As tipologias, variações e características da pesquisa de marketing. **Revista da FAE**, Curitiba, v. 5, n. 1, jan./abr., p. 61-70, 2002.



## **A EDUCAÇÃO CONTÍNUA E SUAS INTERPRETAÇÕES FACE AO DESENVOLVIMENTO HUMANO: UM ESTUDO ANALÍTICO-DISCURSIVO COM COLABORADORES DO LABORATÓRIO NACIONAL DE ASTROFÍSICA – LNA**

**Mára Rubia Trigo**

Doutoranda em Educação, Conhecimento e Sociedade. Universidade do Vale do Sapucaí - UNIVAS

**Resumo:** O tema dessa pesquisa é a Educação Contínua e a sua relação com o Desenvolvimento Humano e tem como objetivo geral compreender, discursivamente, as possíveis interpretações e significações que os colaboradores do Laboratório Nacional de Astrofísica – LNA produzem sobre a Educação Contínua face ao Desenvolvimento Humano. Para que o objetivo geral seja alcançado, objetivos específicos são traçados, como mobilizar teoricamente uma discussão sobre a Educação Contínua face ao desenvolvimento humano e analisar os discursos dos colaboradores do Laboratório Nacional de Astrofísica – LNA relacionados à Educação Contínua, identificando as significações possíveis dessa prática. No que tange a metodologia, esta pesquisa é teórica, de natureza qualitativa, classificada, quanto a sua forma de estudo e aos procedimentos técnicos, como uma pesquisa exploratória e de levantamento, respectivamente, que utilizará o questionário como instrumento de coleta de dados para análise. O método de análise empregado será a Análise de Discurso de linha francesa na perspectiva de Pêcheux e Orlandi. Espera-se que a referida análise possa comprovar as hipóteses levantadas nesta pesquisa a respeito da significação da Educação Contínua e sua relação com o desenvolvimento humano, na concepção dos colaboradores do Laboratório Nacional de Astrofísica – LNA.

**Palavras-chave:** Educação Contínua. Desenvolvimento Humano. Ensino. Formação Humana .

### **Introdução:**

O tema dessa pesquisa é a Educação Contínua e a sua relação com o Desenvolvimento Humano. De acordo com Zatti; Pagotto-Euzébio (2022) a tradição filosófica-pedagógica ocidental compreende a educação como um processo de formação humana, o que significa, segundo ele, que a educação é um processo contínuo que perdura por toda a vida e não se restringe aos espaços escolares. Desse modo ela não está limitada à transmissão de conhecimentos, que embora façam parte dela e sejam úteis e necessários à reprodução material da vida, não constituem a sua essência, esta que se refere à formação do homem. Assim, educar não é um processo neutro, possui uma finalidade, é a arte de construir, cultivar, humanizar o homem, e a humanização inclui vários saberes humanísticos que não possuem utilidade imediata.

Partindo-se desta perspectiva



Pensar em educação é refletir sobre o que é o homem, qual é a natureza da relação entre o indivíduo e sociedade, que homem temos hoje e qual queremos formar e em maior instância isso diz respeito a que tipo de sociedade desejamos (Gonçalves; Furtado; Moura, 2019, p. 6).

É neste contexto que Gonçalves; Furtado; Moura (2019), afirmam que toda sociedade faz uso do processo educativo para se constituir, para transformar e também para perpetuar suas estruturas sociais. Em sendo assim, compreender a organização e o funcionamento das estruturas sociais, permite compreender as possibilidades e os limites dos processos educativos e a relação de reciprocidade existente entre ambos. Na sociedade contemporânea, imersa na globalização, essa reciprocidade tem adquirido um caráter utilitário que segundo Zatti; Pagotto-Euzébio (2022), tem contribuído para o estreitamento da utilidade da educação à esfera econômica, afastando-a da sua essência, que é construir a humanidade no homem, e tornando-a um meio para se alcançar fins econômicos.

Desse modo, a educação tende a ser compreendida em função da relação custo-benefício, como processos educativos focados na preparação do homem para o mercado de trabalho e não na formação humanizada capaz de conduzi-lo à sua emancipação. Diante dessa perspectiva, essa pesquisa é justificada por sua relevância em promover uma discussão a respeito da educação, enquanto fenômeno social, que visa preparar o homem enquanto sujeito, para o convívio em sociedade e para as práticas sociais com foco no seu desenvolvimento humano e não como um recurso produtivo, estendendo-se esta discussão para além do caráter utilitário concedido à educação pelo mundo globalizado.

Considerando-se que a compreensão da finalidade da educação é fator que influencia nos processos formativos do homem ao longo da sua vida, estabelecendo relações entre ele, a educação e o seu desenvolvimento, esta pesquisa tem por objetivo geral responder a seguinte pergunta: quais são as interpretações e as significações que os colaboradores do Laboratório Nacional de Astrofísica – LNA produzem sobre a Educação Contínua face ao desenvolvimento humano? Este objetivo geral se desdobrará em objetivos específicos que buscarão mobilizar, teoricamente, uma discussão sobre a Educação Contínua face ao desenvolvimento humano e analisar os discursos dos colaboradores do Laboratório Nacional de Astrofísica – LNA relacionados à Educação Contínua, identificando as significações possíveis dessa prática.

### **Metodologia:**

Essa é uma pesquisa teórica, de natureza qualitativa, classificada, quanto a sua forma de estudo e aos procedimentos técnicos, como uma pesquisa exploratória e de levantamento, respectivamente, que utilizará o questionário como instrumento de coleta de dados. O questionário, que será respondido eletronicamente, conterá 06 (seis) questões fechadas que abarcam a caracterização dos participantes e 04 (quatro) questões abertas.

O método de análise dos dados a ser empregado será a Análise do Discurso de linha francesa na perspectiva de Pêcheux e Orlandi. Para Pêcheux (1995), os discursos são da ordem da fala, que é constituída a partir das condutas idealistas dos falantes. Partindo-se desta concepção, observa-se que de acordo com Pêcheux (1995) os discursos são construídos considerando-se não apenas recursos linguísticos, mas, sobretudo, os extralinguísticos que constituem suas condições de produção. Nessa mesma perspectiva, Orlandi (2015) partiu do conceito de discurso como palavra em movimento, forma de significação e construção de sentidos. Assim a análise discursiva dos discursos dos colaboradores do Laboratório Nacional de Astrofísica – LNA, guiada pelo método da análise de discurso, permitira conhecer a forma como esses colaboradores interpretam e significam a Educação Contínua e suas relações com



o desenvolvimento humano. Considerando-se a natureza dos objetivos a serem investigados, não serão excluídos desta pesquisa nenhum dos colaboradores do Laboratório Nacional de Astrofísica – LNA, em quaisquer das categorias profissionais nas quais estejam enquadrados, desde que concordem em participar.

### **Resultados e discussão:**

De acordo com Zatti; Pagotto-Euzébio (2022, p.11), “a partir da modernidade a educação se distanciou do caráter de formação geral e desinteressada que possuía no mundo clássico” e adquiriu um caráter utilitário, se afastando da tradição ocidental que a considerava um processo de formação humana. Nesse novo contexto admitia-se que os estudos deveriam ter aplicados diretamente no trabalho caso contrário seriam considerados uma injustificável perda de tempo. Desse modo os sistemas educacionais foram impelidos a desenvolverem currículos escolares que atendessem a uma visão mais utilitária do conhecimento, visão esta que foi fortalecida diante do processo de globalização do mundo.

Assim, diante de uma realidade de constantes transformações, que exigiam cada vez mais produtividade e eficiência, o mundo globalizado se tornou um terreno fértil para a utilização dos saberes, provocando mudança nos rumos da educação (Zatti; Pagotto-Euzébio, 2022). Como consequência, observa-se que o sistema educacional foi e ainda é desafiado a preparar o indivíduo, para a aquisição e incrementos de habilidades e competências técnicas, que possam corresponder às novas exigências de aprendizagem apontadas pelo mercado profissional. Tal situação põe em evidência o caráter utilitarista da educação em detrimento ao destaque que se deveria dar ao seu papel de formar o homem para a cidadania, para o seu enriquecimento cultural e para a vida em sociedade.

### **Considerações finais:**

De acordo com Marques (1978, p. 208), “o processo educacional constitui-se das múltiplas e variadas influências que são exercidas sobre o indivíduo no sentido de que ele modifique seu comportamento, reformule suas atitudes e revise seus valores”. Seu ideal é, portanto, contribuir para a formação do homem enquanto sujeito, propiciando a aquisição de novos saberes, competências sociais e comunicativas que não estão restritos à vida profissional, bem como o desenvolvimento das potencialidades humanas, em um processo de educação contínuo que se deve dar ao longo de toda a vida do homem.

No entanto, subjugada à visão utilitária, que a instrumentaliza, a educação tende a ser compreendida apenas em uma relação custo-benefício, com processo de capacitação técnico-profissional que abrem as portas para o mercado de trabalho. Com isso inibi-se a visão da educação como uma possibilidade de formação humanizada que conduz o homem a sua emancipação, por meio da construção de um saber crítico que o torne capaz de promover mudanças em si mesmo e no mundo em que vive.

### **Referências:**

GONÇALVES, D. N.; FURTADO E.; MOURA, E. M. Pedagogia: sociologia da educação. 3ª ed. Fortaleza: EDUECE, 2019.

MARQUES, J. C. Modelo para o estudo do desenvolvimento humano como um processo de toda a vida. **Arquivos Brasileiros de Psicologia Aplicada**, v. 30 n. 1-2, p. 207-218, 1978.

ORLANDI, E. P. Análise de discurso. Princípios e procedimentos. Campinas: Pontes, 2015.



PÊCHEUX, M. Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio. 2ª ed. Campinas: UNICAMP, 1995.

ZATTI, V.; PAGOTO-EUZEPIO, M. S. Educação como um processo de formação humana: uma revisão filosófica da educação ante a premissa da utilidade. São Paulo: FEUSPE, 2022.



**ORGANIZAÇÃO**



Programa de Pós-graduação em  
**Educação, Conhecimento  
e Sociedade** Mestrado e Doutorado • UNIVAS



## A ESSÊNCIA DA EDUCAÇÃO SEGUNDO SANTO TOMÁS DE AQUINO: CONTRIBUIÇÕES PARA A FILOSOFIA DA EDUCAÇÃO

**Luiza Moraes de S. C. Lopes**  
Universidade do Vale do Sapucaí

**Diego Henrique Pereira**  
Universidade do Vale do Sapucaí

**Resumo:** Este estudo busca investigar a essência da educação a partir de uma abordagem ontológica, utilizando a filosofia de Santo Tomás de Aquino como referencial teórico. Em contraste com a visão historicista e fenomênica, que compreende a educação de forma empírica e contingente, a pesquisa propõe uma análise dos elementos fundamentais que constituem a educação, algo universal e necessário. Para Aquino, a educação é algo intrínseco à natureza humana, originada do desamparo humano ao nascer, e não apenas uma construção social ou histórica.

**Palavras-chave:** ontologia. filosofia da educação. tomismo.

### Introdução:

Essência é tudo aquilo que delimita algo a ser o que é, abrange todos os elementos sem os quais algo já não é do que se fala, mas outra coisa. Será que é possível falar em uma essência da educação? Se adotássemos uma postura fenomênica para o presente estudo, tal como adotam os historicistas, não seria possível, pois para o ponto de vista da ciência factual, só é possível compreender a educação empírica e historicamente. No presente estudo, por outro lado, adotar-se-á uma postura de busca ontológica, ou seja, que procura identificar para além de uma ideia singular, contingente ou histórica, uma noção universal e necessária, elementos fundamentais que compõe a educação, sem os quais não se pode falar verdadeiramente em educação, e ademais, compreender os elementos que necessariamente não são educação. Para isso, recorreremos como referencial teórico o filósofo Santo Tomás de Aquino e alguns de seus estudiosos atuais. Faz-se necessário explicar: apesar de que há muitas pesquisas que apresentem contribuições de elementos da educação, ou elementos pedagógicos do Aquinate, costuma-se fazer justamente a leitura historicista, mas como ele mesmo explica, adotando a filosofia das quatro causas de Aristóteles, é preciso diferenciar o que seja a causa formal e a causa material de cada conceito. Nesse sentido, estudaremos o Aquinate seguindo sua postura mesma, seu método e seu conteúdo, e obviamente contando com selecionados autores contemporâneos que o estudam desta mesma forma. Como entenderemos com mais profundidade adiante, segundo o filósofo medieval, a educação, antes de tudo, decorre da própria natureza humana, e não apenas de um consenso social, mas há um atenuante que possa ser complicador dessa compreensão, pois a educação não deve ser estudada somente pelo que ela é, mas também pelo que ela deve ser.

### Metodologia:

A metodologia que será adotada é a pesquisa bibliográfica, seguindo as orientações propostas por Antônio Carlos Gil (2002). Segundo o autor, a pesquisa bibliográfica é uma



técnica amplamente reconhecida e empregada em estudos científicos para a coleta e análise de informações relevantes disponíveis em fontes bibliográficas, como livros, artigos científicos, relatórios técnicos e teses acadêmicas. Trata-se de um método que baseia-se em um processo sistemático de busca, seleção e análise crítica que permite obter uma visão aprofundada do conhecimento acumulado sobre o tema, identificar lacunas, debater diferentes perspectivas e fundamentar teoricamente o estudo em questão.

Utilizar-se-á principalmente de livros físicos, mas também digitais em formato de *pdf* em português ou em espanhol. E para a análise destes se utilizará da leitura analítica proposta por Gil (2002), composta por leitura integral e identificação das ideias-chaves mais importantes, depois hierarquização das ideias, distinguindo ideias as principais das secundárias e, por fim, a sintetização delas. Posteriormente, dedicar-se-á a leitura interpretativa, relacionando as leituras e ideias com o problema para qual se propõe uma solução.

### Referências:

BATISTA, Gustavo Araújo. **O pensamento educacional de Santo Tomás de Aquino como consequência de sua teologia e de sua filosofia.** Educação Unisinos, v. 14, n. 2, p. 82-96, maio/ago. 2010. DOI: 10.4013/edu.2010.142.01.

CARVALHO, José Sérgio F. de. **A liberdade educa ou a educação liberta? Uma crítica das pedagogias da autonomia à luz do pensamento de Hannah Arendt.** Educação e Pesquisa, São Paulo, v. 36, n. 3, p. 839-851, set./dez. 2010.

LAUAND, Jean. **Tomás de Aquino: filosofia e pedagogia.** Revista do Departamento de Filosofia da Educação e Ciência da Educação, Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

MARTÍNEZ GARCÍA, Enrique. **Persona y educación en Santo Tomás de Aquino.** 2002. Tesis (Doctorado en Filosofía) — Universidad de Barcelona, Facultad de Filosofía y Letras, Departamento de Filosofía Teórica y Práctica, Madrid, 2002. Director: Eudaldo Forment Giralt.



## A ESTANDARTIZAÇÃO DO DIREITO PARA A EDUCAÇÃO BÁSICA: AVALIAÇÕES EM LARGA ESCALA E COMPONENTES CURRICULARES

**Marcela Modesto Fermينو**

Bolsista FAPEMIG no Programa de Pós-Graduação (Doutorado) em Educação, Conhecimento e Sociedade – Universidade do Vale do Sapucaí (UNIVÁS)

**Resumo:** As avaliações em larga escala, tanto no ensino básico quanto no superior, interferem nas dinâmicas de elaboração dos currículos escolares. Para o ensino jurídico, gerou uma crise no direito denominada por Lenio Streck de estandartização/simplificação do direito, e para o ensino básico, discute-se também esta problemática. Desta forma, neste trabalho se buscará apresentar uma proposta de transposição do conceito de estandartização do direito para a educação, a fim de levantar hipóteses de modelos e metodologias, associar as crises e questionar como pode haver intervenção das políticas públicas como alternativa para o problema. A metodologia utilizada é a hermenêutica-filosófica.

**Palavras-chave:** Avaliação em larga escala; Currículo escolar; Estandartização do ensino;

### Introdução:

O tema principal deste trabalho é utilizar do conceito de estandartização (ou simplificação) do direito, desenvolvido pelo jurista Lênio Luiz Streck, para a problemática existente na educação básica quanto aos reflexos das avaliações em larga escala para a elaboração dos currículos escolares. Posteriormente, será analisada as possibilidades de interferências através de políticas públicas para inserir meios de provocação de desenvolvimento de uma perspectiva crítica aos alunos da educação básica, levantando-se a hipótese se das possibilidades de como as políticas públicas podem moldar o que se ensina e o que se aprende dentro dos espaços educativos.

Streck (2024, p. 54) destaca que na cultura jurídica “há uma ode ao simples”, e que este é um dos fatos que resulta na crise do Direito e do ensino jurídico. Apesar de apresentar a sua ideia voltada ao âmbito jurídico, não se pode ignorar que no universo pedagógico ocorre crise semelhante, em que os currículos e planos de aula são adaptados para bons resultados nas avaliações em larga escala, que, por sua vez, geram políticas públicas educacionais, denominadas responsabilização forte.

Segundo Bonamino e Sousa (2012, p. 383), há riscos no currículo escolar gerados pela responsabilização forte, entre eles o *ensinar para o teste*, “que ocorre quando os professores concentram seus esforços preferencialmente nos tópicos que são avaliados e desconsideram aspectos importantes do currículo [...]”. Esta afirmação não se afasta da realidade da crise no ensino jurídico, pois “passamos do bacharelismo para o tecnicismo e, agora, ao concurseirismo” (Streck, 2024, p. 80). O termo concurseirismo nada mais é do que o correspondente ao *ensinar para o teste* do ensino superior.



A partir destas afirmações e considerando que há a necessidade em reforçar o direito à educação plena, torna-se viável associar que as dificuldades em compreender e elaborar políticas públicas que garantam este direito está relacionada com a crise do direito. Afinal, se nem os próprios lidadores do direito o compreendem em um parâmetro do Estado Democrático de Direito, como realizar uma abordagem em diversas áreas para a promoção de uma educação básica eficiente?

Dito isso, o objetivo deste trabalho é realizar uma revisão de literatura para associar as crises do ensino jurídico e das avaliações em larga escala da educação básica. Busca-se compreender o problema e o descrever, sob a metodologia da hermenêutica filosófica, considerando que “o processo hermenêutico é sempre produtivo. Não há grau zero de sentido” (Streck, 2022, p. 13), ou seja, só é possível fornecer uma resposta para um problema se conhecemos as raízes deste problema.

### **Metodologia:**

A metodologia elencada para este trabalho é a hermenêutica-filosófica, a partir da compreensão de que entre o ôntico e o apofântico há a necessidade de uma circularidade hermenêutica para verificar se a realidade corresponde à teoria, e vice-versa. Considerando que o Brasil é um Estado Democrático de Direito regido pela Constituição Federal de 1988, e por ela o direito à educação é assegurado como um direito social, torna-se imprescindível que seja aplicada de forma plena e que atenda à necessidade dos cidadãos enquanto inseridos em seus próprios contextos sociais. Dessa forma, a fim de verificar esta problemática atrelada à simplificação do ensino, às avaliações em larga escala e a formação dos componentes dos currículos escolares, utilizar-se-á a técnica de pesquisa bibliográfica.

### **Resultados e discussão:**

Realizar uma análise crítica da realidade e buscar novas formas de compreendê-la é uma das tarefas dos pesquisadores das ciências humanas. Não se pode simplesmente observar uma problemática e aceitar como condição existencial ou providência divina e se manter na inércia diante de questões que afetam a garantia de direitos fundamentais dos indivíduos. É preciso, diante de situações desconfortáveis, assumir o pesar e se movimentar: “o desconforto e o inconformismo ou a indignação perante o que existe suscita impulso para teorizar a sua superação” (Santos, 2011, p. 23).

No entanto, não basta identificar e nomear o problema. É preciso compreendê-lo. Relativo ao direito à educação, Bertagna e Almeida (2024, p.3) afirma que “nossa visão sempre foi a de enfatizar a necessidade de um projeto histórico para guiar o que é, desde a década de 1980, chamado, em sentido amplo, de uma educação progressista, definindo melhor o termo ‘transformação social’”. Desse modo, propõe-se por imprescindível considerar o que entende Bonamino e Sousa (2012, p. 384) acerca de avaliações em larga escala e elaboração de currículos: “Os estudos sobre o tema no Brasil são ainda limitados e bastante recentes. Mesmo assim, eles colaboram para o entendimento sobre como escolas e secretarias de educação interpretam e articulam as relações entre as três gerações da avaliação em larga escala e o currículo escolar”.

Neste trabalho, a proposta é analisar o conceito de estandarização/simplificação do direito, tendência cada vez mais sólida e presente nas salas de aula. Buscar uma forma de compreensão por meio do direito não significa, de forma alguma, abraçar a dogmática legislativa em que ele se apresenta para a definição das diretrizes dos moldes de educação. Pelo contrário: “ora bem, se o Direito é uma construção social, então ele reflete disputas principiológicas no seio da comunidade, que aparecem na sua positivação e tendem a reaparecer



em sua aplicação” (Streck, 2024, p. 46). A simplificação do ensino jurídico acarreta em diversos problemas, dentre eles a falta do pensamento crítico em sala de aula e a alteração nos currículos, devido à necessidade dos cursos se adequarem às demandas das avaliações, a exemplo do Enade e das provas da OAB: “O resultado disso foi um substancial empobrecimento do ensino jurídico no país: além da simplificação dos currículos dos cursos de Direito, com a tentativa de encurtamento da duração do curso [...], foi realizado um corte drástico nas disciplinas de propedêutica e filosofia” (Streck, 2024, p. 84).

Na mesma direção, no âmbito educacional se encontra a situação em que as avaliações estão influenciando em uma simplificação do ensino para que os alunos alcancem boas notas nas provas e atinjam suas metas, gerando uma dissociação de pensamento crítico: “[...] uma responsabilização teoricamente mais branda, associando recursos a metas, produzirá o mesmo efeito, agravado pelo estreitamento curricular que gera: treina-se para passar na prova com inúmeros simulados durante o ano” (Bertagna; Almeida, 2024, p. 8-9).

Com essas informações, levantam-se questões: se a dinâmica curricular do ensino básico é a mesma do ensino jurídico – o *ensinar para o teste* –, como que os indivíduos inseridos neste meio irão desenvolver o pensamento crítico necessário para contestar esta realidade limitante? Como que as políticas públicas educacionais poderão ser desenvolvidas para evitar esta problemática se os juristas não têm o alcance destes fatos, se possuem uma formação simplificada? É diante destes questionamentos que este trabalho, em andamento, irá se pautar na tentativa de desvelar uma alternativa para garantir o direito à educação sem interferências pela busca dos resultados.

### Considerações finais:

Para lidar com problemáticas que envolvem proteção e garantias de direito, é preciso encontrar uma forma de interpretá-lo que seja coerente com o Estado Democrático de Direito em que estas proteções e garantias estão inseridas. Para tanto, a compreensão do direito à educação deve partir de um princípio, buscar as possíveis raízes dos problemas, para, daí sim, chegar-se a uma consideração sobre o que pode ser feito ou revisado em relação aos fatos.

Sendo assim, trabalhar o conceito de estandarização do direito é uma forma de averiguar a situação sobre um problema existente também no âmbito educacional sob outras lentes, o que abre o espectro de possibilidades de alternativas para lidar com a questão da simplificação dos currículos, que acontece no ensino jurídico pelo mesmo motivo: cumprir com metas avaliativas.

Não há o que se falar em conclusão do trabalho, afinal, o objetivo foi abrir as possibilidades apresentando um conceito diferente, criado e integrado à realidade brasileira, em uma perspectiva hermenêutico-filosófica, considerando que “tem-se como responsabilidade do Hermeneuta livrar-se da tentação de ‘chutar uma resposta’” (Streck, 2022, p. 14). Assim, na busca por respostas adequadas à situação, encontra-se a possibilidade de unir as ciências humanas contra a simplificação cada vez mais evidente e enraizada nos cursos de ensino básico e superior do país.

### Referências:

BERTAGNA, R. H.; ALMEIDA, L. C. A “qualidade empresarial” e a “qualidade social” na reforma educacional: causas, consequências e disputas : Entrevista: Luiz Carlos de Freitas. *Revista Educação e Políticas em Debate*, [S. l.], v. 13, n. 3, p. 1–15, 2024. DOI: 10.14393/REPOD-v13n3a2024-75234. Disponível em:



<https://seer.ufu.br/index.php/revistaeducaopoliticas/article/view/75234>. Acesso em: 24 out. 2024.

BONAMINO, Alicia; SOUSA, Sandra Zákia. Três gerações de avaliação da educação básica no Brasil: interfaces com o currículo da/na escola. *Educação e Pesquisa*, São Paulo, v. 38, n. 2, p. 373-388, abr./jun. 2012.

SANTOS, Boaventura de Sousa. *A crítica da razão indolente: contra o desperdício da experiência*. – 8. ed. – São Paulo: Cortez, 2011.

STRECK, Lenio Luiz. *Ensino jurídico em crise: ensaio contra a simplificação do direito*. – São Paulo: Editora Contracorrente, 2024.

STRECK, Lenio Luiz. *Para compreender direito: a hermenêutica jurídica*. – 2. ed. – São Paulo: Tirant lo Blanch, 2022.



## **A INTEGRAÇÃO DE ESTUDANTES REFUGIADOS DE CONFLITOS ARMADOS INTERNACIONAIS NA EDUCAÇÃO BRASILEIRA: POLÍTICAS PÚBLICAS E PRÁTICAS COLABORATIVAS**

**Marcelo Costa Ribeiro**

Doutorando em Educação, Conhecimento e Sociedade - UNIVÁS

**Rodrigo Rios Faria de Oliveira**

Pós-doutor pela Universidade Federal de São Paulo - UNIFESP

**Resumo:** O aumento global de estudantes refugiados devido a conflitos armados intensificou a necessidade de políticas educacionais inclusivas e colaborativas, especialmente no Brasil. Este estudo analisa as políticas públicas e práticas colaborativas voltadas à integração de refugiados no ensino superior brasileiro, com o objetivo de identificar seus impactos no ensino-aprendizagem, na construção do conhecimento e no cumprimento da função social das instituições de ensino superior. A pesquisa é motivada pelo contexto de guerra e crise humanitária, que tem forçado milhões a deixarem seus países, e pelo compromisso do Brasil, como signatário da Convenção das Nações Unidas sobre Refugiados, em garantir educação a essa população vulnerável.

Adotou-se uma metodologia qualitativa, incluindo análise documental e bibliográfica, para explorar tanto a legislação educacional brasileira quanto as iniciativas de apoio promovidas por universidades e organizações civis. Foram avaliadas fontes governamentais e não governamentais, complementadas por estudos acadêmicos e relatórios, permitindo uma análise detalhada dos desafios e oportunidades na integração educacional de refugiados. Os resultados sugerem que, embora existam políticas inclusivas, persistem lacunas no suporte necessário para garantir uma educação efetiva e equitativa para esses estudantes. A falta de uma abordagem uniforme e os desafios burocráticos dificultam a integração plena. A análise das práticas internacionais, como o programa alemão Deutscher Akademischer Austauschdienst, indicou que parcerias entre governos e universidades são fundamentais para fortalecer essas políticas. O estudo conclui com recomendações para aprimorar as práticas colaborativas e as políticas educacionais, promovendo uma educação inclusiva e transformadora que responda às demandas contemporâneas.

**Palavras-chave:** Refugiados. Educação. Políticas Públicas. Integração. Inclusão Social.

### **Introdução:**

Como as políticas públicas brasileiras têm facilitado a integração de estudantes refugiados de conflitos armados internacionais no ensino superior? Esta pesquisa analisa as políticas e práticas colaborativas implementadas por instituições de ensino superior e organizações não governamentais, com foco nos desafios enfrentados por esses estudantes.



Além disso, explora-se como a aquisição de capital cultural e social, conforme proposto por Bourdieu, Passeron e Murdock (Bourdieu, 2006; Bourdieu; Passeron, 1970, 2018; Murdock, 2010), pode contribuir para superar barreiras no ensino superior brasileiro, promovendo uma inclusão efetiva e justa em um contexto globalizado.

A justificativa para a construção da pesquisa está no fato de que vivemos em um tempo contemporâneo marcado por conflitos armados cada vez mais tecnologicamente rápidos e devastadores, que forçam milhares de pessoas a abandonarem seus lares e países em busca de refúgio. Nesse contexto, o universo da educação precisa se adaptar a essas novas realidades, reconhecendo sua responsabilidade não apenas na formação acadêmica, mas também no acolhimento e inclusão de indivíduos afetados por estas crises. A educação deve se engajar com uma perspectiva humana e humanitária, sendo um instrumento de transformação e integração para aqueles que foram forçados a migrar devido à violência e à destruição.

A integração de estudantes refugiados de conflitos armados internacionais no ensino superior brasileiro é um tema de grande relevância nos contextos social, acadêmico e educacional. É fundamental compreender como as políticas públicas e práticas colaborativas entre universidades, governos e organizações da sociedade civil podem promover a inclusão social e acadêmica desses estudantes no Brasil. O número crescente de refugiados no mundo é uma realidade inegável (Grandi, 2019; UNHCR, 2021), e o Brasil, como signatário da Convenção das Nações Unidas sobre o Estatuto dos Refugiados (ONU, 1951), tem o compromisso de garantir o acesso à educação a essa população.

Do ponto de vista social, a integração de refugiados no ensino superior promove a inclusão dessas pessoas na sociedade brasileira, o que, segundo Dryden-Peterson (2017), a educação superior é capaz de oferecer aos refugiados a oportunidade de desenvolver habilidades e conhecimentos necessários para reconstruir suas vidas e contribuir para suas comunidades e sociedades de acolhimento. Além do que, a integração no ensino superior pode facilitar o acesso ao mercado de trabalho, melhorando a qualidade de vida desses indivíduos e reduzindo a dependência de ajuda humanitária como se viu na pandemia da Covid-19 e nas guerras hodiernas (Martuscelli, 2022).

A relevância acadêmica deste tema reside na necessidade de compreender as barreiras e desafios enfrentados pelos estudantes refugiados de conflitos armados internacionais no acesso ao ensino superior e identificar práticas e políticas que possam facilitar sua integração (Alves; Monteiro, 2023; Silva-Ferreira; Martins-Borges; Willecke, 2019). A pesquisa contribui para a produção de conhecimento sobre a diversidade cultural e a internacionalização do ensino superior brasileiro, bem como para o desenvolvimento de estratégias pedagógicas e políticas institucionais que promovam a equidade e a inclusão, por meio de uma educação multicultural (Peres; Cerqueira-Adão; Fleck, 2022).

Do ponto de vista educacional, a pesquisa aborda a necessidade de analisar a legislação brasileira e as políticas públicas relacionadas à inclusão de estudantes refugiados de conflitos armados internacionais no ensino superior. De acordo com a Lei Brasileira de Refúgio (Brasil, 1997), refugiados têm os mesmos direitos que os nacionais, incluindo o acesso à educação. No entanto, é necessário observar se as políticas educacionais atuais são suficientes para garantir a efetivação desses direitos e identificar possíveis lacunas que possam ser preenchidas por ações colaborativas entre governos, universidades e organizações da sociedade civil.

A integração desses estudantes no ensino superior tem implicações práticas para as instituições de ensino, que podem aprender com experiências internacionais e adaptar suas práticas e políticas para promover a inclusão desses estudantes (OECD, 2018). Nesse sentido, a pesquisa busca identificar exemplos de boas práticas e iniciativas bem-sucedidas em outros países, como o Programa Alemão de Intercâmbio Acadêmico – *Deutscher Akademischer*



*Austauschdienst* (Fourier *et al.*, 2018) –, e analisar como essas práticas podem ser adaptadas e aplicadas no contexto brasileiro.

Estudos apontam que a colaboração entre esses atores é essencial para garantir o acesso à educação e a integração dos refugiados no ensino superior (Funk, 2016; Hynie, 2018a, 2018b), a partir dessas observações, identificar exemplos de parcerias bem-sucedidas e analisar as condições necessárias para sua implementação e efetividade no Brasil é importante para a construção do cenário atual. Assim, o questionamento que se fez presente no projeto de pesquisa foi: de que maneira as políticas públicas e práticas colaborativas, envolvendo universidades, governos e organizações civis no Brasil, contribuem efetivamente para a integração de estudantes refugiados de conflitos armados internacionais no ensino superior?

O que a pesquisa buscou confirmar, foi a hipótese de que a implementação efetiva de políticas públicas e práticas colaborativas entre universidades, governos e organizações da sociedade civil no Brasil pode ser fundamental para a integração bem-sucedida de estudantes refugiados de conflitos armados internacionais no ensino superior, contribuindo para sua inclusão social e acadêmica e reforçando o papel do Brasil na cooperação internacional para o cumprimento de compromissos relacionados aos direitos humanos e educação.

O objetivo geral desta pesquisa é analisar as políticas públicas e práticas colaborativas implementadas no ensino superior brasileiro para integrar estudantes refugiados de conflitos armados internacionais. Pretende-se compreender os impactos dessas políticas no processo de ensino-aprendizagem, na construção do conhecimento e no cumprimento da função social das instituições de ensino superior.

De forma mais específica, busca-se, primeiramente, identificar e analisar as políticas públicas e programas já existentes no Brasil voltados para essa integração, com foco em uma análise histórico-jurídica que permita situar o desenvolvimento dessas iniciativas ao longo do tempo. Em seguida, serão examinadas sistematicamente as pesquisas que abordam os principais desafios e barreiras enfrentados por esses estudantes ao tentarem se integrar ao ensino superior brasileiro, utilizando-se de uma análise de conteúdo para identificar os obstáculos mais recorrentes e relevantes. Por fim, pretende-se explorar práticas e recomendações documentadas para a integração desses estudantes, com o objetivo de demonstrar as implicações dessas iniciativas para a inclusão social e acadêmica, destacando o papel das instituições de ensino na promoção de uma educação verdadeiramente inclusiva e transformadora.

### **Metodologia:**

A metodologia adotada nesta pesquisa seguiu uma abordagem qualitativa, focada em levantar o estado educacional dos estudantes refugiados de conflitos armados internacionais. Para isso, utilizou-se de dados estatísticos e estudos confiáveis já publicados sobre o tema. Do mesmo modo, avaliou-se as políticas públicas e práticas colaborativas voltadas para a integração desses estudantes no ensino superior brasileiro, sem destacar dessa análise os estudantes do ensino básico. Conforme Lincoln *et al.* (2023) e Yin (2016), a pesquisa qualitativa foi a mais adequada para capturar a complexidade dos fenômenos em questão, principalmente pela diversidade cultural no enorme contingente de estudantes oriundo de outros países. A abordagem permitiu a identificação dos desafios e oportunidades enfrentados pelos estudantes refugiados no Brasil, principalmente neste momento de instabilidade política e econômica no mundo (Creswell, 2010; Flick, 2013). A análise documental e bibliográfica foi realizada com foco em identificar documentos legais, diretrizes de organizações governamentais e não governamentais, e publicações oficiais sobre o tema, complementada por uma análise temática para compreender as implicações para a inclusão social e acadêmica desses estudantes (Gil, 2009; Yin, 2016).



Apesar da abundância de documentos, houve desafios na coleta de dados, especialmente devido à rápida mudança dos cenários de guerra e à ausência de artigos científicos que abordassem especificamente o tema de integração de refugiados no ensino superior. A literatura, embora diversa, também apresentou lacunas, sobretudo em análises que tratassem de forma imparcial o impacto das políticas públicas no processo educacional. A constante revisão de legislações e a presença de viés político em algumas publicações complicaram a consolidação dos dados, o que levou à necessidade de buscar informações complementares em fontes jornalísticas confiáveis, como a Al-Jazeera e a BBC (Bowen, 2009; Krippendorff, 2018). No entanto, essas dificuldades não impediram a construção de um entendimento sólido sobre o tema, sendo possível propor recomendações para aprimorar as políticas públicas e práticas colaborativas na integração desses estudantes.

Esta pesquisa adota a metodologia de revisão de literatura, com o objetivo de explorar e analisar as políticas públicas e práticas colaborativas destinadas à integração de estudantes refugiados de conflitos armados na educação brasileira. A revisão de literatura foi escolhida por possibilitar uma compreensão abrangente dos contextos e práticas atuais, facilitando a identificação de lacunas e oportunidades para o desenvolvimento de políticas eficazes.

Para garantir a abrangência e relevância das fontes, utilizou-se uma combinação de estratégias de busca nas principais bases de dados acadêmicas, incluindo Scielo, Web of Science, Scopus, PubMed e Springer Nature. Foram aplicados termos de busca como “integração de refugiados no ensino superior”, “políticas públicas e refugiados no Brasil”, “educação de refugiados e conflitos armados” e “inclusão social e acadêmica de refugiados”. Além disso, os operadores booleanos "AND" e "OR" foram usados para combinar palavras-chave e ampliar os resultados relevantes. A busca incluiu artigos publicados entre 2005 e 2024, priorizando estudos nacionais e internacionais de credibilidade e pertinência acadêmica.

Foram delimitados três eixos temáticos centrais: 1) Políticas públicas para a educação de refugiados no Brasil; 2) Práticas colaborativas entre governos, instituições de ensino e organizações da sociedade civil; e 3) Impactos da integração educacional na vida acadêmica e social dos estudantes refugiados. Os critérios de inclusão envolveram estudos que abordassem diretamente a educação de refugiados, com foco no Brasil ou em contextos comparáveis, e publicações revisadas por pares, com acesso completo ao conteúdo. Estudos que tratassem de populações não relacionadas a conflitos armados, fontes não revisadas por pares ou com acesso restrito foram excluídos da revisão.

O material foi sistematizado em etapas. Primeiramente, após a aplicação dos critérios de inclusão e exclusão, os estudos selecionados foram organizados por categorias temáticas conforme os eixos delimitados. Em seguida, foi realizada uma análise de conteúdo para identificar conceitos-chave, desafios e práticas recomendadas, com especial atenção à comparação entre políticas públicas nacionais e experiências internacionais. A análise buscou compreender a adequação e eficácia das políticas brasileiras, além de identificar boas práticas que pudessem ser adaptadas ao contexto brasileiro. A triangulação entre as diferentes fontes permitiu uma visão crítica e integrada sobre as estratégias de integração de refugiados na educação brasileira, destacando a importância de uma abordagem interdisciplinar para enfrentar os desafios atuais.

Essa metodologia permitiu uma análise detalhada e crítica do cenário de políticas e práticas colaborativas voltadas aos estudantes refugiados, oferecendo subsídios teóricos para a construção de uma educação mais inclusiva e eficaz no Brasil.

## **Resultados e discussão:**



Os resultados da revisão de literatura destacam a complexidade e a necessidade de políticas públicas robustas e práticas colaborativas para a integração de estudantes refugiados de conflitos armados na educação brasileira. A análise revela que, embora existam algumas iniciativas de acolhimento e suporte acadêmico para refugiados no Brasil, essas políticas muitas vezes carecem de uniformidade e abrangência, apresentando uma execução limitada e heterogênea nas instituições de ensino. Em contraste, as práticas internacionais, como o programa alemão de intercâmbio acadêmico Deutscher Akademischer Austauschdienst, ilustram o impacto positivo de estratégias coordenadas que englobam políticas de governo e colaborações com instituições civis e educacionais.

A revisão evidenciou que os estudantes refugiados enfrentam barreiras significativas no processo de integração acadêmica e social, dentre elas destacam-se a barreira linguística, a adaptação cultural e a escassez de apoio psicológico especializado para lidar com os traumas de guerra. O ensino de português como língua adicional surge como uma necessidade urgente, já que a maioria dos refugiados tem baixo domínio do idioma, o que compromete o desempenho acadêmico e a inclusão social. Além disso, o acolhimento psicológico é limitado e pouco integrado às rotinas acadêmicas, apesar de ser fundamental para o bem-estar desses estudantes e para o sucesso educacional.

A análise das práticas colaborativas no Brasil aponta que as iniciativas mais efetivas envolvem parcerias entre governos, universidades e organizações da sociedade civil, proporcionando apoio multidimensional aos refugiados. Instituições que implementaram programas de mentoria, suporte linguístico e cursos preparatórios de integração trazem ao bojo da pesquisa um conjunto de exemplos de práticas que, até no presente momento, têm-se demonstrado eficientes. No entanto, a ausência de uma regulamentação nacional unificada limita a expansão dessas iniciativas e o alcance dos benefícios, a fim de se aproximar das expectativas constitucionais relativa ao direito de todos a uma educação de qualidade, não obstante esta condição seja de difícil mensuração no momento. O desenvolvimento de políticas públicas mais consistentes, que integrem todas as etapas educacionais e promovam o apoio psicossocial e pedagógico, é um dos principais pontos recomendados para melhorar a integração de refugiados.

Comparando as práticas nacionais com as internacionais, observa-se que programas de acolhimento estruturados, como o Programa DAFI, na Alemanha, demonstram o valor das políticas de integração orientadas pela educação intercultural e suporte integral. A adaptação dessas práticas ao contexto brasileiro destaca a necessidade de capacitação docente para lidar com a diversidade cultural e traumas de guerra, além do fortalecimento das redes de apoio. A implementação de programas de treinamento em competência cultural e resiliência poderia proporcionar um ambiente mais inclusivo e acolhedor para os estudantes refugiados.

Os resultados sugerem que, embora existam iniciativas relevantes, o sistema educacional brasileiro ainda possui lacunas significativas no que se refere à integração dos refugiados. A ausência de uma política nacional coerente e a falta de apoio psicossocial adequado dificultam o processo de inclusão, e se torna uma necessidade premente diante das alterações no panorama social de muitos países em razão dos conflitos armados, a exemplo da ampliação dos ataques realizados por Israel contra o Sul do Líbano, à Palestina em ocupação ilegal, ao Irã e ameaças a outros países do Oriente Médio e Ásia. Conclui-se que a integração plena dos estudantes refugiados exige uma abordagem holística que contemple políticas públicas inclusivas, práticas colaborativas e apoio educacional e emocional abrangente. Esse conjunto de ações é essencial para a promoção de uma educação inclusiva e multicultural no Brasil, capaz de atender às demandas de uma população cada vez mais diversa e globalizada.



### Considerações finais:

Esta pesquisa analisou as políticas públicas e práticas colaborativas voltadas para a integração de estudantes refugiados de conflitos armados na educação brasileira. Os resultados destacam avanços e desafios nas estratégias de acolhimento e inclusão social e acadêmica desses indivíduos, indicando a necessidade de uma abordagem abrangente e inclusiva que vá além das iniciativas atuais. Dentre os desafios observados, destacam-se a falta de uniformidade das políticas públicas, as barreiras linguísticas e culturais e a necessidade de suporte psicológico integrado às rotinas acadêmicas.

Apesar dos esforços de algumas instituições e parcerias entre governos e organizações da sociedade civil, o Brasil ainda possui lacunas significativas no que se refere ao acolhimento e à integração educacional de refugiados. As comparações com experiências internacionais, como os programas desenvolvidos na Alemanha e em outros países, indicam a importância de políticas bem estruturadas, programas de formação docente em competência intercultural e de resiliência, além do fortalecimento das redes de apoio social e psicossocial.

No entanto, em razão da complexidade da questão migratória e da natureza dinâmica dos conflitos armados que originam esses deslocamentos, especialmente nas regiões do Leste Europeu e Oriente Médio, esta pesquisa reconhece que a situação permanece aberta e em constante transformação. O aumento do número de refugiados forçados exige adaptações contínuas no sistema educacional e a reavaliação das políticas e práticas implementadas, considerando as novas demandas e desafios. Nesse sentido, os resultados obtidos fornecem uma base sólida para futuras investigações e apontam a necessidade de monitoramento e atualização constantes das estratégias educacionais.

Por fim, esta pesquisa conclui que a integração de refugiados na educação brasileira exige um esforço interinstitucional e interdisciplinar que considere as variáveis culturais, emocionais e sociais envolvidas. A construção de uma educação inclusiva e multicultural deve estar alinhada aos princípios de equidade e justiça social, fornecendo aos refugiados as condições necessárias para que possam reconstruir suas vidas e contribuir para a sociedade de acolhimento. Com a continuidade dos estudos e o aprimoramento das políticas de integração, é possível que o Brasil avance significativamente na promoção de uma educação verdadeiramente inclusiva e transformadora.

### Referências:

ALVES, Emilly Monteiro; MONTEIRO, Hiata Anderson Da Silva. Os desafios do acesso à educação de refugiados no Brasil. *Anais IX CONEDU*, Brasil, 2023. Disponível em: [editorarealize.com.br/artigo/visualizar/100995](http://editorarealize.com.br/artigo/visualizar/100995). Acesso em: 25 maio. 2024. ISSN: 2358-8829.

BOURDIEU, Pierre. 1. Le capital social. In: *Le capital social*. Paris, France: La Découverte, 2006. p. 29–34. Disponível em: <https://cairn.info/le-capital-social-2006--9782707148049-page-29.htm?ref=doi>. Acesso em: 2 jun. 2024. DOI: 10.3917/dec.bevor.2006.01.0029.

BOURDIEU, Pierre; PASSERON, Jean-Claude. *A Reprodução: Elementos para uma Teoria do Sistema de Ensino*. Tradução: Maria Alice Nogueira; Fernando Azevedo. 7. ed. [s.l.] Editora Vozes, 1970. ISBN: 978-85-326-3651-5.

BOURDIEU, Pierre; PASSERON, Jean-Claude. *Os Herdeiros: Os Estudantes e a Cultura*. Florianópolis, Brasil: UFSC, 2018. *Livro*. ISBN: 978-8532808288.



BOWEN, Glenn A. Document Analysis as a Qualitative Research Method. *Qualitative Research Journal*, v. 9, n. 2, p. 27–40, 3 ago. 2009. Disponível em: <https://www.emerald.com/insight/content/doi/10.3316/QRJ0902027/full/html>. Acesso em: 12 abr. 2024. ISSN: 1443-9883. DOI: 10.3316/QRJ0902027.

BRASIL. Lei n. 9.474, de 22 de julho de 1997. define mecanismos para a implementação do Estatuto dos Refugiados de 1951, e determina outras providências. *Diário Oficial da União*, de 23 jul. 1997, p. 15822, Brasília, DF, Poder Executivo, Publicação em: 23 jul. 1997.

CRESWELL, John W. *Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto*. Tradução: Magda Lopes. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2010. (296 p.). ISBN: 978-85-363-2300-8.

DRYDEN-PETERSON, Sarah Elizabeth. Refugee education: Education for an unknowable future. *Curriculum Inquiry*, v. 47, n. 1, p. 14–24, 1 jan. 2017. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/03626784.2016.1255935>. Acesso em: 25 maio. 2024. ISSN: 0362-6784. DOI: 10.1080/03626784.2016.1255935.

FLICK, Uwe. *Introdução à metodologia de pesquisa*. Porto Alegre: Penso, 2013. (256 p.). ISBN: 978-8565848084.

FOURIER, Katharina *et al.* *Regular Degree Programmes Integration of Refugees at German Institutions of Higher Education: Report on the Higher Education Programmes for Refugees*. Bonn, Germany: Department for Higher Education Programmes for Refugees, 2018. (44 p.).

FUNK, Nanette. A spectre in Germany: refugees, a ‘welcome culture’ and an ‘integration politics’. *Journal of Global Ethics*, v. 12, n. 3, p. 289–299, 14 set. 2016. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/17449626.2016.1252785>. Acesso em: 26 maio. 2024. ISSN: 1744-9626. DOI: 10.1080/17449626.2016.1252785.

GIL, A. C. *Metodologia do ensino superior*. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2009. (175 p.). ISBN: 978-85-224-3169-4.

GRANDI, Filippo. *Refugee Education 2030: a Strategy for Refugee Education*. New York, City, USA: UNHCR, 2019. (56 p.).

HYNIE, Michaela. The Social Determinants of Refugee Mental Health in the Post-Migration Context: A Critical Review. *The Canadian Journal of Psychiatry*, v. 63, n. 5, p. 297–303, 4 maio 2018a. Disponível em: <http://journals.sagepub.com/doi/10.1177/0706743717746666>. ISSN: 0706-7437. DOI: 10.1177/0706743717746666.

HYNIE, Michaela. Refugee integration: Research and policy. *Peace and Conflict: Journal of Peace Psychology*, v. 24, n. 3, p. 265–276, ago. 2018b. Disponível em: <https://doi.apa.org/doi/10.1037/pac0000326>. Acesso em: 26 maio. 2024. ISSN: 1532-7949. DOI: 10.1037/pac0000326.

KRIPPENDORFF, Klaus H. *Content Analysis: An Introduction to Its Methodology*. 4. ed. London, England: SAGE Publications Inc, 2018. (472 p.). ISBN: 978-1506395661.



LINCOLN, Yvonna S. *et al.* *The SAGE Handbook of Qualitative Research*. 6. ed. London, England: SAGE Publications Inc, 2023. (800 p.). ISBN: 978-1071836743.

MARTUSCELLI, Patricia. Solidarity in the Time of COVID-19: Refugee Experiences in Brazil. *Refuge: Canada's Journal on Refugees*, v. 38, n. 1, p. 27–42, 29 abr. 2022. Disponível em: <https://refuge.journals.yorku.ca/index.php/refuge/article/view/40874>. Acesso em: 25 maio. 2024. ISSN: 1920-7336. DOI: 10.25071/1920-7336.40874.

MURDOCK, Graham. Pierre Bourdieu, Distinction: a social critique of the judgement of taste. *International Journal of Cultural Policy*, v. 16, n. 1, p. 63–65, fev. 2010. Disponível em: <http://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/10286630902952413>. Acesso em: 12 abr. 2024. ISSN: 1028-6632. DOI: 10.1080/10286630902952413.

OECD, Reviews of Migrant Education. *The resilience of students with an immigrant background: Factors that shape well-being*, OECD Publishing, Paris. Paris, France: OECD Publishing, 2018. (298 p.). ISBN: 978-92-64-29209-3.

ONU. Convenção Relativa ao Estatuto dos Refugiados (1951): Decreto nº 50.215, de 28 de Janeiro de 1961. *Cultural Anthropology*, v. 189, n. 1951, p. 1–14, 1951.

PERES, Luise Bittencourt; CERQUEIRA-ADÃO, Sebastião Ailton Da Rosa; FLECK, Carolina Freddo. Integrar e acolher: o acesso de refugiados e imigrantes haitianos nas universidades. *Educação e Pesquisa*, v. 48, 2022. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1517-97022022000100760&tlng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-97022022000100760&tlng=pt). Acesso em: 25 maio. 2024. ISSN: 1678-4634. DOI: 10.1590/s1678-4634202248244344por.

SILVA-FERREIRA, Alisson Vinícius; MARTINS-BORGES, Lucienne; WILLECKE, Thiago Guedes. Internacionalização do ensino superior e os impactos da imigração na saúde mental de estudantes internacionais. *Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior (Campinas)*, v. 24, n. 3, p. 594–614, dez. 2019. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1414-40772019000300594&tlng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-40772019000300594&tlng=pt). Acesso em: 25 maio. 2024. ISSN: 1982-5765. DOI: 10.1590/s1414-40772019000300003.

UNHCR, Brasil. *Dados sobre Refúgio: Relatório Semestral* fornece estatísticas e números importantes sobre os primeiros seis meses de 2021 para ajudar as organizações e os Estados a planejarem suas respostas humanitárias. Brasília: UNHCR ACNUR Brasil, 19 abr. 2021. *Online*. Disponível em: <https://www.acnur.org/portugues/dados-sobre-refugio/>. Acesso em: 19 abr. 2022.

YIN, Robert K. *Pesquisa qualitativa do início ao fim*. Tradução: Rafael Bueno. Porto Alegre: Penso, 2016. (313 p.). ISBN: 978-85-8429-082-6.



## **A MATEMÁTICA EM MOVIMENTO: EXPLORANDO O CONJUNTO DOS NÚMEROS INTEIROS ATRAVÉS DO BOLICHE EM UMA ABORDAGEM INTERDISCIPLINAR COM A EDUCAÇÃO FÍSICA**

**Priscila Carla da Costa Gomes**

**Resumo:** Jogos e brincadeiras facilitam o ensino da Matemática, pois promovem o desenvolvimento de habilidades cognitivas e auxiliam na resolução de problemas. A pesquisa vem sendo realizada com turmas do 7º ano em uma escola pública de Contagem/MG, por meio do jogo de boliche como elemento integrador entre Matemática e Educação Física. Essa abordagem interdisciplinar visa enriquecer a prática pedagógica, promovendo uma aprendizagem significativa e prazerosa, no sentido de melhorar a compreensão dos conteúdos e de incentivar a participação ativa dos estudantes. Práticas de movimento são intencionalmente aplicadas para explorar o boliche, enquanto esporte de precisão e recurso unificador entre as duas disciplinas, por meio de uma sequência didática estruturada envolvendo o conjunto dos números inteiros. Essa integração permite a construção de movimentos específicos, alinhados ao planejamento curricular de Educação Física, investigando o jogo de boliche e suas contribuições na construção de conhecimentos matemáticos e de habilidades corporais..

**Palavras-chave:** Matemática e Educação Física. Interdisciplinaridade. Sequência didática. Jogo de Boliche.

### **Introdução:**

Os jogos e brincadeiras desempenham um papel complementar no ensino da Matemática, já que proporcionam uma abordagem lúdica e desafiadora, que auxilia nos processos cognitivos, na resolução de problemas, no desenvolvimento das noções de espaço, lateralidade, entre outros temas cruciais para a aprendizagem. Nesse sentido, essa pesquisa será conduzida nas turmas do 7º ano do Ensino Fundamental, de uma escola municipal na cidade de Contagem/MG e pretende-se apresentar a possibilidades de melhorias por meio de um trabalho pedagógico interdisciplinar utilizando o jogo de boliche. Para isso, serão aplicadas práticas de movimento intencionais, explorando o jogo de boliche como elemento unificador entre as disciplinas de Matemática (Mat.) e Educação Física (EF). Essa integração oportuniza a construção movimentos específicos, alinhados com o planejamento curricular de Educação Física e investiga as contribuições do jogo na construção de conhecimentos matemáticos. Trata-se de uma pesquisa relevante porque o ensino-aprendizagem de Matemática tem sido um desafio tanto para quem ensina, quanto para quem aprende. Quem ensina vem buscando formas de ajudar os estudantes a aprenderem, uma vez que grande parte deles têm dificuldades nas operações básicas da disciplina, considerando-a muito difícil. Frequentemente, o ensino da Matemática tem sido um dos grandes problemas de aprendizagem na Educação Básica. Como o ensino de Educação Física costuma despertar grande interesse, com a maioria dos estudantes participando das aulas com prazer, a interdisciplinaridade surge como uma estratégia eficaz



para enriquecer o processo de aprendizagem em ambas as disciplinas. Além disso, uma abordagem lúdica pode motivar os educandos a se envolverem ativamente na atividade e na construção do conhecimento. Assim, considera-se a relevância dos jogos para a educação matemática, sendo viável utilizar as práticas do jogo de boliche na escola para avaliar os resultados alcançados a partir da aprendizagem dos estudantes.

Desta forma, trata-se de um estudo relevante para a academia, por ser um universo pouco explorado e que, poderá contribuir para as investigações de outros pesquisadores, bem como trazer subsídios à educação com vistas a melhorar as práticas pedagógicas nas aulas de Matemática.

O objetivo geral é averiguar a relação entre Matemática e Educação Física, com o uso de jogos e brincadeiras atreladas ao boliche como recurso didático para facilitar o processo de ensino-aprendizagem de operações matemáticas, envolvendo o conjunto dos números inteiros e ressaltando o movimento através da interconexão inerente entre as práticas interdisciplinares. Quanto aos objetivos específicos, eles são avaliar o impacto da integração movimento da Educação Física/Matemática no engajamento e na motivação dos estudantes em relação aos conceitos matemáticos; identificar estratégias pedagógicas e lúdicas que integrem o movimento do jogo de boliche no ensino de conceitos matemáticos; analisar como jogos e brincadeiras podem influenciar a compreensão e o aprofundamento do aprendizado das operações básicas da matemática no Ensino Fundamental.

### **Metodologia:**

A pesquisa será bibliográfica e conta com a aplicação de uma sequência didática através de intervenção em uma turma de estudantes do 7º ano do Ensino Fundamental, de escola pública, explorando a interdisciplinaridade entre Matemática e Educação Física. Conforme Dolz, Noverraz e Schneuwly (2004), a sequência didática contém atividades escolares sequenciais, organizadas sistematicamente, em torno de um conteúdo cujas atividades levam em conta três momentos, antes, durante e depois e possui o caráter experimental-interventivo com atividades aplicadas a um grupo participante de aulas de Matemática e Educação Física com atividades de boliche e operações matemáticas, envolvendo movimentos corporais e raciocínio, em comparação a um grupo de controle com aulas tradicionais. Segundo Gil (2012), a pesquisa por meio da intervenção possibilita ao professor investigar sua prática de forma crítica e reflexiva.

Os passos serão os seguintes:

- Determinar a turma do 7º ano que farão parte da amostra;
- Desenvolver sequência didática com atividades de intervenção associadas a movimentos específicos relacionados a conceitos matemáticos (por exemplo, adição/subtração/multiplicação e divisão) através de jogos físicos, como os movimentos para jogar o boliche).
- Avaliar por meio de testes pré e pós-intervenção, com observações em sala de aula, por meio de sequência didática, bem como pós-teste através de questionários para professores;
- Tabular, organizar os dados;
- Analisar os dados fazendo Comparação dos resultados dos testes, análise estatística e qualitativa do desempenho e dos questionários aplicados aos professores.
- Os resultados esperados são:
- Identificar estratégias eficazes para ensinar o conjunto dos números inteiros por meio do jogo de boliche;



- Demonstrar o impacto positivo do uso do movimento do jogo no aprendizado;
- Desenvolver diretrizes para sugerir a implementação dessa abordagem nas aulas de matemática.

Para elaboração da revisão de literatura foram buscados textos publicados nas plataformas SciELO (Scientific Electronic Library Online), CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior), DP (Domínio Público) e BDTD (Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações). O mecanismo de busca foi por meio de palavras-chave relativas ao assunto tratado. Desse modo, as palavras usadas foram interdisciplinaridade, sequência didática, Matemática, Educação Física, Operações matemáticas e boliche. Foram incluídos artigos, dissertações e teses com abrangência de, no mínimo, três palavras. Também, pesquisou-se em livros sobre interdisciplinaridade e sequência didática. Além disso, fizeram parte da revisão de literatura documentos oficiais relativos à educação, no caso os PCNs e a BNCC. Os principais autores incluídos na pesquisa são BRASIL (1999), (2017); Dolz, Noverraz, Schneuwly, Dolz (2004); Fazenda (2003); Gil (2010); Grando (2004); Kishimoto (2008); Luckesi (2002); Piaget (1995); Vale (2021); Vygotsky (1998), Zabala (1998), entre outros.

### Resultados e discussão:

A pesquisa está em andamento, foi criada uma atividade diagnóstica para saber o nível de desenvolvimento dos estudantes, o próximo passo será a realização da sequência didática, culminando com uma avaliação para perceber se a compreensão dos estudantes melhorou.

### Considerações finais:

Esta pesquisa vem investigando o uso do boliche por meio de uma sequência didática interdisciplinar com o objetivo de verificar a eficácia do uso desse jogo para a aprendizagem das operações matemáticas, explorando o conjunto dos números inteiros e movimentos controlados no manuseio do objeto para arremessar, lançar e acertar o alvo determinado.

Contudo, ainda não foi possível aplicar a atividade diagnóstica para averiguar o nível de conhecimentos dos estudantes, para comparar com o desempenho deles depois de aplicada a sequência didática.

### Referências:

BRASIL, Ministério da Educação, Secretaria de Educação Média e Tecnológica. **Parâmetros curriculares nacionais: ensino médio**. Brasília Ministério da Educação, 1999.

BRASIL. **Base nacional comum curricular (BNCC): Educação Infantil e Ensino Fundamental**. Brasília: MEC/Secretaria de Educação Básica, 2017. Disponível em: <<http://basenacionalcomum>>. Acesso em: 09 de dez. de 2023

DOLZ, J.; NOVERRAZ, M.; SCHNEUWLY, B. Sequências didáticas para o oral e a escrita: apresentação de um procedimento. In: SCHNEUWLY, B., DOLZ, J. (Org.). Gêneros orais e escritos na escola. [Tradução e organização de Roxane Rojo e Gláís Sales Cordeiro]. Campinas: Mercado de Letras, 2004, p. 81-108.



FAZENDA, I. C. A. **Interdisciplinaridade**: qual o sentido? São Paulo: Paulus, 2003.

GIL, Antônio. Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

GRANDO, Regina Célia. **O jogo e a matemática no contexto da sala de aula**. São Paulo: Paulus, 2004.

KISHIMOTO, Tizuko Morchida. (org.). Jogo, brinquedo, brincadeira e a educação. 11. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

LUCKESI, C. C. **Ludicidade e atividades lúdicas**: uma abordagem a partir da experiência interna. Salvador: GEPEL, Programa de Pós-Graduação em Educação, FAGED/UFBA, 2002. (Coletânea Educação e Ludicidade – Ensaios 02).

PIAGET, Jean. **Seis estudos de psicologia**. Trad. Maria Alice Magalhães D'Amorim e Paulo Sérgio Lima Silva. 21. ed., Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.

VALE, Rodrigo Magno dos Santos. **O lúdico como ferramenta no ensino da matemática**: Boliche Matemático como metodologia de ensino. III Encontro de Ludicidade e Educação Matemática, v. 3, n. 1, p. e202105, 2021.

VYGOTSKY, Liev. Semionovich. O papel do brinquedo no desenvolvimento. In: **A formação social da mente**. 6. ed., São Paulo: Martins Fontes, 1998.

ZABALA, Antoni. A Prática Educativa: como ensinar. Porto Alegre: Artmed, 1998.



## A METODOLOGIA FREIRIANA APLICADA NA EDUCAÇÃO EM SAÚDE

**Paula Caroline Pepa Oliveira**

Doutoranda em Educação, Conhecimento e Sociedade - Univas

**Atilio Catosso Salles**

Pós-doutor em Ciências da Linguagem - Univas

**Resumo:** O presente estudo é caracterizado por uma pesquisa qualitativa com referencial metodológico do Itinerário de Pesquisa de Paulo Freire que utiliza o Círculo de Cultura. Têm como objetivos gerais, compreender as concepções de educação em saúde dos profissionais de uma equipe de Estratégia de Saúde da Família, problematizar a eficácia das práticas de educação dentro de seus próprios processos de trabalho e, a partir disso pretende-se propor um método de educação em saúde a luz da pedagogia freiriana. Para consolidar a pesquisa, o trabalho seguiu três momentos de dialogicidade e reflexão: Temas Geradores, Codificação/Descodificação e Desvelamento Crítico. O campo de desenvolvimento foi uma Unidade Básica de Saúde situada no município de Três Corações, Minas Gerais. Demonstrou-se que a aplicação do “Método Paulo Freire” teve um resultado satisfatório na compreensão das atividades de educação em saúde e provocou mudanças para a melhoria do processo de trabalho em saúde.

**Palavras-chave:** Educação; Saúde; Paulo Freire.

### Introdução:

O presente estudo têm como objetivos gerais de estudo, compreender as concepções de educação em saúde dos profissionais de uma equipe de Estratégia de Saúde da Família, problematizar a eficácia das práticas de educação dentro de seus próprios processos de trabalho e, a partir disso pretende-se propor um método de educação em saúde a luz da pedagogia freiriana.

O SUS é um sistema de atendimento em saúde pública que oferece suporte desde o nascimento e por toda a vida para todos os cidadãos brasileiros, sem qualquer tipo de discriminação. Atenção Básica, é a principal porta de entrada dos usuários ao SUS, e Unidades Básicas de Saúde são as estruturas físicas instaladas próximas da vida dos usuários, garantindo o acesso a uma saúde de qualidade oferecida gratuitamente pelo SUS.

Em 1990 o governo brasileiro sanciona a Lei nº 8080 estabelecendo o SUS, tomando como princípios e diretrizes à universalização, a equidade, a preservação da autonomia, o direito à informação sobre a saúde e a promoção da saúde.

A promoção da saúde é definida pelo Política Nacional de Promoção da Saúde - PNPS (2018) como um “conjunto de estratégias e formas de produzir saúde, no âmbito individual e coletivo. Deve considerar a autonomia e a singularidade dos sujeitos, das coletividades e dos territórios.” O modo de viver, condições de moradia, alimentação, trabalho, influenciam no processo de saúde adoecimento, sendo importante lembrar que tais condições são resultantes



de múltiplos fatores e não dependem meramente da sua vontade, mas de um reflexo econômico, político, cultural e social. Para que se construa uma efetiva promoção da saúde, o ponto de partida é o reconhecimento das vulnerabilidades, das potencialidades e das dificuldades que envolvem a comunidade.

Estudos demonstram que há pouca contribuição na educação em saúde dos profissionais de saúde para com a população, uma vez que, tradicionalmente, os profissionais têm fornecido como nomeia Paulo Freire, uma “educação bancária” baseada apenas no depósito de informações (FREIRE, 1974).

Para o MS, educação em saúde é um conjunto de práticas educativas em saúde que visa aumentar a autonomia das pessoas no seu cuidado e à apropriação temática pela população, alcançando uma atenção à saúde de acordo com suas necessidades. Diante do exposto, torna nítido que educação e saúde são indissolúveis e sua articulação é necessária para que o indivíduo entenda o seu processo de saúde doença alcançando a autonomia no cuidado.

As discussões acerca da autonomia do indivíduo no seu cuidado, da modificação de hábitos e conseqüente empoderamento da sua saúde, vai ao encontro com a proposta discutida sobre a pedagogia de Paulo Freire em Educação como Prática para Liberdade.

E é pensando em uma educação em saúde horizontalizada entre o profissional e o paciente, transformadora da realidade, libertadora e emancipadora, que emerge a conexão com a pedagogia de Paulo Freire, inserindo educador (profissional da saúde) e educando (paciente, comunidade) em uma troca constante e conjunta de saberes, não havendo níveis hierárquicos de conhecimentos.

### **Metodologia:**

Esta é uma pesquisa qualitativa, com referencial metodológico do Itinerário de Pesquisa de Paulo Freire que utiliza o Círculo de Cultura constituído das seguintes etapas: Investigação temática; Codificação e Descodificação; e Desvelamento crítico. Neste estudo, o método freiriano mostrou-se a melhor opção de escolha por oportunizar reflexões das ações profissionais dos participantes, e assim os possibilite à uma nova postura de atuação como educadores e transformadores de uma realidade social.

Participaram da pesquisa vinte e sete indivíduos que compõe a equipe de ESF da Unidade Básica de Saúde Parque Colinas, no município de Três Corações, situada no sul de Minas Gerais. Como instrumentos de coleta de dados utilizei meu celular e um diário de campo.

O projeto foi aprovado pelo Comitê de Ética da Univás com parecer nº 5.978.507 e, após coletar as assinaturas dos participantes no TCLE, iniciei o procedimento de coleta de dados seguido da formação dos Círculos de Cultura.

A investigação temática foi realizada através da minha inserção no cotidiano de trabalho das equipes de saúde por dois meses, em dias e horários alternados. Posteriormente, segui para a etapa da formação dos Círculo de Cultura que aconteceram quinzenalmente, com duração aproximada de uma hora e trinta minutos e em horário conveniente para os participantes.

Com a reflexão da ação, chega o momento do desvelamento crítico. Nesta etapa metodológica de ação-reflexão-ação, demonstrei o material gerado nos Círculos de Cultura. Este foi o ápice do processo metodológico, foi o momento de fazer emergir no profissional um pensamento crítico de transformar a realidade dos indivíduos que atendem, através de uma educação em saúde com potencial pedagógico que valorize o cotidiano, a cultura e o modo de viver e de pensar da comunidade.

### **Resultados e discussão:**



Os resultados e a discussão da presente tese serão descritos no formato de relato de experiência, alicerçados no referencial metodológico freiriano.

Ao acompanhar os Agentes Comunitários de Saúde pude verificar que a ligação desses profissionais com a comunidade é algo singular e espontâneo, são recebidos com afeto e possuem uma relação de confiança com os moradores. Segundo Silva et al (2019), o agente comunitário de saúde atua como facilitador da comunicação entre os profissionais da ESF e a comunidade territorial de atuação, promovendo uma aproximação, criando um elo entre eles.

As enfermeiras e técnicas de enfermagem, praticam suas atividades dentro da própria unidade, onde cada uma delas tem um setor específico. Em 2007 o MS lança o Caderno de Educação Popular em Saúde enfatizando a mudança na abordagem educacional profissional em saúde, que passa a adotar a Aprendizagem Baseada em Problemas. Tal abordagem de modelo de ensino vem substituir os modelos tradicionais e fragmentista de atenção aos problemas de saúde.

A segunda fase metodológica se deu com a formação dos Círculos de Cultura. A partir dos discursos, foi possível identificar que os profissionais ACS, são a conexão entre a população e a unidade de saúde. Para Alonso et al (2021), o ACS foi inserido na Estratégia de Saúde da Família com a intenção tática de superar o modelo biomédico tradicional de atendimento a saúde da população.

As técnicas de enfermagem se mostraram menos receptivas e pouco comunicativas, comigo e com os pacientes. Essas profissionais se mostraram mais tecnicistas e menos acolhedoras com a população, caminhando na contramão dos objetivos do SUS. De acordo com a Política Nacional da Atenção Básica do MS, uma das atribuições do profissional técnico de enfermagem que atua na Atenção Básica é “realizar ações de educação em saúde à população adstrita, conforme planejamento da equipe” (Brasil, 2012, pg.47).

Já as enfermeiras, dispunham de pouco tempo, visto que a demanda burocrática é volumosa, como as técnicas de enfermagem, permanecem a grande maioria do tempo na unidade de saúde apresentando pouco contato com a população, porém ao ter esse contato, realizam orientações e tiram dúvidas sobre o estado de saúde dos mesmos.

### **Considerações Finais:**

O entendimento das questões de saúde e da população atendida, baseada nos ensinamentos de Freire faz-se importante como elemento central na reflexão e ação desses profissionais, visto que impactam na forma de cuidar dos pacientes, da comunidade e na forma de gerir as políticas públicas de saúde. A proposta pedagógica freiriana, orienta a educação como algo que seja capaz de modificar a realidade dos indivíduos, da comunidade, da sociedade, através do diálogo e troca de experiências, do saber ouvir, de educar e ser educado. Assim, imbuídos dessa compreensão e reflexão, esses profissionais terão a possibilidade de construir um processo de saúde baseado nos princípios do SUS, já que estão nele inseridos.

A metodologia freiriana se mostrou adaptável e aderente a área da saúde, promovendo resultados além dos esperados.

### **Referências:**

Brasil. Presidência da República. Casa civil. **Lei nº 8080, de 19 de setembro de 1990.** Dispõe sobre as condições para a promoção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências.



\_\_\_\_. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. **Política Nacional de Promoção da Saúde: PNPS**. Anexo I da portaria de consolidação nº2, de 28 de setembro de 2017. Brasília: 2018.

Freire, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. São Paulo: Paz e Terra, 1974.



ORGANIZAÇÃO



Programa de Pós-graduação em  
**Educação, Conhecimento  
e Sociedade** Mestrado e Doutorado • UNIVAS

**UNIVAS**  
UNIVERSIDADE DO VALE DO SAPUCAÍ

## **A NEUROCIÊNCIA, O DESENVOLVIMENTO E A APRENDIZAGEM NA EDUCAÇÃO INFANTIL.**

**Solange Christina Carneiro Rodriguez**

Doutoranda do Programa de pós-graduação em educação, conhecimento e sociedade

**Thereza Christina Ribeiro Barbosa Moreira**

Mestranda do Programa de pós-graduação em educação, conhecimento e sociedade

**Aliny Simões Bruno Carvalho**

Mestranda do Programa de pós-graduação em educação, conhecimento e sociedade

**Alberto De Vitta**

Docente do Programa de pós-graduação em educação, conhecimento e sociedade

**Resumo:** O objetivo desse estudo foi estabelecer relações entre a Neurociência, o desenvolvimento e a aprendizagem na Educação infantil. Foi realizado um estudo de revisão sistemática da literatura entre os anos de 2019 e 2024. A neurociência, que estuda os processos biológicos e as configurações do cérebro, está se tornando cada vez mais relevante na educação, pois suas descobertas oferecem um referencial teórico sobre os fundamentos do desenvolvimento e aprendizagem. Dessa forma, é fundamental a integração dos postulados neuro-científicos relativos ao desenvolvimento e a aprendizagem na primeira infância, tendo em vista a possibilidade de aprimoramento dos conteúdos curriculares para formação dos professores, dos recursos didáticos e das práticas educacionais.

**Palavras-chave:** Pedagogia. Educação Infantil. Desenvolvimento e aprendizagem. Neurociência.

### **Introdução:**

A primeira infância tem sido foco de pesquisas e políticas públicas devido à sua importância na aprendizagem. Programas de desenvolvimento infantil abrangentes, que começam cedo e envolvem intervenções em saúde, nutrição, estímulo e educação, mostraram resultados significativos e duradouros. Isso reflete a teoria de que os primeiros anos de vida são cruciais para o desenvolvimento das habilidades necessárias para aprendizagem futura. (Nascimento, 2023).

A Pedagogia é uma ciência que “[...] tem como objeto de estudo a educação. Como fenômeno social, a educação não se esgota no estudo de uma única ciência. Como fenômeno múltiplo, é síntese de múltiplas determinações”. (Pimenta, 2018).

Nos últimos anos, a neurociência destacou-se como um campo de estudos essencial para o desenvolvimento humano. Dedicar-se a investigar o funcionamento do sistema nervoso, a gênese e o desenvolvimento da Inteligência, a organização cerebral em interação com o ambiente físico e social. Esse campo de estudo reúne diferentes disciplinas e abordagens, todas focadas na compreensão da evolução do ser humano desde os primeiros anos de vida.

A Educação Infantil, dividida em creche (0 a 3 anos) e pré-escola (4 a 5 anos), tem como objetivo promover o desenvolvimento integral e aprendizagem na primeira infância, sendo a



porta de entrada para o sistema educacional no Brasil. (Brasil, 2013)

Considera-se desenvolvimento infantil o processo de “construção e aquisição de novas habilidades de forma contínua, dinâmica e progressiva para a realização de funções cada vez mais complexas”. É processo multifacetado que abrange distintas áreas, como física, cognitiva, motora, emocional, social. Esse processo é influenciado por fatores intrínsecos e extrínsecos que podem ser propícios ou não, acelerar ou retardar a apropriação de estágios de desenvolvimento notadamente nos primeiros anos de vida. A aprendizagem é definida como “processo de construção, aquisição e apropriação de conhecimento”. (NPCI, 2014).

Explorar o conhecimento neuro-científico sobre a plasticidade cerebral e as funções cognitivas superiores (como atenção, memória, motivação, emoções e funções executivas) vinculados ao desenvolvimento e aprendizagem na primeira infância, pode subsidiar a elaboração de políticas educacionais, remodelar currículos para a formação de educadores, ressignificar ambientes escolares, ações didáticas e recursos pedagógicos tornando-os mais alinhados com as características do desenvolvimento e aprendizagem das crianças na Educação Infantil. Essa proposição justifica a presente pesquisa por sua relevância social.

O objetivo desse estudo foi refletir sobre as relações entre a Neurociência, o desenvolvimento e a aprendizagem na Educação Infantil.

## Metodologia

Utilizou-se a técnica de revisão sistemática demonstrativa da literatura, como método de pesquisa, conduzida, nos meses de setembro e outubro de 2024. Foi realizada uma pesquisa eletrônica nas seguintes bases de dados SciELOt e Periódicos-CAPES. A pesquisa na literatura científica publicada corresponde ao período de 2019 a 2024 e as bases foram escolhidas por serem empregadas na avaliação do Qualis da Educação para classificação dos periódicos em estratos A1 a B2, proposto pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). As áreas temáticas/assunto selecionadas nas bases de indexação foram: Pedagogia. Educação Infantil. Desenvolvimento e aprendizagem. Neurociência. No que se refere às equações de pesquisa (combinação de descritores), foram utilizados os operadores booleanos E e OU para formar os conjuntos de descritores que compuseram as equações de pesquisa, bem como os facilitadores \*e para a obtenção mais objetiva das informações de pesquisa. Retornaram 1.686 pesquisas. Como critério de inclusão, delimitaram-se o ano de publicação, a partir de 2019 até 2024 e o formato da publicação, (artigos, dissertações e teses) em periódicos e revisões e as publicações em língua portuguesa. Como primeiro procedimento de exclusão, foram descartadas as publicações que estavam duplicadas, fruto da indexação do periódico em mais de uma base de dados e, após a aplicação desse filtro, foram excluídos os artigos não relacionados as palavra-chaves.

## Resultados e discussão:

Nos últimos anos, a neurociência destacou-se como um campo de estudos essencial para o desenvolvimento humano. Dedicar-se a investigar o funcionamento do sistema nervoso, a gênese e o desenvolvimento da Inteligência, a organização cerebral em interação com o ambiente físico e social. Esse campo de estudo reúne diferentes disciplinas e abordagens, todas focadas na compreensão da evolução do ser humano desde os primeiros anos de vida.

Evidências científicas do campo da neurociência indicam que o desenvolvimento cerebral ocorre de maneira acelerada nos primeiros anos de vida, sendo bastante influenciado pelos cuidados e estímulos que recebe. O período etário chamado de Primeira Infância abrange as idades entre 0 aos 6 anos, sendo uma etapa fundamental em que se formam importantes estruturas e conexões cerebrais, além de se adquirirem habilidades essenciais que facilitarão o



desenvolvimento de competências mais complexas no futuro.

Nas obras consultadas, destaca-se a importância da neurociência na elaboração de um currículo escolar voltado para o potencial de desenvolvimento e aprendizagem na primeira infância. O período etário no qual a criança está veiculada à Educação Infantil é marcado por intensa crucial para o crescimento, pois melhora a capacidade de memória, essencial para a aprendizagem futura. O surgimento de novas memórias e a leitura e escrita requerem desenvolvimento cerebral, não sendo determinados geneticamente.

### Considerações finais

A neurociência, que estuda os processos biológicos e as configurações do cérebro, está se tornando cada vez mais relevante na educação, pois suas descobertas oferecem um referencial teórico sobre os fundamentos do desenvolvimento e aprendizagem. Compreender como o cérebro opera é essencial para entender a forma como o conhecimento humano se estrutura.

Portanto, é imperativo e oportuno a integração dos postulados neuro-científicos relativos ao desenvolvimento e a aprendizagem na primeira infância à Pedagogia, tendo em vista a possibilidade de aprimoramento dos conteúdos curriculares para formação, os recursos e práticas educacionais.

### Referências:

BRASIL. Ministério da Educação. *Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica*. Brasília 2013. Disponível em [https://www.gov.br/mec/pt-br/aceso-a-informacao/media/seb/pdf/d\\_c\\_n\\_educacao\\_basica\\_nova.pdf](https://www.gov.br/mec/pt-br/aceso-a-informacao/media/seb/pdf/d_c_n_educacao_basica_nova.pdf) Acesso em 28 outubro 2024.

Comitê Científico do Núcleo Ciência Pela Infância (2014). Estudo nº 1: O Impacto do Desenvolvimento na Primeira Infância sobre a Aprendizagem. Disponível em <<http://www.ncpi.org.br>>. Acesso em 28 setembro de 2024.

NASCIMENTO, Tainara Aparecida Garcia do. *Neurociências e a Atuação de Professoras na Educação Infantil*. Mestrado Profissional em Educação Instituição de Ensino: Universidade Federal de Lavras. Disponível em: [https://sucupira-legado.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id\\_trabalho=13759935](https://sucupira-legado.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=13759935). Acesso em 28 setembro de 2024.

PIMENTA, S. G. (Org.). *Saberes pedagógicos e atividade docente*. São Paulo: Cortez, 8ª Ed.2018.



## A PSICOLOGIA CORPORAL E SUAS IMPLICAÇÕES NA QUALIDADE DE VIDA DO(A) PROFESSOR(A): PELO RECORTE DOS TRAÇOS DE CARÁTER

Patrícia Della Torre de Oliveira

### Resumo

O trabalho estudou de que forma a Psicologia Corporal, como aparato técnico-teórico, pode oferecer meios para que a qualidade de vida dos professores melhore. A partir de alicerces teóricos de Freud e Reich, e dos desdobramentos desenvolvidos por outros autores, como Lowen, por exemplo, verificou-se que com o conhecimento e o entendimento dos seus Traços de Caráter, o professor, juntamente com o profissional de Psicologia - habilitado em Psicologia Corporal, poderão encontrar possíveis causas para o adoecimento psicológico ou também denominado couraças. Com base na análise corporal e na identificação do perfil de cada professor, considerando sua história de vida e o contexto em que está inserido, diferentes técnicas podem ser empregadas no intuito de minimizar pontos fracos e maximizar pontos fortes – dor e recurso – promovendo uma (re)significação do funcionamento cotidiano e de suas frustrações, de modo que tais práticas levem o educador a ter uma vida mais sadia e, por conseguinte, alcançar melhorias em sua qualidade. Imprescindivelmente, as orientações e técnicas vindas da Psicologia Corporal devem ser prestadas por terapeutas especializados, habilitados para oferecê-las. Em suma, a integração de abordagens terapêuticas que consideram as manifestações físicas e emocionais do indivíduo à teoria dos Traços de Caráter e suas tratativas, permitem a exploração e a compreensão mais profunda das origens do sofrimento psíquico, por meio de técnicas que envolvem a consciência corporal, a respiração e o movimento.

**Palavras-chave:** educação, psicologia corporal, traços de caráter, qualidade de vida, professor.

### Introdução

A Psicologia Corporal é uma abordagem que permite regular a interconexão entre o corpo e a mente. Ela considera o corpo como um reflexo das experiências emocionais e psicológicas do sujeito. Ao ponderar o corpo como um aspecto inseparável da saúde mental, a Psicologia Corporal aborda a complexidade das experiências por considerar que as emoções, muitas vezes, se manifestam por meio de expressões corporais, tensões musculares, respostas ao toque e sensibilidade corporal, padrões de respiração, memórias somáticas (capacidade do corpo de armazenar e registrar informações sobre experiências físicas e sensações mentais positivas ou negativas) e *flashbacks*.

Esta pesquisa buscou resposta para a pergunta: Como a Psicologia Corporal pode contribuir para a Qualidade de Vida do professor em sofrimento psíquico, por meio de ferramentas que trabalham os Traços de Caráter? Além de mostrar o funcionamento sócio-



histórico da Psicologia Corporal enquanto teoria, a pesquisa buscou compreender que contribuições ela pode oferecer para o desenvolvimento da qualidade de vida do professor em sofrimento psíquico, pelo recorte de ferramentas que utilizam os Traços de Caráter como ponto de partida.

### **Metodologia**

A metodologia utilizada para a elaboração deste trabalho foi a revisão de literatura ou pesquisa bibliográfica. O processo envolveu a formação de uma base de dados preliminar bruta, seguida de uma série de etapas de filtros para a formação de uma base convergente com os objetivos da pesquisa. Foram selecionados e priorizados livros, artigos e textos capazes de dar embasamento científico e viabilidade à proposta de introdução da teoria da análise de caráter de Reich, como possibilidade de redução do estresse do professor.

Para Minayo (1994) a pesquisa bibliográfica, como metodologia, explica as opções teóricas fundamentais. É uma investigação científica que tem como objetivo o aprimoramento, a atualização do conhecimento, podendo ser uma pesquisa rápida para confirmar um fato ou uma revisão extensa e sistemática.

### **Resultados e discussão**

O trabalho resgatou o percurso sócio-histórico-científico da Psicologia Corporal, passando por Freud e a Psicanálise. Destes vêm as bases para os trabalhos de Wilhem Reich, o qual, daqui, desenvolve a análise do caráter e a abordagem que hoje conhecemos como Psicologia Corporal.

A partir da visão dos pós-reichianos, além da manutenção de pontos basilares, foi possível compreender a metodologia da Vegetoterapia Caractero-analítica. Ela atua sobre a couraça muscular para realizar sua desmobilização, permitindo que todo o sistema neurovegetativo do corpo seja trabalhado com o objetivo de reestabelecer a saúde psicofísica. Analisou-se as principais diferenças entre a terapia Pós-reichiana e a Neo-reichiana, mostrando que a couraça não fica restrita a nível muscular.

Quanto ao professor e seu sofrimento psíquico, buscou-se compreender a constituição de seu significado e os movimentos sócio-históricos constituintes, quando analisou a predominância feminina na educação básica e a questão relativa à vocação e à profissão. Com olhar para a educação brasileira, especificou-se sobre o mal-estar na escola e apresentou alguns pontos que considerou relevantes para o estudo.

Ao mencionar a promoção da qualidade de vida do professor por meio da Psicologia Corporal, discorreu a respeito do sofrimento daquele, e como a Psicologia Corporal pode auxiliá-lo a compreender seus Traços de Caráter e assim, melhorar sua qualidade de vida. Foram apontadas possibilidades de tratamentos por meio de técnicas capazes de, a partir da identificação dos Traços de Caráter, permitir intervenções na busca de resultados satisfatórios para a melhoria da qualidade de vida do professor, frente ao sofrimento psicológico que vivencia.

### **Conclusão**

Com os conhecimentos e a compreensão da formação das estruturas de caráter é possível realizar uma análise profunda do indivíduo, de modo a possibilitar respostas que podem ser ligadas à sua vida e evidenciadas no formato/marcações do seu corpo. Dessa forma, as variáveis emocionais, afetivas, comportamentais, energéticas e pulsionais podem ser validadas a fim de determinarem as fixações da infância que ficaram registradas no plano energético e nos segmentos de couraça, quer elas sejam positivas ou negativas, como ensina Reich.



Sobre a pergunta norteadora deste trabalho, que questiona a contribuição da Psicologia Corporal, especificamente, na abordagem dos Traços de Caráter para a minimização do adoecimento psíquico do professor, percebe-se que pela identificação das características comportamentais das estruturas de caráter, é possível, que o professor, com a ajuda de um profissional habilitado e competente, consiga identificar em quais estruturas tem mantido seus padrões de comportamento. Assim, pode iniciar um processo de autoconhecimento que apontará para a conscientização e amadurecimento caracterial, o que poderá levá-lo a uma melhora em sua qualidade de vida.

Todavia, percebe-se que o objetivo geral da pesquisa foi alcançado ao mostrar, teoricamente, o quanto a Psicologia Corporal, como ciência, pode contribuir para a melhoria da qualidade de vida do professor em sofrimento psíquico, tendo em vista a abordagem dos Traços de Caráter. Para isso, foram apresentados movimentos sócio-históricos, desde os embasamentos embrionários da Psicologia Corporal até as técnicas e métodos contemporâneos que são utilizados como tratamento para o desbloqueio das coraças. Estes bloqueios impedem o bem-estar dos professores em sofrimento psíquico. Portanto, uma nova possibilidade fora do convencional de autoconhecimento, autorregulação, minimização de estresse, ansiedade e depressão, oriundos da profissão, foi encontrada.

## Referências

MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org). **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

NAVARRO, F. **Caracterologia pós reichiana**. São Paulo: Summus, 1995a.

REICH, W. A solução caractelógica do conflito sexual infantil. *In*: REICH, W. **Análise do Caráter**. 3.ed. São Paulo: Martins Fontes. p.167 a 184. 1998.



## A ZONA RURAL COMO ESPAÇO FORMATIVO: DO TERRITÓRIO ÀS PRÁTICAS EDUCACIONAIS NO CAMPO

Ana Flávia Balbino Duarte

Dr. Diego Henrique Pereira

### Resumo:

Este estudo tem como objetivo investigar como as práticas educacionais formais e não formais no contexto da zona rural contribuem para a formação humana dos sujeitos do campo, com foco no fortalecimento da identidade territorial e no desenvolvimento integral dos estudantes. A pesquisa parte da compreensão do campo como território formativo, onde os saberes tradicionais e as práticas comunitárias são centrais para o processo educativo. A metodologia utilizada é qualitativa, com base em entrevistas semiestruturadas e análise documental na Escola Municipal Lázaro Cândido de Souza, em Monte Sião, Minas Gerais. As entrevistas incluem professores, alunos, seus pais e gestores escolares, buscando compreender como a escola e a comunidade se articulam para promover uma educação que valorize o território e integre os saberes locais ao currículo formal. A expectativa é que este estudo forneça subsídios teóricos e práticos para fortalecer a educação no campo, considerando as políticas públicas como o Decreto nº 7.352/2010 e as Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo. Além disso, espera-se que o trabalho contribua para a promoção de uma educação que vá além da preparação para o mercado de trabalho, capacitando os sujeitos do campo para atuar de forma crítica e ativa em suas comunidades.

**Palavras-chave:** Educação do Campo. Saberes Tradicionais. Formação Integral. Identidade Territorial.

### Introdução:

A Educação do Campo é uma proposta pedagógica que visa integrar os saberes e as práticas locais ao currículo escolar, promovendo uma formação contextualizada e significativa para as comunidades rurais. No Brasil, essa abordagem tem se fortalecido, especialmente com o apoio de políticas públicas como o Decreto nº 7.352/2010, que estabelece a Política Nacional de Educação do Campo. No entanto, a implementação dessas diretrizes ainda enfrenta desafios, particularmente no que diz respeito à integração das práticas formais e não formais no cotidiano escolar.

Este estudo foi motivado pela minha atuação na educação no campo, onde pude observar a importância de valorizar os saberes tradicionais e o território como elementos centrais para a formação integral dos sujeitos. O campo, enquanto território formativo, ensina lições valiosas sobre sustentabilidade, identidade e pertencimento, reforçando a importância de uma educação que respeite e valorize essas especificidades.



Assim, o presente trabalho tem como objetivo principal investigar como as práticas educacionais, formais e não formais, no contexto da zona rural contribuem para a formação humana dos sujeitos do campo, promovendo a valorização do território e o fortalecimento da identidade territorial. Além disso, busca-se entender a influência das políticas públicas e a participação da comunidade no processo educativo.

### **Metodologia:**

A pesquisa será desenvolvida utilizando uma abordagem qualitativa e exploratória. Serão realizadas entrevistas semiestruturadas com os principais atores do processo educativo na Escola Municipal Lázaro Cândido de Souza, localizada na zona rural de Monte Sião, Minas Gerais. Os entrevistados incluem a diretora da escola, supervisora, professores, alunos e seus pais. O foco das entrevistas será compreender como as práticas educacionais formais e não formais estão articuladas ao território e como contribuem para a formação dos sujeitos do campo.

Além das entrevistas, será realizada uma análise documental do Projeto Político-Pedagógico (PPP) da escola, com o objetivo de avaliar como as diretrizes educacionais e as especificidades da educação no campo são incorporadas ao currículo. A pesquisa também considerará as políticas públicas, em especial o Decreto nº 7.352/2010 e as Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo, para verificar como essas normativas são aplicadas na prática.

### **Hipóteses:**

Os resultados esperados deste estudo incluem uma compreensão mais profunda de como as práticas educacionais no campo, especialmente a articulação entre a educação formal e os saberes tradicionais, podem contribuir para a formação integral dos sujeitos e o fortalecimento da identidade territorial. A pesquisa também busca revelar, por meio de entrevistas e análise documental, como a comunidade e a escola podem atuar de maneira integrada, promovendo uma educação contextualizada e significativa. Além disso, espera-se que os dados obtidos forneçam subsídios para o aprimoramento das práticas pedagógicas e da implementação das políticas públicas voltadas para a educação do campo, identificando as principais limitações e desafios na aplicação dessas diretrizes, e propondo caminhos para fortalecer a conexão entre o currículo formal e os saberes locais.

As hipóteses deste estudo estão alinhadas com esses resultados esperados. Partem da premissa de que as práticas educacionais no contexto da zona rural enfrentam desafios particulares, mas também oferecem oportunidades significativas para a formação dos sujeitos do campo. Em primeiro lugar, imagina-se que a infraestrutura e o acesso limitados no meio rural criem obstáculos que afetam a eficácia das práticas educacionais formais, comprometendo o pleno desenvolvimento dos alunos. No entanto, as práticas educacionais não formais, desenvolvidas em espaços comunitários e informais, podem preencher as lacunas deixadas pela educação formal, contribuindo de forma significativa para a formação humana dos sujeitos do campo.

A integração entre as práticas educacionais e o território, bem como a valorização da cultura local, é outra hipótese central. Acredita-se que essa integração desempenhe um papel crucial no fortalecimento do senso de pertencimento e na construção da identidade dos alunos. Por fim, pressupõe-se que a adaptação curricular ao contexto territorial enfrente desafios decorrentes de fatores cronológicos, processuais e pedagógicos, o que pode influenciar diretamente o aprendizado derivado das práticas formais de educação no campo.



### Considerações Finais:

Este estudo busca contribuir para o debate sobre o papel da escola rural como agente de transformação social, promovendo uma educação que vá além da preparação para o mercado de trabalho. A valorização dos saberes tradicionais e a integração com as práticas formais são fundamentais para promover uma formação humana completa e fortalecer o sentimento de pertencimento dos alunos ao território rural. Espera-se que os resultados possam contribuir para a formulação de políticas públicas mais adequadas e para o desenvolvimento de práticas pedagógicas que valorizem a diversidade cultural e territorial das comunidades do campo.

### Referências:

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l9394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm)>. Acesso em: 26 out. 2024.

ARROYO, MG Políticas de formação de educadores(as) do campo. **Cadernos CEDES**, v. 72, pág. 157–176, 2007.

CALDART, Roseli Salette. **Pedagogia do Movimento Sem Terra: escola é mais que escola**. 1. ed. Petrópolis: Vozes, 2004.



## ALTERAÇÕES RECENTES DO ENSINO MÉDIO: QUAL FORMAÇÃO?

**Eliane Cleide da Silva Czernisz**

Professora do Departamento de Educação - PPEDU UEL

**Rodrigo Alexandre Cavalari Faustino**

Doutorando em Educação – PPEDU UEL

**Jane Tacari**

Mestranda em Educação – PPEDU UEL

**Clara Alice Bispo Malta**

Pesquisadora Bolsista de Iniciação Científica – CNPq/UUEL

**Resumo:** A pesquisa em questão trata dos estudos desenvolvidos acerca das alterações na última etapa da educação básica. Questionamos quais as principais alterações e reformas do Ensino Médio assumem lugar de evidência nas pesquisas desenvolvidas no período de 2018 a 2026 na área da Educação. O objetivo é mapear pesquisas que se referem à reforma do Ensino Médio, levantar as metodologias utilizadas e discutir os resultados. A pesquisa e análise dos dados obtidos se baseiam no método materialista histórico-dialético, entendendo a realidade da educação como um produto histórico e resultante das relações sociais. Com resultados parciais desta pesquisa, notamos que predominam estudos sobre a legislação da reforma educacional, como a Lei 13415/2017, a MP 746/2016 e a Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Além disso, os primeiros resultados indicam uma tendência de intensificação da fragilização da educação no Ensino Médio, visto que as mudanças que podemos acompanhar comprometem não apenas o currículo, mas também a formação inicial do estudante, estendendo-se para o trabalho e a carreira docente. Acrescentamos que tais resultados tendem a se intensificar, já que a última alteração da legislação pela Lei 14945/2024, mantém orientações da reforma anterior.

**Palavras-chave:** Políticas Educacionais. Ensino Médio. Reforma.

### Introdução:

O ensino médio é uma etapa da educação básica que tem sofrido reformas constantes. As alterações abrangem a organização curricular, modificam a concepção formativa, alteram a carreira e o trabalho desenvolvido pelos docentes, modificam a escola de ensino médio. Essas alterações puderam ser vistas com a reforma do ensino médio promovida pela Medida Provisória MP 746/2016, pela Lei 13415/2017, e pela Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Trata-se de uma reforma que elegeu a formação fundamentada no desenvolvimento de competências sócio-emocionais, voltada ao empreendedorismo via o desenvolvimento de projetos de vida com forte alinhamento ao mercado capitalista.



As mudanças promovidas pela reforma trazem impactos profundos tanto para o ambiente escolar quanto para o papel dos professores, que precisam se adaptar a uma nova estrutura curricular e metodológica. A flexibilização do currículo, orientada pelo desenvolvimento de competências e habilidades focadas no mundo do trabalho, interfere na autonomia pedagógica e nas práticas de ensino que anteriormente abrangiam uma formação mais ampla e crítica. Em consequência, os docentes se veem diante de novas demandas de formação e atuação, que muitas vezes desvalorizam a dimensão crítica e reflexiva em prol de uma abordagem funcionalista. Essa orientação gera questionamentos quanto à efetividade do novo modelo para uma formação cidadã completa e bem fundamentada. Assim, como já sinalizamos, se fortalece a lógica de mercado capitalista.

A reforma levanta preocupações sobre a forma como a educação média passa a refletir interesses do mercado capitalista. O incentivo ao empreendedorismo e o conceito de “projeto de vida” são pontos centrais que, embora busquem preparar o aluno para o mercado de trabalho, deixam de abordar outras dimensões importantes para a formação integral do indivíduo, como o desenvolvimento crítico e a compreensão dos direitos e deveres na sociedade. Esses aspectos, valorizados em modelos educacionais mais amplos, parecem ser comprometidos pela excessiva focalização nas competências sócio-emocionais e na lógica de produtividade e eficiência, elementos que estão na base da concepção atual do Ensino Médio.

Esses elementos iniciais dão conta de justificar a necessidade de estudos que possibilitem compreender a reforma com vistas ao estudo dos resultados que tem produzido, um assunto que consideramos importante aos pesquisadores do ensino médio. Buscamos os dados nas pesquisas de Mestrado e Doutorado realizadas sobre a reforma do ensino médio na área da educação, no período de 2018 a 2026. Questionamos quais foram as principais alterações descritas nas pesquisas desenvolvidas sobre o tema. Por essa razão, temos como objetivo mapear as pesquisas, levantar as metodologias utilizadas, e discutir os resultados obtidos, procurando compreender essas mudanças.

### **Metodologia:**

A pesquisa encontra-se em desenvolvimento e utiliza-se de metodologia bibliográfica, o que consideramos uma forma de realizar pesquisa que de acordo com Lima e Miotto (2007), contribui para verificar a fundamentação teórica e metodológica das pesquisas, assim como oportuniza a análise e comparação de resultados, desde que contenha passos bem definidos pelo pesquisador.

Para o levantamento das pesquisas utilizamos o Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES. O ano inicial para a coleta de dados é o ano de 2018. Os descritores eleitos para a pesquisa são: ensino médio, reforma do ensino médio, novo ensino médio.

O método de análise se fundamenta no materialismo histórico dialético e visa com que o pesquisador possa, “[...] na sua relação com o objeto, extrair as suas múltiplas determinações” (Netto, 2011, p. 53). Por essa razão, compreendemos que pelo método em questão, há a possibilidade de interpretação da realidade por uma reflexão que considere categorias como a historicidade, a contradição, a totalidade, a mediação, a reprodução e a práxis.

### **Resultados e discussão:**

Com o levantamento realizado sobre a produção do ano de 2018, destacamos 21 pesquisas, sendo que 04 são teses de doutorado e 17 são dissertações de mestrado. Dentre essas, deixamos de eleger 03 para a pesquisa, por não terem autorização para divulgação ou não estarem disponíveis. As pesquisas que foram desenvolvidas no mestrado, trazem como dados para discussão: a formação da juventude do ensino médio; a presença da dualidade educacional



(formação para o trabalho versus formação para prosseguir os estudos) como característica que demarca a formação; as perspectivas e os limites para a integralização da jornada escolar. Já as pesquisas desenvolvidas no doutorado, trazem a ocupação das escolas pelos estudantes secundarista, mostram a resistência da juventude do ensino médio e apontam para a necessidade de uma formação contra-hegemônica.

Como recurso instrumental para a obtenção de dados, as pesquisas que foram levantadas utilizaram a pesquisa bibliográfica, a análise de documentos de políticas e legislação. Dentre as pesquisas que realizaram coleta de dados tendo como público os estudantes destacamos 03 dissertações e 02 teses. Podemos afirmar que predominam pesquisas de tipo bibliográfico e documental; que abordam a legislação específica da reforma; e que sobressaem pesquisas que desenvolvem uma abordagem crítica da reforma.

### Considerações finais:

A pesquisa está em curso com levantamento de outros anos a partir de 2018 sendo realizados. Como dados parciais dos resultados obtidos até o momento, podemos afirmar que o ensino médio é uma etapa educativa que se encontra em plena disputa pelo direcionamento da formação. Tanto o estudante que está em formação, quanto a formação dos docentes, o material utilizado no processo formativo e suas concepções são objeto de disputas. Tanto é real o que observamos que no processo de questionamentos à reforma e de embate para sua revogação, toda uma mobilização foi desenvolvida com manifestos pela revogação da reforma. Audiências públicas e manifestos foram desenvolvidos pelo revogaEM. O que restou foi aprovação da Lei 14945/2024, que mantém o direcionamento da reforma com pequenas e tímidas alterações que não reverterem a essência da reforma iniciada nos anos de 2016.

Estudos preliminares apontam lacunas formativas que podem prejudicar a inserção cidadã e sua capacidade de reflexão crítica sobre a sociedade. A continuidade das políticas que estão em discussão nos trabalhos sugerem um modelo de educação limitada, que prepara os alunos para demandas imediatas, mas não contribui para seu desenvolvimento integral e para a construção de uma sociedade mais justa e crítica. Em face a esse percurso, continuamos a perguntar na pesquisa que desenvolvemos: qual é a formação pretendida com a reforma do ensino médio?

### Referências:

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara da Educação Básica. **Lei nº 13.415/2017**, de 17 de fevereiro de 2017. Brasília, 2017. Disponível em:

[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2017/lei/l13415.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/l13415.htm)

Acesso em 03/01/2024.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Base Nacional Comum Curricular. Educação é a BASE**. Ensino Médio. Disponível em:

[http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/historico/BNCC\\_EnsinoMedio\\_embaixa\\_site\\_110518.pdf](http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/historico/BNCC_EnsinoMedio_embaixa_site_110518.pdf) Acesso em 03/01/2024.

LIMA, Telma Cristiane Sasso; MIOTO, Regina Célia Tamasso. Procedimentos metodológicos na construção do conhecimento científico: a pesquisa bibliográfica. **Revista Katálises**.

Florianópolis, v. 10, n. esp. P. 37-45, 2007. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/rk/a/HSF5Ns7dkTNjQVpRyvhc8RR/?lang=pt> Acesso em 03/01/2024.



NETTO, José Paulo. **Introdução ao estudo do método de Marx**. São Paulo, Expressão Popular, 2011.

CNTE. Lei 14945/2024:nova reforma do ensino médio é sancionada sem garantir qualidade. Disponível em: <https://cnte.org.br/noticias/lei-14-945-nova-reforma-do-ensino-medio-e-sancionada-sem-garantir-qualidade-e-eq-ea97> Acesso em: 22 de outubro de 2024.



ORGANIZAÇÃO



Programa de Pós-graduação em  
**Educação, Conhecimento  
e Sociedade** Mestrado e Doutorado • UNIVÁS



## APAGÃO DA LICENTURA: UM RECORTE EM UM MUNICÍPIO DO SUL DE MINAS

**Luiz Fernando Nassar Adami**

Psicólogo e Neuropsicólogo

Mestrando em Educação, Conhecimento e Sociedade pela Univás

**Rosilene de Lima Machado Silva**

Doutora em Educação, Conhecimento e Sociedade pela Univás

**Resumo:** Diante da figura do professor, vê-se uma constante imutável quando se olha a sua relação com os alunos: a formação do sujeito através da troca de conhecimentos. Assim, este estudo, um recorte da pesquisa de mestrado, tem como objetivo analisar o fenômeno do apagão da licenciatura, que se caracteriza pelo desinteresse dos estudantes por profissões ligadas à docência, tendo como norte os fatores que levam, principalmente os adolescentes, a não escolherem a docência como uma profissão. Nesse contexto, a pesquisa será realizada em um município do Sul de Minas com adolescentes do 3º ano do ensino médio regular, de escolas públicas e particulares, contando com, aproximadamente, 282 alunos. Como metodologia será utilizado um questionário no *Google Forms*, sendo entregue aos alunos um QrCode para acessar um formulário e responder perguntas referentes ao interesse em serem professores. A última pergunta do questionário será direcionada ao interesse opcional de ser realizada, posteriormente, uma entrevista semiestruturada entre o pesquisador e o aluno, para compreender e explorar informações relevantes para levantadas no formulário. Os dados obtidos no questionário e na entrevista, serão categorizados e estudados por meio da análise de conteúdo. A pesquisa está em andamento, no entanto, traça-se hipóteses aos possíveis resultados, sendo os mais tangíveis que o apagão acontece em decorrência da remuneração profissional, do reconhecimento da figura do professor, da formação docente estar distante do perfil do aluno de hoje, dentre outras questões a serem aludidas.

**Palavras-chave:** Professor. Adolescentes. Ensino Médio. Licenciatura. Docência.

### Introdução:

No que diz respeito ao tema deste trabalho, traz-se a problemática do apagão da licenciatura, onde, segundo Esquinsani e Esquinsani (2018), eventualmente a falta iminente de profissionais ligados a docência acarretará em uma crise no sistema educacional. Essa crise se deve, dentre outros fatores, pelo número de professores próximos à aposentadoria ser maior que o número de professores jovens ingressantes, adotando uma proporção de 4:1. Ou seja, isso mostra que os professores mais jovens não possuem o perfil de manter uma carreira docente ativa por muitos anos.



Assim, conforme traz o estudo de Filho e Senkives (2018) sobre a importância do professor para a formação de um sujeito crítico e pensador e sua própria realidade, justifica-se a importância desta pesquisa, para fomentar políticas de incentivo ao ingresso e permanência do jovem na docência, que visa mudar o panorama do termo alcunhado como apagão da licenciatura.

Com isso, o objetivo geral do trabalho se destina a analisar quais os fatores que permeiam a decisão de alunos do 3º ano do Ensino Médio regular de escolas públicas e privadas de uma cidade do Sul de Minas Gerais de não optarem pela profissão de docência.

### **Metodologia:**

A pesquisa, de cunho qualitativo, será realizada em duas escolas particulares e três escolas estaduais de um município no Sul de Minas Gerais e contará com 282 alunos matriculados no 3º ano do ensino médio regular, sendo estes 234 alunos da rede pública e 48 alunos da rede privada.

Inicialmente, irá ser elaborado um questionário digital (*Google Forms*) para estes alunos do Ensino Médio das escolas públicas e privadas, que deverá ser acessado por meio de QRCode, com o objetivo de compreender, qualitativamente, quais os fatores que fazem estes alunos a optarem por não seguirem a carreira docente.

Neste questionário haverá uma pergunta que se destina a quem tiver interesse em participar de uma entrevista semiestruturada com o pesquisador, com o objetivo de expandir a compreensão sobre o tema do apagão da licenciatura. Esta entrevista será gravada com um gravador de voz e, após os dados serem transcritos, eles serão destruídos, seguindo os princípios da LGPD.

Os dados coletados serão organizados em categorias e interpretados por meio do método da análise de conteúdo, tendo como enfoque a significação das mensagens, a fim de buscar melhor entendimento das respostas dos questionários e entrevistas (COLAUTO; BEUREN, 2008).

### **Resultados e discussão:**

Como a pesquisa ainda não foi concluída, não se tem resultados concretos sobre o problema proposto. Porém, propõe-se o questionamento acerca do que pode ser feito para estimular a formação de docentes, transitando entre políticas públicas de incentivo, programas de valorização do profissional, melhor remuneração, aproximação da grade de formação do professor ao novo perfil de aluno, dentre outros fatores que irão surgir com a conclusão da pesquisa.

### **Considerações finais:**

Em suma, o que se pode analisar de todo este contexto apresentado é que o apagão da licenciatura é uma realidade que pode dificultar o processo de educação no Brasil, uma vez que o papel simbólico do professor se fundamenta nos alicerces da sociedade. E, por mais que este profissional possa vir a ficar escasso, não há um interesse político-estratégico eficaz que pode servir de respaldo para mudar este cenário.

Apesar dos cursos de licenciatura e pedagogia terem sido reformulados, como mostra os escritos de Lima e Leite (2018), a formação do professor ainda está longe do que o perfil do novo aluno exige para aprender. Ou seja, o aluno mudou e o professor ainda se encontra no processo de mudança, sendo este um dos possíveis fatores associados ao fenômeno que engloba este trabalho.



Por fim, a ideia geral é de reaproximar a figura do aluno com o professor, para que estes voltem a ter um vínculo transformador, tal qual segue os princípios de Freire (1970). Com isso, sem esse distanciamento hipotético, os alunos se sentiriam, novamente, tocados pela arte de educar.

### Referências:

COLAUTO, R. D.; BEUREN, I. M. Coleta, análise e interpretação dos dados. In: BEUREN, I. M. (Org.). **Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2008. p. 117-144.

ESQUINSANI, Rosimar Serena Siqueira; ESQUINSANI, Valdocir Antonio. O ‘apagão’ docente: licenciaturas em foco. **Contrapontos**, Florianópolis, v. 18, n. 3, p. 258-269, jul. 2018. Disponível em <[http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1984-71142018000300258&lng=pt&nrm=iso](http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1984-71142018000300258&lng=pt&nrm=iso)>. acessos em 31 out. 2024. <https://doi.org/10.14210/contrapontos.v18n3.p258-269>.

FILHO, Geraldo Andrade da Silva, SENKEVICS, Adriano Souza. Perfil do licenciado e sua escolha pela carreira docente: uma análise longitudinal. **Cadernos de Estudos e Pesquisas em Políticas Educacionais**, v. 1, 2018. Disponível em: <https://cadernosdeestudos.inep.gov.br/ojs3/index.php/cadernos/article/view/1004>

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 1ª ed. Rio de Janeiro, RJ: Paz e Terra, 2013. Disponível em: <https://faculdadeplus.edu.br/website/wp-content/uploads/2020/04/Paulo-Freire-Pedagogia-do-Oprimido.pdf>

LIMA, José Ossian Gadelha de, LEITE, Luciana Rodrigues. Historicidade dos cursos de licenciatura no Brasil e sua repercussão na formação do professor de química. **Revista de Ensino de Ciências e Matemática (REnCiMa)**, v. 9, n. 3, p. 143-162, 2018. Disponível em: <https://revistapos.cruzeirodosul.edu.br/rencima/article/view/1483>



## AS CONTRIBUIÇÕES DO ESPECIALISTA DA EDUCAÇÃO BÁSICA (EEB) NA ELABORAÇÃO, IMPLEMENTAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO (PPP) NA ESCOLA

**Prof.<sup>a</sup> Me. Andréia Marques Fernandes Detoni**

Programa de Pós-graduação em Educação, Conhecimento e Sociedade (UNIVÁS), Pouso Alegre, Minas Gerais, E-mail: [andreaia.detoni@educacao.mg.gov.br](mailto:andreaia.detoni@educacao.mg.gov.br)

**Prof.<sup>o</sup> Ph.D Diego Henrique Pereira**

Pós-doutor em Educação (UNIVÁS), Doutor e Mestre em Ciências da Linguagem (UNIVÁS), Pouso Alegre, Minas Gerais, E-mail: [diegopereira@univas.edu.br](mailto:diegopereira@univas.edu.br), ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-7202-4883>

### Resumo:

A pesquisa discute o processo de gestão pedagógica a partir da interface de ação do Especialista da Educação Básica (EEB) e sua compreensão do Projeto Político-Pedagógico (PPP) no dia a dia da escola. Considera-se que o processo de compreensão do Projeto Político-Pedagógico pelo Especialista da Educação Básica oferece condições para uma efetiva atuação e intervenção na realidade da escola, por meio das etapas de elaboração, implementação e acompanhamento do referido Projeto na rotina escolar. Tal pesquisa efetivou-se nas Escolas Estaduais pertencentes à Superintendência Regional de Ensino (SRE) de Pouso Alegre e foi impulsionada pela seguinte problemática: Quais as possíveis compreensões que o Especialista da Educação Básica possui acerca do processo de elaboração, implementação e acompanhamento do Projeto Político-Pedagógico? E teve como objetivo geral refletir sobre as possíveis compreensões que o EEB possui acerca do PPP e seu funcionamento, bem como conhecer os desafios, anseios e disfunções que permeiam a ação deste profissional na realidade das referidas escolas. O presente estudo transcorreu-se a partir da evolução histórica dos mecanismos envolvendo as funções administrativas e pedagógicas no cenário da gestão escolar, e a partir do estudo teórico, passou-se à pesquisa de campo, que caracterizou-se pela abordagem quantitativa, qualitativa e exploratória, onde buscou-se conhecer a compreensão do EEB sobre o PPP, bem como as possíveis disfunções que atravessam a rotina escolar deste profissional e interferem na sua atuação pedagógica, além de discutir os resultados das coletas representadas por gráficos e tabelas. Após as discussões dos resultados da pesquisa, verificou-se que os dados analisados extrapolaram as hipóteses do estudo, bem como esse trabalho evidenciou contradições produzidas pelo entendimento a respeito do PPP e sua efetiva aplicabilidade no dia a dia das escolas.

**Palavras-chave:** Projeto Político-pedagógico. Especialista da Educação Básica. Gestão Escolar.



### **Introdução:**

Desde a década de 1980, o Brasil vivia o movimento de democratização, após um longo período de Ditadura. Na concepção da Constituição de 1988, o Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública foi um dos grandes agentes pela “gestão democrática do ensino público”. Nesta época, iniciaram-se as produções teóricas e as pesquisas sobre o Projeto Político-Pedagógico, tanto por estudiosos brasileiros como por franceses e portugueses que refletiam as mudanças políticas em seus países (CEDAC, 2016).

Na Constituição Federal, no capítulo que se refere à Educação, encontramos, no artigo 206, incisos I, III, VI e VII (igualdade de condições de acesso à escola, garantia de padrão de qualidade e pluralismo de ideias), os principais norteadores que favorecem a gestão democrática dos sistemas de ensino público, que passou a incluir a população, antes excluída (Brasil, 1988).

Com a promulgação da Lei de Diretrizes de Bases da Educação Nacional (LDB), Lei Nº 9.394/1996, a gestão democrática da escola foi regulamentada e estabeleceram-se orientações para a organização do espaço físico, para o trabalho pedagógico e para a participação de pais, alunos e educadores, fortalecendo a articulação entre a instituição e a comunidade. Diante dessas mudanças, surgiu a necessidade de criar formas de gerir os processos e as tomadas de decisão nas unidades escolares. A instauração de um Projeto Pedagógico nasceu como um instrumento importante para assegurar à gestão escolar essas novas perspectivas políticas e educacionais (Brasil, 1996).

A problemática desta pesquisa centrou-se na seguinte indagação: Quais as possíveis compreensões que o Especialista da Educação Básica (EEB) possui acerca do processo de elaboração, implementação e acompanhamento do Projeto Político-Pedagógico (PPP) nas Escolas Estaduais sob a jurisdição da SRE (Superintendência Regional de Ensino) de Minas Gerais?

Nesse contexto, problematizar o papel do Especialista da Educação Básica é relevante diante da necessidade da construção de um documento institucional com base nos princípios da igualdade, qualidade, liberdade, gestão democrática e valorização do magistério. Dessa forma, a escola é concebida como espaço social marcado pela manifestação de práticas contraditórias, que apontam para a luta e/ou acomodação de todos os envolvidos na organização do trabalho pedagógico (Veiga, 1995).

O objetivo geral da pesquisa centrou-se em refletir sobre as possíveis compreensões que o Especialista da Educação Básica (EEB) possui acerca do Projeto Político-Pedagógico e seu funcionamento na escola, bem como conhecer os desafios, anseios e disfunções que permeiam a ação deste profissional na realidade das escolas estaduais pertencentes à Superintendência Regional de Ensino (SRE) de Pouso Alegre, sul de Minas Gerais.

### **Metodologia:**

Em relação à metodologia, trata-se de uma pesquisa de natureza prática, exploratória e com levantamento bibliográfico, que foi realizada com os Especialistas da Educação Básica (EEB) pertencentes à Rede Estadual da Superintendência Regional de Ensino (SRE) de Pouso Alegre, Estado de Minas Gerais. Segundo informações coletadas no âmbito do estudo, o público-alvo da pesquisa contou com 214 (duzentos e quatorze) servidores da Rede Estadual de Ensino, considerando o contingente de servidores efetivos e contratados, e desse universo amostral, obteve-se 94 (noventa e quatro) respostas válidas. A pesquisa de caráter exploratório foi realizada através da aplicação de um questionário virtual, no formato do *Google Forms*.

O questionário foi aplicado por meio de um formulário eletrônico, contendo questões fechadas e abertas, com foco para as vivências que os Especialistas da Educação Básica experenciam na dinâmica da rotina escolar. A análise dos dados possibilitou a construção do



cenário atual que abriga as ações e percepções deste profissional no contexto da elaboração, implementação e acompanhamento do PPP nas escolas estaduais pertencentes à SRE – Superintendência Regional de Ensino de Pouso Alegre – MG. A partir dessa proposta investigativa, e com base na Metodologia de Análise da Pesquisa, de Bardin (2011), foram tecidos os pressupostos de análise, com base nas categorias identificadas. De fato, a repetição de palavras ou termos pode ser uma estratégia empregada no processo de codificação para criar as unidades de registro e, conseqüentemente, as categorias de análises preliminares (Bardin, 2011).

### **Resultados e discussão:**

Os resultados da pesquisa que investigou o processo de compreensão do Especialista da Educação Básica em relação ao Projeto Político-Pedagógico (PPP) foram concluídos a partir de análises quantitativas e qualitativas. É relevante apontar para o fato de que, no decorrer das análises, surgiram dados conflitantes que podem ser exemplificados diante do contexto a seguir: 77% dos participantes afirmaram que o PPP estabelece diretrizes para o andamento das atividades escolares, 76% registraram que ele, de fato, é um documento norteador de práticas educacionais, contudo, 53% declararam que o PPP é consultado somente quando há demandas na escola. Nesse viés, a pesquisa demonstrou certa incoerência na entrega dos dados, ou seja, há conhecimento por parte dos supervisores pedagógicos da importância do projeto, mas ele, de fato, ele ainda é utilizado de forma tímida e limitada.

Após os dados analisados, evidenciou-se que a realidade de trabalho desses profissionais é permeada por imprevisibilidades que tangenciam a rotina escolar, de maneira que disfunções afetam o cumprimento de ações pontuais envolvendo a elaboração, implementação e acompanhamento do PPP na realidade da escola. As disfunções giram em torno de “olhar o recreio”, “vistoriar os pátios”, “vigiar os corredores”, tornando o EEB um verdadeiro “faz tudo”, que “apaga os incêndios” da escola.

Diante das análises tecidas, verificou-se que os resultados desse estudo extrapolaram as hipóteses, considerando que os dados obtidos avançaram em termos mais profundos e profícuos. Com efeito, ficou evidente que as “disfunções” afetam a realização das demandas operacionais cotidianas, ocasionando falhas na gestão do tempo, e assim sendo, as ações articuladas com o PPP ficam relegadas a segundo plano.

### **Conclusão:**

Constatou-se no decorrer da pesquisa que há um movimento de mudança sendo instituído nas práticas de Supervisão Pedagógica, com tendência à superação do modelo fiscalizatório, ainda presente em muitas realidades escolares. As demandas atuais de gestão inserem-se numa dinâmica relacional e participativa, com abertura para as práticas de gestão democrática, com foco no estudo, dinamismo e planejamento estratégico. É nessa seara que o PPP – Projeto Político-Pedagógico se insere como mecanismo de gestão que abarca essa realidade do saber e do fazer institucionalizado. Contudo, tanto os dados quantitativos, quanto os aspectos qualitativos da pesquisa conduziram as discussões para um plano que sinalizou o PPP como um documento coadjuvante no cenário de análise e tomada de decisões na gestão pedagógica, demonstrando contradições entre a teoria e a prática escolar.

### **Referências:**

BARDIN, L. *Análise de conteúdo*. São Paulo: Edições 70, 2011.



BRASIL. [Constituição (1988)]. *Constituição da República Federativa do Brasil*. Organizado por Cláudio Brandão de Oliveira. Rio de Janeiro: Roma Victor, 2002.

BRASIL. *Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996*. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Disponível em: [http://www.presidencia.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L9394.htm](http://www.presidencia.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm). Acesso em: 25 nov. 2022.

CEDAC. COMUNIDADE EDUCATIVA. *Projeto político-pedagógico: orientações para o gestor escolar / textos CEDAC*. São Paulo: Fundação Santillana, 2006. Disponível em: [https://rodaeducativa.org.br/wp-content/uploads/2016/05/Livro\\_PPP.pdf](https://rodaeducativa.org.br/wp-content/uploads/2016/05/Livro_PPP.pdf). Acesso em: 20 nov. 2023.

VEIGA, I. P. A. (Org.). *Projeto político-pedagógico da escola: uma construção possível*. 11 ed. Campinas, São Paulo: Papirus, 1995.



## AS ESCRIVIVÊNCIA DAS MULHERES NEGRAS: OS CORPOS NEGROS NA UNIVERSIDADE

**Lilian Rodrigues Santos Viana**

<https://orcid.org/0009-0003-5226-4059>

**Valéria Oliveira de Vasconcelos**

<https://orcid.org/0000-0002-0616-2372>

**Resumo:** Esta pesquisa explora a história da afrobrasilidade e o papel das escrituras na preservação das memórias e experiências de mulheres negras. Ainda em construção, esta pesquisa propõe um mergulho na história, resgatando as memórias de mulheres negras por meio de suas escrituras — termo cunhado por Conceição Evaristo. O estudo busca refletir sobre as lutas e resistências dessas mulheres diante dos desafios, medos e discriminações que enfrentam ao cursar o ensino superior. A metodologia adotada será qualitativa, com coleta de dados realizada através de pesquisa documental, bibliográfica e entrevistas informais por meio de redes sociais, onde serão selecionadas cinco participantes. A análise seguirá uma abordagem interpretativa, considerando o contexto social e histórico que cerca essas experiências.

**Palavras-chave:** Escrivivência. Mulheres Negras. Universidade.

### Introdução:

Ao longo da história da educação, são observadas práticas excludentes que promovem grandes desigualdades sociais. Desde a colonização, o cenário educacional favoreceu majoritariamente a elite masculina, colocando os homens em posições privilegiadas dentro da organização social.

Mesmo com a sanção da Lei Educacional em 1827, que previa educação para todos, a discriminação de gênero persistiu. O acesso feminino ao ensino público só se efetivou em 1880, permitindo que as mulheres ingressassem oficialmente no sistema público de ensino, que até então era restrito a escolas particulares (Domingues, 2015). Esse avanço, embora importante, não eliminou as barreiras existentes. No ensino superior, por exemplo, o processo de exclusão foi ainda mais severo. Foi apenas ao longo do século XX, com novas leis e decretos, que ocorreram mudanças significativas, possibilitando que as classes populares pudessem acessar esse nível de educação, anteriormente destinado quase exclusivamente à elite (Martins, 2002).

Contudo, apesar dessas mudanças, ainda existem disparidades marcantes, dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2022) evidenciam que as desigualdades permanecem quando analisadas sob o recorte racial. A proporção de mulheres brancas que concluíram o nível superior (29,0%) é ainda o dobro da observada entre mulheres pretas ou pardas (14,7%).

Esse contexto histórico e social evidencia que a expressão social da desumanização do corpo negro é um processo histórico-social, sustentado pela naturalização da crença na inferioridade negra, uma ideologia que se perpetua há séculos. Mesmo diante de tantas injustiças, o corpo negro narra uma história de resistência, constituída de denúncia, proposição, intervenção e revalorização, demonstrando, por meio de lutas e resiliência, sua grandiosidade e sua importância na construção da sociedade brasileira (Gomes, 2017; Ploia, 2023).



Nesse sentido, este estudo propõe que mulheres negras relatem suas escrevivências sobre suas lutas e resistências para alcançar ascensão social e pessoal, deixando um legado significativo para as novas gerações. O termo "escrevivência" foi criado por Conceição Evaristo e carrega a força motriz das mulheres negras escravizadas que as antecederam. Para Evaristo, o termo une as palavras "escrever" e "vivência", mas a potência dessa ideia não está apenas na aglutinação das palavras, mas na genealogia da expressão, nas circunstâncias em que surgiu e nas experiências étnicas e de gênero a que está ligada (Hermínio, 2022).

A justificativa deste trabalho reside na necessidade de dar visibilidade às experiências e resistências das mulheres negras no ambiente acadêmico, um espaço historicamente excludente. Ao explorar as escrevivências dessas mulheres, o estudo busca revelar as barreiras enfrentadas por elas e contribuir para o entendimento de como a desigualdade racial e de gênero impacta suas trajetórias educacionais. Com isso, espera-se fornecer subsídios para a formulação de políticas educacionais mais inclusivas, que valorizem e respeitem as especificidades e a ancestralidade das mulheres negras no ensino superior.

Diante do exposto, este trabalho possui como objetivo analisar, através das escrevivências de mulheres negras estudantes ou egressas da Universidade Estadual de Montes Claros (UNIMONTES), Campus Pirapora/MG, suas trajetórias acadêmicas, explorando suas vivências e identificando as desigualdades e formas de resistência enfrentadas ao longo dessa formação.

### **Metodologia:**

Trata-se de uma pesquisa qualitativa. A técnica de análise de dados qualitativos envolve uma compreensão humana e social. Segundo Minayo (2012), a matéria-prima da pesquisa qualitativa é composta por um conjunto de substantivos cujos sentidos se complementam: experiência, vivência, senso comum e ação. Para a obtenção dos dados, serão utilizados três procedimentos: pesquisa documental, pesquisa bibliográfica e contatos diretos (Marconi; Lakatos, 2003). A pesquisa documental incluirá dados estatísticos que contribuirão com informações precisas para a construção de argumentos e a discussão do tema proposto.

O embasamento teórico será fundamentado nas obras de autores reconhecidos na área.

Quanto à pesquisa de campo, serão selecionadas mulheres negras, egressas ou estudantes da Universidade Estadual de Montes Claros (UNIMONTES). A busca pelas participantes será realizada de maneira informal, por meio de divulgação nas redes sociais. Serão escolhidas cinco participantes, observando os critérios de inclusão e exclusão previamente definidos como orientadores da pesquisa.

### **Resultados e discussão:**

Pode-se considerar que há fragilidade nas políticas públicas voltadas à inclusão das diversidades em suas especificidades, especialmente no caso das mulheres negras, que são as mais discriminadas. Dados estatísticos do censo demonstram que, em termos de renda, qualidade de trabalho, ocupação de cargos de destaque, acesso a vagas em universidades públicas, entre outros aspectos, elas ocupam, frequentemente, as últimas posições (Rios; Lima; González, 2020).

Ser negra e mulher no Brasil implica enfrentar múltiplas discriminações, sendo uma das causas os estereótipos sustentados pelo racismo e pelo sexismo, que as colocam em situação de opressão. Essa realidade as restringe, no cenário econômico do país, a dois tipos predominantes de ocupação: a de empregada doméstica, responsável pelos cuidados com a casa e com as crianças, e a de "mulata", posição que as relega a um papel de objetificação sexual (Evaristo, 2008; Rios; Lima, 2020; González, 2020).



Corroborando as afirmativas anteriores, observa-se que, após o fim da escravização, as mulheres negras continuaram desassistidas pelo Estado, permanecendo até os dias atuais sem políticas públicas efetivas voltadas a elas. Quando os dados sobre não escolarização são analisados de forma agregada, sem considerar os recortes de gênero e raça, questões essenciais são desconsideradas, ignorando a necessidade de políticas de equidade.

Ao longo de uma história impregnada de preconceitos, o papel de escritora era negado à mulher negra, como se suas histórias não merecessem ser ouvidas. O que elas poderiam escrever? A quem interessariam as histórias das mulheres negras?

Hoje, ao percorrer o caminho universitário em busca do diploma, trazendo consigo sonhos e o desejo de transformar sua história, a mulher negra enfrenta novas questões: como seu corpo é percebido nesse ambiente acadêmico? Em que medida essa oferta educacional contribui para o empoderamento das mulheres negras nessa região? Elas enfrentaram discriminação nesse espaço? Têm permissão para manifestar suas ideias, expressar suas ancestralidades e religiosidades? De que forma a ancestralidade é vivenciada nesse contexto? E, finalmente, qual é o legado deixado por essas mulheres negras na universidade?

### **Considerações Finais:**

Este é um tema relevante no contexto social, considerando que as estatísticas evidenciam a necessidade de práticas antirracistas para combater as desigualdades sociais. Com a realização das escrituragens das mulheres e suas análises, o estudo possibilitará ao pesquisador compreender as formas de resistência que foram efetivadas dentro desse contexto. Além disso, permitirá identificar quais políticas públicas beneficiaram essas mulheres e quais fragilidades ainda persistem ao longo de suas trajetórias universitárias, projetando essa visão sobre a coletividade.

Para a educação, confrontar teoria e prática vivencial é um exercício essencial em prol da qualidade educacional, contribuindo para que políticas públicas sejam efetivamente implementadas em benefício das minorias, especialmente das mulheres negras.

### **Referências:**

DOMINGUES, Isaneide. Da negação da didática à didática crítica. **Revista Metalinguagens**, São Paulo, v. 1, n. 3, p. 157-176, 3 mar. 2015. Disponível em: <https://metalinguagens.spo.ifsp.edu.br/index.php/metalinguagens/article/view/505/454>. Acesso em: 29 out. 2024.

EVARISTO, Conceição. Escrituragens da afro-brasilidade: história e memória.. **Releitura**, Belo Horizonte, v. 1, n. 1, p. 5-11, 15 fev. 2008. Disponível em: <https://www.itausocial.org.br/wp-content/uploads/2021/04/Escrituragem-A-Escrita-de-Nos-Conceicao-Evaristo.pdf>. Acesso em: 29 out. 2024.

GOMES, Nilma Lino. **O Movimento negro educador: saberes construídos nas lutas por emancipação**. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 2017. 154 p.

HERMÍNIO, Beatriz. A escrituragem carrega a escrita da coletividade. **Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo**. São Paulo, p. 1-12. 6 nov. 2022. Disponível em: <http://www.iea.usp.br/noticias/a-escrituragem-carrega-a-escrita-da-coletividade-a-firma-conceicao-evaristo>. Acesso em: 29 out. 2024.



IBGE. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Desigualdades sociais por cor ou raça no Brasil**. Disponível em: <https://educa.ibge.gov.br/jovens/materias-especiais/21039-desigualdades-sociais-por-cor-ou-raca-no-brasil.html>. Acesso em: 29 out. 2024.

PLOIA, Talita Hoelz; GUIMARÃES, Rafael Eisinger. A domesticação de um cabelo problema: o corpo negro como um território em disputa no romance-ensaio de djaimilia pereira de almeida. **Alea: Estudos Neolatinos**, [S.L.], v. 25, n. 3, p. 291-307, dez. 2023. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/1517-106x/202325316>.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos da metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003. 35 p.

MARTINS, Antonio Carlos Pereira. Ensino superior no Brasil: da descoberta aos dias atuais. **Acta Cirurgica Brasileira**, [S.L.], v. 17, n. 3, p. 04-06, 2002. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s0102-86502002000900001>.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. Análise qualitativa: teoria, passos e fidedignidade. **Ciência & Saúde Coletiva**, São Paulo, v. 1, n. 17, p. 621-626, 3 ago. 2012. Disponível em: <https://www.scielo.org/pdf/csc/2012.v17n3/621-626/pt>. Acesso em: 29 out. 2024.

RIOS, Flávia; LIMA, Márcia. **Por um feminismo afro-latino-americano**: ensaios, intervenções e diálogos. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2020. 361 p.



## AS INFLUÊNCIAS INTERNACIONAIS NA FORMAÇÃO DE PROFESSORES DE PAÍSES DO TERCEIRO MUNDO

**Fernanda Maura Marciano da Silva Lopes**

Mestre em Educação. Estudante PPGEduCS - UNIVÁS.

**Priscila Patrícia Moura Oliveira**

Mestre em Educação Profissional e Tecnológica. Estudante PPGEduCS - UNIVÁS.

**Ronaldo Júlio Baganha**

Doutor em Ciências do Movimento Humano. Professor PPGEduCS - UNIVÁS.

**Resumo:** Este trabalho é parte de um projeto de pesquisa que tem como objetivo principal compreender como os interesses internacionais associados à aprendizagem para o mercado de trabalho incorporam-se nos programas educacionais dos países em desenvolvimento, através das ações do Banco Mundial e da iniciativa privada. Nesse recorte, analisamos, a partir de uma análise documental, as principais recomendações internacionais contidas nas referências para a formação de professores que atende à demanda da iniciativa privada, presente na educação de países como o Brasil e a Argentina.

**Palavras-chave:** Formação de professores. Banco Mundial. Lógica Mercadológica.

### Introdução:

As reflexões acerca das influências dos órgãos internacionais na educação brasileira, bem como de outros países em desenvolvimento, contempladas neste resumo, resultam de uma pesquisa através de documentos oficiais e de órgãos não governamentais, que participam do debate atual sobre a efetividade da educação na América Latina.

No final da década de 1980, já havia na Europa uma tendência de associar a educação aos interesses da indústria, o que foi incorporado às reflexões presentes no Relatório Jacques Delors: Educação, um tesouro a descobrir (1998). O Relatório Jacques Delors se tornou uma referência para as políticas públicas educacionais do Brasil e do Mundo, descrevendo os quatro pilares sob os quais a educação no mundo deveria ser orientada, a saber: aprender a conhecer, aprender a fazer, aprender a viver com os outros e aprender a ser.

No que tange a formação de professores, destaca-se o pilar aprender a conhecer, que abre a escola e conseqüentemente a atuação do professor, à conhecimentos mais flexíveis, que atendem às demandas do mercado, das tecnologias e das novas formas de organização social. O Relatório Delors (1998), cita especificamente a importância do professor no processo de transformação da educação, sendo clara a indicação da responsabilização dos professores sobre o acesso das minorias à educação e transformação social por meio da educação.

Outras diretrizes internacionais, principalmente as emitidas por organismos como a UNESCO e a OCDE, também exercem importante influência na formulação de políticas de formação de professores nos países em desenvolvimento. A UNESCO, por exemplo, enfatiza a importância de uma formação contínua e interdisciplinar dos professores, visando adaptá-los ao uso de novas tecnologias e métodos inovadores, o que está alinhado às exigências de uma economia globalizada.



De acordo com a OCDE, os países que buscam melhorar o desempenho dos seus sistemas educacionais devem investir no desenvolvimento das habilidades pedagógicas dos professores, promovendo uma formação docente que inclua, além do conhecimento técnico, a competência para integrar os alunos de diferentes contextos culturais e socioeconômicos. Essa abordagem, descrita no relatório da OCDE “Education at a Glance” (2022), sugere que o investimento na formação de professores seja uma das estratégias centrais para aumentar a equidade e reduzir a desigualdades nos sistemas educacionais, especialmente em contextos com grandes disparidades.

Nesse sentido, este trabalho tem por objetivo percorrer essa trajetória das experiências do Brasil e da Argentina, no sentido do cumprimento das exigências dos órgãos internacionais e de outros agentes do mercado, como ponto de partida para refletirmos sobre os fundamentos sob os quais fazemos e pensamos a educação e a formação do professor na atualidade.

### **Metodologia:**

Este trabalho de pesquisa utiliza a metodologia da pesquisa qualitativa documental, enquanto método de investigação crítica da realidade.

Foi realizada a pesquisa acerca dos documentos oficiais, publicados desde a década de 80, vinculados às Conferências Internacionais e Órgãos Internacionais, tais como Banco Mundial, CEPAL, UNESCO, OCDE além das publicações com reflexões acerca desses documentos, relevantes para refletirmos sobre o impacto desses documentos no campo educacional, considerando o momento histórico-social.

### **Resultados e discussão:**

Introduzimos esse resumo, com as demandas emanadas da Conferência Mundial sobre Educação para Todos, e no bojo dessa discussão, na América Latina, o CEPAL (Comissão econômica para América Latina e Caribe), publicou, em 1996, o documento intitulado *Transformación productiva con equidad: La tarea prioritaria del desarrollo de América Latina y el Caribe en los años noventa*. Este documento ainda reforça que o fracasso da América Latina na corrida tecnológica mundial, está atrelado, no campo da educação, à deterioração de sua qualidade associada a “uma crescente inadequação entre o preparo oferecido e as necessidades de transformação previstas”, o que inevitavelmente recai sobre o mal preparado do professor, indicando uma certa deficiência crescente de meios pedagógicos com a finalidade de atender às novas demandas que estavam surgindo no mundo contemporâneo.

Também, na direção da interferência da lógica do mercado nas reformas educacionais ocorridas no campo da formação de professores, destacamos a interlocução do Ministério da Educação com o setor privado, aqui representado pelo Movimento Todos pela Educação (TPE), no sistema educacional brasileiro. O movimento objetiva, fundamentalmente, mudar a qualidade da educação básica no Brasil<sup>1</sup>.

No que tange a formação de professores, o TPE divulgou em 2022 um material em que apresenta recomendações para o governo federal sobre a temática de políticas docentes, com ênfase especial em assegurar uma formação inicial de professores de maior qualidade no Brasil. Esse documento propõe ao governo federal, principalmente, ações relativas à avaliação e regulação dos cursos de formação inicial e o estímulo às licenciaturas inovadoras. Na Argentina, temos o *Proyecto Educar 2050* que reitera a excelência na formação docente alinhada ao processo de mundialização da educação.

<sup>1</sup> Retirado do site do Movimento Todos pela Educação. Disponível em <https://todospelaeducacao.org.br/quem-somos/> Acesso em 09 set. 2024.



A influência de organismos como o Banco Mundial é especialmente significativa no que se refere à adaptação da formação de professores para as demandas de uma economia voltada ao mercado. Ao enfatizar a eficiência e o desempenho educacional como métricas prioritárias, o Banco Mundial incentiva reformas curriculares que frequentemente se alinham mais aos interesses do setor privado do que às necessidades locais dos estudantes e comunidades.

Por exemplo, a introdução de competências específicas orientadas ao desenvolvimento de habilidades técnicas pode limitar o escopo da formação docente ao restringi-lo a aspectos utilitaristas, desconsiderando a importância de uma educação ampla e crítica. Autores como Santos *et al.* (2023) destacam que o Banco Mundial adota uma abordagem que busca padronizar a educação com base em indicadores internacionais, promovendo uma lógica mercadológica que pode, em muitos casos, minar o potencial da educação como agente de transformação social. Para Santos *et al.* (2023), a implementação dessas políticas em países em desenvolvimento frequentemente resulta em um sistema educacional que valoriza a adequação ao mercado, enquanto questões sociais e culturais específicas dos contextos locais são desconsideradas.

Apesar das intenções de melhoria da qualidade educacional, essas parcerias com o setor privado podem resultar em uma visão fragmentada da educação, onde a formação docente é direcionada para a conformidade com metas de desempenho impostas por agentes externos.

### Considerações Finais:

Diante da demonstração dessas diversas contribuições da lógica mercadológica, suas influências e impressões nas políticas educacionais que orientam o Brasil, questionamos seu impacto na direção de uma educação em prol da equidade e da construção de uma sociedade mais justa e socialmente responsável. Por isso, nos vimos diante do desafio de buscar compreender novas lógicas, para além das demandas de mercado, que possam contribuir com esse momento de reflexão acerca dos objetivos fundamentais da educação brasileira.

Ao considerar as principais influências internacionais na formação de professores para atender às demandas do mercado nos países em desenvolvimento, é necessário refletir sobre a adequação dessas políticas ao contexto socioeconômico e cultural local. As diretrizes de organismos como o Banco Mundial, a UNESCO e a OCDE trazem contribuições valiosas, mas a aplicabilidade dessas recomendações deve ser ponderada com cautela.

Para encerrar, enfatizamos que é fundamental investir em políticas de formação docente que considerem a educação como um direito humano e um bem social, alinhado às demandas locais, e não apenas como um mecanismo para atender às necessidades do mercado global. Essa abordagem permite que os professores sejam formados para atuar como agentes de transformação social, promovendo uma educação que valorize a diversidade cultural e a equidade.

### Referências:

CEPAL. **Transformación productiva con equidad:** La tarea prioritaria del desarrollo de América Latina y el Caribe en los años noventa. Santiago, Chile. 1996. Disponível em: <https://www.cepal.org/es/publicaciones/2102-transformacion-productiva-equidad-la-tarea-prioritaria-desarrollo-america-latina>. Acesso em 26 ago. 2024.

OCDE. Education at a Glance 2022: OECD Indicators. OECD Publishing, Paris, 2022. Disponível em: [https://www.oecd-ilibrary.org/foreword\\_7954f2d9-](https://www.oecd-ilibrary.org/foreword_7954f2d9-)



[en.pdf?itemId=%2Fcontent%2Fcomponent%2F7954f2d9-en&mimeType=pdf](#). Acesso em 29 out. 2024.

SANTOS, Felipe Né dos, et.al. As premissas do Banco Mundial para a formação docente: uma análise crítica. *Research, Society and Development*, v. 12, n. 2, 2023. Disponível em: <https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/download/39800/32660/427854> Acesso em 29 out. 2024.



ORGANIZAÇÃO



Programa de Pós-graduação em  
**Educação, Conhecimento  
e Sociedade** Mestrado e Doutorado • UNIVÁS



## **AVALIAÇÕES EXTERNAS E A RELAÇÃO COM O TRABALHO DOCENTE: O CASO DO MUNICÍPIO DE SILVIANÓPOLIS-MG.**

**Luciely Daianne da Silva**

Mestra em Educação, Conhecimento e Sociedade pela Universidade do Vale do Sapucaí, ano 2024.

**Resumo:** Esta dissertação apresenta o estudo sobre a temática das Avaliações Externas ou em Larga Escala no âmbito educacional brasileiro especificamente o Programa de Avaliação da Rede Pública de Educação Básica (PROEB), pertencente ao Sistema Mineiro de Avaliação da Educação Pública – SIMAVE, que tem como campo de aplicação as escolas estaduais e municipais do Estado no Minas Gerais. O objetivo geral definido para o estudo foi analisar a percepção dos educadores das escolas da rede estadual e municipal de educação no Município de Silvianópolis-MG, mediante os resultados do Programa de Avaliação da Rede Pública de Educação Básica – PROEB e seus impactos no trabalho docente, fornecendo subsídios para melhoria na prática pedagógica. O PROEB é um instrumento avaliativo elaborado com o intuito de medir, de forma censitária, o desempenho dos alunos que se encontram no 5º e 9º Ano do Ensino Fundamental e 3ª Ano do Ensino Médio, no que concerne às habilidades e competências desenvolvidas em língua portuguesa e matemática na educação básica de Minas Gerais. Para embasamento teórico foi realizado um estudo por meio da análise de artigos, dissertações, teses, livros impressos, visando uma reflexão crítica sobre o assunto e a produção de novos conhecimentos. Realizou-se busca no Repositório Institucional da UFJF – Universidade Federal de Juiz de Fora, com filtro no Mestrado em Gestão e Avaliação da Educação Pública (Dissertações), utilizando o descritor “PROEB”, o que resultou em 227 resultados entre os anos de 2012 a 2023. Considerando apenas dissertações atualizadas, foram selecionadas treze, que após a leitura dos títulos e resumos, estavam mais alinhadas com o objetivo do presente estudo. Essas foram escolhidas como base teórica para a escrita dos capítulos.

**Palavras-chave:** PROEB. Trabalho docente. Avaliações externas. Resultados esperados.

### **Introdução:**

No contexto de Minas Gerais, unidade federativa de vanguarda nos assuntos educacionais, encontra-se, após a sua regulamentação no ano 2000, o Sistema Mineiro de Avaliação da Educação Pública (SIMAVE), composto pelo Programa de Avaliação da Rede Pública de Educação Básica (PROEB), um instrumento que avalia alunos do 5º e 9º anos do Ensino Fundamental e do 3º ano do Ensino Médio das escolas da rede pública de ensino de Minas Gerais (Franco; Calderón, 2017). Um dos seus objetivos é apresentar às escolas o nível de aprendizagem dos alunos avaliados, para que professores, liderados pelo gestor e equipe



técnico-pedagógica, possam repensar estratégias e traçar metas que contribuam para os avanços nos resultados.

O problema de pesquisa explicitado foi o seguinte: qual a percepção dos professores acerca das avaliações externas, especificamente o PROEB, e como essa avaliação impacta no trabalho de planejamento pedagógico das escolas.

Este estudo teve como foco o trabalho do professor, e tomou por objeto de estudo somente a avaliação do PROEB, sendo uma das avaliações em larga escala que possui o intuito de mensurar, de forma censitária, o desempenho dos alunos que estão cursando os últimos anos dos Ciclos de Alfabetização e Ensino Médio no que concerne às habilidades e competências desenvolvidas em Língua Portuguesa e Matemática na Educação Básica Pública de Minas Gerais.

Quanto às perguntas de pesquisa que esta investigação pretendeu responder, destacaram-se as seguintes: As avaliações externas do PROEB têm impacto na prática pedagógica dos professores, levando-os a priorizar somente os conteúdos específicos para a realização da avaliação? Qual é o perfil comportamental dos educadores no processo de preparação dos alunos para participação na avaliação externa do PROEB? Quais são as implicações dos resultados satisfatórios ou não para melhoria da prática educativa? Como os educadores interpretam e utilizam os resultados das avaliações externas do PROEB em seu trabalho pedagógico? Como eles se comportam após a aplicação da avaliação externa do PROEB em relação aos resultados obtidos pelos alunos?

A dissertação foi apresentada em seis capítulos, destacando a relevância da avaliação educacional no Brasil e no contexto específico de Minas Gerais, com enfoque na avaliação externa PROEB.

### **Metodologia:**

Optou-se pela realização de um Estudo de Casos envolvendo duas escolas com sede no Município de Silvianópolis-MG, sendo uma municipal e outra estadual, denominadas na pesquisa por Escola A e Escola B. O público-alvo participante foram nove professores das respectivas redes que atuam nos anos de escolaridade em que ocorrem as avaliações do PROEB (5<sup>o</sup> e 9<sup>o</sup> do Ensino Fundamental e 3<sup>o</sup> Ano do Ensino Médio), ambos trabalham como regentes de turmas ou de aulas das disciplinas de Língua Portuguesa e Matemática.

Privilegiamos aqui o método de Estudo de Casos que consiste em “uma investigação empírica que investiga um fenômeno contemporâneo dentro de um contexto de vida real, quando as fronteiras entre o fenômeno e o contexto não são claramente evidentes, e no qual são utilizadas múltiplas fontes de evidência” (Yin, 2001, p. 32).

O instrumento escolhido para a coleta dos dados foi um questionário estruturado, pois por se tratar de um tema crítico para os professores, pode oferecer mais tranquilidade e segurança nas respostas. Este instrumento combinou 18 (dezoito) questões, sendo 13 (treze) objetivas (fechadas) e 5 (cinco) dissertativas (abertas). O questionário foi construído através do aplicativo de gerenciamento de pesquisas *Google Forms* e posteriormente encaminhado por *e-mail* aos professores atuantes nas instituições escolares públicas do município pesquisado.

Os dados coletados por serem de natureza qualitativa, foram analisados a partir da Abordagem do Ciclo de Políticas no contexto da prática, segundo Ball; Bowe; Gold (1992), utilizando análises descritivas e indutivas, conforme o Manual de Investigação Qualitativa em Educação de Amado (2014).

### **Resultados e discussão:**



Os resultados apontaram que a maioria dos docentes pesquisados consideram a avaliação do PROEB muito importante e as informações produzidas são muito úteis para mapear a realidade educacional do município de Silvianópolis-MG, relatando sentimentos de ansiedade, preocupação, medo e angústia, principalmente na fase de preparação dos alunos para os testes. Afirmaram receber apoio suficiente da escola e da rede de ensino, e pouco ou nenhum apoio das famílias e alunos.

De modo geral, destacaram diversos desafios enfrentados ao longo do processo. Entre os principais pontos destacados estão o pouco tempo para a preparação adequada dos alunos, a pressão para obtenção de bons resultados, a necessidade de mais formação e recursos pedagógicos para melhor atender às demandas do PROEB, a falta de interesse dos alunos e suas famílias nessas avaliações, a pertinência das avaliações em relação à realidade da sala de aula e a ineficácia de algumas ferramentas, sugerindo uma desconexão entre o que é ensinado e o que é avaliado.

### **Conclusão:**

Contactamos que dois modelos de avaliação escolar defendidas por Luckesi (2011) convivem naturalmente na escola atual: os exames com suas características classificatórias e a avaliação da aprendizagem com uma proposta emergente, com características diagnóstica, inclusiva e socializante. Ficou nítido, após o estudo, que no contexto da prática, os professores se adaptaram a esse processo dinâmico que permeia o ato de planejar e executar, com o intuito de atingir os objetivos educacionais.

No entanto, os dados apontaram que parte dos docentes necessitam de apoio material, emocional e psicológico para serem capazes de lidar com a dinâmica das avaliações externas e, assim, promover práticas pedagógicas mais eficazes nas duas escolas pesquisadas.

Apesar da constante preocupação com a saúde do docente, evidenciou-se que o professor não pode ser responsabilizado isoladamente pelas notas insatisfatórias nas avaliações externas. É importante reconhecer que os resultados refletem o desempenho de todo o corpo docente, e não apenas das disciplinas de Língua Portuguesa e Matemática. Diversos outros fatores influenciam o contexto educacional e devem ser levados em consideração ao analisar os resultados gerais obtidos.

O estudo dos nove casos proporcionou uma visão abrangente das complexidades envolvidas nas avaliações externas do PROEB no contexto educacional do Município de Silvianópolis-MG. As conclusões obtidas forneceram dados valiosos para educadores, diretores, especialistas da educação e formuladores de políticas públicas interessados em melhorar a eficácia das avaliações externas e seus impactos na prática educativa.

### **Referências:**

AMADO, João (Coordenação). **Manual de investigação qualitativa em educação**. 2ª ed. Imprensa da Universidade de Coimbra - Coimbra University Press. Universidade de Lisboa. Outubro, 2014.

BOWE, R; BALL, S; GOLD, A. **Reforming education & changing schools: case studies in policy sociology**. London: Routledge, 1992. 208 p. ISBN-10:0415077907.

FRANCO, Karla Oliveira e CALDERON, Adolfo Ignácio. **O SIMAVE à luz das três gerações de avaliação da educação básica**. Est. Aval. Educ. 2017, vol. 28, n. 67, p.132-159. Disponível em: <http://educa.fcc.org.br/scielo.php?> Acesso: 10 maio 2023.



LUCKESI, Cipriano Carlos. **Avaliação da aprendizagem escolar**: estudos e proposições. 22. ed. São Paulo: Cortez editora, 2011.

Yin, Robert. K. **Estudo de caso**: planejamento e métodos. Trad. Daniel Grassi, 2.ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.



ORGANIZAÇÃO



Programa de Pós-graduação em  
**Educação, Conhecimento  
e Sociedade** Mestrado e Doutorado • UNIVÁS

**UNIVÁS**  
UNIVERSIDADE DO VALE DO SAPUCAÍ

## **BRINQUEDOS E BRINCADEIRAS NA EDUCAÇÃO INFANTIL: O DISCURSO DE PROFESSORES/AS SOBRE GÊNERO**

**Enzo Barreto Viana**

Graduando do Curso de Medicina da Universidade do Vale do Sapucaí

**Roberta Gaio**

Professora do Programa de Pós-Graduação em Educação Conhecimento e Sociedade da Universidade do Vale do Sapucaí

**Resumo:** Esse trabalho tem como objetivo apresentar uma revisão sistemática de literatura, especificamente, de artigos entre 2018 e 2023 sobre brinquedos e brincadeiras na educação infantil e questões de gênero. É fato que os brinquedos e as brincadeiras são fundamentais para o desenvolvimento cognitivo e social das crianças, destacando seu papel na aprendizagem e na expressão individual. Focado na escola como espaço de educação formal, o estudo busca contribuir com debates sobre os conteúdos da Educação Infantil e a relação com gênero. Propõe-se contribuir com as discussões sobre gênero que envolvem os brinquedos e as brincadeiras, com intuito de promover maior conscientização sobre práticas pedagógicas igualitárias e humanizadas na educação infantil.

**Palavras-chave:** Educação Infantil. Brinquedos. Brincadeiras. Gênero.

### **Introdução:**

Brinquedos e brincadeiras são fundamentais para o desenvolvimento cognitivo e social das crianças, pois por meio deles a criança tem acesso a uma rica ferramenta de aprendizagem, representatividade e compreensão do eu, do outro e do mundo (Oliveira, 2000). Também por meio dos brinquedos e das brincadeiras a criança se expressa e se diverte, seja na escola ou fora dela (Gaio, Martins, Alves, 2020). Os brinquedos e as brincadeiras fazem diálogo com suas culturas de origem e até mesmo com outras. O estudo tem como foco a escola, com olhar atento voltado para o/a educador/a, com intuito de entender se, em seu trabalho pedagógico, os brinquedos e as brincadeiras são classificados pelo gênero de seus/suas alunos/as ou há um entendimento de que, o sexo referido em relação aos acessórios pedagógicos e atividades motoras são construções de uma sociedade que se constituiu patriarcal e, portanto, a relação de poder presente nessa cultura deve ser repensada e ressignificada. Os brinquedos e brincadeiras são mais que atividades de recreação, diversão ou passa tempo apenas, eles são fundamentais para o desenvolvimento das crianças, nos aspectos cognitivo, motor e socioafetivo (Gaio, Martins, Alves, 2020). Partindo dessa consideração devemos pensar na importância do papel do/a educador/a e sobre como esse se comporta no momento da mediação de brincadeiras e manuseios de brinquedos com seus/suas alunos/as. Se as representações de gênero na educação infantil estão sendo humanizadas e igualitárias ou excludentes. Refletir sobre a temática de gênero na Educação Infantil é uma preocupação que nasce a partir de experiências em espaços educacionais, onde muitas pessoas pensam que os papéis de gênero são pré-definidos, são naturais, concebidos a partir da própria existência biológica (Silva, Barbosa, 2014). Os objetivos são: investigar os conceitos, historicamente construídos, sobre sexo, gênero e sexualidade e possíveis relações no trabalho prático pedagógico com brinquedos e brincadeiras



na Educação de crianças e analisar o discurso dos/as professoras da Educação Básica, que desenvolvem trabalho na educação infantil e/ou ensino fundamental, sobre as relações de gênero presentes nos brinquedos e nas brincadeiras; se há diferenças de mediação desses entre meninos e meninas, determinadas por seus gêneros, em função de uma visão sexista.

### **Metodologia:**

Esta pesquisa qualitativa explora a relação entre brinquedos, brincadeiras e gênero na educação infantil, visando contribuir para discussões acadêmicas e promover mudanças sociais. A metodologia é uma revisão sistemática da literatura, centrada na questão: “Existem brinquedos de meninos e meninas na educação infantil?”. A coleta ocorreu nas bases PubMed, SciELO e Google Acadêmico, entre 20 de abril e 3 de junho de 2024, com critérios como publicação entre 2018 e 2024 e foco nas percepções dos educadores. Os artigos foram organizados em quadros, com descrição dos métodos, e sistematizados no Microsoft Word, categorizando dados, que destacam as concepções de famílias, educadores e crianças. A análise dos resultados foi interpretativa, focando nas perspectivas dos educadores e visando fomentar práticas pedagógicas inclusivas que questionem estereótipos e acolham a diversidade de gênero na educação infantil.

### **Resultados e discussão:**

As sínteses dos artigos selecionados buscam compreender o conhecimento existente como base para uma futura pesquisa de campo do projeto de iniciação científica, apoiado pela FAPEMIG. Marques e Müller (2019) observaram as interações sociais de crianças no jogo de damas, destacando a complexidade das dinâmicas de gênero. As meninas mostraram competitividade, desafiando estereótipos e revelando uma hierarquia de gênero presente nas interações. Aksoy, Ustun e Sural (2019) investigaram como crianças internalizam estereótipos de gênero. Concluíram que, apesar de visões igualitárias, ainda persistem perspectivas tradicionais. Recomendações incluíram currículos mais inclusivos e conscientização comunitária. Prado e Anselmo (2019) ressaltaram a necessidade de abordar gênero na formação inicial de professores, propondo competências transversais nos currículos e um ambiente de diálogo. Ojeda e Ramirez (2019) estudaram as atitudes de pais sobre igualdade de gênero nos papéis familiares, mostrando que a escolaridade influencia percepções, embora ainda haja resistência em compartilhar a liderança familiar. Cólis e Souza (2020) exploraram as práticas de educadores na formação de gênero na educação infantil, sugerindo que as brincadeiras são espaços para reproduzir ou desafiar normas. Recomendaram formação contínua para práticas educativas mais inclusivas. Esses estudos indicam a importância de intervenções que promovam uma educação igualitária e questionem estereótipos. **Conclusão:** Os artigos analisados revelam que os discursos dos professores da Educação Infantil e do Ensino Fundamental ainda são influenciados por questões binárias de gênero, afetando a forma como lidam com as brincadeiras infantis, que são divididas em "de meninas" e "de meninos". No entanto, também mostram que os/as professores/as reconhecem a forte influência cultural nessa questão e tomam iniciativas para mudar essa situação. Os estudos destacam a complexidade das relações entre brincadeiras e noções de gênero. Os estereótipos de gênero frequentemente aparecem com força nas brincadeiras diferenciadas por gênero. Nesse contexto, as brincadeiras reforçam as normas vigentes, mas as pesquisas indicam que as práticas lúdicas também podem servir como atos de subversão a essas normas. Observa-se que as crianças, apesar de reproduzirem padrões culturais de feminilidade e masculinidade ao escolherem brinquedos, brincadeiras e parceiros do mesmo gênero, são mais flexíveis que os adultos e resistem aos padrões impostos. Os dados sugerem que a educação tem o papel de ampliar a visão e



problematizar as questões de gênero, evitando a reprodução acrítica do estabelecido. Reconhece-se que há muitas dificuldades para mudar práticas, pois certas ideias e valores estão profundamente enraizados na sociedade e no imaginário social. Para que mudanças ocorram, são necessárias ações coletivas e institucionais, não impostas de cima para baixo, mas por meio de formação que promova a conscientização sobre questões de gênero, rompendo paradigmas cristalizados, inclusive no contexto educacional. As mudanças são difíceis e envolvem valores e a própria identidade dos/as professores/as. Esse tema deve ser abordado de forma crítica e reflexiva desde a formação inicial dos/as educadores/as e mantido em pauta também na formação contínua.

### Referências:

AKSOY, N.; USTUN, O. N.; SURAL, U. C. Gender Perceptions of the primary school 4th graders regarding "children's rights". **Eurasian Journal of Education Research**, v. 83, p. 145-166, 2019.

BRAGG, S.; RENOLD, E.; RINGROSE, J.; JACKSON, C. 'More than boy, girl, male, female': Exploring young people's views on gender diversity within and beyond school contexts. **Sex Education**, v. 18, n. 4, p. 420-434, 2018.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação; Câmara de Educação Básica. **Resolução nº 5, de 17 de dezembro de 2009**. Fixa as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil. Diário Oficial da União, Brasília, 18 dez. 2009, Seção 1, p. 18. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=2298-rceb005-09&category\\_slug=dezembro-2009-pdf&Itemid=30192](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=2298-rceb005-09&category_slug=dezembro-2009-pdf&Itemid=30192)>.

CÓLIS, E. B.; SOUZA, L. L. Infâncias, Gênero e Sexualidades: uma Investigação-Intervenção com Professores de Educação Infantil. **Revista Latinoamericana de Educação Inclusiva**, v. 14, n. 1, p. 53-68, 2020. <https://doi.org/10.4067/S0718-73782020000100053>.

GAIO, R.; MARTINS, I. C.; ALVES, P. C. Brincadeira de menino ou de menina? O que dizem os/as professores/as de educação infantil. In: SOARES, A. de A. (Org.). **Sociedade, Cultura, Educação e Extensões na Amazônia**. Manaus: EDUA/São Paulo: Alexa Cultural, 2020.

MARQUES, R. N.; MULLER, F. No próximo recreio a gente briga?": Interação social e disputa de meninas. **Educar em Revista**, v. 35, n. 75, p. 241-263, 2019. <https://doi.org/10.1590/0104-4060.64570>.

MARTINS, I. C. **As relações do professor de educação infantil com a brincadeira**: do brincar na rua ao brincar na escola. Tese de Doutorado – Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Ciências Humanas – Universidade Metodista de Piracicaba, Piracicaba, SP, 2009.

MARTINS, I. C. O (não) lugar do brincar na educação infantil. In: MARTINS, I. C.; GAIO, R. (Orgs.). **No palco da infância**: movimento, ritmo e expressão corporal na educação infantil. Curitiba: CRV, 2017.



MINAYO, M. C. de S. Análise qualitativa: teoria, passos e fidedignidade. **Ciência & Saúde Coletiva [online]**, v. 17, n. 3, p. 621-626.

OJEDA, N.; RAMIREZ, R. G. Actitudes de padres mexicanos acerca de la igualdad de género en los roles y lideazgos familiares. **Estudios Demográficos y Urbanos**, v. 34, n. 1, p. 169-211, 2019.

PRADO, P. D.; ANSELMO, V. S. Masculinidades, feminilidades e dimensão brincalhona: Reflexões sobre gênero e docência na Educação infantil. **ProPosições**, v. 30, e20170137, 2019. <https://doi.org/10.1590/1980-6248-2017-0137>.



## COMPETÊNCIAS DIGITAIS DE PROFESSORES: ESTUDO DE CASO EM UMA ESCOLA ESTADUAL DE UBÁ

**Artur Pires de Camargos Júnior**

Mestrando em Educação, Conhecimento e Sociedade (UNIVÁS/SEEMG)

**Joelma Pereira de Faria Nogueira**

Doutora em Linguística Aplicada e Estudos da Linguagem (PUC-SP)

**Resumo:** Esta pesquisa, que está em fase inicial, aborda o tema das competências digitais de professores para utilização de Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação como recurso didático no contexto cibercultural. Ela se justifica pelo contexto de transição curricular iniciado com a implementação da Base Nacional Comum Curricular e, no estado de Minas Gerais, do Currículo Referência de Minas Gerais. O objetivo do estudo é compreender a expressão dessas competências por professores que lecionam no segmento de 6º ao 9º Ano do Ensino Fundamental ao utilizarem TDIC em uma escola do município de Ubá (MG). A metodologia utilizada é de abordagem qualitativa, caráter exploratório-descritivo e do tipo estudo de caso com levantamento documental, observação e entrevistas semiestruturadas. As expectativas são encontrar na escola um contexto favorável à utilização de TDIC pelos docentes e a expressão de competências digitais relacionadas principalmente com a mediação pedagógica.

**Palavras-chave:** Competências digitais. Professores. TDIC. Cibercultura.

### Introdução:

A utilização de Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação (TDIC) em diversas áreas de atuação humana favorece a ocorrência de transformações culturais nomeadas por Lévy (2014) como Cibercultura. Nesse sentido, as competências digitais são elementos que integram o contexto cibercultural e facilitam a utilização de TDIC para fins específicos. Na área de Educação, por exemplo, essas competências favorecem a utilização segura, ética e com finalidades didático-pedagógicas (Centro de Inovação para a Educação Brasileira, 2017).

Relacionado a esse contexto de transformações, o tema desta pesquisa é competências digitais de professores para utilização de TDIC como recurso didático no contexto cibercultural. O estudo justifica-se pela implementação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e, na rede estadual de ensino de Minas Gerais, do Currículo Referência de Minas Gerais (CRMG). Ambos os documentos articulam o currículo da Educação Básica com a utilização de TDIC, o que sugere a necessidade de que os docentes também desenvolvam competências digitais.

Outra justificativa para o estudo é a necessidade de promover a reflexão de docentes sobre a utilização dessas tecnologias em contextos educacionais. Uma via para essa reflexão seria possibilitar a expressão de competências digitais pelos professores, pois não basta responder a questionários com opções padronizadas de respostas. É necessário ouvir e atribuir sentido às experiências docentes.



O objetivo geral da pesquisa é compreender a expressão dessas competências por professores que lecionam no segmento de 6º ao 9º Ano do Ensino Fundamental ao utilizarem TDIC em uma escola do município de Ubá (MG). Já os objetivos específicos são analisar atividades realizadas por esses docentes com utilização de TDIC para estudar a expressão de competências digitais e discutir o contexto da escola na perspectiva da Ciberultura para analisar relações com a expressão de competências digitais pelos docentes.

### **Metodologia:**

Para realizar este estudo, propõe-se uma abordagem qualitativa, que permitirá a atribuição de sentidos à fala dos participantes (Marconi; Lakatos, 2018). Os objetivos caracterizam a pesquisa como exploratório-descritiva (Gil, 2017), pois ocorrerá a exploração do contexto específico de uma escola a partir da perspectiva das competências digitais de professores. Já a descrição desse contexto permitirá a discussão sobre relações entre as práticas desenvolvidas pelos professores e possíveis influências do ambiente. Já o estudo de caso apresenta-se como adequado para explorar a realidade da escola selecionada na perspectiva de um olhar atento à fala dos participantes e influências do contexto (Yin, 2015).

Para conduzir a pesquisa, utilizar-se-ão os procedimentos a seguir:

- \* Levantamento documental (Marconi; Lakatos, 2017): acesso ao Projeto Político-Pedagógico (PPP) e Regimento Escolar da instituição de ensino para analisar elementos ciber culturais presentes nesses documentos;

- \* Observação (Batthyány; Cabrera, 2011): análise do contexto ciber cultural da escola pela via da infraestrutura de TDIC disponível;

- \* Entrevistas semiestruturadas (Batthyány; Cabrera, 2011): para registrar a fala dos participantes e, deste modo, analisar a expressão de competências digitais.

Utilizar-se-ão dois recursos para registro de dados:

- \* Caderno para registrar dados descritivos (Sampieri; Collado; Lucio, 2014) sobre a infraestrutura disponível na escola;

- \* Gravador digital de áudio para registrar as entrevistas (Sampieri; Collado; Lucio, 2014).

Selecionou-se o caso da Escola Estadual Coronel Camilo Soares devido aos bons resultados obtidos pela instituição de ensino em avaliações sistêmicas e pela infraestrutura disponível no local. O foco nos Anos Finais do Ensino Fundamental ocorreu, então, por ser este o segmento da Educação Básica ofertado pela escola.

Para incluir participantes, utilizar-se-ão os seguintes critérios para professores: lecionar componentes curriculares nos Anos Finais do Ensino Fundamental e utilizar TDIC durante as aulas. Os critérios de exclusão serão: exercer outras funções docentes que não sejam a docência de componentes curriculares e não utilizar TDIC durante as aulas.

Será necessário incluir também como participantes a Diretora da instituição de ensino e as Supervisoras Pedagógicas. Os critérios de inclusão serão: ter conhecimento do contexto ciber cultural da escola e ter conhecimento do trabalho desenvolvido pelos professores na regência de aulas. Já os critérios de exclusão serão: não conhecer o contexto ciber cultural da instituição e não acompanhar o trabalho dos docentes.

Para analisar os dados, propõe-se a técnica de Análise de Conteúdo (Bardin, 2016), a elaboração de quadros descritivos e a triangulação de dados oriundos das fontes selecionadas para o estudo (Creswell, 2007). Esse desenho metodológico permitirá a compreensão do caso selecionado para estudo e a elaboração de sentidos para os dados oriundos do contexto.

### **Resultados e discussão:**



Por se tratar de um estudo em fase inicial, a coleta de dados na escola selecionada ainda não ocorreu. No momento, a pesquisa concentra-se na exploração de fontes bibliográficas, o que facilitará a coleta de dados posteriormente. Nesse sentido, uma possibilidade que surgiu durante a exploração bibliográfica é a correlação do estudo com a teoria de Bauman (2016) sobre a Modernidade Líquida.

Há expectativas de encontrar na escola um contexto de TDIC em condições de utilização e disponíveis para os docentes e discentes, bem como previsão desse uso no PPP e no Regimento Escolar. Outra expectativa refere-se aos tipos de competências digitais expressas pelos professores, ou seja, competências relacionadas principalmente à mediação pedagógica dos conteúdos curriculares.

### **Considerações finais:**

A pesquisa em Ciências Humanas deve permitir a construção de significados e a expressão dos participantes para interpretar realidades. Este estudo, portanto, pretende contribuir para o contexto educacional de modo a interpretar possíveis influências da Cibercultura na expressão do trabalho didático-pedagógico. Nesse sentido, esta pesquisa poderá despertar o interesse por outros estudos que abordem o tema em contextos de Educação Infantil, Anos Iniciais do Ensino Fundamental, Ensino Médio, Educação Profissional e Tecnológica e de Ensino Superior. Mais do que coletar e analisar dados, é necessário permitir que estes façam sentido não somente para a comunidade acadêmica, mas para os participantes também.

### **Referências:**

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2016.

BATTHYÁNY, K.; CABRERA, M. **Metodología para investigación en Ciencias Sociales: apuntes para un curso inicial**. Montevideo: UCUR, 2011.

BAUMAN, Z. **Los retos de la educación en la modernidad líquida**. Barcelona: Gedisa, 2017.

CENTRO DE INOVAÇÃO PARA A EDUCAÇÃO BRASILEIRA. **CIEB Notas Técnicas 8: competências de professores e multiplicadores para o uso de TICs na Educação**. 2017. Disponível em: <[http://www.cieb.net.br/wp-content/uploads/2018/01/CIE\\_B\\_NotaTecnica-8\\_nov2017.pdf](http://www.cieb.net.br/wp-content/uploads/2018/01/CIE_B_NotaTecnica-8_nov2017.pdf)>. Acesso em: 1º set. 2023.

CRESWELL, J. W. **Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto**. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2007.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

LÉVY, P. **Cibercultura**. 3. ed. São Paulo: Editora 34, 2014.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de metodologia científica**. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

\_\_\_\_\_. **Metodologia científica**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2018.



SAMPIERI, R. H.; COLLADO, C. F.; LUCIO, P. B. **Metodología de la investigación**. 6. ed. Ciudad de Mexico: McGraw-Hill, 2014.

YIN, R. K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. 5. ed. Porto Alegre: Bookman, 2015.



ORGANIZAÇÃO



Programa de Pós-graduação em  
**Educação, Conhecimento  
e Sociedade** Mestrado e Doutorado • UNIVÁS



## COTAS RACIAIS NA GRADUAÇÃO DE EDUCAÇÃO FÍSICA E AÇÕES DE PERMANÊNCIA ESTUDANTIL NA UEL<sup>2</sup>

Daniel de Deus de Souza

Profa. Dra. Ângela Maria de Sousa Lima

**Resumo:** As políticas de cotas raciais têm sido um tema de grande relevância no contexto da educação superior pública brasileira, estabelecidas com intuito de promover a equidade e a inclusão dos estudantes negro/as no ensino superior. As políticas de cotas raciais têm sua origem em um contexto de desigualdades históricas e estruturais no Brasil, implementadas para combater o racismo estrutural que se encontra enraizado na sociedade e nas instituições públicas e ou privadas, sejam elas acadêmicas ou de trabalho, com a finalidade de promover a valorização das diversidades e dos pertencimentos múltiplos. Para enfrentar esses desafios, diversas instituições têm implementado ações de permanência estudantil, com foco nas Ações Afirmativas. Essas ações incluem programas de bolsas, auxílio alimentação, moradia estudantil, apoio psicológico e acadêmico, além de programas de acolhimento e de enfrentamento ao racismo. Através dessas iniciativas, busca-se não apenas garantir a permanência dos estudantes cotistas, mas também promover um ambiente acadêmico inclusivo, mais democrático e acolhedor. Tudo isso compõe o que consideramos ação prioritária para formação e atuação de professores na área de Educação Física. Entendendo que é necessário que haja um compromisso social contínuo das instituições públicas de ensino superior no processo de fortalecimento dessas políticas, que estas concepções inclusivas precisam nortear as políticas de formação docente nas licenciaturas e que os licenciados negros têm direito às tais ações afirmativas de permanência estudantil para concluir sua formação acadêmica, é que nos propomos a refletir sociologicamente acerca das “Cotas raciais na graduação de Educação Física e ações de permanência estudantil na UEL”.

**Palavras-Chave:** Cotas raciais. Racismo. Permanência Estudantil. Formação docente.

### Introdução

A lei de cotas no Brasil (nº Lei nº 12.711) completou dez anos em 2022. Por isso, dialogar sobre a importância das cotas raciais para a promoção de uma universidade mais democrática e plural, continua sendo essencial para entendermos e avançarmos na construção de uma sociedade verdadeiramente inclusiva e não excludente. As cotas raciais representam um

---

<sup>2</sup> PROJETOS DE PESQUISA: Cadastro nº 12453 - FATORES SOCIOPOLÍTICOS, ECONÔMICOS E HISTÓRICOS DE IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA DE COTAS NO ENSINO SUPERIOR BRASILEIRO  
ORIENTADORA: Profa. Dra. Ângela Maria de Sousa Lima.



instrumento necessário para enfrentar as desigualdades históricas e estruturais que afetam grupos étnico-raciais marginalizados, uma vez que o racismo institucional, estrutural e outras formas históricas de desigualdades e violações de direitos humanos, estão enraizados na nossa sociedade, prejudicando assim o acesso das pessoas pretos/as ao ensino superior.

Em um país como o Brasil, marcado por séculos de escravização, até os dias de hoje as políticas de cotas surgem como uma medida reparadora, buscando corrigir as injustiças acumuladas ao longo dos séculos. Concordamos que ao reservar vagas em universidades públicas para estudantes negros/as, indígenas e pardos/as, as cotas reconhecem o direito desses grupos de acessarem espaços que, por muito tempo, lhes foram negados e privados.

Portanto, cota não é esmola. Trata-se de uma das reparações institucionais mais inclusivas, conseguidas arduamente pelos movimentos sociais progressistas, que temos por direito, após séculos vivenciando as fraturas de uma falsa abolição, que deixou todas as pessoas pretas, sem nada, pois tentou-se de tudo para retirar-lhes, inclusive, a dignidade humana. Até os dias de hoje sentimos, na pele, os resquícios da escravização. Qual a cor da pele que se encontra debaixo das pontes nos grandes centros urbanos? Qual a cor da pele que se encontra nos lugares de poder e de decisão?

Além de reparação histórica, as cotas raciais também têm o potencial de transformar a dinâmica acadêmica, enriquecendo-a com diferentes perspectivas e vivências. Uma universidade verdadeiramente democrática e plural não pode se contentar em reproduzir as mesmas estruturas excludentes do passado. Ela precisa refletir a diversidade da sociedade em que está inserida, proporcionando oportunidades igualitárias para todos os seus membros. Infelizmente, não é essa a realidade quando adentramos nestes espaços universitários públicos.

Geralmente nos deparamos com diversas questões socioeconômicas, políticas e psicológicas complicadas, derivadas de todas as formas de racismo sofridas por um número significativo de pessoas (estudantes e servidores/as) durante suas experiências de vida e de trabalho nas universidades públicas. Por isso, a relevância deste artigo científico em debater o lugar das cotas raciais na graduação de Educação Física, ao passo que demonstra também a importância das ações de permanência estudantil na UEL - Universidade Estadual de Londrina. Afinal, consideramos o tema deste subprojeto de grande potencial no processo de formação profissional e humana dos licenciandos da área, o que pode contribuir enormemente na formação de educandos que estão sob sua responsabilidade nas escolas de Educação Básica.

### **Reflexões sobre resultados de pesquisa**

É importante ressaltar que as cotas raciais não são uma solução isolada para a resolução dos problemas das desigualdades sociais. Elas devem ser acompanhadas por políticas de inclusão, acolhimento institucional afirmativo e permanência, que garantam o suporte necessário mínimo para que os estudantes cotistas possam concluir seus estudos com sucesso e bem-estar.

Aqui, tomando por exemplo o trabalho realizado há mais de cinquenta anos pelo SEBEC/UEL (Serviço de Bem-estar à Comunidade), a perspectiva de bem-estar é compreendida nesta concepção humana e institucional de inclusão, acolhimento afirmativo e permanência, com foco na valorização das diversidades e diferenças, no intuito de eliminação, dentro dos limites institucionais, de todas as formas de desigualdades e de violações de direitos humanos.

Além disso, é fundamental lembrar que a ação de combater o racismo estrutural e institucional, que ainda permeia as instituições de ensino e a sociedade como um todo, é responsabilidade de todas as pessoas. Portanto, dialogar sobre a importância das cotas raciais não se resume apenas em defender uma medida específica, mas em promover um debate mais amplo sobre justiça social, igualdade de oportunidades e construção de uma sociedade mais justa



e inclusiva para todos.

No Brasil a *Lei das Cotas* (nº 12.711) foi aprovada em agosto de 2012, como política pública de ação afirmativa na Educação Superior, após mais de uma década de debate e com muitas controvérsias. Essa medida legal e obrigatória determina que as Universidades, Institutos e Centros Federais reservem 50% das suas vagas para estudantes oriundos de escola pública. Dentre elas, haverá reserva de um percentual especial destinado a estudantes negros (auto identificados como de cor “parda” ou “preta”) e indígenas. Tal percentual será definido pela presença dessas populações no território da Instituição de Ensino Superior (IES), de acordo com o IBGE. As referidas entidades deverão se adequar em um prazo de quatro anos a partir da aprovação da nova lei. (LEI Nº 12.711, de 29 de agosto de 2012, Art. 1º.)

No cenário acadêmico, a discussão em torno das cotas raciais tem ocupado um lugar central nas conversas sobre justiça social e equidade. Ao abordar a relevância das cotas raciais para a promoção de uma universidade mais democrática e plural, é fundamental compreender o contexto histórico e social que as motivou, bem como os impactos que esta política de Ação Afirmativa tem sobre a composição de pluralidade e sobre o processo de democratização do ambiente universitário. Um dos principais benefícios das cotas raciais é a promoção da diversidade e pluralidade dentro das universidades, sobretudo as instituições de ensino superior públicas. A presença de estudantes de diferentes origens étnico-raciais enriquece o ambiente acadêmico, proporcionando diferentes perspectivas, experiências e conhecimentos.

A convivência com os diferentes pertencimentos étnico-raciais não apenas enriquece a qualidade do ensino e da pesquisa, mas também prepara os estudantes para viver e trabalhar em sociedades cada vez mais diversas, espaços estes que são dominados por pessoas não pretas.

A chamada **Lei de Cotas**, conhecida também como Lei 12.711, só foi aprovada em 2012. Com ela, todas as instituições de ensino superior federais do país precisaram, obrigatoriamente, reservar parte de suas vagas para alunos oriundos de escolas públicas, de baixa renda, e negros, pardos e índios. (LEI Nº 12.711, de 29 de agosto de 2012, Art. 1º e 3º).

Além disso, as cotas raciais têm um impacto positivo na construção de uma sociedade mais justa e inclusiva, ao garantir que indivíduos de grupos historicamente marginalizados tenham acesso equitativo ao ensino superior. Na UEL, por exemplo, as cotas raciais, em vigor desde o Processo Seletivo de Ingresso de 2005, tem contribuído significativamente para a redução das desigualdades socioeconômicas.

Vistas de maneira não isolada, as cotas raciais devem ser complementadas por políticas que abordem de fato as causas subjacentes da discriminação e da exclusão das pessoas negras. Por isso, a relevância de Programas de Auxílios Permanência, de Segurança Alimentar, de Moradia Estudantil, de Apoio Psicossocial e outras Ações de Permanência e de Assistência Estudantil, como as atividades ofertadas pelo SEBEC/UEL que deem apoio aos estudantes beneficiados pelas cotas.

Programas de assistência financeira, atrelados ao incentivo na participação de Programas de Apoio a Inclusão destes estudantes em Projetos de Ensino, Pesquisa e Extensão, como o PIBIS/PR da Fundação Araucária, são essenciais para que os mesmos possam concluir sua graduação com êxito e ampliar suas expectativas de inserção em Programas de Pós-graduação de Mestrado e de Doutorado nas mesmas instituições públicas de Ensino Superior.

De forma indireta, tais ações ajudam no combate ao racismo epistêmico. Afinal, a universidade precisa valorizar estes saberes desses intelectuais e lideranças negras, que



precisam ser mais lidas, ouvidas e valorizadas em suas trajetórias de lutas e de produção dos conhecimentos nas diversas áreas, assim como na área de Educação Física.

[...]. Agora é o tempo para transformar em realidade as promessas de democracia. Agora é o tempo para subir do vale das trevas da segregação para o caminho iluminado pelo sol da justiça racial. Agora é o tempo de erguer nossa nação das areias movediças da injustiça racial para a pedra sólida da fraternidade. Agora é o tempo de fazer da justiça uma realidade para todos os filhos de Deus. (O JOVEM Martin Luther King, 2004, p. 170).

Além disso, é essencial promover um debate aberto e construtivo sobre as políticas de Ações Afirmativas, ouvindo as diversas vozes e perspectivas envolvidas, de modo a sofisticar/atualizar tais políticas a partir das sugestões das pessoas que se constituem usuários destes direitos constituídos.

Compreendemos que somente por meio do diálogo e do engajamento comunitário podemos avançar em direção a uma universidade verdadeiramente democrática e plural, onde todos os indivíduos tenham a oportunidade de alcançar seu pleno potencial, independentemente de sua origem étnico-racial. O mesmo pensamos sobre a formação do profissional da educação Física. Essas políticas de Ações Afirmativas têm o objetivo de promover a inclusão de grupos historicamente marginalizados no ensino superior, compensando desigualdades estruturais. Além disso, os futuros profissionais de Educação Física devem ser sensibilizados para as questões de diversidade e inclusão, reconhecendo a importância da representatividade e do respeito à diversidade étnico-racial em suas práticas profissionais.

A formação desses profissionais também pode ser enriquecida por experiências trazidas por estudantes beneficiados pelas políticas de cotas raciais e programas de permanência estudantil, contribuindo para uma formação mais ampla e inclusiva. A política pública de Ação Afirmativa no Brasil representa uma resposta direta às profundas desigualdades históricas e estruturais que permeiam a sociedade brasileira, particularmente no que diz respeito ao acesso desigual a oportunidades educacionais e socioeconômicas entre grupos étnico-raciais. Essas políticas têm como objetivo principal promover a igualdade de oportunidades e combater a discriminação, especialmente contra grupos historicamente marginalizados, como afrodescendentes, indígenas e pessoas de baixa renda.

[...] E enquanto caminhamos, temos que fazer a promessa de que sempre marcharemos á frente. Nós não podemos retroceder[...]. (O Jovem Martin Luther King, 2004, p.172).

A natureza das políticas de Ação Afirmativa no Brasil pode ser observada em diversas iniciativas, incluindo cotas raciais em universidades públicas e privadas, reserva de vagas em concursos públicos, políticas de cotas para empresas e a implementação de programas de apoio socioeconômico para comunidades carentes. Essas medidas visam garantir que grupos historicamente marginalizados tenham acesso equitativo a oportunidades educacionais, empregatícias e de representação política, entre outras.

A relevância dessas políticas é inegável, e inegociável especialmente considerando o contexto de um país marcado por profundas desigualdades sociais e raciais. As políticas de Ação Afirmativa são fundamentais para promover a inclusão social e reduzir as disparidades socioeconômicas que perpetuam a exclusão e a marginalização de certos grupos da população.

A lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012, que trata as questões relacionados as cotas e o acesso e permanência dos estudantes negros/as, estão garantindo o acesso desses estudantes, e diminuir a desigualdade entre brancos e negros nas universidades. Nada mais justo esta



reparação histórica, principalmente devido a todo o processo de escravização que os cidadãos negros/as passaram, embora ainda temos resquícios desta escravização. Além disso, as políticas de Ação Afirmativa desempenham um papel crucial na construção de uma sociedade mais justa, igualitária e democrática, ao garantir o acesso equitativo a oportunidades educacionais e profissionais. Essas políticas contribuem para a construção de uma sociedade mais coesa e plural, onde a diversidade é valorizada e respeitada.

É importante ressaltar que as políticas de Ação Afirmativa não visam promover a discriminação reversa ou privilegiar determinados grupos em detrimento de outros. Pelo contrário, elas buscam corrigir desigualdades históricas e promover a inclusão de grupos que foram historicamente excluídos e marginalizados. No entanto, temos que ouvir quando sofremos racismos, e ou vamos atrás dos nossos direitos enquanto pessoas pretas /os, que estamos de “MI MI MI MI”

Historicamente, certos grupos sociais enfrentaram barreiras econômicas e socioculturais para participar de atividades físicas e esportivas, resultando em uma disparidade no desenvolvimento físico, as cotas na educação física podem ajudar a mitigar essas desigualdades, oferecendo oportunidades equitativas de acesso à educação física e esportes para grupos historicamente marginalizados. Considerando o histórico de exclusão e discriminação enfrentado por determinados grupos étnicos e raciais ao longo da história brasileira, a implementação de cotas na educação física pode ser vista como uma forma de reparação histórica, essas políticas visam corrigir injustiças passadas, promovendo a inclusão e a equidade no acesso à educação superior.

### **Considerações finais**

Ao explorar essas relações entre cotas na educação física e os fatores sociopolíticos, econômicos e históricos que influenciaram a implementação do sistema de cotas no ensino superior brasileiro, é possível compreender melhor o papel dessas políticas na promoção da igualdade de oportunidades e na construção de uma sociedade mais justa e inclusiva. Em suma, a política pública de Ação Afirmativa no Brasil desempenha um papel fundamental na promoção da igualdade de oportunidades e na construção de uma sociedade mais justa e inclusiva. É essencial que essas políticas sejam continuamente avaliadas e aprimoradas para garantir que atinjam seus objetivos de forma eficaz e justa, contribuindo para a construção de um país mais justo e igualitário para todos os seus cidadãos.

Através da implementação de cotas na educação física, é possível desafiar estereótipos e preconceitos relacionados à capacidade física e habilidades atléticas de certos grupos sociais. Isso pode promover uma cultura de aceitação e valorização da diversidade de corpos e habilidades físicas, contribuindo para uma sociedade mais inclusiva e justa.

Estamos avançando significativamente em relação a entrada de pessoas pretas /os no ensino superior através das cotas, precisamos avançar ainda mais, não só no acesso mais também a permanência desses estudantes na conclusão de sua graduação.

### **Referências:**

BRASIL, lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012. Inserido em: [http://legislacao.planalto.gov.br/legisla/legislacao.nsf/Viw\\_Identificacao/lei%2012.711-2012?OpenDocument](http://legislacao.planalto.gov.br/legisla/legislacao.nsf/Viw_Identificacao/lei%2012.711-2012?OpenDocument). Acesso em março 2024.

CARNEIRO, Sueli. Racismo, Sexismo e Desigualdade no Brasil". SP: Editora Selo Negro, 2001.



GUARNIERI FV, Melo-Silva LL. Cotas Universitárias no Brasil: Análise de uma década de produção científica. *Psicol Esc Educ.* 2017. May; 21(2): 183 –93. Inserido em: <https://doi.org/10.1590/2175-3539201702121100>. Acesso março 2024

MUNANGA, Kabengele. *Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: identidade nacional versus identidade negra*. Belo Horizonte: Autêntica. 2008

NASCIMENTO, Abdias do. *O Genocídio do Negro Brasileiro: Processo de um Racismo Mascarado*". SP: Editora Paz e Terra, 1978.

O jovem Martin Luther King. São Paulo, 2004. 176 p.



ORGANIZAÇÃO



Programa de Pós-graduação em  
**Educação, Conhecimento  
e Sociedade** Mestrado e Doutorado • UNIVÁS



## CRIANDO LAÇOS ATRAVÉS DE UMA EDUCAÇÃO DIALÓGICA

**Wanessa Helenn Luiz Paiva Massini**  
<https://orcid.org/0009-0006-5357-8190>

**Valéria Oliveira de Vasconcelos**  
<https://orcid.org/0000-0002-0616-2372>

**Resumo:** O presente trabalho, vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Educação, Conhecimento e Sociedade (PPGEduCS) da Universidade do Vale do Sapucaí - UNIVÁS, tem como objetivo sistematizar as experiências de 55 estudantes do 3º ano do Ensino Médio e uma docente, participantes do projeto "Saber Ouvir" entre 2019 e 2022, para refletir sobre os desafios e as potencialidades dessa trajetória. O projeto surgiu como uma resposta à necessidade de promover uma educação dialógica e participativa, desafiando a "educação bancária" criticada por Freire (1968). Estruturado em quatro movimentos principais, o projeto abrange: leitura de histórias, que promove a reflexão crítica; dinâmicas de grupo, incentivando a construção coletiva de saberes; o Coral de Libras, valorizando a inclusão da língua de sinais; e as conversas individualizadas, que atravessam todas as práticas, fortalecendo os vínculos entre professor/a e alunos/as. A pesquisa segue a metodologia de Sistematização de Experiências, essencialmente latino-americana, conforme proposta por Jara (2021), com uma abordagem qualitativa que permite a atuação dos/as envolvidos/as como coautores/as na construção de saberes. Foram realizadas até o momento doze rodas de conversa. Esse processo colaborativo e dialógico aprofunda a compreensão das conquistas e aprimoramentos necessários, promovendo uma educação humanizadora e comprometida com o diálogo horizontal, a escuta afetiva e o acolhimento.

**Palavras-chave:** Escuta. Aproximação. Acolhimento. Afetividade.

### Introdução:

A educação enfrenta inúmeros desafios, especialmente em contextos onde a comunicação entre educadores/as e alunos/as segue um modelo tradicional, hierárquico e distante das necessidades dos/as estudantes. Nesse cenário, a abordagem dialógica, defendida por Freire (1968), torna-se uma alternativa potente para transformar as relações em sala de aula. O projeto "Saber Ouvir", desenvolvido há 22 anos em uma escola estadual do interior de Minas Gerais, nasceu não apenas da necessidade de criar espaços de escuta, diálogo e construção coletiva de saberes, mas também do movimento reflexivo de uma educadora que, ao observar sua prática, percebeu que os/as adolescentes com quem convivia só poderiam ser plenamente acessados por meio de atividades que privilegiassem a educação dialógica.

Ao longo desse período, o projeto foi desenhado no "chão da sala de aula" e organizado em torno de quatro momentos pedagógicos que integram a leitura de histórias, dinâmicas de



grupo, o Coral de Libras e as conversas individualizadas, todas orientadas por uma perspectiva de Educação Popular. Este trabalho tem como objetivo sistematizar essa experiência a partir das contribuições de 55 alunos/as do 3º ano do Ensino Médio, que participaram do projeto entre 2019 e 2022. No processo, busca-se identificar os principais desafios e potencialidades que emergiram ao longo dos cinco anos.

### **Metodologia:**

A presente pesquisa utiliza a metodologia de Sistematização de Experiências que, conforme proposto por Jara (2021), envolve um conjunto de procedimentos e métodos com o objetivo de transformar vivências práticas do projeto “Saber Ouvir” em conhecimento crítico e reflexivo. A Sistematização de Experiências é uma abordagem, enraizada na realidade latino-americana, que segundo Jara (2021) valoriza o papel dos sujeitos envolvidos na construção do conhecimento. Esta pesquisa segue uma abordagem qualitativa, por sua capacidade de capturar a profundidade das experiências e percepções dos/as participantes, oferecendo uma visão detalhada das práticas e seus impactos. Esse modo de conduzir a pesquisa se alinha diretamente com os princípios da Educação Popular, conforme defendidos por Freire (1996) e Brandão (2020), promovendo a conscientização, o diálogo e a construção coletiva do saber. A Sistematização seguiu os tempos propostos por Jara (2021), quais sejam: 1) ponto de partida; 2) perguntas iniciais; 3) recuperação do processo vivido; 4) reflexão de fundo; e 5) pontos de chegada. Foram realizadas 12 rodas de conversa que se desenvolveram, sob uma perspectiva freiriana, o valor da memória coletiva e da educação dialógica como alicerces para a formação crítica e emancipatória.

### **Resultados e discussão:**

As etapas realizadas até o momento revelam tanto as potencialidades quanto os desafios enfrentados no processo de promover uma educação dialógica.

Durante a primeira etapa, o Ponto de Partida, os/as alunos/as, ao revisitar suas memórias e experiências por meio da dinâmica "Baú das Emoções", destacaram a importância de atividades que estimulem a aproximação e o diálogo em sala de aula. Foi possível observar que as atividades realizadas fora do ambiente escolar tiveram um impacto profundo na vida dos/as participantes, muitos/as dos/as quais relataram que esses momentos representaram os únicos em que saíram dos limites da escola. Além disso, mencionaram que o projeto de contação de histórias despertou neles/as o interesse pela leitura, transformando vários/as deles/as em leitores/as ao longo do processo. Os/as estudantes também enfatizaram a relevância da escolha dos livros utilizados, que serviram como espelho para os desafios e conflitos vividos por eles/as na mesma fase da vida.

Um dos/as alunos/as resumiu o impacto das conversas individualizadas e do tempo dedicado pela professora com uma frase que marcou o grupo: "Não é todo adulto que perde tempo conversando com a gente." Reforçando a necessidade de práticas educativas que estimulem essa aproximação entre professor/a e aluno/a, algo defendido por Freire e essencial para a Educação Popular. Como destaca Brandão (2020), "Aprender é um encontro. É um sempre ir-ao-encontro-de", revelando a essência do processo educativo como um movimento contínuo de aproximação e construção conjunta.

Outro aspecto importante emergido dessa etapa foi a percepção dos/as alunos/as sobre o trabalho em grupo. Apesar de, inicialmente, muitos/as não apreciarem o trabalho colaborativo, com o tempo reconheceram seu valor, ampliando a capacidade de lidar com a diversidade.

Os/as discentes denunciaram que, muitas vezes, diferenças individuais justificavam práticas segregadoras, com professores/as favorecendo um "modelo ideal" de aluno/a. No



projeto "Saber Ouvir," porém, todos/as eram igualmente valorizados, criando um ambiente acolhedor especialmente para aqueles/as com "mais dificuldades".

Para os/as educandos/as o projeto apresentou uma alternativa ao modelo tradicional. De acordo com Esteban (2007, p. 16), "a escola pública se fortalece ao consolidar suas atuações como Educação Popular. Seus processos cotidianos se elaboram em uma trama capaz de acolher e estimular o pensamento divergente, a invenção de percursos e a incorporação da diferença." Isso foi claramente observado nos relatos, que ressaltaram a importância das conversas individualizadas com a professora, do trabalho colaborativo e da inclusão de estudantes com diferentes realidades e necessidades, como no caso do coral de Libras. As viagens e eventos com o Coral "Mãos que Cantam" tem um local especial em suas memórias. A contação de histórias foi para eles e elas um evento a parte. Compararam esses momentos a algo muito familiar em seu cotidiano, afirmando: "Parecia novela e aí dava o comercial, que era a hora da aula."(Recomeço) Essa metáfora expressa o quanto as histórias capturaram a imaginação e o interesse, e como elas serviram de inspiração e estímulo para a reflexão durante as aulas. Essas práticas não convencionais "mudaram tudo para sempre" (Acalento), marcando profundamente a experiência escolar e aproximando de forma afetiva alunos/as e professora.

### Considerações finais:

A sistematização criou um espaço seguro e inclusivo onde o grupo pode se expressar, colaborar e refletir criticamente sobre suas experiências. As críticas ao modelo da "Educação Bancária" foram inúmeras, evidenciando a necessidade de uma educação que valorize o diálogo e a construção coletiva do saber, conforme preconizado por Freire (1996). Durante as rodas de conversa, os/as alunos/as ressaltaram que a "escola atual" está distante da "escola ideal". Embora ações como o projeto "Saber Ouvir" sejam muito importantes, eles/as enfatizaram que são insuficientes, pois a verdadeira mudança precisa partir de todo o sistema educacional. Os/as estudantes destacaram como as atividades dialógicas do "Saber Ouvir", permanecem vivas na memória, especialmente no que diz respeito a se sentirem ouvidos/as e valorizados/as como sujeitos singulares.

Outro ponto levantado foi a questão da formação docente. Os/as alunos/as descreveram a desmotivação de alguns professores/as - "não queriam estar ali" (Apascentar). Essa postura, segundo eles/as é contagiante e compromete o processo de ensinar-e-aprender. Em contrapartida, com relação às práticas dialógicas do projeto, enfatizaram a importância da aproximação entre professor/a e aluno/a. Uma das alunas resumiu essa sensação ao afirmar: "Quando olhávamos o horário e sabíamos que a professora do projeto 'Saber Ouvir' estava vindo, não era apenas uma professora, era alguém em quem podíamos confiar."(Esperançar) Esse vínculo criado demonstrou o poder transformador de uma educação baseada no diálogo e na escuta.

### Referências:

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **O que é educação**. Goiânia: Espaço Acadêmico, 2020. 238 p.

ESTEBAN, Maria Teresa. Educação popular: desafio à democratização da escola pública. **Cadernos Cedes**, [S.L.], v. 27, n. 71, p. 9-17, abr. 2007. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s0101-32622007000100002>. Acesso em: 9 de out. 2024.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.



FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1968

JARA, Oscar. Cem anos de Paulo Freire: um projeto de esperança. **Revista de Educação Popular**, v. 1, n. 2, p. 41-67, 2021. Acesso em: 9 de out. 2024.



ORGANIZAÇÃO



Programa de Pós-graduação em  
**Educação, Conhecimento  
e Sociedade** Mestrado e Doutorado • UNIVÁS



## **DESAMPARO APRENDIDO NO CONTEXTO DA ESCOLARIZAÇÃO: IMPACTO DO EXCESSO DE DEMANDAS, BAIXA VALORIZAÇÃO E AVALIAÇÕES PADRONIZADAS**

**Andreia Mendes Costa**

Mestra em Gestão e Avaliação da Educação Pública

**Resumo:** O presente estudo analisa o conceito de desamparo aprendido em docentes e alunos no contexto educacional contemporâneo, marcado por pressões, demandas burocráticas e avaliações padronizadas. Baseado na teoria de Martin Seligman (1972), o desamparo aprendido descreve o estado de impotência diante de situações incontroláveis, afetando a motivação e o bem-estar. Professores e alunos experienciam essa sensação devido à sobrecarga de tarefas, pressão por resultados e falta de valorização ou suporte adequado. O estudo sugere que políticas educacionais focadas em valorização profissional e apoio emocional são necessárias para mitigar o impacto do desamparo, melhorando o ambiente escolar e o processo de ensino-aprendizagem.

**Palavras-chave:** Desamparo aprendido. Avaliações padronizadas. Políticas educacionais.

### **Introdução:**

O contexto educacional contemporâneo apresenta desafios não só para os professores, mas também para os alunos, que enfrentam um cenário de pressões por desempenho, múltiplas demandas e prazos rigorosos. Assim como os docentes, os alunos podem experienciar um estado de desamparo aprendido, gerado pela percepção de falta de controle e autonomia sobre seus processos de aprendizagem. As demandas excessivas, as exigências de cumprimento de prazos e a pressão por avaliações padronizadas criam um ambiente de estresse para os alunos, o que pode impactar sua motivação, autoestima e desempenho acadêmico. Este estudo busca explorar a relação entre as condições de trabalho dos profissionais da educação e as condições de estudo dos alunos, analisando como o desamparo aprendido se manifesta em ambos os grupos e os efeitos das pressões e exigências externas sobre a saúde mental e o processo de ensino-aprendizagem.

### **Metodologia:**

Este trabalho baseia-se em uma revisão de literatura qualitativa e observações realizadas pela autora no ambiente educacional. A revisão de literatura inclui artigos acadêmicos, livros e estudos de caso sobre desamparo aprendido, condições de trabalho de profissionais da educação e efeitos das avaliações padronizadas. A observação direta de profissionais em escolas públicas complementa os dados, buscando identificar comportamentos e atitudes associadas ao desamparo aprendido.

### **Resultados e discussão:**

Martin Seligman (1972) desenvolveu o conceito de desamparo aprendido ao observar que, ao serem expostos a situações repetitivas de falta de controle, os indivíduos tendem a



desenvolver uma sensação de impotência, manifestada por apatia e passividade (ABRAMSON, SELIGMAN e TEASDALE, 1978). Esse conceito foi expandido para contextos educacionais, onde tanto docentes quanto alunos podem experimentar o desamparo aprendido. Para os alunos, a exposição a métodos de ensino rígidos, avaliações padronizadas e um excesso de demandas sem suporte adequado pode levá-los a desenvolver a crença de que são incapazes de influenciar seus próprios resultados acadêmicos, reforçando o ciclo de desmotivação e baixa autoestima (JUNQUEIRA e SILVA, 2015).

Para os professores, o acúmulo de tarefas burocráticas e pedagógicas, combinado com uma baixa valorização, aumenta o desgaste emocional e físico, contribuindo para o desamparo aprendido (SILVA e CARVALHO, 2019). De maneira similar, os alunos são impactados pelo volume de tarefas e pela pressão por resultados, que muitas vezes ultrapassam sua capacidade de resposta, especialmente em contextos de ensino remoto ou híbrido, onde o acompanhamento é reduzido e o suporte emocional, limitado. Dessa forma, a sensação de sobrecarga e falta de controle sobre os próprios processos de aprendizagem contribui para o surgimento de sintomas de ansiedade e desmotivação nos estudantes, afetando o engajamento escolar e o desempenho (OLIVEIRA e GOMES, 2021).

O sistema de avaliações padronizadas impõe métricas rígidas tanto para os professores quanto para os alunos. Segundo Freire (1996), esse modelo desconsidera a individualidade dos alunos, transformando o processo educacional em um sistema mecânico e alienante. Para os professores, a pressão por cumprir padrões rígidos de avaliação gera frustração, pois limita sua capacidade de inovar e adaptar o ensino às necessidades dos alunos (SOUSA e NOGUEIRA, 2020). Para os alunos, essa forma de avaliação pode reforçar a sensação de desamparo, especialmente quando se esforçam repetidamente e não alcançam os resultados esperados, levando-os a acreditar que são incapazes de melhorar seu desempenho, o que os torna mais suscetíveis ao desenvolvimento de crenças de impotência e apatia (RIBEIRO e SANTOS, 2018).

A revisão da literatura e as observações indicam que tanto professores quanto alunos estão sujeitos a um ambiente de pressão e falta de controle, que favorece o desenvolvimento do desamparo aprendido. Para os docentes, as pressões por demandas burocráticas, a baixa valorização profissional e a imposição de padrões padronizados de avaliação geram um cenário de desmotivação e apatia (SILVA e CARVALHO, 2019). De forma semelhante, os alunos, submetidos a uma carga de demandas e prazos rigorosos, além da pressão constante por resultados, desenvolvem uma percepção de incapacidade e falta de controle sobre seus próprios processos de aprendizagem, reforçando o desamparo (OLIVEIRA e GOMES, 2021).

O impacto das avaliações padronizadas é particularmente danoso para ambos os grupos, uma vez que cria uma dinâmica de frustração e incerteza. Enquanto os professores se sentem impotentes diante das exigências inflexíveis, os alunos percebem essas avaliações como intransponíveis, o que os leva a acreditar que seus esforços não são suficientes ou valorizados. Esse ciclo se assemelha ao conceito de desamparo aprendido, no qual tentativas contínuas e frustradas de adequação resultam em um estado de resignação e abandono de iniciativas de mudança e superação (FREIRE, 1996; SOUSA e NOGUEIRA, 2020).

### **Conclusão:**

Tanto para os professores quanto para os alunos, o excesso de demandas, a pressão por resultados padronizados e a ausência de suporte emocional e instrumental configuram um ambiente que propicia o desamparo aprendido. A falta de reconhecimento e o excesso de cobranças prejudicam a saúde mental e a motivação dos profissionais da educação e dos estudantes, comprometendo a qualidade do processo de ensino-aprendizagem. Políticas



educacionais que promovam a valorização dos professores e o suporte emocional aos alunos são necessárias para reduzir o sentimento de impotência e fortalecer a autonomia pedagógica e a capacidade de autogerenciamento dos estudantes.

### Referências:

ABRAMSON, L. Y.; SELIGMAN, M. E.; TEASDALE, J. D. Learned helplessness in humans: Critique and reformulation. *Journal of Abnormal Psychology*, v. 87, n. 1, p. 49-74, 1978.

FREIRE, P. *Pedagogia da autonomia: Saberes necessários à prática educativa*. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

JUNQUEIRA, R. M.; SILVA, L. P. O impacto do desamparo aprendido na motivação escolar. *Educação e Realidade*, v. 40, n. 3, p. 543-562, 2015.

MASLACH, C.; JACKSON, S. E. The measurement of experienced burnout. *Journal of Occupational Behavior*, v. 2, n. 2, p. 99-113, 1981.

OLIVEIRA, S. C.; GOMES, T. R. O papel das emoções e da saúde mental no desempenho acadêmico: Estudo com estudantes de ensino médio. *Psicologia Escolar e Educacional*, v. 25, n. 3, p. 421-435, 2021.

RIBEIRO, A. S.; SANTOS, F. C. A influência das avaliações padronizadas na percepção de autoeficácia dos alunos. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, v. 97, n. 246, p. 63-81, 2018.

SILVA, R. M.; CARVALHO, J. S. A saúde mental dos professores em tempos de demandas e cobranças. *Revista Brasileira de Educação*, v. 24, n. 81, p. 1-20, 2019.

SOUSA, A. M.; NOGUEIRA, M. P. As armadilhas das avaliações padronizadas na educação básica. *Cadernos de Pesquisa*, v. 50, n. 176, p. 217-239, 2020.



## DO GRITO AO DIÁLOGO: REPENSANDO A DISCIPLINA NA SALA DE AULA POR MEIO DA COMUNICAÇÃO NÃO VIOLENTA

**Fernanda Michele de Oliveira Silva**

Mestranda Profissional em Educação pela UNITAU

**Prof. Dr. Thiago Vasquez Molina**

Professor do Mestrado Profissional em Educação da UNITAU

**Profª. Dra. Juliana Marcondes Bussolotti**

Professora do Mestrado Profissional em Educação da UNITAU

**Resumo:** Este estudo faz parte da revisão bibliográfica da pesquisa em andamento intitulada "É CONVERSANDO QUE A GENTE SE ENTENDE: um estudo sobre a importância da comunicação não violenta no ambiente escolar", motivada pelo Mestrado Profissional em Educação da UNITAU (Universidade de Taubaté). Com a intenção de examinar as práticas de comunicação no contexto educacional, propõe a Comunicação Não Violenta (CNV), desenvolvida por Marshall Rosenberg, como alternativa para fortalecer a relação pedagógica e promover um ambiente de ensino colaborativo e respeitoso. De metodologia qualitativa, apresenta obras de referência sobre educação e alternativas centradas no diálogo e na empatia. Os resultados da análise sugerem que o uso do grito como método de controle pode prejudicar as relações na sala de aula, ao impactar qualidades na confiança e no engajamento dos alunos. Ademais, pode desumanizar a comunicação e gerar um ambiente de tensão, interferindo no desenvolvimento emocional e cognitivo dos estudantes. A CNV, por outro lado, oferece uma abordagem que enfatiza o respeito e o entendimento mútuo, propondo uma comunicação dialógica em que o professor pode estabelecer sua autoridade de forma não coercitiva. Alinhada aos princípios de autonomia e diálogo, a CNV ainda pode contribuir para transformar o ambiente educacional em um espaço mais inclusivo e colaborativo, favorecendo tanto o aprendizado quanto às relações interpessoais saudáveis.

**Palavras-chave:** Comunicação Não Violenta. Relação professor-aluno. Educação dialógica. Empatia.

### Introdução:

Este texto faz parte da revisão bibliográfica da pesquisa intitulada "É CONVERSANDO QUE A GENTE SE ENTENDE: um estudo sobre a importância da comunicação não violenta no ambiente escolar", para a redação da tese de mestrado da autora a ser apresentada no Mestrado Profissional em Educação da Universidade de Taubaté (UNITAU), sob a orientação dos professores doutores Thiago Vasquez Molina e Julianna Marcondes Bussolotti. O estudo integra a pesquisa sobre práticas de comunicação no ambiente escolar, sendo o uso do grito, uma das formas de interação entre professores e alunos. A Comunicação Não Violenta (CNV), desenvolvida por Marshall Rosenberg, propõe o diálogo empático e o respeito mútuo como alternativas a práticas autoritárias, visando promover um ambiente mais acolhedor e



colaborativo. “A CNV nos permite conectar-nos com nossas necessidades mais profundas e com as do outro, de forma que possamos encontrar soluções para problemas e desacordos sem violência” (ROSENBERG, 2006, p. 34). Este tema é relevante pelas implicações que as práticas de comunicação podem ter no desenvolvimento emocional e cognitivo dos estudantes.

O uso do grito como método de controle ou disciplina pode introduzir tensão nas relações de convivência (SANTOS, 2020, p. 30). Para Freire (1996), “não há docência sem discência” (FREIRE, 1996, p. 67), indicando que a relação educacional deve ser dialógica e de aprendizado mútuo. Essa visão ressalta a importância de uma comunicação que priorize a escuta e a compreensão, fundamentos da pedagogia do diálogo. O grito muitas vezes reflete uma “incapacidade de expressar as próprias necessidades de forma assertiva e respeitosa, o que acaba por afastar e desumanizar o outro” (SANTOS, 2020, p. 31). A análise proposta contribui para refletir sobre como o diálogo empático pode substituir práticas coercitivas, fornecendo ao educador ferramentas para construir uma autoridade fundamentada no respeito e na compreensão.

O objetivo desse trabalho é analisar os efeitos do grito no contexto escolar a partir dos pressupostos teóricos referentes a CNV em favor do desenvolvimento de uma relação educacional mais positiva e inclusiva

### **Metodologia:**

Este estudo segue um delineamento de pesquisa bibliográfica qualitativa, com destaque nas alternativas propostas pela Comunicação Não Violenta (CNV). A pesquisa se baseia na seleção e análise de obras relevantes ao tema dos autores Marshall Rosenberg, Paulo Freire, e Elisama Santos com o intuito de examinar o impacto das práticas de comunicação no contexto educacional e explorar a CNV como metodologia de construção de relações baseadas no diálogo e no respeito.

Para a revisão de literatura, foram estabelecidos textos que abordam diretamente a comunicação e suas implicações no contexto educacional como critérios de inclusão. Vale destacar que a interpretação dos dados qualitativos baseou-se tanto em uma análise de conteúdo fundamentada nas teorias de Rosenberg sobre CNV, bem como nos conceitos freireanos de diálogo e autonomia na educação.

Essa metodologia, inspirada nos princípios da pesquisa qualitativa, possibilitou uma compreensão mais aprofundada das variáveis exploradas, como o impacto emocional do grito, a construção de autoridade baseada na empatia e os efeitos da comunicação respeitosa no ambiente escolar.

### **Resultados e discussão:**

A análise dos textos revela que o uso do grito na sala de aula tende a enfraquecer a relação entre professor e aluno, introduzindo elementos de controle que podem impactar os níveis de confiança e engajamento.

A comunicação violenta leva ao enfraquecimento das relações ao lançar o julgamento, a culpa e a coerção, impedindo que as pessoas se conectem com suas necessidades e com os outros de forma empática. Uma comunicação eficaz, que valoriza o respeito mútuo, só é possível quando deixamos de lado os julgamentos e focamos em atender às necessidades de todos os envolvidos. (ROSENBERG, 2006, pág. 34)

Essa perspectiva sugere que práticas de comunicação autoritária, como o grito, dificultam o desenvolvimento de uma comunicação empática, essencial para a criação de uma



relação educacional respeitosa e eficaz. Santos (2020) complementa essa visão, ao afirmar que o grito reflete, muitas vezes, a “dificuldade em expressar necessidades de maneira assertiva e respeitosa”, o que, segundo a autora, resulta em uma comunicação que tende a “afastar e desumanizar o outro” (pág. 31). Essa prática pode influenciar negativamente a autoestima e a motivação dos alunos, desenvolvendo uma visão negativa dos espaços de aprendizagem e das figuras de autoridade que os cercam. Assim, a prática de gritar no ambiente escolar pode reduzir as oportunidades de estabelecer um convívio de respeito e compreensão mútua, princípios da CNV.

Para Freire (1996), o diálogo é central na educação, pois cria as condições para uma aprendizagem significativa e participativa. “Não há docência sem discência” (FREIRE, 1996, pág. 67). O educador e o educando devem participar de um processo de aprendizagem conjunto, onde ambos se veem como sujeitos capazes de ensinar e aprender. Quando a comunicação é autoritária, como ocorre com o uso do grito, essa interação dialógica é interrompida, o que exige o processo de formação crítica e a autonomia dos estudantes.

A educação deve ser dialógica e de aprendizagem mútua, fundamentada na compreensão e escuta na ativa. O grito, ao interromper essa dinâmica, tende a dificultar o desenvolvimento da autonomia e da capacidade crítica dos alunos, fatores que são essenciais para a pedagogia do diálogo. Nessa perspectiva, a CNV oferece práticas de comunicação que priorizam o entendimento e o respeito. Rosenberg (2005) afirma que “a raiva é um alarme que indica uma desconexão entre o que precisamos e o que estamos vivenciando” (p. 18), assim a frustração do educador pode ser um ponto de reflexão sobre suas próprias necessidades e sentimentos. Ao invés de recorrer ao grito, o professor pode usar esses momentos para explorar alternativas de comunicação que favoreçam o entendimento mútuo e a cooperação.

Essa revisão literária evidencia a CNV como uma metodologia que pode contribuir para a construção de uma relação educativa pautada no respeito e na compreensão, possibilitando que o professor desenvolva sua autoridade de maneira não coercitiva, mas dialógica. Assim, a prática da CNV aparece como uma ferramenta que auxilia o educador a substituir práticas autoritárias por interações mais empáticas e colaborativas, promovendo um ambiente de ensino inclusivo e participativo.

### **Considerações Finais:**

A análise literária desse estudo sugere que o uso do grito como forma de disciplina pode comprometer o ambiente escolar impactando a relação entre professores e alunos. Nesse contexto, a Comunicação Não Violenta (CNV) se apresenta como uma alternativa que valoriza a cooperação e o acolhimento, propondo práticas que evitam a intimidação e promovem um ambiente de respeito e empatia. Com a adoção de estratégias baseadas no diálogo, o professor pode construir sua autoridade de forma construtiva, promovendo um espaço de aprendizagem participativo e que valorize a contribuição dos alunos.

A pesquisa indica que a incorporação de abordagens de CNV no contexto escolar pode apoiar o desenvolvimento emocional e cognitivo dos estudantes, contribuindo para uma educação pautada no respeito e na compreensão mútua. A aplicação da CNV, alinhada aos princípios de diálogo e autonomia defendidos por Paulo Freire, aponta para um caminho transformador na sala de aula, promovendo um ambiente que valoriza tanto o aprendizado quanto as relações interpessoais saudáveis. Esses achados reforçam a importância de uma comunicação consciente e empática como elemento central para a construção de um ambiente educacional inclusivo e colaborativo.

### **Referências:**



FREIRE, Paulo. *Pedagogia da autonomia: Saberes necessários à prática educativa*. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

ROSENBERG, Marshall. *Comunicação não-violenta: Técnicas para aprimorar relacionamentos pessoais e profissionais*. São Paulo: Cultrix, 2006.

ROSENBERG, Marshall. *O surpreendente propósito da raiva: Guiando nossa raiva para uma comunicação saudável e empática*. São Paulo: Cultrix, 2005.

SANTOS, Elisama. *Educar com empatia: Como praticar a comunicação não violenta com filhos e alunos*. São Paulo: Paz & Terra, 2019.

SANTOS, Elisama. *Por que gritamos: O que o grito nos diz sobre nossas emoções e como ele impacta nossos relacionamentos*. São Paulo: Paz & Terra, 2020.



ORGANIZAÇÃO



## EDUCAÇÃO CORPORATIVA, TECNOLOGIAS DIGITAIS E DESENVOLVIMENTO HUMANO: DILEMAS E DESAFIOS

**Sandra de Almeida**

Doutoranda em Educação, Conhecimento e Sociedade e Mestre em Bioética pela Universidade Vale do Sapucaí (UNIVÁS), Pós Graduada em Gestão de Pessoas pela Pontifícia Universidade Católica (PUC), Administração de Empresas pela Universidade Vale do Rio Verde (UNINCOR).

**Rafael Lazzarotto Simioni**

Pós-Doutor em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, Doutor em Direito Público pela Unisinos, Mestre e bacharel em Direito pela UCS, Advogado, Professor e Pesquisador do PPGEDUCS/Univás e PPGD/FDSM. Pesquisador-líder do Grupo de Pesquisa Educação e Direitos Humanos (CNPq/PPGEDUCS/Univás) e Margens do Direito (CNPq/FDSM).

**Resumo:** A evolução da educação permitiu que as empresas desenvolvessem uma forma contínua de aprendizado por meio da Educação Corporativa (EC). Em um mundo de constantes mudanças e transformações complexas, o uso das TICs (Tecnologia da Informação e Comunicação) tornou-se um recurso fundamental para atender as necessidades humanas. No entanto, isso também provocou o distanciamento entre as pessoas no ambiente empresarial que incentiva o trabalho em equipe. Essa aceleração nas formas de educação demonstra que a complexidade e as mudanças do mundo contemporâneo reforçam a relevância dessas novas modalidades de ensino.

**Palavras-chave:** Educação Corporativa. Trabalho. Tecnologia. Empresas.

### Introdução:

As competências profissionais que visam a qualificação dos trabalhadores introduziram um novo conceito de aprendizagem organizacional; processos de Treinamento e Desenvolvimento passaram a ter um alto investimento em inovações e tecnologias, a fim de suprir as necessidades da área. Esse trabalho discute a relação entre a Educação Corporativa e as tecnologias digitais.

Assim, esse modelo educacional faz com que conceitos e métodos responsáveis por disseminar a educação nos espaços empresariais ocorram de forma mais efetiva, tornando-se um modelo de gestão que privilegia o conhecimento e a aprendizagem. Com essa finalidade surgiu o conceito de Educação Corporativa, que promove a disseminação do saber dentro das organizações (Silva, 2020, p. 429).

O desenvolvimento das pessoas nas corporações é um trabalho contínuo que representa um diferencial competitivo e eficaz, mesmo em cenários de crise (Eboli, 2016, p.24).



Ainda há baixa produção científica acerca da Educação Corporativa, que busca preencher uma lacuna deixada pela educação tradicional em relação às necessidades empresariais. Por isso, são necessárias investigações acadêmicas das práticas organizacionais para encontrar soluções por meio de pesquisas (Corrêa, 2020, pp. 144-164).

O presente estudo teve início em fevereiro de 2024 e deverá ser concluído até janeiro de 2028.

Seu objetivo geral é investigar e compreender como a Educação Corporativa pode contribuir para o desenvolvimento intelectual, social e comportamental dos sujeitos do trabalho. Além disso, busca identificar os motivos que levam as empresas a adotarem, bem como visa propor melhorias.

Os objetivos específicos incluem avaliar o impacto das tecnologias e das mídias digitais, investigar a gestão do conhecimento no ambiente de trabalho e identificar os resultados alcançados pelas empresas que adotam a Educação Corporativa. Além disso, busca identificar os melhores modelos que promovem um processo de formação assertiva para os colaboradores.

### **Metodologia:**

A pesquisa adota como enfoque teórico-metodológico a abordagem analítica, utilizando técnicas de revisão literária estruturada e estudo de caso.

Como estudo de caso será escolhida empresa que tenha adotado a Educação Corporativa há mais de 10 anos no Brasil. Será avaliada sua evolução com as tecnologias digitais aplicadas à educação e o desenvolvimento profissional. Nesse contexto, a Educação Corporativa surge como uma abordagem estratégica para a capacitação e aprimoramento contínuo dos colaboradores, visando o crescimento organizacional e também das pessoas. O estudo irá explorar as melhores práticas e resultados, além de analisar quando não houve os resultados esperados, avaliar os reais motivos, para servir de referência de práticas a serem adotadas ou evitadas.

### **Resultados e discussão:**

Identificar segmentos, porte e região das empresas que adotam a Educação Corporativa como educação continuada, compreender suas necessidades decorrentes da evolução natural, é essencial. Também é necessário desenvolver e explorar formas de aprendizado para capacitar os trabalhadores, visando seu desenvolvimento intelectual, profissional e social. É importante observar as estratégias pedagógicas com o uso das TICs (Tecnologia da Informação e Comunicação) e os níveis de formação adotados, considerando que o afastamento e o isolamento das pessoas podem conflitar com a prática do trabalho em equipe. A Educação Corporativa está em constante transformação, assim como as diversas formas de aplicação, podendo não alcançar os resultados esperados.

### **Considerações finais:**

O ser humano está sujeito ao convívio social e necessita de apoio, sendo a aprendizagem, imprescindível para o seu desenvolvimento, convívio e aceitação na sociedade. Novas formas de aprendizagem precisam ser assertivas. Somente por meio de estudos e pesquisas é possível encontrar soluções necessárias. A Educação Corporativa deve estar em constante desenvolvimento, acompanhando as tendências da evolução humana, especialmente com o atual destaque para a evolução digital e tecnológica. As constantes mudanças trazem desafios para a compreensão, por isso, são necessários estudos que contribuam para a assertividade, com foco no desenvolvimento humano.



**Referências:**

CORRÊA, F. et al. *Educação Corporativa: Alicerces Científicos de Um Recente Campo de Pesquisa. International Journal of Knowledge Engineering and Management. Revista IJKEM*, v. 9, n. 25, p.144-164, 2021. Disponível em:

<https://periodicos.ufsc.br/index.php/ijkem/article/view/82351>. Acesso em: 7 jan. 2024.

EBOLI, Marisa. *Educação Corporativa Nos Cenários Empresariais. Revista: GVEXECUTIVO, Caderno Especial: Reinvenção das Empresas*, v.15, n.2, Jul/Dez 2016.

DOI: <https://doi.org/10.12660/gvexec.v15n2.2016.65076>. Disponível em:

<https://periodicos.fgv.br/gvexecutivo/article/view/65076>

SILVA, A. P.; Heber, F.; D'Ambrosio, I. *Do Treinamento e Desenvolvimento Para a Educação Corporativa: Transições paradigmáticas na Construção do Saber nos Espaços Organizacionais. Revista RBE0*, v7, n2, p. 425-460, maio-agosto 2020. DOI: 10.21583/2447-4851. Disponível em: <https://rbeo.emnuvens.com.br/rbeo/article/view/345>. Acesso em: 6 jan. 2024.



## EDUCAÇÃO E TRABALHO NA CONSTRUÇÃO DE TRAJETÓRIAS PROFISSIONAIS, “INICIADAS” EM DUAS RODAS.

**Vito Renato Rizzo**

Doutorando em Educação (PPGEDUC/UFRRJ)

**Resumo:** As preocupações com o futuro profissional ganham contorno próprio para os jovens oriundos das classes populares, normalmente usuários das redes públicas de ensino, e que desde cedo precisam se envolver em atividades remuneradas. Observando algumas dessas práticas foi possível identificar que muitos desses agentes sociais, se utilizam de motos e bicicletas como ferramenta de trabalho, para executar diversas formas de serviços contratados diariamente. Essa ação desenvolvida nos diferentes espaços urbanos resultaria, possivelmente, em um determinado “domínio de território”. Na representação das relações sociais, estruturais e estruturantes do modo vida, esse cenário confirmaria a existência de uma *cartografia ingênua*, na qual os agentes sociais em questão exercitam uma espécie de controle consciente e por vezes inconsciente, desses espaços. Tal conceito que se pretende formular, busca, assim, analisar as complexas tramas de representações espaciais por onde se movimentam esses trabalhadores. Para tanto, recorreu-se a conceitos diversos, considerados fundamentais para a ampla compreensão dessa formulação. Dessa maneira, os agrupamentos conceituais propostos, das áreas como Geografia, Sociologia e Educação, pretendem buscar, nos diferenciados campos de estudo, elementos indispensáveis para o entendimento das relações contidas nas estruturas objetivas, nas construções subjetivas e nas representações de mundo desses agentes sociais.

**Palavras-chave:** Juventude, Trabalho, Educação, *Habitus* de Classe e Cartografia.

### Introdução:

A pesquisa em andamento teve como ponto de partida a observação das práticas de jovens trabalhadores cariocas que atuam conduzindo veículos de duas rodas (motos e bicicletas), nas mais diferentes propostas de atuação.

Esses jovens, majoritariamente, oriundos de classes subalternas, são usuários de serviços públicos (sobretudo educação e saúde), residentes de aglomerados urbanos onde o imprevisto e a violência são marcas contundentes no determinismo das ações diárias. Cabe destacar ainda, que esses trabalhadores atuam em espaços impactados por velozes alterações; uma juventude abastecida de tecnologias, as quais determinam não somente novas metodologias de trabalho, mas, principalmente, a reformulação de práticas laborais precárias e mal remuneradas.

Não é difícil perceber que a forma de trabalho tratada aqui viabiliza ações empreendedoras emergenciais abrangentes, arregimentando tanto jovens inexperientes, qualificados ou não, como veteranos e desempregados, os quais, por muitas vezes, não conseguem realocação em postos de trabalhos formalizados e condizentes com suas vivências



profissionais anteriores, sendo nesse contexto que muitos jovens trabalhadores iniciam suas práticas para o trabalho.

Contudo, a realidade enfrentada por esses agentes expõe algumas questões que suscitam análises aprofundadas acerca de suas práticas, uma vez que tais atividades resultam na descrição e reordenamento do espaço social por eles ocupado. Vale ressaltar que “o espaço social, tal como foi descrito, é uma representação abstrata” (BOURDIEU, 2007, p. 162). Essa representação percebe-se como um esquema construído pela ação dos agentes e percebido por seus observadores.

De acordo com estudo clássico de Lefebvre (2006), não existe um espaço social somente, mas, sim, vários que apontam para uma multiplicidade indefinida de possibilidades: “o conceito de espaço social se desenvolve, portanto, ampliando-se” (2006, p. 128), resultando no surgimento de novas configurações de ocupação e mapeamento.

Conhecer o funcionamento desse espaço se constitui como o tema dessa pesquisa, pois conhecer seus agentes, suas práticas e as construções resultantes das mesmas, não somente a forma estrutural, mas também a estruturante, permitiriam apontar uma nova cartografia que, apesar de *inocente*, seria capaz de revelar a força de um grupo social cada vez mais percebido na sociedade.

Desta forma o interesse pelo tema se dá em razão do desejo de compreender as possíveis escolhas profissionais de jovens das camadas de classes dominadas de nossa sociedade, que se arriscam diariamente no trânsito carioca conduzindo veículos de duas rodas como forma de realizar uma atividade remunerada.

O estudo se justifica por sua relevância para as ciências sociais, pois procura compreender práticas sociais que se desenrolam na contemporaneidade, como também por desnaturalizar situações problemas que se apresentam nos espaços sociais.

Por fim, a pesquisa tem como objetivo geral compreender as atividades profissionais desenvolvidas por jovens cariocas, que se utiliza de veículos de duas rodas para realizar práticas remuneradas em virtude dos serviços decorrentes das jornadas de trabalho e assim demonstrar o surgimento e estruturação de um espaço que se apresenta no cotidiano urbano, estabelecendo uma *cartografia ingênua*, a partir das interações, ocupações e utilizações dos espaços. Como objetivos específicos, procura-se Analisar as relações existentes entre educação e trabalho; Verificar as formulações de trajetórias profissionais para o futuro; Estabelecer critérios para territorialidade que garantam a observação de uma *cartografia ingênua* e Explicar as possíveis motivações para a realização do trabalho realizado por esses jovens.

### **Metodologia:**

Inicialmente, é preciso sinalizar a característica agregadora de diferentes instrumentos de pesquisa presentes durante todo o processo, utilizando a observação, o questionário e a entrevista como forma de levantamento de dados, sempre realizado com a atuação mediadora de um agente social indispensável para o presente estudo. Importante destacar ainda o aspecto diverso contido nesse engenho constituído a partir dos procedimentos de pesquisa utilizados.

Diante disso tais procedimentos indicam o formato de pesquisa qualitativa em desenvolvimento, pois procura analisar aspectos subjetivos presentes nas práticas dos agentes sociais analisados. Contudo vale também destacar a integração entre dados quantitativos abordados no andamento do estudo, com as abstrações objetivadas<sup>3</sup> em virtude do caráter qualitativo da pesquisa.

<sup>3</sup> Proposta bourdieusiana que apresenta *habitus* de classe como objetivação do agente objetivante.



Tal arranjo metodológico se faz necessário para as análises da complexa realidade presente no espaço social pesquisado. Conforme apontado por Goldenberg (2004), a combinação de diferentes metodologias utilizadas no estudo sobre um mesmo fenômeno é conhecida como triangulação<sup>4</sup>, pois tem por objetivo dar máxima amplitude na, explicação, entendimento e definição do objeto de estudo.

### Resultados e discussão:

O trabalho encontra-se em fase inicial de aproximação aos agentes sociais que se pretende ouvir. Contudo, os diálogos primários realizados possibilitou mapear alguns aspectos empíricos que possibilitam organizar pontos primordiais a serem levantados.

O enfrentamento dos perigos existentes no território por onde transitam, “é preciso se ajustar as exigências da rua<sup>5</sup>”. Esse lugar equaliza diferentes dimensões como tempo, espaço e remuneração. O resultado da união dessas três dimensões determinou a forma de atuação desses trabalhadores. Uma das características marcantes dessa atuação apresenta a velocidade como elemento a ser destacado.

É preciso rapidez para executar o serviço de maneira desejada por diferentes interesses envolvidos (entregador, plataforma digital, empresas fornecedoras e clientes), em uma determinada ação. Essa característica aponta para uma metodologia que se ajuste ao dia-a-dia desses trabalhadores.

Instrumentos de pesquisa como entrevistas e questionários, precisam se adequar a essas condições. Além de inadequado, o formato tradicional de aplicação de tais instrumentos tornaria a chance de se obter informações mais próximas do real diminuídas.

Sendo assim os diferentes sentidos de como esses agentes entendem o espaço ocupado por eles precisam ser ajustados à imposição de um cotidiano acelerado e repleto de pressões a cerca de uma atuação considerada de extrema relevância no cotidiano urbano.

### Considerações finais:

Identificar a existência de um espaço social proclamado como uma *cartografia ingênua*, resultante da ação direta de agentes sociais, que cumprem determinado papel na sociedade, possibilita compreender algumas inquietações aflitantes da contemporaneidade.

A combinação escola/trabalho engendra construção de trajetórias nas perspectivas de futuro, porém, os projetos que se estabelecem a partir desse florescer de ideias e vontades requerem, necessariamente, combinações que não dependem apenas do *habitus* de classe de seus agentes sociais. Dito de outra forma, é preciso ter para onde olhar e aportar os gostos, os desejos e as práticas vivenciadas e construídas ao longo de um percurso que estimule suas reais capacidades.

Assim, na realidade em que o trabalho formal é, cada vez mais, uma vaga memória, o olhar desses jovens trabalhadores foi sendo distorcido, objetivando um empreendedorismo de sobrevivência, camuflado de solução inovadora e sustentável.

Por fim, a pesquisa em andamento pretende avançar sobre as impressões que esses jovens trabalhadores possuem dos espaços ocupados por ele, como também dar voz para agentes sociais de frações de classes dominadas em um momento de construção de expectativas de futuro profissional já em andamento.

<sup>4</sup>A autora explica em nota que o termo *triangulação* é utilizado de maneira metafórica da estratégia militar e da navegação, que se utiliza de múltiplos pontos de referência para localizar a posição exata de um objeto.

<sup>5</sup> O espaço apontado vai além da simples definição de via pública por onde transitam veícu los, mas todo o espaço urbano externo onde se possa circular de forma rápida.



**Referências:**

BOURDIEU, Pierre. **A Distinção**: crítica social do julgamento. Porto Alegre: Zouk, 2007.

GOLDENBERG, M. **A arte de pesquisar**: como fazer pesquisa qualitativa em Ciências Sociais. 8<sup>o</sup> ed. - Rio de Janeiro: Record, 2004.

LEFEBVRE, H. **A produção do espaço**. 4. ed. Paris: Éditions Anthropos, 2000.



## EDUCAÇÃO INCLUSIVA: REALIDADE OU DISCURSO? UM ESTUDO SOBRE AS NARRATIVAS DOS/AS PROFESSORES/AS

**Gislaine Rezende da Silva**

Discente no Programa de Pós-graduação em Educação, Conhecimento e Sociedade PPGEducS, da Universidade do Vale do Sapucaí

**Prof<sup>a</sup> Dra. Roberta Cortez Gaio**

Professora no Programa de Pós-graduação em Educação, Conhecimento e Sociedade PPGEducS, da Universidade do Vale do Sapucaí

**Resumo:** O estudo proposto tem como objetivo investigar a efetiva implementação da educação inclusiva no ambiente escolar, distinguindo entre o discurso teórico e a realidade prática enfrentada pelos professores em sala de aula, tomando como objeto de pesquisa professores da rede pública em uma cidade do sul de Minas Gerais. A problemática se concentra na disparidade entre as políticas inclusivas apontadas e as condições reais nas escolas, sob a perspectiva dos professores. Destacando a importância da educação inclusiva como um compromisso com a equidade e a construção de sociedades justas, embasada em estudos científicos e documentos governamentais sobre o tema. O método adotado é qualitativo, utilizando entrevistas com professores do Ensino Fundamental I e II, responsáveis por salas de recursos, supervisores e diretores escolares, além de análise de documentos oficiais. A análise interpretativa dos dados coletados deve evidenciar a lacuna entre teoria e prática, destacando a necessidade de abordagens colaborativas para uma educação verdadeiramente inclusiva. Os resultados esperados incluem a compreensão das dificuldades enfrentadas pelos professores, a congruência entre teoria e prática, e a visão dos diretores sobre acessibilidade e inclusão.

**Palavras-chave:** Educação Inclusiva; Atendimento Educacional Especializado; Educação Especial

### Introdução:

A busca por uma educação verdadeiramente inclusiva tem se tornado uma prioridade global, refletindo a crescente compreensão de que a diversidade é a força propulsora da aprendizagem.

Nas últimas décadas, o conceito de educação inclusiva transcendeu as fronteiras acadêmicas, tornando-se uma resolução moral e social. Neste contexto de discussão acerca da importância de se pensar uma educação inclusiva, e inclusiva para todos, a escola é um ambiente de maior repercussão e protagonismos nos estudos sobre o tema. Contudo, a educação inclusiva ainda é um grande desafio de se aplicar na prática, pois se de um lado têm os professores tentando fazer a diferença dentro das suas possibilidades, do outro há o próprio sistema educacional que se mostra utilitarista. Mesmo que na teoria sugere-se uma educação para todos, limita o trabalho do professor que tenta uma educação individualizada e acolhedora, mesmo diante das mazelas sociais e de todas as dificuldades imposta pelo sistema educacional que acaba por promover a formação do indivíduo para o mercado. Em torno desta problemática este



trabalho propõe uma reflexão aprofundada sobre a Educação Inclusiva que está no discurso, e a realidade que acontece no dia a dia escolar, sob a ótica dos professores.

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) estabelece, como um dos princípios norteadores, a promoção da equidade, a garantia de direitos e a valorização da diversidade, visando à formação para a cidadania e ao desenvolvimento de habilidades para a vida em sociedade (Brasil, 2018).

Além disso, a BNCC (2018, p.14) destaca que “a escola, como espaço de aprendizagem e de democracia inclusiva, deve se fortalecer na prática coercitiva de não discriminação, não preconceito e respeito às diferenças e diversidades.”

A educação inclusiva é um direito de todos os estudantes e uma responsabilidade do sistema educacional, que deve garantir o acesso, a participação e a aprendizagem de todos, independentemente de suas características pessoais, sociais, culturais, étnico-raciais, linguísticas, de gênero, religiosas, de orientação sexual, de necessidades educacionais específicas ou de condição socioeconômica" (BNCC, 2017).

A Educação Inclusiva não deve ser reconhecida apenas como uma estratégia pedagógica, mas como um compromisso com a equidade e a construção de sociedades mais justas. À medida que se enfrenta um mundo cada vez mais complexo, a promoção da diversidade na sala de aula surge como um catalisador para o desenvolvimento de habilidades fundamentais, essenciais para a coexistência e a formação de cidadãos conscientes.

Segundo Sekkel e Cosco (2011, p.34) “uma educação verdadeiramente inclusiva não se constrói da noite para o dia, nem pela imposição de uma lei; é uma tarefa que exige compromisso com valores humanos e com a promoção de uma sociedade mais justa”. Assim, entende-se que o ambiente inclusivo precisa evoluir para um ambiente de colaboração mútua e coletiva, onde todos estejam comprometidos com as necessidades de cada um. Este ambiente embora ainda não seja uma realidade em todos os lugares, precisa continuar sendo idealizado.

Além disso, é essencial recordar que a Declaração de Salamanca de 1994, um marco na história da educação inclusiva, enfatizou que

cada escola deve acomodar todos os filhos, independentemente de suas condições físicas, intelectuais, sociais, emocionais, linguísticas ou outras. Isso deve incluir crianças com deficiências e crianças superdotadas, crianças de rua e crianças que trabalham, crianças de populações remotas ou nômades, crianças de minorias linguísticas, étnicas ou culturais e crianças de outros grupos ou áreas desfavorecidas. (p. 4)

Neste contexto, espera-se a partir da investigação proposta neste trabalho compreender quais são as dificuldades dos professores frente as novas políticas e demandas acerca da educação inclusiva.

O professor, vale ressaltar, que está à frente da batalha nem sempre é o primeiro a ser ouvido. Diante desta justificativa a pesquisa sobre educação inclusiva na sala de aula sob a ótica dos professores é fundamental para promover uma compreensão mais profunda dos desafios, benefícios e práticas relacionadas à inclusão de todos os alunos, contribuindo para a promoção de práticas inclusivas mais efetivas e para o desenvolvimento de sistemas educacionais mais equitativos e abrangentes.

O presente trabalho objetiva Investigar se a inclusão escolar acontece de fato no ambiente escolar, diferenciando o que é discurso do que é real no dia a dia escolar, examinando as percepções dos professores sobre a educação inclusiva, frente ao que é proposto em teoria. Ou se é apenas um conceito presente nos documentos.



### **Metodologia:**

Em função dos objetivos a serem alcançados pela investigação optou-se por pesquisa de cunho qualitativo, com técnicas de entrevistas com professores da rede pública de ensino de uma cidade no sul de Minas Gerais.

A Pesquisa Qualitativa: considera que há uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito, isto é, um vínculo indissociável entre o mundo objetivo e a subjetividade do sujeito que não pode ser traduzido em números. A interpretação dos fenômenos e a atribuição de significados são básicas no processo de pesquisa qualitativa. Não requer o uso de métodos e técnicas estatísticas. (Kaurak, Manhães, Medeiros, 2010, p. 26).

Participarão da pesquisa os professores do Ensino Fundamental I, II, o professor responsável pela Sala de Recursos, supervisores e diretores das respectivas escolas, definido como universo da pesquisa. Posteriormente serão feitas análises dos discursos dos entrevistados a partir de categorias que devem imergir frutos da matriz teórica que será construída a partir das palavras chaves: Educação Inclusiva; Atendimento Educacional Especializado; Educação Especial.

### **Resultados e discussão:**

Após uma extensa pesquisa e análise da inclusão no ambiente escolar, acredita-se que será encontrado uma disparidade significativa entre o discurso teórico e a realidade prática em sala de aula, destacando várias áreas problemáticas desde a estrutura.

Portanto, ressalta-se a necessidade urgente de abordar as lacunas entre a teoria e a prática da inclusão escolar, buscando uma abordagem holística e colaborativa, que envolva não apenas os educadores, mas também os formuladores de políticas, administradores escolares, pais e a comunidade em geral. Somente por meio de esforços coordenados e investimentos adequados será possível garantir que todas as crianças tenham acesso a uma educação verdadeiramente inclusiva e equitativa.

Diante do exposto, os resultados esperados incluem a compreensão das dificuldades enfrentadas pelos professores, a congruência entre teoria e prática, e a visão dos diretores sobre acessibilidade e inclusão.

### **Considerações finais:**

O projeto, ora em andamento, pretende contribuir no meio acadêmico de maneira que os dados coletados na investigação, possam servir de instrumentos de conscientização para formação e atuação de gestores e educadores/as, promovendo mudanças, numa contribuição indireta, por meio da divulgação dos resultados. Após a finalização deste trabalho, pretende-se ainda apresentar à escola os resultados da investigação visando contribuir com a construção de uma escola inclusiva, por meio de oficinas ou encontros formativos nas escolas.

### **Referências:**

BRASIL, Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: MEC, 2018.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. Análise qualitativa: teoria, passos e fidedignidade. **Ciência & Saúde Coletiva** [online]. v. 17, n. 3, pp. 621-626, Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/39YW8sMQhNzG5NmpGBtNMf/?lang=pt#>



SEKKEL, M. C., CASCO, R. **Ambientes inclusivos para Educação Infantil: considerações sobre o exercício docente.** In: FRELLER, C., FERRARI, M. A. L. D.; SEKKEL, M. C. Educação inclusiva: percursos na educação infantil. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2011

KAUARK, Fabiana; MANHÃES, Fernanda Castro; MEDEIROS, Carlos Henrique. **Metodologia da pesquisa: guia prático.** Itabuna: Via Litterarum, 2010. 88p.



ORGANIZAÇÃO



Programa de Pós-graduação em  
**Educação, Conhecimento  
e Sociedade** Mestrado e Doutorado • UNIVÁS

**UNIVÁS**  
UNIVERSIDADE DO VALE DO SAPUCAÍ

## EDUCAÇÃO, BIOÉTICA E SOCIEDADE: AVALIAÇÃO DOS EGRESSOS DO MESTRADO EM BIOÉTICA DA UNIVERSIDADE DO VALE DO SAPUCAÍ.

**Leandro Alves Pereira**

Graduado em Ciências Biológicas e Geografia; mestre em Bioética; doutorando em Educação, Conhecimento e Sociedade

**Resumo:** É parte dos atributos da Universidade o acompanhamento de seus ex alunos, os egressos. Para tanto são realizados encontros com egressos e muitas vezes a instituição disponibiliza um acesso pelo site, página dedicada a eles como forma de acompanhamento. Mas se faz mister aprimorar o acompanhamento destes profissionais das mais diversas maneiras possíveis. A presente tese se propõe a servir como uma proposta de acompanhamento dos egressos do mestrado em Bioética oferecido pela instituição e fusionado com outros cursos do mesmo nível, dando origem ao atual programa, o PPGEduCS. A própria CAPES estimula o acompanhamento dos egressos para verificar o nível dos cursos oferecidos. O presente trabalho poderá ser adotado em outros programas e até mesmo por outras instituições e outros níveis de formação, como a área técnica ou o nível médio. Além do acompanhamento dos egressos, o presente trabalho servirá como referencial histórico do mestrado em Bioética da instituição, prestando assim sua contribuição para a narrativa histórica de uma parte de algo maior que é a própria instituição, a Universidade.

**Palavras-chave:** Educação. Bioética. Universidade. Egressos.

### Introdução:

A educação é um fenômeno intrinsecamente humano, impossível pensar em humanidade sem associar a educação. A educação é um evento social, que remete aos primórdios da humanidade, tendo sido adequada às necessidades impostas pelas eras e de acordo com que o conhecimento humano se ampliava. Além das influências recebidas da cultura, da política e da economia, tendo também influenciado estes campos. O grande desafio das últimas décadas é dar acesso para todos à educação e formar pessoas capazes de atuar no sistema educacional e agora uma nova ferramenta surge e demanda deste profissional capacitação, aqui refere-se à inteligência artificial (IA). Para além da capacidade técnica destes profissionais da educação, torna-se necessária a formação humana, imbuída de referenciais humanistas e universais para além do próprio clã. Dentro deste universo, cabe à Universidade, pelos seus pesquisadores, a oportunidade de influir decisivamente no sistema produtivo e na qualidade de vida do país (SOUZA, 1991).

### Metodologia:

O projeto refere-se a uma pesquisa qualitativa/quantitativa, tendo como referência a tese desenvolvida pelo Professor Dr. Virgínio Cândido Tosta de Souza, então membro do Conselho Federal de Educação, atual Conselho Nacional de Educação, com o título “Pós graduação sentido estrito em medicina: avaliação dos egressos do curso em técnica operatória



e cirurgia experimental da Escola Paulista de Medicina” (SOUZA, 1991), desenvolvido na UNIFESP. O pesquisador entrará em contato com os egressos, estes serão convidados a responderem um questionário via link individual enviado para email pessoal, após o aceite e assinatura do TCLE. Caso opte, a entrevista para preenchimento das perguntas poderá ocorrer via vídeo chamada em formato de entrevista com o pesquisador em horário a ser combinado, por fim como alternativa, caso o egresso prefira, poderá marcar entrevista pessoalmente em dia e local agendado com o pesquisador. Será desenvolvido formulário próprio a ser respondido pelos egressos do mestrado em Bioética da UNIVAS no período de 2016 a 2021, que corresponde ao período da existência do curso na instituição. Os dados daqueles que concluíram o mestrado encontra-se no site do programa <http://www.univas.edu.br/mbio/> com email de contato fornecido no currículo Lattes. Será solicitado também à secretaria de pós graduação da universidade os dados dos egressos. Os dados da pesquisa, como arquivos, formulários, questionário e a entrevista ocorrerão via plataforma Teams, ferramenta empregada pela universidade. O email a ser utilizado pelo pesquisador será o email institucional. Caso a coleta de dados ocorra em entrevista (presencial ou via internet), esta não será gravada, apenas os dados coletados serão registrados via formulário. Estima-se que o tempo gasto por participante para preenchimento do questionário, seja via link ou em formato de entrevista presencial ou via internet seja de 30 minutos. O projeto contemplará também a história do curso na instituição, tendo como fonte registros históricos e documentais disponíveis para pesquisa, além de informações colhidas nas pesquisas com os egressos.

Etapa 1 – Revisão bibliográfica (fontes/descriptores)

Pesquisa referente ao surgimento da Bioética e sua situação atual no mundo contemporâneo. Pesquisa em documentos disponíveis sobre o curso de Bioética na Univas e sua integração ao atual programa PPGEduCS. Pesquisa por ferramentas de acompanhamento de egressos. Pesquisa sobre a estruturação da pós graduação no país e seu aprimoramento.

Etapa 2 – Aplicação do formulário a ser enviado de modo eletrônico (Teams – ferramenta utilizada pela universidade) desenvolvido pelo pesquisador aos egressos do mestrado em Bioética que aceitarem a participar da pesquisa e assinarem o TCLE.

Vale destacar que caso o participante opte, o preenchimento do formulário será feito pelo pesquisador e os dados serão coletados via entrevista, que poderá ser presencial ou via internet através da ferramenta oferecida pela instituição, plataforma Teams. A entrevista não será gravada, apenas os dados coletados serão arquivados e ficará hospedado no servidor da instituição que chancela a pesquisa.

Etapa 3 –Análise estatística das entrevistas após serem respondidas pelos egressos.

Os dados serão coletados através do formulário produzido e serão analisados estatisticamente para produção das conclusões. Desenvolvimento de ferramenta para acompanhamento de egressos. O critério de inclusão será ter concluído o mestrado em Bioética entre 2016 e 2021, período de sua existência. Como critério de exclusão será não ser egresso do mestrado em Bioética pela Univas.

### **Resultados e discussão:**

O grande desafio das últimas décadas é dar acesso para todos à educação e formar pessoas capazes de atuar no sistema educacional, e agora uma nova ferramenta surge e demanda deste profissional capacitação, aqui refere-se á inteligência artificial (IA). Para além da capacidade técnica destes profissionais da educação, torna-se necessária a formação humana, imbuída de referências humanistas e universais para além do próprio clã. Dentro deste universo, cabe à Universidade, pelos seus pesquisadores, a oportunidade de influir decisivamente no sistema produtivo e na qualidade de vida do país (SOUZA, 1991).



Ainda segundo Souza, 1991, Para atender essa expansão quantitativa do alunado, na década de 70 houve um incremento médio de 9.000 mil professores por ano, para manter uma média razoável de proporção professor/aluno. A maioria desses professores era improvisada e recém-graduada. Dentro desse contexto social, a pós-graduação foi regulamentada em 1965 pelo Conselho Federal de Educação, com a finalidade de aumentar a massa crítica qualificada de docentes e pesquisadores. O modelo aqui implantado foi copiado do sistema usado nas universidades norte-americanas. Consiste na diversificação vertical do escalonamento de estudos nas universidades por meio de cursos regulares em níveis de Mestrado e Doutorado. Isto é, uma universidade destinada não somente à transmissão do saber já constituído, sendo ainda voltada para elaboração de novos conhecimentos através da pesquisa (SUCUPIRA, 1965).

O acompanhamento dos egressos é uma importante contribuição para o aperfeiçoamento do sistema de pós graduação no país. Acompanhar o caminho acadêmico, assim como oferecer à instituição e aos órgãos relacionados, como a CAPES o retorno dos egressos, se mostra de grande valia para a construção de cursos que atendam a necessidade do país.

### **Considerações finais:**

A Universidade tem como fundamento ético e social propiciar ao estudante, quer seja na graduação ou pós-graduação, a habilidade para o uso do saber, mas também um quadro de referência para sua vida futura por meio do exercício pleno da cidadania com seus direitos e deveres.

Quer seja pública ou privada em diferentes modelos, a universidade, em respeito à sua história, ao seu presente e ao seu futuro, deverá estar sempre alicerçada nos valores irrenunciáveis da vida acadêmica que perpassam pela excelência, ética, solidariedade, espiritualidade e pluralismo (Marcovitch, 1998).

A universidade por sua natureza intrínseca é um centro onde nascem grande parte das transformações sociais que se estabelecerão na sociedade extra muro da academia. Por ser o local onde as mais variadas áreas do conhecimento se cruzam, as oportunidades são quase infinitas de criar pontes, que impactarão na sociedade.

Os resultados a serem obtidos com a presente tese servirão para duas finalidades, pretende-se oferecer à instituição um documento que contribua para preservar sua história, assim como fazer memória aos egressos que fizeram parte da instituição. Outro resultado esperado, é o desenvolvimento de uma ferramenta que atenda a demanda dos órgãos responsáveis como CAPES e da própria instituição para avaliar o grau de impacto e satisfação dos cursos oferecidos, buscando os dados diretamente junto dos egressos.

### **Referências:**

MARCOVITCH, J. *A Universidade impossível*. São Paulo: Futura, 1998.

SOUZA, V. *Pós graduação sentido estrito em medicina: avaliação dos egressos do curso em técnica operatória e cirurgia experimental da Escola Paulista de Medicina*. Tese (Doutorado em medicina) – Faculdade de Ciências Médicas, Universidade de São Paulo. São Paulo, 1991.

SUCUPIRA, N. L. B. *Parecer CFE 977/65*. Dezembro de 1965.



## EDUCAÇÃO, DIDÁTICA E AS METODOLOGIAS NO ENSINO DE DIREITO PROCESSUAL: PELA PERSPECTIVA DA FORMAÇÃO DOCENTE

**Rosa Maria Felipe Araujo**

Mestre em Direito Constitucional  
Professora Universitária

**Diego Henrique Pereira**

Doutor em Ciência da Linguagem  
Professor Universitário

**Resumo:** O presente projeto busca investigar, com base nos estudos de Didática, as metodologias de ensino adotadas por docentes de **Direito Processual** em universidades privadas de Fortaleza/CE, com foco na influência da formação pedagógica sobre a escolha e aplicação dessas metodologias. Assim, fundamentado na teoria da Didática e em abordagens contemporâneas de metodologias ativas. Este trabalho propõe analisar as práticas docentes sob o viés da interação entre teoria e prática no ensino superior jurídico. Partindo da questão de como a formação pedagógica influencia as metodologias utilizadas e sua eficácia, o estudo busca compreender a estrutura metodológica que melhor contribui para o desenvolvimento das competências necessárias aos futuros profissionais do Direito. A pesquisa explora a implementação e os desafios associados às metodologias ativas, como o Aprendizado Baseado em Problemas (PBL), Estudos de Caso e a técnica do Storytelling, que permite ao aluno vivenciar o conteúdo de maneira prática e contextualizada. Além disso, o estudo pretende avaliar como a capacitação continuada dos docentes impacta a qualidade da aplicação de tais metodologias e identificar possíveis lacunas na formação pedagógica que possam dificultar a adoção de práticas mais dinâmicas e inovadoras. Os resultados esperados incluem recomendações pedagógicas que orientem melhorias nas práticas docentes e na formação dos professores, promovendo um ensino mais eficaz e alinhado com as exigências atuais da profissão jurídica.

**Palavras-chave:** Educação. Ensino de Direito Processual. Metodologias Ativas. Didática. Formação Docente.

### Introdução:

O ensino do Direito no Brasil, especialmente em universidades privadas, tem sido amplamente discutido nas últimas décadas, com um crescente questionamento sobre as metodologias didáticas aplicadas e sua eficácia na formação de profissionais capacitados para atuar em um cenário jurídico cada vez mais dinâmico e complexo. No centro dessas discussões, a disciplina de **Direito Processual** se destaca por exigir dos futuros profissionais não apenas o domínio teórico da legislação, mas também a capacidade de aplicar esses conhecimentos em



práticas processuais, o que demanda metodologias de ensino que vão além da mera exposição de conteúdos. No entanto, o cenário educacional brasileiro ainda é marcado por uma predominância de metodologias tradicionais, com foco na transmissão passiva de informações e pouca ênfase em práticas ativas e participativas. Essa realidade reflete, em parte, a formação dos professores de Direito, muitos dos quais possuem vasto conhecimento no conteúdo jurídico, mas na formação jurídica, enquanto bacharelado, não há disciplinas pedagógicas. A falta de preparo didático pode resultar em abordagens que não exploram o potencial de metodologias inovadoras e que dificultam o desenvolvimento de competências práticas e reflexivas nos alunos.

Diante desse contexto, este projeto de tese tem por objetivo geral desta pesquisa é investigar, pelo olhar da Didática, quais metodologias são utilizadas pelos docentes da disciplina de Direito Processual de diferentes universidades privadas, bem como compreender a formação pedagógica desses professores.

No intuito de alcançar com êxito o objetivo geral, a pesquisa também estabelecerá objetivos específicos, como identificar as metodologias de ensino mais utilizadas no ensino do Direito Processual, levando em consideração as diretrizes teóricas da Didática, e analisar como a formação pedagógica dos professores impacta suas práticas em sala de aula. Além disso, será feita uma investigação sobre as dificuldades enfrentadas pelos docentes na aplicação de metodologias ativas e participativas, que têm se mostrado cada vez mais essenciais para a formação de profissionais preparados para lidar com a prática processual.

## Metodologia

O presente trabalho trata-se de uma pesquisa de natureza prática, exploratória e com levantamento bibliográfico, que será realizada com os professores de Direito Processual de 05 cursos de Direito de diferentes faculdades de Fortaleza/Ce. Segundo informações coletadas no âmbito do estudo, o público-alvo da pesquisa conta com algo em torno de 50 Professores. Segundo Leão (2016, p. 106), quanto aos objetivos de estudos, a pesquisa prática também chamada de pesquisa aplicada visa a encontrar soluções às necessidades apresentadas na realidade, nesse sentido, busca estabelecer ordem e controle na natureza, sendo um teste prático das posições teóricas. Em relação à forma do estudo, Leão (2016, p.106), esclarece que a pesquisa exploratória visa proporcionar maiores informações sobre um assunto investigado, de maneira que o pesquisador possa familiarizar-se com o fenômeno ou obter nova compreensão dos fatos com a finalidade de formular um problema mais preciso de pesquisa ou criar novas hipóteses. Em se tratando de procedimentos técnicos de coleta e análise de dados, o levantamento bibliográfico é, de acordo com Leão (2016, p.107) uma pesquisa que utiliza informações predominantemente advindas de material gráfico, sonoro ou informatizado, na tentativa de resolver um problema ou adquirir conhecimentos sobre um determinado assunto. Para isso, será revisada a literatura sobre o tema com o aporte teórico de autores da área, com destaque para Veiga 2000, Luck 2013, Bussmann 2000, Saviani 1994, dentre outros. A pesquisa de caráter exploratório será realizada através da aplicação de um questionário no formato virtual<sup>3</sup>, que será enviado aos os professores de Direito Processual de 05 cursos de Direito de diferentes faculdades de Fortaleza/CE.

## Hipóteses

Apoiando-se na pergunta de pesquisa, mencionada anteriormente, hipóteses foram elaboradas no intuito de abrir possíveis caminhos de investigação.



1. Professores de Direito Processual que possuem uma formação pedagógica sólida tendem a adotar metodologias didáticas mais diversificadas e inovadoras, com maior uso de práticas ativas e participativas em sala de aula.

2. A ausência de formação inicial e continuada na área pedagógica, especificamente em Didática entre os docentes de Direito Processual em universidades privadas contribui para a predominância de metodologias tradicionais, como aulas expositivas, em detrimento de abordagens mais dinâmicas e interativas.

3. Alguns professores de Direito Processual utilizaram Metodologias Ativas de ensino e aprendizagem de maneira orgânica e intuitiva, sem se dar conta das técnicas ou Didática presentes nesses processos.

4. Instituições privadas que promovem programas regulares de capacitação pedagógica apresentam maior inovação metodológica no ensino de Direito Processual, refletindo-se em práticas mais eficazes e mais bem avaliadas pelos próprios docentes e discentes.

### **Considerações finais:**

Este projeto de pesquisa, ao examinar as metodologias empregadas pelos docentes da disciplina de Direito Processual em universidades privadas de Fortaleza/CE, pretende contribuir significativamente para o entendimento da influência da formação pedagógica na escolha e aplicação dessas práticas. Por meio de uma abordagem que integra pesquisa qualitativa e quantitativa, a investigação busca não apenas mapear as metodologias mais comuns, mas também avaliar como a presença ou ausência de formação pedagógica afeta a adoção de métodos didáticos ativos, mais eficazes. A hipótese de que uma formação pedagógica sólida leva à diversificação de metodologias, enquanto a ausência dessa formação reforça métodos tradicionais, revela a importância de capacitações pedagógicas continuadas. Além disso, a pesquisa sugere que alguns docentes utilizam metodologias ativas de forma intuitiva, o que indica a necessidade de uma maior conscientização e embasamento teórico para práticas que já ocorrem, mas poderiam ser potencializadas com uma formação pedagógica estruturada. Espera-se que os resultados contribuam para a criação de recomendações que incentivem o desenvolvimento de práticas pedagógicas mais dinâmicas e eficazes no ensino de Direito Processual. Tais práticas poderão colaborar para a formação de futuros profissionais mais bem preparados para enfrentar as complexidades do campo jurídico, em sintonia com as demandas contemporâneas de um ensino superior que valorize não só o conhecimento teórico, mas a prática reflexiva e a capacidade de resolução de problemas. Além disso, este estudo poderá instigar as instituições privadas a investirem em capacitação docente, promovendo, assim, um ambiente educacional onde a formação continuada dos professores fortaleça metodologias mais eficazes e atentas às necessidades dos estudantes e do mercado de trabalho jurídico. Ao final, o projeto almeja não só evidenciar o papel da formação pedagógica na prática docente, mas também fomentar mudanças concretas que impactem positivamente a qualidade do ensino jurídico no país.

### **Referências:**

ABREU, M. C.; MASETTO, M. T. **O professor universitário em aula**. São Paulo; MG Editores, 1990.

ALLESSANDRINI, C. D. O desenvolvimento de competências e a participação pessoal na construção de um novo modelo educacional. *In*: PERRENOUD, P.; THURLER, M. G. **As competências para ensinar no século XXI: a formação dos professores e o desafio da**



avaliação. Porto Alegre: Artmed. 2002.

AMORIM, V. de O.; COSTA, R. M. da; REBOUÇAS, M. V. N. Storytelling como estratégia pedagógica para educação jurídica. **Revista de Pesquisa e Educação Jurídica**, v. 7, n. 2, p. 58-74, jul./dez. 2021.

BABOUR, R. **Grupos focais**. Porto Alegre: Artmed, 2009.

BACHELARD, G. **A formação do espírito científico**. Rio de Janeiro: Contraponto Editora, 1996.

BARRETO, R. B. **Storytelling**: ressignificando cenários e tendências no ambiente organizacional. 2016. 90f. Monografia (Graduação) – Universidade Federal do Ceará, Centro de Humanidades, Curso de Graduação em Biblioteconomia, Fortaleza, 2016. Disponível em: [https://repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/43434/1/2016\\_tcc\\_rbbarreto.pdf](https://repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/43434/1/2016_tcc_rbbarreto.pdf). Acesso em: 09 jan. 2023.

BASTOS, C. C. Metodologias Ativas. **Blog Educação e Medicina**, 24 fev. 2006. Disponível em: <http://educacaoemedicina.blogspot.com/2006/02/metodologias-ativas.html>. Acesso em: 10 jan. 2023.

DINAMARCO, C. R. **A instrumentalidade do processo**. São Paulo: Malheiros, 1996.

FAÏTA, D. Análise das práticas linguageiras e situações de trabalho: uma renovação metodológica imposta pelo objeto. In: SOUZA-E-SILVA, M. C. P. de; FAÏTA, D. (Org.). **Linguagem e trabalho**: construção de objetos de análise no Brasil e na França. São Paulo: Cortez, 2002.

FEFERBAUM, M. **Metodologias ativas em direito**: guia prático para o ensino jurídico participativo e inovador. São Paulo: Atlas, 2020. (E-book).

FIDALGO, A. C. Princípios do Direito Processual. **Jus.com.br**, 01 jul. 2018. Disponível em: <https://jus.com.br/artigos/67331/principios-do-direito-processual/2>. Acesso em: 08 jan. 2023.

GHIRARDI, J. G. **Métodos de Ensino em Direito**: um conceito para debate. São Paulo: Saraiva, 2009. (E-book).

GIL, A. C. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

JAPIASSU, H. O espírito interdisciplinar. **Cadernos EBAPE.BR**, FGV, v. IV, n. 3, p. 1-9, out. 2006a. Disponível em: <https://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/cadernosebape/article/view/7401/5877>. Acesso em: 10 jan. 2023.

JAPIASSU, H. O Espírito Interdisciplinar. **Cadernos EBAPE.BR**, v. IV, n. 3, p. 1-9, out. 2006b. Disponível em: <https://sistemas.uft.edu.br/periodicos/index.php/desafios/article/view/2555/pdf>. Acesso em: 10 jan. 2023.



MCKEE, R. **Storynomics**: marketing baseado em histórias no mundo pós-propaganda. Tradução de Pedro Sette-Câmara. Santos, SP: H1, 2021.

MINAYO, M. C. **O desafio do conhecimento**: pesquisa qualitativa em saúde. Rio de Janeiro: Abrasco; 2007.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO (MEC). Resolução n. 5, de 17 de dezembro de 2018. Ministério da Educação, Conselho Nacional de Educação, Câmara de Educação Superior, 2018. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/docman/dezembro-2018-pdf/104111-rces005-18/file>. Acesso em: 8 jan. 2023.

XAVIER, A. **Storytelling**: Histórias que deixam marcas. Rio de Janeiro: BestBusiness, 2015. Disponível em: <http://agenciamoca.com.br/wp-content/uploads/2019/11/Storytelling-Historias-que-deixam-marcas-Adilson-Xavier.pdf>. Acesso em: 08 jan. 2023.



## **ESTRATÉGIA PEDAGÓGICAS NO ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO: EXPERIÊNCIAS DE PEDAGOGOS NO ATENDIMENTO DE ALUNOS COM TRANSTORNO DE ESPECTRO AUTISTA (TEA)**

**Gilmara Maria Oliveira Jorge**

Pedagoga, licenciada em educação especial e mestranda em Educação, Conhecimento e sociedade pela UNIVAS.

**Dr. Francisco Evangelista**

Professor, Doutor em Educação (PUC/SP).

**Resumo:** Este estudo analisa as práticas de educação inclusiva para alunos com Transtorno do Espectro Autista (TEA) numa escola de Minas Gerais, evidenciando tanto avanços quanto desafios no atendimento a estudantes com Necessidades Educacionais Específicas e Deficiências (NEE/D). Segundo o Censo Escolar de 2023, a educação inclusiva continua a expandir-se, isso é traduzido pelo aumento exponencial no número de matrículas de estudantes com NEE e deficiência, embora a participação e aprendizagem eficaz dos alunos dependa de estratégias pedagógicas adequadas e capacitação contínua dos professores. Esta pesquisa adota uma metodologia qualitativa com entrevistas semiestruturadas a cinco educadoras especializadas em alunos com TEA. Os resultados revelaram que a diversidade das características dentro do espectro autista é um dos maiores desafios para os educadores, que se esforçam para adaptar suas abordagens às necessidades e interesses individuais dos alunos. Entre as estratégias utilizadas destacam-se materiais adaptados, ludoterapia, jogos e atividades baseadas nas preferências dos estudantes, visando a promover um ambiente inclusivo e estimulante. As educadoras sublinham a importância de um trabalho colaborativo, envolvendo tanto os professores regulares quanto o Atendimento Educacional Especializado (AEE), além de um relacionamento ativo com as famílias dos alunos e a inclusão de outros estudantes nas atividades. Apesar de possuírem formação especializada, as participantes enfatizam a necessidade de formação continuada para enfrentar os desafios da educação inclusiva, com foco na atualização e aperfeiçoamento de práticas pedagógicas. A conclusão do estudo aponta para a importância de um esforço conjunto e permanente entre educadores especializados e regulares, com a capacitação contínua dos profissionais como fator primordial para o sucesso da educação inclusiva no atendimento de alunos com TEA.



**Palavras-chave:** Educação inclusiva. Necessidades Educacionais Especiais (NEE). Transtorno do Espectro Autista (TEA). Estratégias pedagógicas. Formação continuada.

## Introdução

A educação inclusiva para alunos com Necessidades Educacionais Especiais e Deficiência (NEE/D) se consolidou como uma questão estrutural na educação básica brasileira, evidenciada pelo Censo Escolar de 2023, que aponta 1.771.430 matrículas em educação especial, com 62,9% no ensino fundamental. Esses dados mostram que 54,8% das escolas públicas brasileiras incluem alunos com deficiência, indicando avanços no acesso à educação e no aumento de matrículas em todos os níveis de escolaridade. Entretanto, persistem desafios na implementação das políticas inclusivas, como a falta de preparo de professores das salas regulares, que muitas vezes transferem a responsabilidade de atendimento para os Serviços Educacionais Especializados (AEE).

O estudo da literatura revela que as estratégias pedagógicas e os critérios avaliativos aplicados por professores da Educação Especial e do AEE são a base da efetividade das políticas inclusivas no ensino fundamental. Com relação ao Transtorno do Espectro Autista (TEA), as práticas pedagógicas ainda carecem de uma compreensão ampla e bem documentada. Nunes e Schmidt (2019) destacam a necessidade de explorar essas práticas mais detalhadamente, visando aprimorar intervenções e sistemas de apoio.

Ao sintetizar o conhecimento existente e identificar barreiras e avanços no atendimento e desenvolvimento da educação inclusiva dos alunos com TEA é possível contribuir para o desenvolvimento de práticas baseadas que otimizem os resultados educacionais de modo geral, ou seja, para além do local pesquisado. Além disso, uma compreensão mais profunda de abordagens pedagógicas eficazes pode informar iniciativas de desenvolvimento profissional para educadores, melhorando, em última análise, a qualidade do apoio educativo prestado a alunos com TEA.

A pesquisa teve como objetivo principal analisar as estratégias pedagógicas usadas por pedagogos em serviços educacionais especializados para atender alunos com TEA em uma escola de Minas Gerais, além de identificar abordagens pedagógicas frequentes, desafios e a eficácia das estratégias para melhorar o desenvolvimento acadêmico e social dos alunos com TEA.

## Metodologia

A pesquisa adota uma abordagem qualitativa, interpretativista e experiencial para estudar as práticas de educadores que trabalham com alunos com Transtorno do Espectro Autista (TEA) em escolas públicas. Focada na Escola Municipal Capitão Morbello Vendramini, em Três Corações, a investigação utiliza entrevistas semiestruturadas para explorar as estratégias pedagógicas dos educadores, os desafios que enfrentam e a eficácia das suas práticas. A pesquisa foi submetida e aprovada pelo Comitê de Ética da Universidade do Vale do Sapucaí (CAAE: 80171424.8.0000.5102).

Para tabulação dos dados coletados seguiu-se a Análise de Conteúdo de Bardin (2011), focando-se na transcrição detalhada das entrevistas, incluindo todas as nuances das falas e gestos. Esse método permite captar as perspectivas individuais dos educadores e categorizar temas e padrões recorrentes, baseando-se na repetição de palavras e ênfase em expressões. O estudo utilizou entrevistas semiestruturadas como principal instrumento de pesquisa para explorar estratégias e desafios de educadores no atendimento a alunos com TEA. A entrevista



semiestruturada foi escolhida por permitir uma combinação de perguntas previamente planejadas com flexibilidade para abordar novos temas que surgissem durante a conversa. O roteiro incluía 15 perguntas, divididas em cinco objetivos principais: caracterizar a amostragem (formação, tempo de experiência), descrever o cotidiano de trabalho, compreender estratégias e os desafios e examinar a eficácia das práticas pedagógicas.

Para coletar os dados, a pesquisa recebeu anuência da direção escolar e os profissionais interessados foram convidados a participar via WhatsApp e presencialmente. Após a assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), as entrevistas eram realizadas e gravadas na escola, com as transcrições mantidas sob sigilo, utilizando identificações numéricas para os participantes.

A análise dos dados resultou em quatro categorias principais para análise: a diversidade do espectro autista, estratégias pedagógicas, trabalho diversificado e a necessidade de formação continuada. Essas categorias foram definidas pela repetição de temas e a relevância atribuída pelos participantes aos tópicos discutidos.

## Resultados e discussão

A pesquisa explora as abordagens educacionais para crianças com autismo, destacando a diversidade de comportamentos no espectro autista como um desafio na personalização das estratégias pedagógicas. As educadoras entrevistadas evidenciam a importância de identificar os interesses individuais dos alunos para desenvolver métodos eficazes e inclusivos. Cada criança demanda uma abordagem específica, reforçando a necessidade de adaptar as estratégias educacionais conforme suas características únicas.

As estratégias pedagógicas utilizadas incluem materiais adaptados, ludoterapia, jogos, painéis de rotina e o uso da Análise do Comportamento Aplicada (ABA), que visa modificar comportamentos através de observação e adaptação ambiental. Embora a ABA seja eficaz para o desenvolvimento de autonomia em alunos autistas, seu uso na educação é controverso e requer que os professores estejam bem familiarizados com suas técnicas. Além disso, as práticas de ludoterapia são destacadas como essenciais para o desenvolvimento social e emocional dos alunos, incentivando a interação e o aprendizado através do lúdico.

Outro ponto destacado pelas participantes é o trabalho colaborativo entre professores, famílias e profissionais de apoio, essencial para uma educação inclusiva. Esse modelo colaborativo, segundo Silva, Vieira e Oliveira (2023), promove uma visão integrada das necessidades dos alunos, fortalecendo o ensino inclusivo. No entanto, a formação dos professores é identificada como uma área crítica; mesmo com formação especializada, há uma demanda constante por atualização para lidar com as necessidades dos alunos com deficiência.

A formação continuada surge como um elemento essencial para o sucesso da inclusão, proporcionando aos professores ferramentas e conhecimentos atualizados para responder às necessidades dinâmicas das crianças no espectro autista e promovendo um ambiente de aprendizagem mais inclusivo e adaptável.

## Conclusão

A partir do exposto pode se considerar devido a demanda crescente de uma educação que inclua as especificidades dos alunos com TEA é necessário que mais profissionais sejam ouvidos e que estes possam protagonizar mudanças no cenário educacional. Os resultados apontaram para a importância de um esforço conjunto e permanente entre educadores especializados e regulares, com a capacitação contínua dos profissionais como fator principal para o sucesso da educação inclusiva no atendimento de alunos com TEA.



## Referências

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70. 2011.

BRASIL. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP. **Censo Escolar da Educação Básica – 2023**. Disponível em: [https://download.inep.gov.br/publicacoes/institucionais/estatisticas\\_e\\_indicadores/resumo\\_tecnico\\_censo\\_escolar\\_2023.pdf](https://download.inep.gov.br/publicacoes/institucionais/estatisticas_e_indicadores/resumo_tecnico_censo_escolar_2023.pdf). Acesso em: 15 jun 2024.

NUNES, DÉBORA R. P. E SCHMIDT, Carlo. SPECIAL EDUCATION AND AUTISM: FROM EVIDENCE-BASED PRACTICES TO SCHOOL. **Cadernos de Pesquisa [online]**. 2019, v. 49, n. 173 pp. 84-103. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/198053145494>>. Epub 17 Out 2019. ISSN 1980-5314. <https://doi.org/10.1590/198053145494>.

DA SILVA, I. A. V.; VIEIRA, A. B.; DE OLIVEIRA, C. M. O trabalho colaborativo entre professores regentes e da educação especial nos anos finais do Ensino Fundamental II. **CONTRIBUCIONES A LAS CIENCIAS SOCIALES**, [S. l.], v. 16, n. 8, p. 9661–9679, 2023. DOI: 10.55905/revconv.16n.8-089. Disponível em: <https://ojs.revistacontribuciones.com/ojs/index.php/clcs/article/view/1525>. Acesso em: 2 out. 2024.



## EXPERIÊNCIAS QUE ME (RE)FORMARAM

**Beatriz da Silva Galvão**

Graduanda do curso de Pedagogia da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

**Resumo:** A pesquisa incipiente do memorial de formação, visa de forma reflexiva resumir a trajetória de formação com base em situações chave. As situações chave, neste caso trabalhadas em modelo de mônadas, são expostas e posteriormente descritas a fim de analisar o meu próprio percurso de formação, de modo que são destacadas e fundamentadas com revisão bibliográfica. Dessa forma, busco registrar a trajetória acadêmica e profissional, refletir sobre a formação e experiências adquiridas e avaliar habilidades e competências desenvolvidas.

**Palavras-chave:** Mônadas. Memorial de formação. Trajetória acadêmica..

### Introdução:

O Memorial de Formação é um trabalho de pesquisa reflexiva e autobiográfica que sintetiza a jornada acadêmica e profissional de um indivíduo. Este relatório detalhado visa capturar a essência da formação, destacando os principais marcos, experiências e realizações ao longo do percurso. Mais do que uma simples narrativa, o Memorial de Formação é uma ferramenta de autoavaliação e planejamento, permitindo que o indivíduo reflita sobre suas conquistas, desafios e objetivos futuros. Neste resumo, serão apresentados os principais aspectos e objetivos do Memorial de Formação, destacando sua importância no processo de desenvolvimento pessoal e profissional."

Dessa forma, relatando as minhas experiências durante a formação, o memorial da minha formação foi produzido em formato de mônadas, onde eu relato minhas experiências e analiso o meu próprio percurso de formação destacando elementos que são importantes para pensar a formação docente em cada uma das mônadas.

Na primeira mônada, Vera, destacou a importância do olhar humanizado do professor, como humano e profissional, para com seus alunos, estes que antes de serem alunos são também humanos, com suas trajetórias e experiências. Na segunda, relato a importância do estudo para a emancipação do homem e da pessoa, e da prática de ensino como forma de desenvolver o ser humano em todas as suas nuances, física, intelectual, social, espiritual. Na terceira, com o nome 'vó', destaco a importância de outras mulheres para a minha formação como mulher e pedagoga. A forma como as vivências das mulheres que me criaram ecoam na minha prática e ecoaram na minha formação. Por fim, na mônada 'menino', eu conto a experiência em que um breve contato com um aluno foi o suficiente para me fazer refletir sobre a realidade da escola, sobre suas mazelas e me levar a querer pesquisar mais sobre o tema da exclusão escolar.

Os referenciais teóricos se baseiam em Paulo Freire, Bell Hooks, Conceição Evaristo. Ainda se encontra como uma pesquisa incipiente mas tem como objetivo principal analisar o próprio percurso de formação destacando elementos formativos que são importantes para pensar a formação de professores



### **Metodologia:**

A metodologia desta pesquisa narrativa consta como revisão de literatura, visto que ao longo do trabalho se desenvolve o diálogo com diferentes autores a respeito de temas como: conceito de formação, documentos que fundamentam a educação brasileira, o conceito de formação cidadã, metodologias de ensino, entre outros.

Desta forma, a estratégia traçada foi fundamentar a discussão das trajetórias que me formaram como profissional da educação. Junto disso, também fundamentar as inquietações que estas mesmas experiências me provocaram.

### **Resultados e discussão:**

O trabalho culminou em uma reflexão narrativa acerca da trajetória acadêmica em paralelo a trajetória vivida fora da academia, de modo a pensar em como somos formados para o âmbito profissional não apenas pelo ensino acadêmico, no entanto, também pelas experiências que nos moldam ao longo de nossa vida.

### **Conclusão:**

Busco, com essa pesquisa reflexiva da minha própria trajetória, compreender os Marcantes que influenciaram e influenciam a minha prática docente, minha formação como pedagoga e como ser humano.

### **Referências:**

FREIRE, Paulo. Pedagogia do Oprimido. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005, 42.<sup>a</sup> edição.

Hooks, bell. Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade. Tradução: Marcelo Brandão Cipolla. São Paulo: Editora Martins Fontes. 2017. 283p.



## FATORES QUE INFLUENCIAM A PARTICIPAÇÃO FEMININA NO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL EM MINAS GERAIS

**Alessandra Aparecida de Paula Soza**

Doutoranda em Educação, Conhecimento e Sociedade. Universidade do Vale do Sapucaí.  
alesouza.adv@hotmail.com. <http://lattes.cnpq.br/3783440194682045>

**Roberta Cortez Gaio**

Doutora em Educação. Universidade do Vale do Sapucaí. robertagaio@univas.edu.br.  
<http://lattes.cnpq.br/2410231315930325>

**Resumo:** A pesquisa tem como objetivo analisar os fatores que influenciam a participação feminina no poder executivo municipal em Minas Gerais, com foco nas eleições para prefeitas. A sub-representação das mulheres na política brasileira é um problema reconhecido, e no poder executivo, a presença feminina é ainda mais reduzida. O estudo parte da hipótese de que o nível de escolaridade, a cultura patriarcal e a falta de incentivos por parte de partidos políticos são variáveis decisivas para a baixa participação das mulheres nesse contexto. A metodologia utilizada incluiu uma revisão de literatura sobre a participação política feminina e o uso de dados secundários, obtidos a partir de registros eleitorais e estudos anteriores. Foram analisadas eleições municipais em Minas Gerais, considerando variáveis como escolaridade, número de candidatas e prefeitas eleitas, e apoio partidário. A análise qualitativa também identificou barreiras culturais e sociais que afetam diretamente as candidaturas de mulheres. Os resultados caminham para demonstrar que o nível de escolaridade, embora relevante, não é suficiente para aumentar de maneira significativa a participação feminina. Outros fatores, como a cultura patriarcal ainda presente no cenário político brasileiro e o limitado apoio dos partidos, foram identificados como grandes obstáculos. Além disso, a pesquisa vem demonstrando que, em municípios menores, a presença de mulheres em cargos de prefeitas é ainda mais restrita, em contraste com cidades maiores, onde há uma ligeira melhora nesse cenário. Desta forma, aponta-se como necessário um conjunto de políticas afirmativas que promovam a capacitação e o engajamento político das mulheres, aliado a uma transformação cultural que valorize o papel feminino na política. Essa mudança depende de um esforço conjunto entre partidos, sociedade e políticas públicas que garantam maior equidade de gênero no poder executivo municipal.

**Palavras-chave:** Participação feminina. Poder executivo. Política municipal. Minas Gerais

### Introdução:

O Brasil foi um dos primeiros países da América Latina a garantir legalmente o voto feminino, mas a efetiva paridade de gênero nos parlamentos e governos ainda está longe de ser alcançada (Sesconetto, 2020). A luta pelo voto feminino teve avanços e recuos até 1932, quando o Código Eleitoral Brasileiro assegurou o direito ao voto a qualquer cidadão maior de 21 anos,



sem distinção de sexo (Brasil, 1932). No entanto, para as mulheres, o voto era facultativo até a Constituição Federal de 1934, que tornou o voto obrigatório para mulheres em funções públicas remuneradas (Sesconetto, 2020).

Mesmo com o direito de votar e ser votada, a participação efetiva das mulheres brasileiras na política institucional foi mínima até o final do século XX (Bester, 2016). A situação começou a mudar em 1965, com a Lei nº 4.737, que obrigou homens e mulheres a votar e permitiu que ambos fossem candidatos, mas o contexto político autoritário atrasou esses avanços. A partir da Constituição de 1988, o Brasil iniciou um período de maior estabilidade democrática, mas a representatividade feminina ainda era um desafio.

Para promover a participação das mulheres na política, a Lei nº 9.100/1995 reservou 20% das candidaturas para mulheres, aumentando para 30% pela Lei nº 9.504/1997 (Brasil, 1997). Contudo, os partidos políticos utilizaram esses percentuais de forma inadequada, preenchendo as cotas femininas com candidaturas fantasmas. Em resposta, a Lei nº 12.034/2009 passou a exigir que as cotas fossem efetivamente preenchidas, mas a resistência dos partidos continuou (Brasil, 2009).

Em 2021, a Emenda Constitucional nº 111 determinou que mulheres e negros eleitos entre 2022 e 2030 contariam em dobro para a distribuição dos fundos partidário e eleitoral (Brasil, 2021). Entretanto, em Minas Gerais, o segundo maior colégio eleitoral do país, o cenário de baixa representatividade feminina persistiu. Nas eleições de 2020, apenas 7,34% das prefeituras mineiras foram ocupadas por mulheres, mesmo com 52,1% do eleitorado feminino (Minas Gerais, 2020).

Normas e leis, por si só, não garantem a eficácia das políticas públicas. Assim, campanhas como #VoteNelas (2018) e #ParticipaMulher (2016), que visam aumentar a participação feminina na política, têm buscado sensibilizar a população sobre a importância da igualdade de gênero.

Diante desse contexto, a presente pesquisa analisa os fatores que influenciam a baixa participação feminina nas eleições para o poder executivo municipal em Minas Gerais, investigando as políticas públicas, o perfil das candidatas eleitas, campanhas educativas e os fatores socioculturais que perpetuam a sub-representação feminina.

A luta feminista pela educação foi crucial para a emancipação feminina. O movimento sufragista do final do século XIX e início do século XX buscou tanto o direito ao voto quanto o acesso igualitário à educação. Estudos demonstram que mulheres com maior escolaridade tendem a investir mais na saúde e educação de seus filhos, contribuindo para o desenvolvimento social (Malta et al., 2011).

Simone de Beauvoir, em sua obra "O Segundo Sexo", destacou que "ninguém nasce mulher: torna-se mulher" (Beauvoir, 2009, p. 330), afirmando que a identidade feminina é construída socialmente e que a educação é um dos principais meios de perpetuar ou subverter os papéis de gênero. Para Beauvoir, a educação pode ser uma ferramenta de emancipação, permitindo que as mulheres transcendam os papéis sociais impostos.

A valorização da mulher na educação vai além do simples acesso ao conhecimento, trata-se de garantir que meninas e mulheres tenham as mesmas oportunidades de desenvolvimento que os homens. No entanto, desafios ainda persistem, especialmente em áreas como ciências exatas e tecnologia, onde as mulheres enfrentam barreiras estruturais e culturais (Magalhães, 2015).

Portanto, a educação desempenha um papel fundamental na luta pela igualdade de gênero, tanto no ambiente acadêmico quanto na política, contribuindo para uma sociedade mais justa e equitativa.



Habilitadas a votar e ser votadas, as mulheres ainda têm representação ínfima na política, o que leva esta pesquisa acadêmica a analisar as causas e os fatores que contribuem para o baixo número de candidatas e eleitas nas eleições para o Poder Executivo municipal em Minas Gerais, com foco nas dinâmicas políticas, sociais e normativas que influenciam a participação feminina na política.

Para se cumprir o objetivo geral, a presente pesquisa se propõe a cumprir um percurso investigativo, sendo: investigar a eficácia das políticas públicas e das leis eleitorais que visam promover a participação feminina na política, identificando suas limitações e desafios; examinar o perfil das candidatas eleitas ao Executivo municipal e as características dos colégios eleitorais em Minas Gerais, buscando entender os contextos em que as mulheres conseguem ocupar cargos de poder; analisar as campanhas educativas e de mobilização social voltadas para a participação política feminina, avaliando seu impacto e alcance entre eleitores e candidatas; identificar os fatores socioculturais e estruturais que perpetuam a sub-representação feminina nas esferas de decisão política, incluindo a resistência dentro dos partidos e na sociedade em geral.

As filhas de Eva queriam votar (KARAWEJCZYK, 2013) e, no Brasil, apenas em 1932 esse direito lhes foi concedido. Agora sim, as mulheres estão prontas a se fazer representar por outras mulheres. Era o passaporte para que a mulher pudesse adonar-se de postos políticos e agir local, regional e nacionalmente para promover políticas públicas e ações efetivas para o fortalecimento feminino na política. Emerge, então, a questão: as filhas de Eva estão prontas para serem eleitas (?): um estudo sobre os fatores que influenciam a participação feminina no poder executivo municipal em Minas Gerais"

### **Metodologia:**

A pesquisa adota uma metodologia qualitativa, com revisão de literatura sistemática como principal delineamento. O tratamento dos dados segue os critérios de inclusão e exclusão previamente estabelecidos, com foco em artigos publicados nos últimos dez anos sobre o tema "participação feminina no poder executivo municipal em Minas Gerais". A busca foi realizada em bases de dados como Scielo, Google Scholar e CAPES, utilizando palavras-chave como "participação política feminina", "executivo municipal" e "gênero e política".

Os critérios de inclusão abarcaram estudos empíricos e teóricos que tratavam diretamente da participação de mulheres em cargos do poder executivo, enquanto estudos sobre participação em outros níveis de governo foram excluídos. Para a sistematização do material, aplicou-se o método de análise de conteúdo, conforme Bardin (2011), adaptado para este contexto ao considerar também variáveis relacionadas ao contexto socioeconômico e histórico do estado de Minas Gerais.

Dessa forma, o estudo possibilitou uma análise abrangente sobre os fatores que influenciam a participação das mulheres no poder executivo municipal, utilizando como referência a adaptação de métodos consagrados na literatura científica.

### **Resultados e discussão:**

A pesquisa, ora, em andamento, revela que a participação feminina no poder executivo municipal em Minas Gerais ainda é limitada, embora tenha havido progressos nos últimos anos. Os dados coletados têm apontado que fatores como o nível de escolaridade, a influência de partidos políticos e o apoio de redes de mulheres desempenham um papel significativo na eleição de mulheres para cargos executivos. No entanto, barreiras estruturais, como a cultura patriarcal e a falta de incentivo por parte das lideranças partidárias, continuam a dificultar o avanço da participação feminina.



Os dados até aqui analisados também mostraram que, em municípios menores, a participação das mulheres é ainda mais restrita, com poucas prefeitas eleitas ao longo dos últimos ciclos eleitorais. Em contraste, municípios maiores tendem a apresentar maior diversidade de candidatos, embora as mulheres ainda representem uma minoria nos cargos de liderança. Essas observações corroboram estudos anteriores que apontam para a sub-representação das mulheres na política brasileira, principalmente no poder executivo.

As discussões em torno dos fatores que limitam essa participação apontam provisoriamente que iniciativas de fortalecimento de políticas afirmativas e programas de incentivo à formação política de mulheres podem ser essenciais para aumentar sua representação. A análise crítica da literatura reforça que, além das mudanças legislativas, é necessário um movimento cultural mais amplo para combater estereótipos de gênero na política.

### Considerações Finais:

Diante da análise preliminar dos fatores que influenciam a participação feminina no poder executivo municipal em Minas Gerais, observou-se que há uma interseção significativa entre aspectos sociais, políticos e econômicos. Embora os dados iniciais indiquem uma presença ainda limitada de mulheres em cargos de liderança, também se evidenciam avanços pontuais em algumas regiões, sugerindo que políticas públicas e movimentos sociais voltados à equidade de gênero começam a surtir efeito. A continuidade da pesquisa se faz necessária para aprofundar a compreensão das barreiras ainda existentes e identificar estratégias eficazes para a promoção de uma maior representatividade feminina no âmbito político.

### Referências:

BEAUVOIR, S. *O Segundo Sexo*. São Paulo: Nova Fronteira, 2009.

BRASIL. Decreto nº 21.076, de 24 de fevereiro de 1932. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br>. Acesso em: 6 nov. 2024.

BRASIL. Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br>. Acesso em: 6 nov. 2024.

BRASIL. Lei nº 12.034, de 29 de setembro de 2009. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br>. Acesso em: 6 nov. 2024.

BRASIL. Emenda Constitucional nº 111, de 28 de setembro de 2021. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br>. Acesso em: 6 nov. 2024.

MALTA, D. C. et al. "Educação e Saúde: Desafios para um Desenvolvimento Sustentável". *Revista de Saúde Pública*, v. 45, n. 7, p. 1369-1378, 2011.

MINAS GERAIS. Tribunal Regional Eleitoral de Minas Gerais (TRE-MG), 2020. Disponível em: <http://www.tre-mg.jus.br>. Acesso em: 6 nov. 2024.

SESCONETTO, M. M. "A Representatividade Feminina na Política Brasileira". *Revista de Ciências Sociais*, v. 12, n. 3, p. 45-61, 2020.



## FORMAÇÃO DOS PROFESSORES ENSINO SUPERIOR: A PARTIR DA VEZ E VOZ DOS EGRESSOS, MATRICULADOS E DOCENTES DO CURSO DE ENFERMAGEM

**Maria Cristina Porto e Silva**  
Doutoranda PPGEduc.

**Juliana Marcondes Bussolotti**  
Doutora docente PPGEduc

**Resumo:** A formação dos profissionais de saúde deve focar em preparar indivíduos críticos, capazes de buscar soluções inovadoras e eficazes. Diante das complexidades do mundo contemporâneo, como desigualdade de renda, discriminação e falta de investimento em saúde e educação, torna-se crucial promover uma formação voltada para o enfrentamento desses problemas. Este estudo tem como objetivo geral analisar as dificuldades e necessidades da prática pedagógica dos docentes do ensino superior na área da saúde, especificamente no curso de Enfermagem. A pesquisa será investigada na abordagem qualitativa, sendo o estudo de caso o método de escolha, por ser uma pesquisa em ciências sociais. Como técnicas da coleta de dados escolhidas terá o questionário, a entrevista, a observação participativa e grupo focal, contando com perguntas abertas e fechada com proposta de ser aplicadas em docentes, acadêmicos e egressos. A observação participativa será realizada em grupo focal com os acadêmicos e outro com os docentes. Já os egressos submeterão as entrevistas, devido à dificuldade de formação do grupo. O questionário planeja atender as caracterizações sociais e profissionais dos participantes definindo o seus perfis, A entrevista terá como meta desvendar como o ensino e aprendizado acadêmico colabora para pratica profissional As entrevistas contribuirão para conhecimento entre os profissionais já formados na instituição, e de como o processo formativo contribuiu na prática da enfermagem no contexto da atualidade, que apresenta com tanta diversidade e peculiaridade no serviço de saúde. Para o procedimento de análise de dados a opção mais adequada pensada será pela análise de conteúdo de Bardin. E por fim, a analise que sustentará a pesquisa pretendida se dará pela interação entre os dados estudados e a base teórica que fundamenta todo o estudo.

**Palavras-chave:** Educação superior; Formação docente; Enfermagem

### Introdução:

A profissão da enfermagem exige uma atuação complexa que permeia e mobiliza competências no campo do saber, do fazer e do ser, pois gerencia pessoas e conflitos, cuidados à pessoa no mundo do trabalho em saúde, que requer associação de diferentes competências aperfeiçoadas com a vivência do exercício profissional. (Silva, 2023)



Assim como nos cursos da área da saúde, a Enfermagem está fundamentada pela Diretrizes Curriculares Nacional que pressupõe novos perfis profissionais atendendo e consolidando o Sistema Único de Saúde, em consonância às mudanças políticas na saúde e nos modelos assistenciais.

O Exercício Profissional da Enfermagem é influenciado pelas transformações ocorridas, e em consequência o processo de ensino-aprendizagem também tem que se adequar a essas modificações. (Luz, Krieger, Omizzolo, 2023)

O projeto de pesquisa a ser desenvolvido na linha de pesquisa Ensino, Linguagem e Formação Humana do Doutorado em Educação, Conhecimento e Sociedade na Universidade do Vale do Sapucaí, com o tema Formação dos professores ensino superior: a partir da vez e voz dos egressos, matriculados e docentes do curso de enfermagem, delimita-se no processo da prática pedagógica durante as aulas dos docentes do ensino superior do curso de graduação de Enfermagem, uma vez que faz parte do mundo profissional da pesquisadora, e na qual explora um momento para refletir e oportuniza conhecimento para integração docente, aluno e egresso através de um prática pedagógica emancipatória.

O estudo vem em encontro com as discussões da formação do professor, uma vez que ele tem fator de importância para gerenciar todo processo de construção do conhecimento associado a prática do exercício da Enfermagem.

A formação dos profissionais de saúde deve focar em preparar indivíduos críticos, capazes de buscar soluções inovadoras e eficazes. Diante das complexidades do mundo contemporâneo, como desigualdade de renda, discriminação e falta de investimento em saúde e educação, torna-se crucial promover uma formação voltada para o enfrentamento desses problemas (Almeida; Barboza; Rodrigues, 2023).

Este estudo é relevante por abordar o desenvolvimento profissional do docente com base nas percepções dos protagonistas do ensino-aprendizagem: professores, alunos e egressos. Busca-se identificar como a prática pedagógica na Enfermagem pode ser aperfeiçoada, promovendo uma formação de qualidade que atenda às necessidades do mercado e da sociedade.

Portanto pretende-se analisar as dificuldades e necessidades da prática pedagógica dos docentes do ensino superior na área da saúde especificamente da Enfermagem, dialogando com os protagonista do processo ensino aprendizagem, docente, acadêmicos e egressos do curso de graduação de Enfermagem.

### **Metodologia:**

Nesse perspectiva a pesquisa será investigada na abordagem qualitativa pela interação entre os protagonistas deste estudo, o que possibilita explorar a pluralidade de fenômenos associado as práticas pedagógica no contexto do professor, do aluno e do egresso.

O estudo de caso será o método de escolha, por ser uma pesquisa em ciências sociais e pelo prisma de buscar esclarecer decisões tomadas e seus resultados, com foco no fenômeno particular e na observação do dialogo entre os participantes.

Como técnicas da coleta de dados escolhidas terá o questionário, a entrevista, a observação participativa e grupo focal, contando com perguntas abertas e fechada com proposta de ser aplicadas em docentes, acadêmicos e egressos. A observação participativa será realizada em grupo focal com os acadêmicos e outro com os docentes. Os egressos submeterão as entrevistas, devido à dificuldade de formação do grupo.

O questionário planeja atender as caracterizações sociais e profissionais dos participantes definindo o seus perfis, e também atender sobre o quanto a pratica pedagógica tem contribuído para autonomia e liberdade na condução do processo formativo. A entrevista terá como meta



desvendar como o ensino e aprendizado acadêmico colabora para prática profissional. Os instrumentos pensado tem por intenção conduzir para um entendimento e compreensão a partir dos dados coletados da construção do conhecimento dentro da sala de aula.

Ao idealizar a observação participativa e grupo focal, será para atender a compreensão das interações entre os docentes que atuam na mesmas instituições sobre sua prática pedagógica.

Para o procedimento de análise de dados a opção mais adequada pensada será pela análise de conteúdo de Bardin, cuja a organização dos dados se dá pela sequencias identificadas dos temas dos conteúdos e após a codificação, que tem por objetivos a definir as unidades de significados em categorias. (Silva, Assis, 2010)

### **Resultados e discussão:**

O processo dos resultado ainda não concluído da contextualização, descrição e análise dos momentos em que são direcionados ao saber fazer docente, tendo como objetivo analisar as dificuldades e necessidades da prática pedagógica dos docentes do ensino superior na área da saúde especificamente da enfermagem. conduzirá a reflexão ao encontro de caminhos que melhora a prática docente possibilitando a construção de um conhecimento democrático e transformador

### **Considerações Finais:**

Elaborar um novo caminho para ensinar é um desafio das escolas, universidades e docentes, porém é necessário o enfrentamento das dificuldade e ultrapassar as barreira que por longos anos acompanharam o ensino superior, para assim traçar um novo paradigma que contribua para transformação de se fazer um jeito de ensinar nas universidades na contemporaneidade.

### **Referências:**

ALMEIDA, O. L. S.; BARBOZA, D. L. M.; RODRIGUES, R. dos S. O currículo e seu significado no processo educacional nas escolas da educação básica brasileira. In: FEITOZA, Denise Magalhães Azevedo(Org.). **Pesquisas e saberes em Educação**.Campina Grande: Licuri, 2023, p. 1-11.Disponível em:

<https://editorallicuri.com.br/index.php/ojs/article/view/248/185> Acesso: 25/06/2023

LUZ, G.D.O da; KRIEGER, D; OMIZZOLO, J.A.E.; Formação no curso de graduação em enfermagem da Universidade do Planalto Catarinense sob o olhar de egressos. **Revista Saúde e Comportamento**, Florianópolis, v.2, n.1, p.10-26, 2023. Disponível em:

<https://revistasaudecomportamento.emnuvens.com.br/rsc/article/view/15/37> Acesso: 25/06/2023

SILVA, F.M. Aplicação do saber fazer em enfermagem e suas práticas no ensino: uma crítica reflexiva. São Paulo: **Rev Recien**. 2023; 13(41):211-214. Diponivel em:

<http://recien.com.br/index.php/Recien/article/view/731> Acesso: 17/07/2023



## **FORMAÇÃO E DESENVOLVIMENTO PROFISSIONAL DAS PROFESSORAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS NA CIDADE DE VIÇOSA: A ESCOLA COMO ESPAÇO DE COLABORAÇÃO E APRENDIZAGENS**

**Vanessa Lopes Eufrazio**

Doutoranda na Universidade do Vale do Sapucaí

**Juliana Marcondes Bussolotti**

Professora doutora na Universidade do Vale do Sapucaí

**Resumo:** Este resumo apresenta um recorte metodológico de um projeto de pesquisa. Diante de um contexto contemporâneo marcado pela globalização os professores encontram-se no centro das discussões, assim como sua importância nas transformações sociais. Alinhado a linha de pesquisa II em Educação e tecnologia: inovação, ferramentas e processos, o objetivo central do estudo visa analisar o desenvolvimento profissional docente de professores de ensino fundamental I em escolas da rede estadual da cidade de Viçosa – MG em seus processos, seus contextos, suas dimensões e suas expressões no trabalho pedagógico levando-se em consideração as tecnologias digitais de informação e comunicação, TDIC. Para tanto, elegeu-se uma abordagem qualitativa na realização de um estudo de caso. Como instrumentos para produção de dados optou-se por: questionário, entrevista, observação participante e análise documental. Consideramos, por fim, que o desenvolvimento profissional é um processo contínuo que acontece envolvendo uma rede de relações e instituições e é influenciado por diferentes fatores.

**Palavras-chave:** Desenvolvimento profissional docente. Tecnologias digitais de informação e comunicação (TDIC). Ensino fundamental I.

### **Introdução:**

O tema formação de professores sempre esteve presente na vida da autora desde a graduação, passando a realização de disciplinas, PIBID, TCC e mestrado, alcançando a inserção na carreira, os desafios e a reflexão sobre as aprendizagens oriundas no espaço escolar. A formação docente no contexto da globalização tem sido considerada como chave para a qualidade na educação. Isso também porque, com as transformações da globalização, as escolas aumentaram sua relevância social. Tal reflexão mostra a seriedade em considerar a formação de quem se dedica a realizar essa intermediação formativa as novas gerações (Gatti, 2023). O aumento qualitativo e quantitativo de estudos a esse respeito tem sido expressivo demarcando uma área de conhecimento multifacetada.

Nesse interim, os estudos sobre o desenvolvimento profissional têm sido sublinhados com realce para sua característica de processo que abrange diferentes atividades e experiências, ancora-se nas significações elaboradas pelo sujeito a partir da sua história de vida e trajetória profissional. Assim sendo, nesse desenho metodológico apresentado elegeu-se como objetivo geral, alinhado a linha de pesquisa II em Educação e tecnologia: inovação, ferramentas e processos, analisar o DPD de professores de ensino fundamental I em escolas da rede estadual



da cidade de Viçosa – MG em seus processos, seus contextos, suas dimensões e suas expressões no trabalho pedagógico levando-se em consideração as tecnologias digitais de informação e comunicação, TDIC. Em específico, pretende-se: a) Explicar como o contexto da organização do trabalho escolar integra e constitui o DPD; 2) Compreender como as estratégias formativas estruturam o DPD. 3) Investigar as práticas pedagógicas que utilizam recursos didáticos e tecnológicos na educação básica, com foco nos impactos dessas ferramentas no desenvolvimento profissional dos professores. 4) Discutir como o processo DPD expressa-se na qualidade do trabalho docente em suas funções específicas.

### **Metodologia:**

A partir de uma abordagem qualitativa por ser mais adequada para se pensar os seres humanos em suas relações, produção de sentido e significados individuais e coletivos propõe-se o estudo de caso. Assim, foca-se na análise- situada em profundidade, considerando o contexto.

Serão utilizados instrumentos variados para coleta de dados: Análise documental. Questionários previstos para 64 respondentes. Observação participante, nos momentos de módulo II, em uma escola da rede estadual. Entrevistas semiestruturadas com 22 docentes efetivos desse estabelecimento, regentes de classe. O questionário investiga trajetórias e perfis docentes, enquanto a observação e a entrevista buscam analisar como é a promoção do desenvolvimento profissional de maneira individual e coletiva.

Este estudo já foi submetido ao Comitê de Ética (parecer nº 7.183.956), encontrando-se na fase de sanar as pendências. Os dados serão coletados, organizados e examinados com a finalidade de identificar temas emergentes conforme Bardin (2002). O agrupamento em categorias prevê a possibilidade de organização em unidade de significado e de contexto. Assim as relações entre os achados e a teoria que fundamentam o estudo darão origem as categorias analíticas. Finalizando a triangulação dos dados prevê identificar convergências ou contradições.

### **Resultados e discussão:**

Na totalidade do DPD os processos contínuos de aprendizagem ocorrem ao longo da vida e se assentam sobre a base da história, experiência cultural e processo de socialização do sujeito. Nesse prisma, integra o DPD, a saber: trajetória, formação inicial, iniciação na profissão, autoformação e formação entre pares. Esse é um conceito amplo: vejamos alguns marcadores:

Se refere a qualquer atividade com o objetivo de aperfeiçoamento, isso quer dizer que há uma intencionalidade formativa. Tem caráter de evolução e continuidade; isto é, entrelaça as etapas e processos, inicia antes da formação inicial e acontece em um contínuo após ela. Portanto a abordagem supera a justaposição entre formação inicial e aperfeiçoamento, o que a caracteriza como processo e a contrapõe a evento isolado.

No entanto, ainda temos que considerar que o avanço dos docentes sofre influência de diversos fatores, quais sejam: salário, clima das escolas, estrutura hierárquica, carreira; não há uma progressão linear, existe a possibilidade de dilemas, incertezas e instabilidades. O DPD é algo ativo a pessoa que depende também do seu interesse.

Dessa forma ao apresentar o conceito de DPD Garcia (2009, p.10) explica que “[...] um processo, que pode ser individual ou coletivo, mas que se deve contextualizar no local de trabalho [...] contribui para [...] suas competências profissionais através de experiências [...] tanto formais como informais.” Nesse percurso de desenvolvimento o professor aprende ao estar envolvido em tarefas de ensino, avaliação, reflexão e observação, integra conhecimentos



e experiências e as articula com conhecimentos prévios. Os resultados, por sua vez, é melhorar os conhecimentos, as destrezas, as atitudes dos professores, haja vista a escola como contexto concreto.

Nesta pesquisa pretende-se analisar o DPD de professores de ensino fundamental I em escolas da rede estadual da cidade de Viçosa – MG em seus processos, seus contextos, suas dimensões e suas expressões no trabalho pedagógico. Sendo assim, espera-se uma compreensão profunda acerca do processo e produto relativo ao desenvolvimento docente e como sua prática é afetada ou não por esta construção pessoal e coletiva.

Considerando os diferentes instrumentos de produção de dados do estudo a pretensão é acessar uma visão minuciosa dos contextos que contribuem na modelagem da identidade docente, relacionando e integrando elementos da história de vida, carreira e contexto.

Quanto ao objetivo específico analisar as estratégias formativas pretende-se identificar as práticas formativas que efetivamente impactam no interesse e aprendizagem docente; assim como identificar como essas estratégias se agregam ao saber docente configurando a fundamentação e justificativas para a prática pedagógica.

Em relação ao segundo explicar como o contexto da organização do trabalho escolar integra e constitui o DPD pretende-se elevar a pesquisa a nível do conhecimento empírico e analítico por meio da aproximação entre o que foi observado a luz da teoria estudada.

O terceiro objetivo propõe investigar as práticas pedagógicas que utilizam recursos didáticos e tecnológicos na educação básica, com foco nos impactos dessas ferramentas no desenvolvimento profissional dos professores. Isso inclui, descrever, compreender e refletir sobre os saberes utilizados no dia a dia dos professores transformados pelas TDICs.

Finalmente o quarto objetivo, discutir como o processo de DPD expressa-se na qualidade do trabalho docente em suas funções específicas a meta é verificar e refletir as interconexões teórico-práticas entre DPD, formação e qualidade da educação.

### **Considerações finais:**

A revisão de literatura revelou que o conceito de DPD é abrangente, considera-se o início do processo antes do curso de graduação, ultrapassa a formação inicial, e tem continuidade ao longo da vida. Esse contínuo de aprendizagens abrange uma gama de relações e instituições, ocorre sobretudo em uma rede de relações humanas, lidando com um objeto de conhecimento, o saber. Essa teia de relações, pessoas, instituições e aprendizagens é tecida por cada professor. Essa é uma característica que distingue a profissão docente de outras.

Essa combinação é protagonizada por cada professor em seus processo e contextos, diante disso, é possível sublinhar um caráter construtivista. Sendo assim o DPD é resultado de um percurso trilhado pela pessoa, o que pode envolver, escolhas, dilemas, desafios, superações e reflexões.

Embora a pesquisa ainda não tenha iniciado a produção de dados, as reflexões possibilitadas pela revisão de literatura demonstram que a formação docente é um campo multifacetado e o desenvolvimento profissional é influenciado por uma combinação de fatores. Tendo como base essa compreensão os instrumentos de coleta de dados foram pensados também com o propósito de abarcar as conexões entre as características dos docentes, história de vida, sua formação, aprendizagem e prática e contexto de atuação contemporâneo pós pandêmico levando-se em consideração o uso das tecnologias digitais de informação e comunicação, TDIC.

### **Referências:**



GARCIA, C. M. Desenvolvimento profissional docente: passado futuro. **Revista Sísifo**, [S.l.], v. 8, p. 7-22, 2009. Disponível em: [https://unitau.br/files/arquivos/category\\_1/MARCELO\\_\\_\\_Desenvolvimento\\_Profissional\\_Do\\_cente\\_passado\\_e\\_futuro\\_1386180263.pdf](https://unitau.br/files/arquivos/category_1/MARCELO___Desenvolvimento_Profissional_Do_cente_passado_e_futuro_1386180263.pdf). Acesso em: 15 jul. 2023.

GATTI, B. A. A educação escolar e a formação de professores. In: BRITO, R. de O.; GUILHERME, A. A. (Orgs.). **Formação de professores ao redor do mundo: desafios e oportunidades**. Brasília: Cátedra Unesco-UCB/Cidade Editora, 2023. Disponível em: <https://catedra.ucb.br/2023/05/05/https-social-education-files-wordpress-com-2023-05-rios-guilherme-2023-formacao-de-professores-pdf/>. Acesso em: 2 out. 2023.

SEVERINO, A. J. **Metodologia do Trabalho Científico**. São Paulo, SP: Cortez, 2007.



ORGANIZAÇÃO



Programa de Pós-graduação em  
**Educação, Conhecimento  
e Sociedade** Mestrado e Doutorado • UNIVAS



## GAMIFICAÇÃO E TECNOLOGIAS DE BAIXO CUSTO NO ENSINO DA HISTÓRIA: DO TRADICIONAL AO CONTEMPORÂNEO

Thaline Aparecida Fernandes Gonçalves

Ronaldo Júlio Baganha

**Resumo:** Este estudo analisa a evolução da educação, desde práticas tradicionais até metodologias contemporâneas, com foco em metodologias ativas, especialmente a gamificação, no contexto do ensino de História. O ensino tradicional de História geralmente se caracteriza pela memorização de datas e fatos, o que limita uma compreensão mais profunda e contextualizada dos processos históricos. A gamificação, quando integrada ao ensino ativo, surge como uma alternativa, utilizando elementos de jogos para tornar o aprendizado mais atrativo e significativo, estimulando a aplicação intrínseca dos alunos. No cenário da educação pública, onde recursos tecnológicos digitais são limitados, a pesquisa destaca o uso de tecnologias de baixo custo, como jogos de tabuleiro, jogos de cartas e encenações históricas, para promover o aprendizado ativo e engajado. O objetivo é evidenciar como esses recursos acessíveis podem facilitar a aprendizagem, promovendo maior interesse e participação dos alunos no ensino de História.

**Palavras-chave:** Educação. Metodologias Ativas. Gamificação. Tecnologias de Baixo Custo. Ensino de História.

### Introdução:

Por muito tempo, a educação tradicional foi descrita por uma abordagem centrada no professor, onde os alunos ocupavam uma posição passiva e o foco estava apenas na memorização de informações. Esse modelo superou uma estrutura semelhante ao formato industrial, em que os estudantes eram vistos como receptores de conteúdos prontos, sem espaço para questionamentos ou interação significativa. Rui Fava (2020) explica que, com a Revolução Industrial, “a educação de rainha foi minguada à escravidão do trabalho, passou a servir como ferramenta para treinamento e desenvolvimento econômico, industrial, político e tecnológico.” Nesse contexto, a educação moldou-se à lógica das fábricas, cujo objetivo era “treinar, instruir os trabalhadores, tornando-os mais eficientes, produtivos e disciplinados” (Fava, 2020, p. 97).

Com o avanço das demandas sociais e tecnológicas, a educação contemporânea começou a reformular esses conceitos, incorporando a ideia de que o aluno deve ser ativo em sua aprendizagem. Segundo Paulo Freire (1987), a “educação bancária” considera o educador como o único detentor do saber, enquanto os estudantes são “destinatários” onde o conhecimento é “depositado”. Para Freire, essa prática precisa ser abandonada e transformada por métodos que promovam a autonomia e o protagonismo dos alunos, colocando-os como sujeitos ativos na construção do conhecimento.

As metodologias ativas surgem nesse contexto como estratégias significativas para desenvolver habilidades como pensamento crítico, colaboração e resolução de problemas, colocando o aluno no centro do processo de ensino-aprendizagem. Entre essas metodologias, a



gamificação tem se destacado por seu impacto positivo no engajamento e na motivação dos estudantes. Ao incorporar elementos de jogos, como desafios, recompensas e progressão, a gamificação cria uma experiência de aprendizagem que é, ao mesmo tempo, interativa e envolvente, estimulando os alunos a participarem de forma ativa.

No ensino de História, a gamificação permite uma abordagem mais contextualizada dos eventos históricos, convidando os alunos a explorarem o conteúdo de maneira prática e dinâmica. Além de, tornar o aprendizado mais atraente, também facilita a compreensão de processos complexos ao envolver os estudantes em atividades que promovem uma conexão emocional e intelectual com o conteúdo. Em suma, a gamificação pode desenvolver habilidades socioemocionais, como empatia e trabalho em equipe, à medida que os alunos interagem e colaboram em jogos e atividades simuladas.

Este estudo, portanto, visa explorar como o uso de tecnologias de baixo custo – incluindo jogos de tabuleiro, jogos de cartas e encenações – pode integrar os princípios da gamificação ao ensino de História em escolas públicas. Ao investigar essas práticas, pretende-se demonstrar o potencial desses recursos para tornar o aprendizado mais acessível, significativo e alinhado às realidades das escolas com limitações orçamentárias, promovendo uma experiência de ensino transformadora que vai além da simples memorização de conteúdos.

### **Metodologia:**

Este estudo adota uma metodologia de estudo de caso para analisar a aplicação prática da gamificação com recursos de baixo custo no ensino de História em uma escola pública específica de Minas Gerais. Serão realizadas atividades como jogos de tabuleiro, cartas e encenações de eventos históricos, que apresentam alternativas viáveis para o ensino. A análise focará nos impactos dessas atividades no engajamento e aprendizado dos alunos, avaliando como esses métodos podem ser implementados com baixo orçamento e adaptados ao contexto escolar. A coleta de dados incluirá observações diretas, entrevistas com professores e alunos, questionários e avaliações para verificar a eficácia e os desafios da aplicação prática dos recursos.

### **Resultados e discussão:**

A utilização de recursos de baixo custo para gamificação no ensino de História representa uma alternativa acessível e eficaz, especialmente em contextos escolares com orçamento limitado. Ao transformar o conteúdo histórico em tabuleiro ou atividades de simulação, os alunos podem explorar períodos e eventos de forma interativa, compreendendo as dinâmicas jogos sociais e políticas de maneira contextualizada e prática. Estudos recentes indicam que essas práticas gamificadas aumentam o interesse dos alunos pela disciplina e favorecem o desenvolvimento de habilidades cognitivas e socioemocionais.

No cenário das escolas públicas, onde os investimentos em tecnologias digitais ainda são limitados, a gamificação com recursos acessíveis permite que os educadores criem um ambiente de aprendizagem envolvente, sem a necessidade de aparatos caros. Essa abordagem atende às necessidades dos estudantes e proporciona uma educação mais inclusiva e significativa, com potencial para transformar a maneira como a História é ensinada e aprendida.

### **Considerações finais:**

Este estudo propõe uma investigação do impacto da gamificação com recursos de baixo custo no ensino de História, utilizando uma metodologia de estudo de caso em uma escola pública. A pesquisa, ainda a ser realizada, visa avaliar como atividades acessíveis, como jogos de tabuleiro e cenários históricos, podem aumentar o engajamento e a compreensão dos alunos.



Espera-se que a aplicação desses métodos contribua para uma aprendizagem mais ativa e contextualizada, proporcionando uma alternativa viável para escolas com limitações orçamentárias. Ao concluir a pesquisa, pretendo apresentar resultados que evidenciem o potencial da gamificação para transformar a experiência educacional no ensino público.

### Referências:

FAVA, Rui. *Educação 3.0*. São Paulo: Saraiva, 2014.

FAVA, Rui. *Educação para o século XXI: a era do indivíduo digital*. São Paulo: Saraiva, 2016.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia do oprimido*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

HUIZINGA, João. *Homo ludens: o jogo como elemento da cultura*. São Paulo: Perspectiva, 2014.

SANTOS, Nathaly Maria dos. Além dos livros: uma revisão de literatura do papel da gamificação no ensino de História. *Revista de Educação, Ciência e Saúde*, v. 4, n. 2, pág. 1-9, abril/jun. 2024.



## **GESTÃO DEMOCRÁTICA DA EDUCAÇÃO BÁSICA EM MINAS GERAIS EM UM CONTEXTO NEOLIBERAL: POTENCIALIDADES E LIMITES**

**Paulo Henrique Rodrigues**

Licenciado em História pela UFMG, mestre em Gestão e Avaliação da Educação Pública pela UFJF, doutorando pela Univás, Professor de História da rede estadual de Minas Gerais.

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6423707970777756>

**Joelma Pereira de Faria**

Doutora em Linguística Aplicada e Estudos da Linguagem, atualmente é Pró-reitora de Pós-Graduação e Pesquisa da Univás, coordenadora e professora permanente do Programa de Pós-Graduação em Educação, Conhecimento e Sociedade (PPGEduCS) e docente da graduação da

Univás. <http://lattes.cnpq.br/0888308436324067>

**Resumo:** O presente trabalho é um relato parcial da pesquisa do curso de doutorado, desenvolvida no âmbito do Programa de Pós-Graduação Educação, Conhecimento e Sociedade (PPGEduCS), da Universidade do Vale do Sapucaí (Univás). Vinculada à linha de pesquisa em Políticas Públicas e Gestão da Educação, a pesquisa tem como objeto a forma de provimento das equipes gestoras das escolas de educação básica da rede pública estadual de Minas Gerais, sob o título “A gestão escolar na rede pública estadual de Minas Gerais: tensões entre democracia e neoliberalismo”. Trata-se de uma pesquisa de caráter qualitativo, baseada nos parâmetros da pedagogia crítica e tem como objetivo central discutir os limites e as potencialidades democráticas da gestão escolar na rede pública de Educação Básica de Minas Gerais.

**Palavras-chave:** educação. gestão democrática. políticas públicas. neoliberalismo.

### **Introdução:**

O estudo, baseado nos princípios da pedagogia crítica (GIROUX, 1997; LIMA, 2009 e 2018; FREIRE, 2018), parte da hipótese que há uma contradição entre os preceitos da gestão democrática presente em importantes normativos nacionais e estaduais e as diretrizes neoliberais que influenciam as políticas públicas em educação ao longo dos últimos 30 anos (CHAUÍ, 2018).

Em Minas Gerais, a Secretaria Estadual de Educação (SEE/MG) provê as equipes gestoras de suas escolas por meio de processos consultivos que contam com a participação direta da comunidade escolar (servidores, responsáveis e estudantes) desde 1991. Consideramos, concordando com Licínio C. Lima, que possuir uma legislação que prevê a gestão democrática é importante, mas não garante a efetividade da democracia no âmbito escolar (LIMA, 2018). Em nosso entendimento, a participação da comunidade no processo é uma condição necessária, porém não suficiente para a garantia dos princípios da gestão democrática. Assim, o objetivo geral da pesquisa é compreender as potencialidades e os limites do ponto de vista da gestão democrática dos processos de provimento das equipes gestoras das escolas estaduais mineiras.



### **Metodologia:**

Para melhor alcançar nosso objetivo geral, buscaremos fazer um levantamento bibliográfico sobre a produção acadêmica relativa ao tema, publicada nos últimos anos, utilizando como referência o site da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior/Ministério da Educação (CAPES/MEC). Para sistematizar as informações extraídas do levantamento bibliográfico utilizaremos categorias criadas a partir da análise de conteúdo (BARDIN, 1995).

Além do levantamento bibliográfico, verticalizaremos a análise sobre as particularidades do formato adotado para prover as equipes gestoras das escolas estaduais mineiras, utilizando relatórios, não publicados, elaborados pela SEE/MG sobre os três últimos processos para o provimento da direção escolar, ocorridos em 2015, 2019 e 2022. Por se tratar de análise de política pública educacional, sob o ponto de vista metodológico, utilizaremos o “ciclo de políticas” (MAINARDES, 2006).

Por fim, em consonância com nossa perspectiva teórica e epistemológica que privilegia os sujeitos (GIROUX, 1997) na construção das políticas públicas, especialmente quando tratamos do contexto da prática (MAINARDES, 2006), buscaremos ouvir a opinião dos professores e diretores da rede mineira sobre o processo de escolha, suas potencialidades e seus limites, além da percepção desses sujeitos quanto a uma possível subjetividade neoliberal presente nas discussões referentes à gestão das escolas públicas estaduais (DARDOT e LAVAL, 2016).

### **Resultados e discussão:**

Nosso trabalho se encontra na fase inicial das análises dos dados. Enviamos cerca de 8.340 questionários, para diretores, professores e pedagogos, obtemos 438 devolutivas, sendo 365 de diretores e 73 de professores e pedagogos. Na presente etapa estamos trabalhando com os dados recebidos, os quais serão analisados, a luz da teoria da pedagogia crítica, utilizando como ferramentas metodológicas a análise de conteúdo e a análise de política pública por meio do ciclo de política.

Fizemos o levantamento da bibliografia publicada sobre o tema “gestão democrática” no site da CAPES, levantamos 30 teses e 51 artigos, os quais estamos categorizando para posterior análise.

Por fim, estamos analisando as legislações e normativos que regulam a gestão escolar no Brasil e em MG, bem os relatórios inéditos sobre os processos de 2015, 2019 e 2022.

### **Considerações finais:**

O tema da gestão escolar é um assunto que conta com ampla bibliografia. Esta pesquisa busca contribuir com o tema por trazer à luz importantes documentos sobre os processos mineiros, além de privilegiar a escuta dos atores diretamente envolvidos com o cotidiano das unidades escolares mineiras, alcançando uma devolutiva significativa dos educadores – diretores, professores e pedagogos.

Na última década, a educação pública tem passado por questionamentos e ameaças de cunho conservador e mesmo reacionário: Movimento Escola Sem Partido e sua ameaça à liberdade de cátedra de nossos professores; movimento *homeschooling*, cujo notório defensor se encontra na presidência da Comissão de Educação da Câmara Federal; militarização de escolas básicas; “plataformização” do ensino, entre outras ameaças. Em tal cenário, revisitar o tema da gestão democrática da escola básica pública, além de um debate importante em se



tratando de políticas educacionais, é um movimento de resistência e defesa de uma educação pública, democrática e voltada à emancipação cidadã.

### Referências:

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1995. 231 p.

CHAUÍ, Marilena. Democracia: criação de direitos. **Revista Síntese** [s. l.], v. 45, n. 43, p. 409-422, set./dez. 2018. Quadrimestral.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal**. São Paulo: Boitempo, 2016. 416 p. Coleção Estado de Sítio.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 65. ed. São Paulo: Paz & Terra, 2018. 253 p.

GIROUX, Henry A. **Os Professores como intelectuais: rumo a uma pedagogia crítica da aprendizagem**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997. 241 p.

LIMA, Licínio C. **Organização Escolar e Democracia Radical: Paulo Freire e a governação democrática da escola pública**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2009. 116 p

LIMA, Licínio C. Por que é tão difícil democratizar a gestão da escola pública? **Educar em Revista**, [S.L.], v. 34, n. 68, p. 15-28, abr. 2018. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/0104-4060.57479>.

MAINARDES, Jefferson. Abordagem do ciclo de políticas: uma contribuição para a análise de políticas educacionais. **Educação & Sociedade**, [S.L.], v. 27, n. 94, p. 47-69, abr. 2006. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s0101-73302006000100003>.

MINAS GERAIS. Secretaria de Estado da Educação. Secretaria Estadual de Educação. **Processos de escolha de candidatos ao cargo de diretor e à função de vice-diretor de escola estadual**. Belo Horizonte, 2022. Não publicado.



## **GESTÃO DEMOCRÁTICA E O MODELO DE DEMOCRACIA DELIBERATIVA DE JÜRGEN HABERMAS NA EDUCAÇÃO**

**Maria Fernanda Pereira da Rosa**

Mestranda em Constitucionalismo e Democracia pela FDSM, Bacharel em Direito pela FDSM, Taxista Capes, Advogada na área de direito público, Pesquisadora no Grupo de Margens do Direito (PPGD/FDSM/CNPq) e Arte e Direito (PPGD/FDSM/CNPq).

**Rafael Lazzarotto Simioni**

Pós-Doutor em Direito pela Universidade de Coimbra, Doutor em Direito Público pela Unisinos, Mestre e Bacharel em Direito pela UCS, Professor do PPGEDUCS/Univás e do PPGD/FDSM. Pesquisador-líder do Grupo de Pesquisa Educação e Direitos Humanos (PPGEDUCS/Univás/CNPq) e Margens do Direito (PPGD/FDSM/CNPq). Advogado.

**Resumo:** Nas democracias constitucionais contemporâneas a participação é pensada por meio de três diferentes modelos democráticos: participação direta, representativa e deliberativa. A proposta de Habermas é qualificar a democracia deliberativa como um modelo procedimental de construção cooperativa da legitimidade das decisões, incluindo todos os afetados. No campo da educação, em especial da gestão democrática, esse modelo deliberativo exige a ampliação qualitativa da participação nos assuntos da escola. Com uma metodologia analítica e técnica de revisão literária, baseada especialmente no referencial teórico de Jürgen Habermas, este trabalho conclui que o modelo de democracia deliberativa de Habermas pode ampliar positivamente a legitimidade das decisões educacionais, gerando adesão, compromisso, cooperação e eficiência na implementação de políticas de qualidade da educação.

**Palavras-chave:** Gestão democrática. Educação. Democracia deliberativa. Jürgen Habermas.

### **Introdução:**

Prevista no art. 206, VI, da Constituição Federal, a gestão democrática é uma questão central da qualidade da educação. Não se trata apenas de democracia no sentido de eleição dos gestores ou diretores da escola, tampouco de votação sobre prioridades de investimentos. A gestão democrática pode ser compreendida como uma proposta muito mais avançada, que toca tanto as possibilidades e oportunidades de participação dos sujeitos implicados no processo educacional, quanto a definição das políticas pedagógicas, sistemas de avaliação, metodologias e tudo aquilo que interfere na qualidade dos processos de formação.

Entretanto, para se desbloquear essa possibilidade de ampliação qualitativa da gestão democrática, torna-se necessário compreender os aportes teóricos do modelo de democracia deliberativa, especialmente com as contribuições de Jürgen Habermas. Esse modelo permite desobstruir a noção de participação apenas como voto sobre uma pauta já definida ou apenas como eleição do diretor para pensar a gestão democrática como uma questão de legitimidade, mais do que de eficiência ou eficácia.

Essa discussão é importante porque os modelos de governança pública pensados para a educação pública no Brasil parecem reproduzir um conceito neoliberal de eficiência estratégica



na gestão, desconsiderando a importância da legitimidade, isto é, da adesão dos sujeitos que participam do processo de formação.

Para tanto, este trabalho objetiva explicitar as condições de implementação de um modelo de democracia deliberativa nas escolas, sinalizando em seguida as oportunidades e desafios que esse modelo pode apresentar para a gestão democrática educacional, tanto na escola pública quanto nas particulares.

### **Metodologia:**

Para serem alcançados esses resultados, este trabalho segue uma metodologia analítica e técnica de revisão literária estruturada nas obras de referência sobre gestão democrática. Na seleção da literatura privilegiamos autores e autoras de referência no Brasil que apresentaram contribuições originais para a discussão da gestão democrática, como é o caso de Ângelo Ricardo de Souza (2009 e 2019) e seus interlocutores e polemizadores. Já no contexto do referencial teórico em Jürgen Habermas (1981; 1989; 1992; 2002; 2004), o trabalho selecionou a literatura de referência sobre as discussões contemporâneas em direitos humanos e direitos fundamentais, como é o caso de Piovezan (2023), Mahlmann (2023) e Simioni (2024), especialmente no contexto da sociedade globalizada, do multiculturalismo e do pluralismo de ideias, que é outro princípio constitucional da educação (art. 206, III, da CF/88).

### **Resultados e discussão:**

Como resultados, observa-se que o modelo de democracia deliberativa de Habermas (1989, p. 120; 1992, p. 95-107; 2002, p. 67; 2004, p. 46) exige o cumprimento de condições bastante idealizadas de discussão pública e racional. Ela parte da distinção crítica entre significado e validade, segundo a qual toda proposição linguística precisa satisfazer três pretensões de validade: a verdade referida ao mundo objetivo, a correção normativa referida ao mundo social, a sinceridade referida ao mundo subjetivo e a compreensibilidade referida à linguagem. Essa desconexão entre significado e validade permite reconstruir condições de possibilidade de uma ação comunicativa, isto é, um tipo de ação racional que não se limita aos modelos weberianos de ação racional orientada a) a fins instrumentais ou estratégicos, b) ao cumprimento de normas ou c) a demonstrações dramáticas de sinceridade. A ação comunicativa, diferentemente dessas formas de racionalidade, é uma forma de agir orientado ao entendimento.

Mas para que esse tipo de agir comunicativo possa florescer em discursos práticos, torna-se necessário observar dois princípios e cinco regras procedimentais de discussão pública e racional: os *princípios* da universalização (U) e da ética do discurso (D), bem como as *regras* da publicidade, inclusão discursiva, exclusão de enganos, liberdade comunicativa e proteção contra a violência. São condições bastante exigentes, mas não são impossíveis de serem implementadas em alguma medida.

Essa estrutura discursiva de democracia deliberativa permite pelo menos três importantes consequências para a gestão democrática nas escolas: a) ampliação dos participantes da discussão, para abranger todos os afetados (professores, gestores, corpo técnico, alunos, pais e comunidade em geral) e não apenas os membros da organização ou da instituição formal; b) ampliação do conteúdo das deliberações, para abranger temas que vão além das eleições de diretor ou de investimentos e discutir, também, a qualidade dos processos de formação (projeto pedagógico, currículo, avaliação, metodologias, relevância e significância do ensino, inclusão, pluralismo e a própria participação democrática dos alunos no seu processo de formação); c) substituição da noção de gestão baseada na eficácia administrativa por uma



noção de gestão baseada na legitimidade, na adesão, no compromisso de todos os sujeitos do processo educacional com o resultado das deliberações democráticas.

### Conclusão:

As possibilidades de aplicação rigorosa do modelo de democracia deliberativa de Habermas na gestão democrática precisam ser mais discutidas no campo da educação. Há experiências, contudo, que se aproximam desse modelo, quando pensadas para além de pautas a serem votadas, isto é, para a construção de pautas de assuntos a serem discutidos com a participação ampliada de professores, gestores, corpo técnico-administrativo, pais, alunos e comunidade em geral. Na definição de políticas públicas e nas decisões dos tribunais de alto impacto ou repercussão nacional, já estão sendo utilizados modelos de audiências públicas que sinalizam o caminho da participação democrática deliberativa. Essas experiências no campo do executivo e do judiciário permitem imaginar a possibilidade, também, de experiências de implantação desse modelo no âmbito da gestão democrática escolar.

### Referências:

HABERMAS, Jürgen. *Agir comunicativo e razão destranscendentalizada*. Trad. Lucia Aragão. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2002.

HABERMAS, Jürgen. *Faktizität und Geltung: Beiträge zur Diskurstheorie des Rechts und des demokratischen Rechtsstaats*. Frankfurt am Main: Suhrkamp Verlag, 1992.

HABERMAS, Jürgen. Notas programáticas para a fundamentação de uma ética do discurso. In: *Consciência moral e agir comunicativo*. Trad. Guido A. de Almeida. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1989.

HABERMAS, Jürgen. *Theorie des kommunikativen Handelns: Handlungsrationality und gesellschaftliche Rationalisierung*. Band 1. Frankfurt am Main: Suhrkamp, 1981.

HABERMAS, Jürgen. *Verdade e justificação: estudos filosóficos*. Trad. Milton Camargo Mota. São Paulo: Loyola, 2004.

MAHLMANN, Matthias. *Mind and Rights: the history, ethics, law and psychology of Human Rights*. Cambridge University Press, 2023.

PIOVESAN, Flávia. *Direitos humanos e o direito constitucional internacional*. São Paulo: Saraiva, 2023.

SIMIONI, Rafael Lazzarotto. *Educação e direitos humanos na sociedade global: inclusão, gestão democrática e qualidade entre nacionalismo e globalização*. São Paulo: Dialética, 2024.

SOUZA, Ângelo Ricardo de. Explorando e construindo um conceito de Gestão Escolar Democrática. *Educação em Revista*. v.25, n.03, p.123-140, dez. 2009.

SOUZA, Ângelo Ricardo de. As condições de democratização da gestão da escola pública brasileira. *Ensaio: Avaliação e políticas públicas em educação*, 27(103), 271–290. 2019. <https://doi.org/10.1590/S0104-40362018002601470>



## GESTÃO ESCOLAR DEMOCRÁTICA E FORMAÇÃO DIGITAL CONTÍNUA DOCENTE.

Monica Flores de Carvalho Ribeiro

**Resumo:** Os impactos no comportamento e nas formas de pensar dos indivíduos causadas pelas redes sociais não podem passar despercebidos pela escola. As tecnologias evoluem num ritmo frenético e acompanhar essas mudanças é imprescindível para o trabalho do professor. Saber manusear essas novas ferramentas digitais e usá-las no processo de ensino-aprendizagem é uma condição do trabalho docente hoje em dia. Orientar e ensinar os alunos a utilizarem as redes de forma potencializada no aprendizado é uma das grandes tarefas da educação. A Escola Estadual Dr. Luiz Pinto de Almeida, da qual sou diretora, realiza a formação continuada docente em educação digital e registrou nos seus documentos norteadores a importância e o planejamento para que aconteça nos módulos extraclasses. A formação continuada é um dos pilares que erguem o edifício educacional. Baseia-se em pesquisas bibliográficas com referenciais teóricos de LIBÂNEO (2012), MIZUKAMI (2010), entre outros. Também fundamenta-se em Leis e Decretos do Estado de Educação de Minas Gerais.

**Palavras-chave:** Formação Continuada. Gestão Escolar. Educação Digital.

### Introdução:

A Escola Estadual Dr. Luiz Pinto de Almeida, da qual sou diretora, conquistou, em meados de 2022, noventa computadores, com excelentes especificações técnicas, que foram instalados no laboratório de informática, biblioteca, sala de reforço escolar, sala de professores e em todas as salas de aula. A instalação dos equipamentos com excelente sinal de internet (inclusive internet complementar doada por empresa parceira, vizinha da escola), caixas amplificadoras de som e telas de “45” a 60” polegadas”, estes ofertados como material de acessibilidade a todos. A conquista veio depois que o Governo de Minas Gerais realizou uma pesquisa com a gestão das escolas e atendeu a cada uma delas de acordo com o que foi solicitado.

Com professores cada dia mais capacitados, tendo como alicerce uma gestão escolar com maior consciência da importância das ferramentas digitais, que através de seu exemplo, fazendo uso das ferramentas tornou-se modelo, incentivadora e promotora das boas práticas, a escola estudada foi a que pediu e que recebeu o maior número de equipamentos da Regional de Ensino de Pouso Alegre, Minas Gerais. Adquiriu um status de destaque na Regional como Escola Digital e assim, foi convidada a compartilhar, práticas de sucesso docente utilizando ferramentas digitais, em *lives*, organizadas pela Gestão Integrada da Educação Avançada – GIDE Avançada que é um sistema desenvolvido pela Fundação de Desenvolvimento Gerencial – FDG, em parceria com a Secretaria de Estado da Educação de Minas Gerais.

O objetivo foi compreender as relações existentes entre a dimensão da gestão escolar e a formação continuada de professores em educação digital no espaço escolar, por meio de estudo documental dos documentos públicos da instituição estudada: Projeto Político



Pedagógico-PPP e Regimento Escolar, analisando e indicando possibilidades de superação dos desafios em sua perspectiva mais ampla, considerando sua possibilidade transformadora.

### **Metodologia:**

A metodologia envolveu pesquisa bibliográfico-documental e o levantamento e análise de subsídios teóricos a respeito do tema que envolve a gestão e formação de corpo docente em uma nova visão, sua estrutura, organização e as múltiplas relações entre os envolvidos.

Partindo disso, o material que serviu de embasamento para a discussão da importância da formação continuada, bem como a escola ser o local, por excelência dessa formação foi o livro da professora Maria da Graça Nicolleti Mizukami, “Escola e aprendizagem da docência: processos de investigação e formação” (2010).

Seguindo no escopo teórico tem-se o livro de José Carlos Libâneo, “Educação Escolar: políticas, estrutura e organização” (2015), em que o autor caracteriza o que é uma gestão democrática e o que é uma gestão autoritária, que é uma das bases das discussões aqui expostas e o livro “Diretor Escolar – educador ou gerente?” de Vitor Henrique Paro (2015), uma análise do papel do gestor escolar como o profissional

que faz a mediação da legislação e a aplicabilidade na escola, bem como o agente primordial para uma gestão participativa na unidade escolar.

Os livros acima citados foram escolhidos pois os autores em questão são objetos de estudos por parteda equipe escolar. Por fim, outras bibliografias importantes são: lei 15.293/04 que instituiu as carreiras dos professores de Minas Gerais e decreto 46.125/13 que fez a regulamentação de alguns dos dispositivos da Lei 15.293 e por último a Resolução nº 4.968 de 23 de fevereiro de 2024. São normativas do estado de Minas Gerais que regulamentam a realização do Extraclasse/Módulo II.

Ressalta-se que as leis e o decreto foram consultados em documentos oficiais de Minas Gerais, órgão oficial de imprensa do Governo Estadual, que tem por objetivo informar sobre as legislações que regem o ensino em Minas Gerais.

### **Resultados e discussão:**

Mizukami (2010) faz uma análise afirmando que, para que este direito à educação se efetive, as reformas educacionais devem defender diferentes aprendizados a serem atingidos pelos alunos. Essa exigência recai na formação dos professores exigindo conhecimento mais profundo e flexível porque, cada vez mais, atendem a alunos diversos – cognitiva, social, cultural, ética, linguisticamente, etc.

[...] os professores necessitam de tempo e oportunidades significativas de aprendizagem, de forma que possam repensar seus papéis em sala de aula e suas práticas pedagógicas e vencer resistências eventuais no sentido de construção de práticas mais compatíveis com a população que frequenta a escola [...] (MIZUKAMI, 2010, p.73)

Para a autora, a formação continuada é condição “*sine qua non*” para um ensino de qualidade. Neste sentido, insere-se a política das atividades extraclasse no quesito aperfeiçoamento e valorização do professor como garantia da sua formação, oportunizando ações coletivas e individuais que colaborem com a mesma.

O objetivo de ampliar a realização de mais Extraclasse/módulo II, na escola, com a temática Educação Digital, por meio da formação continuada docente deve ter por objetivo, não apenas o conhecimento dos usos e aplicações das ferramentas, também deve fomentar uma discussão filosófica e sociológica sobre os impactos delas na vida dos nossos alunos e de suas



famílias.

Para a implementação da formação continuada a intervenção da equipe gestora é determinante, pois é o gestor uma figura que representa poder, uma figura pública que representa a escola. Portanto, a sua visão de mundo vai influenciar diretamente se a gestão será autoritária ou democrática. Conforme Paro (2012), o diretor, como um funcionário do Estado, tem a responsabilidade de levar à cabo as diretrizes estabelecidas pelas Secretarias Estaduais de Educação e deve fazê-lo sempre adaptando a realidade da comunidade que dirige.

A gestão é espelho. Nesse sentido, a formação continuada em educação digital, assume a conotação de prioridade, pois, o ensino que tenha significado para o educando deve estar inserido no uso de tecnologias digitais. Ressaltamos que o Estado com a lei 15.293/04 que instituiu as carreiras dos professores de Minas Gerais e o decreto 46.125/13 fez a regulamentação de alguns dos dispositivos da Lei 15.293 possibilitando um horário extraclasses para que as discussões dos professores e equipe gestora aconteçam. Esse tempo tem de ser utilizado de forma criativa, útil, gerando novos conhecimentos, possibilitando o surgimento de práticas metodológicas transformadoras.

### **Considerações Finais:**

Há na escola, práticas envolvendo ferramentas digitais aplicadas por muitos docentes, parte-se do princípio de aprimorar as metodologias e oportunizar a troca de experiências, percebendo o que é aplicável com sucesso ou não e trazendo, a partir daí, a reflexão que a educação digital se faz presente a cada dia mais e o que precisamos é aplicá-la com um objetivo claro para todos os envolvidos, educadores e educandos.

Conclui-se que a mudança de postura, a ação e o registro de tudo isso no PPP e Regimento Escolar trouxeram grande crescimento a todos na missão de aprender e ensinar. Afinal, todo professor é um gestor quando passa a planejar, desenvolver e avaliar sua prática de maneira mais reflexiva, com um envolvimento responsável, principalmente com seus pares.

### **Referências:**

ANDRADE, António Manuel Valente de. **Tecnologias da informação na gestão**. Universidade Católica Editora: Porto, 2014. P.148

BRASIL. Lei nº. 9.394, de 20 dezembro de 1996. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Diário Oficial, Brasília, 1996.

LIBÂNEO, J. C.; OLIVEIRA, J.F.; TOSCHI, M. S. Educação escolar: políticas, estrutura e organização. São Paulo: Cortez, 2007.

LÜCK, H. **Dimensões da gestão escolar e suas competências**. Curitiba: Editora Positivo, 2009.

MINAS GERAIS. Decreto nº46.125 de 04 de janeiro de 2013, DIÁRIO DO EXECUTIVO - 05/01/2013 p.2 Col. 1.

MINAS GERAIS. Lei nº 7.109 de 13 de outubro de 1997, Estatuto do Magistério Mineiro. Disponível em:<<https://www.almg.gov.br/consulte/legislacao/completa/completa-nova-min.html?tipo=LEI&num=7109&ano=1977>>. Acesso em 30 de maio de 2024.



MINAS GERAIS. **Lei nº 20.592 de 28 de dezembro de 2012, institui as carreiras dos Profissionais de Educação Básica do Estado.** Disponível em: <<https://www.almg.gov.br/consulte/legislacao/completa/completa.html?ano=2012&num=20592&tipo=LEI>>. Acesso em 30 de março de 2022.

MINAS GERAIS. RESOLUÇÃO 4.968 de 23 de fevereiro de 2024. Informa sobre como cumprir o extraclasse. SEI 82619138 Resolucao SEE N 4968 2024 240224 074633-1.pdf (sindespemg.com.br) -Acesso em 30 de outubro de 2024.

MIZUKAMI, Maria da Graça Nicolleti. **Formação de Professores: concepção e problemática atual.** In: MIZUKAMI, Maria da Graça Nicolleti et al. **Escola e aprendizagem da docência: processos de investigação e formação.** São Carlos: EDUFSCar, 2010. p.11-45. **Formação de professores: prática pedagógica e escola.** São Carlos: EdFSCar, 2002. 350p.



ORGANIZAÇÃO



Programa de Pós-graduação em  
**Educação, Conhecimento  
e Sociedade** Mestrado e Doutorado • UNIVAS



## **IDEOLOGIA E EDUCAÇÃO PROFISSIONAL: LIMITES E POSSIBILIDADES DE TRANSFORMAÇÃO SOCIAL NO CONTEXTO DO IFSULDEMINAS**

**Ana Lúcia Silvestre**

Doutoranda pela Universidade do Vale do Sapucaí

**Diego Henrique Pereira**

Pós-Doutor em Educação e Professor da Universidade do Vale do Sapucaí

**Resumo:** Este estudo analisa os “sentidos de impacto” da educação profissional no Brasil, com foco no Instituto Federal do Sul de Minas Gerais (IFSULDEMINAS), abordando as dimensões econômica, social, cultural, política, tecnológica, ambiental e educacional. Fundamentado no materialismo histórico, o estudo investiga como a ideologia capitalista influencia a formação nos Institutos Federais, oscilando entre a preparação técnica para o mercado e a promessa de uma educação integral e crítica. A metodologia adota uma análise documental e bibliográfica crítica, examinando documentos históricos, legislações e teorias educacionais. Os resultados indicam que, embora os Institutos Federais promovam inclusão social e desenvolvimento regional, a influência ideológica limita o alcance de uma formação emancipadora. Além dos impactos observáveis, sugere-se que existam impactos não mensuráveis, como aqueles promovidos pela formação crítico-filosófica, que, embora menos aferidos, são essenciais para o desenvolvimento de uma cidadania ativa e consciente. A conclusão prévia deste estudo aponta que mesmo com uma proposta emancipadora, os Institutos Federais não estão isentos das pressões e limitações impostas pela estrutura ideológica vigente.

**Palavras-chave:** Educação Profissional. Institutos Federais. Materialismo Histórico. Impacto. Ideologia.

### **Introdução:**

A trajetória da educação profissional no Brasil acompanha as transformações sociais, políticas e econômicas desde o período colonial. Estruturada para atender às demandas de poder e do mercado, essa formação moldou-se conforme os interesses dominantes, ajustando-se aos mecanismos de controle social e às exigências dos modos de produção.

A criação dos Institutos Federais pela Lei nº 11.892/2008 marca um avanço ao promover uma educação profissional com compromisso social. Esses institutos, como o IFSULDEMINAS, são vistos como promotores de inclusão social e desenvolvimento regional, com uma proposta de formação integral que vá além do técnico. Como afirma Pacheco (2010, p. 2), os Institutos Federais são “um salto qualitativo” em relação ao projeto educacional brasileiro. Para o autor, além do incontestável papel desempenhado pela educação no que diz respeito à inclusão social, a atuação dos Institutos se relaciona também com a disputa ideológica, disponibilizando elementos de análise para que o educando interprete a sociedade e exerça sua cidadania em um projeto de justiça e igualdade (Pacheco, 2007).



Contudo, questiona-se até que ponto essa formação integral é possível em uma estrutura permeada por valores econômicos predominantes, que podem não apenas limitar a emancipação crítica dos sujeitos formados, mas também influenciar e restringir a forma como a educação é ofertada na prática, desviando-se das intenções declaradas.

### **Metodologia:**

Este estudo qualitativo, fundamentado no materialismo histórico, examina como as condições econômicas e sociais influenciam a educação para o trabalho no Brasil. A análise aborda as pressões ideológicas e de poder sobre a educação, destacando as tensões entre uma formação crítica e as demandas do mercado. O método inclui uma análise crítica de documentos históricos, legislação e literatura relevante, buscando compreender as forças sociais que direcionam a educação profissional.

No Capítulo I, a análise histórica documental examina as legislações e políticas que moldaram a educação profissional, avaliando como as mudanças sociais influenciaram o setor desde o período colonial até a criação dos Institutos Federais. Já nos Capítulos II e III, explora os impactos ideológicos, incluindo as dimensões econômico, social e cultural, além de contrastar a educação utilitarista com a crítico-filosófica. De acordo com Severino (2000), essa pesquisa explica problemas com base em teorias publicadas, recuperando informações culturais e científicas relevantes para o tema.

Ao investigar os "sentidos de impacto" da educação profissional, esta metodologia fornece uma base sólida para uma análise crítica, abordando tanto as exigências do mercado quanto as possibilidades de emancipação.

### **Resultados e discussão:**

Os resultados deste estudo revelam uma ambiguidade na educação profissional do IFSULDEMINAS, que busca equilibrar a formação para o mercado com a promessa de uma educação crítica e emancipadora. Embora os Institutos Federais tenham sido criados para superar a função técnica da educação, promovendo inclusão social e desenvolvimento regional, o funcionamento dessas instituições expõe contradições entre os objetivos declarados dos Institutos Federais e a possibilidade real de inserí-los em suas práticas.

Embora o IFSULDEMINAS promova políticas de inclusão, o ingresso ainda ocorre por vias tradicionais, como vestibulares e ENEM, o que exclui uma parcela significativa da população, possivelmente a mais necessitada. Essa limitação representa um obstáculo à democratização do acesso e mantém barreiras para aqueles com menos oportunidades educacionais. Além disso, apesar do discurso oficial sobre a educação crítico-filosófica, a avaliação dos alunos permanece estruturada em torno de notas e conceitos, que verificam apenas se o conteúdo pré-determinado foi absorvido, e ainda que o desenvolvimento de uma visão crítica e autônoma possa estar presente, essa função educacional é ocultada pelo sistema formal de avaliação.

Outro ponto de destaque é a influência ideológica que permeia o ambiente educacional, refletindo o alinhamento das práticas institucionais às demandas do mercado. Muitas vezes, os alunos demonstram maior suscetibilidade a essa ideologia de adaptação econômica, buscando apenas a ascensão financeira e profissional, o que limita o potencial de emancipação. Como Chauí (2016) argumenta, "as ideias da classe dominante se tornam as ideias dominantes," e, assim, mesmo que os Institutos Federais promovam o discurso da formação cidadã, acabam reforçando uma visão de "bom aluno" como aquele que atende aos padrões de desempenho e produtividade valorizados pelo mercado.



O IFSULDEMINAS tenta, em meio a essas contradições, conciliar a formação para o mercado com a promoção da cidadania ativa. A instituição tem um impacto positivo em áreas como qualificação profissional, inclusão social e desenvolvimento regional, mas enfrenta dificuldades para romper completamente com o modelo tradicional de educação, uma vez que práticas e valores mercadológicos estão enraizados nas estruturas institucionais. Como observa Frigotto (2001), a educação profissional deveria ser compreendida em uma lógica mais ampla de emancipação humana, e não apenas como um meio de preparação para o mercado. Ainda assim, a tentativa de alcançar uma educação omnilateral, que considere tanto o desenvolvimento técnico quanto o humano, coloca os Institutos Federais em uma posição única, ainda que limitada.

Além dos impactos econômicos e sociais visíveis, a formação crítico-filosófica promovida pelo IFSULDEMINAS pode gerar impactos não mensuráveis, importantes para o desenvolvimento de uma cidadania ativa e consciente. Esses impactos, embora difíceis de avaliar, desempenham um papel essencial no objetivo de oferecer uma educação que transcenda a capacitação técnica e contribua para a emancipação dos sujeitos. Essa dualidade evidencia que, apesar das limitações, os Institutos Federais possuem o potencial de promover uma educação transformadora, desde que comprometida com práticas pedagógicas críticas e com a construção de uma consciência social ampliada entre os alunos.

### **Considerações finais:**

Este estudo analisou os sentidos de impacto da educação profissional no Brasil, com foco no IFSULDEMINAS. Embora os Institutos Federais promovam inclusão social e desenvolvimento regional, a ideologia dominante frequentemente alinha a formação às demandas do mercado, priorizando habilidades técnicas sobre o desenvolvimento crítico. A análise revelou que, apesar da proposta de uma formação crítica, as políticas educacionais seguem refletindo interesses de poder que limitam o papel emancipador da educação.

É provável que existam impactos não mensuráveis, como os promovidos pela formação crítico-filosófica, que, embora não comumente aferidos, são relevantes para a cidadania ativa. A continuidade da pesquisa buscará uma análise mais ampla dos impactos, contribuindo para uma visão crítica sobre o papel desses institutos na promoção de uma educação transformadora.

### **Referências:**

CHAUI, Marilena de Souza. Ideologia e educação. *Educação e pesquisa*, v. 42, n. 1, p. 245-258, 2016.

FRIGOTTO, Gaudêncio. **Educação e Trabalho: bases para debater a Educação Profissional Emancipadora**. *Perspectiva*, v. 19, n. 1, p. 71-87, 2001.

PACHECO, E. M. Os IFETs e o projeto nacional. 2007. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf2/artigos\\_ifets\\_eliezer.pdf](http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf2/artigos_ifets_eliezer.pdf). Acesso em: 21 out. 2024.

PACHECO, Eliezer Moreira. Os Institutos Federais: uma revolução na educação profissional e tecnológica. 2010. Disponível em [https://www.fundacaosantillana.org.br/wp-content/uploads/2019/12/67\\_Institutosfederais.pdf](https://www.fundacaosantillana.org.br/wp-content/uploads/2019/12/67_Institutosfederais.pdf). Acesso em: 26 out. 2024

SEVERINO, A. J. **Metodologia do trabalho científico**. São Paulo: Cortez, 2000.



## **INTEGRAÇÃO DAS TECNOLOGIAS DIGITAIS NA EDUCAÇÃO BÁSICA NA PERCEPÇÃO DOS PROFESSORES: ANÁLISE DO CONTEXTO PANDÊMICO E RETORNO AO PRESENCIAL**

**Daniela Cláudia Cardoso Ribeiro**

Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Educação, Conhecimento e Sociedade - Univas

**Alberto de vitta**

Docente do Programa de Pós-Graduação em Educação, Conhecimento e Sociedade - Univas

**Resumo:** O uso dos aparatos tecnológicos em sala de aula é uma discussão que, recorrentemente, aparece nas pesquisas e está cada vez mais presente no mercado de trabalho. Com a pandemia de Covid-19 essa temática ganhou ainda mais força na educação devido à necessidade de integração dessas ferramentas à prática dos professores de forma abrupta. O presente trabalho é um recorte de uma pesquisa de doutorado em andamento que objetiva analisar a percepção de 74 professores de educação básica de cinco escolas estaduais públicas localizadas no Sul de Minas Gerais, sobre o uso de tecnologias digitais tanto no ensino remoto quanto no ensino presencial. Trata-se de uma pesquisa descritiva, de levantamento, quali-quantitativo e longitudinal. Foram aplicados aos professores, três questionários durante os anos de 2021, 2022 e 2023, e os resultados evidenciam percepção positiva para integração das tecnologias digitais à prática docente, contudo, a falta de equipamentos tecnológicos de qualidade, acesso à rede e o manuseio adequado das tecnologias que promovam a aprendizagem e o protagonismo dos estudantes, mostram constituir fatores que dificultam a inserção desses dispositivos na prática dos professores. Espera-se que esta pesquisa venha contribuir com as discussões entorno de uma educação mais relevante aos estudantes que reforce a importância da formação crítica, sustentável, e que a inclusão digital possa vir a ser uma realidade nas escolas, como já acontece na sociedade.

**Palavras-chave:** Tecnologia digital. Educação Básica. Ensino Remoto. Ensino Presencial.

### **Introdução:**

A pandemia provocada pelo novo coronavírus agravou problemas mentais como ansiedade e depressão, aumentou vulnerabilidade social de crianças e jovens e escancarou o despreparo dos professores e das instituições de ensino para o uso de recursos digitais (Couto, 2024). Além disso, a crise sanitária elevou as desvantagens sociais frente à desigualdade social



e falta de aparelhos tecnológicos e acesso à *Internet* para acompanhar às aulas e as explicações dos professores.

Contudo, os desafios não se resumiam em falta de recursos tecnológicos, estão também relacionados com a necessidade de formação pedagógica para um uso mais consciente e apropriado dos ferramentais digitais, reconhecendo o potencial educativo desses dispositivos que ultrapasse o uso técnico, reduzido, fragmentado que apenas substitui outras ferramentas tradicionais como, o *slide* ao invés do quadro negro.

Nesse sentido, torna-se pertinente a discussão sobre o uso das ferramentais digitais atrelado à metodologia de ensino que venha promover uma aprendizagem que envolva o cotidiano dos estudantes e que estejam mais adequados ao tempo contemporâneo que implica em preparar os estudantes para enfrentar os desafios em estudos posteriores e a inserção no mercado de trabalho (Daugherty;Wilson, 2024).

Essa situação já evidenciada, ou seja, “um aluno não conectado e sem domínio digital perde importantes chances de se informar, de acessar materiais muito ricos disponíveis, de se comunicar, de se tornar visível para os demais, de publicar suas ideias e de aumentar sua empregabilidade” (Moran, 2018, p.11).

Segundo Gatti (2020) o cenário pandêmico acarretou problemas sérios à educação o que implica uma reflexão sobre o pós-pandemia, numa tentativa de evitar o retrocesso em relação ao uso das ferramentas digitais na educação e, trazer luz para os desafios e benefícios que implementação de tecnologias pode trazer para os processos de ensino e de aprendizagem, como já ressaltado por pesquisadores (Moran, 2018; Neri, 2023).

O presente resumo busca discutir os resultados de uma pesquisa de doutorado que está sendo desenvolvida pelo Programa de Pós-Graduação em Educação, Conhecimento e Sociedade da Universidade do Vale dos Sapucaí na área de concentração Educação, Conhecimento e Sociedade na Linha Pesquisa Educação e tecnologia: inovação, ferramentas e processos. Intitulada de “Tecnologias digitais na educação básica: percepção dos professores no contexto pandêmico, na retomada e após dois anos de ensino presencial”, que objetiva analisar a percepção de 74 professores de educação básica pública de escolas localizadas no Sul de Minas Gerais, sobre o uso de tecnologias digitais no ensino remoto e presencial.

### **Metodologia:**

A método utilizado nesta pesquisa foi o descritivo, de levantamento, qualiquantitativo e longitudinal. Como instrumentos de pesquisa utilizou-se três questionários que foram aplicados durante os anos de 2021, 2022 e 2023 a 74 professores de cinco escolas públicas estaduais localizadas no Sul de Minas Gerais. O método de análise de conteúdo está fundamentado em Bardin (2016).

### **Resultados e discussão:**

Os resultados obtidos revelam que as ferramentas digitais que os professores mais conheceram durante a pandemia foram o *Google Meet* (72,97%), *Google Sala de Aula* (70,27%), *Google formulários* (62,16%), *Google Planilhas* (48,65%). E as tecnologias mais utilizadas pelos professores, destacam-se o *Google Meet*, *Google Formulários* e *Google de Aula*. Com o retorno ao presencial as ferramentas mais utilizadas foram o *e-mail*, *Google Documentos*, *Google Planilhas*, *Power Point* (editor de *slides*) e *Word* (editor de texto) que são os denominados *Softwares* de escritório, que para Valente (2018) não são *softwares* educativos que promovem o desenvolvimento do pensamento computacional, pois não ultrapassa do uso técnico das ferramentas digitais (Behrens, 2013; Valente, 2018). Essa situação ressalta o



despreparo dos professores para enfrentar a pandemia e o pós-pandemia (Gatii, 2020; Couto, 2024).

Evidenciou-se que as condições para o ensino com o uso de ferramentas digitais estão sendo dificultadas devido à falta de recursos tecnológicos funcionando no laboratório na percepção de 45,9% dos professores e a desigualdade social na percepção de 44,6% dos professores. O resultado corrobora com os da pandemia, falta de materiais tecnológicos e desigualdade social e da falta de acesso à *Internet* que prejudicou a elaboração de planos de aulas com uso de *softwares online*.

### Considerações finais

Este resumo buscou evidenciar os resultados de uma pesquisa maior de doutorado em Educação, Conhecimento e Sociedade que revelou que na percepção dos professores o uso de ferramentas tecnológicas na educação tem sua relevância, contudo, tanto as escolas quanto as famílias e professores, carecem de recursos digitais e de formação pedagógica para uso dessas ferramentas de forma emancipadora que ultrapasse o uso técnico. Espera-se que esta pesquisa venha contribuir com reflexões sobre a urgência de mudanças das práticas pedagógicas visto que já está prescrito no currículo e os já existem as pressões do mercado de trabalho e da sociedade para uma educação mais conectada, capaz de colaborar com o processo de aprendizagem e formação integral do estudante.

### Referências:

BARDIN, L. *Análise de Conteúdo*. 3. ed. Lisboa: Edições 70, 2016.

BEHRENS, M. A. *O Paradigma Emergente e a Prática Pedagógica*. 6. ed. [s.l]: Vozes, 2013. 120 p.

COUTO, E. S.; COUTO, Edilece Souza; CRUZ, Ingrid de Magalhães Porto. #Fiqueemcasa: educação na pandemia da COVID-19. *Interfaces Científicas*, Aracaju, v. 8, n. 3, p. 200-217, 2020. Disponível em: <https://www.periodicos.ufs.br/index.php/interfacescientificas/article/view/14167>. Acesso em: 23 set. 2024.

DAUGHERTY, R., P.; WILSON, J, Wilson, H. *Radicalmente humana: Como a nova tecnologia transforma as empresas e molda nosso futuro*. Rio de Janeiro: Editora Alta Livros, 2024. E-book. ISBN 9788550817897. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788550817897/>. Acesso em: 07 out. 2024.

GATTI, B. Possível reconfiguração dos modelos educacionais pós-pandemia. *Estudos avançados*. 34 (100), 2020. DOI: <https://doi.org/10.1590/s0103-4014.2020.34100.003>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ea/a/7M6bwtNMyv7BqzDfKHFqxfh/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 10 mar. 2021.

MORAN, J. M. Metodologias ativas para uma aprendizagem mais profunda. In: BACICH, L.; MORAN, J. *Metodologias ativas para uma educação inovadora: uma abordagem teórico-prática*. (Org.). 1 ed. Porto Alegre: Penso, 2018



NERI, M. F. M. D. *Gamificação no ensino da Física: o uso de jogos eletrônicos no processo de ensino-aprendizagem na Educação Básica*. 2023. 214 f. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Ensino de Física (MNPEF)) - Universidade Federal Rural de Pernambuco, Recife, 2023.

VALENTE, J. A. Inovação nos processos de ensino e de aprendizagem: o papel das tecnologias digitais. In: VALENTE, J. A.; FREIRE, F. M. P.; ARANTES, Flávia Linhalis (Orgs.). *Tecnologia e educação: passado, presente e o que está por vir*. Campinas: NIED/UNICAMP, 2018. p. 17-41.



ORGANIZAÇÃO



Programa de Pós-graduação em  
**Educação, Conhecimento  
e Sociedade** Mestrado e Doutorado • UNIVÁS

**UNIVÁS**  
UNIVERSIDADE DO VALE DO SAPUCAÍ

## INTEGRANDO CORPO E CONHECIMENTO: PRÁTICAS PARTICIPATIVAS NO ENSINAR-E-APRENDER DA MATEMÁTICA

Micaele Pereira Santos

<https://orcid.org/0009-0008-6499-9251>

Valéria Oliveira de Vasconcelos

<https://orcid.org/0000-0002-0616-2372>

**Resumo:** O presente trabalho, vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Educação, Conhecimento e Sociedade (PPGEduCS), da Universidade do Vale do Sapucaí (UNIVÁS), na linha de pesquisa Ensino, Linguagem e Formação Docente, investiga as contribuições de metodologias participativas e da corporeidade no desenvolvimento do raciocínio lógico-matemático dos/as alunos/as dos anos finais do ensino fundamental e do ensino médio. Sob uma abordagem qualitativa e bibliográfica, a investigação busca integrar corpo e mente no processo educacional, inspirando-se em autores como Paulo Freire e Ubiratan D'Ambrósio. Partindo de uma perspectiva crítica e inclusiva, o trabalho analisa como o uso da corporeidade em atividades sensoriais e práticas pode fortalecer o aprendizado matemático, tornando-o mais significativo e alinhado ao contexto dos/as estudantes. Este estudo reafirma a importância de uma educação dialógica e emancipadora, na qual a matemática é ressignificada como uma linguagem de leitura e transformação do mundo. Propõe-se, assim, uma abordagem que desafia a visão de dificuldade e exclusão muitas vezes vinculada à disciplina, buscando que os/as educandos/as se reconheçam como sujeitos históricos. A prática pedagógica promove uma aprendizagem que valoriza a curiosidade, incentiva o engajamento e desperta uma consciência crítica, nutrindo nos/as estudantes o desejo de transformação e a construção de uma realidade mais justa e humana.

**Palavras-chave:** Educação Matemática. Corporeidade. Práticas participativas.

### Introdução:

A Educação Matemática enfrenta desafios significativos no contexto escolar, onde frequentemente é vista como uma disciplina difícil e distante da realidade dos/as alunos/as. Esse estudo busca responder a tais desafios, propondo a integração de práticas participativas e da corporeidade no ensino da matemática, de modo a torná-la mais acessível e conectada ao cotidiano dos/as discentes. Segundo Freire (2006), a educação verdadeira é prática de liberdade, e para que a matemática seja parte desse processo de libertação, é necessário que ela se relacione com o contexto de vida dos/as estudantes, promovendo um aprendizado significativo.

Inspirada por essa visão, a pesquisa fundamenta-se nos princípios da Etnomatemática, descritos por D'Ambrósio (1996), que destaca a importância de uma matemática culturalmente relevante, capaz de refletir e respeitar as realidades sociais e culturais dos/as alunos/as. Ele



defende que a matemática deve ser um instrumento para ler e interpretar o mundo, e que, além de fórmulas e algoritmos, os/as estudantes compreendam sua relevância em suas vidas e contextos sociais.

A escolha do tema justifica-se pela urgência de uma Educação Matemática que promova autonomia e consciência crítica, enfrentando as barreiras de exclusão e desinteresse em torno da disciplina. A integração de metodologias participativas e da corporeidade visa a construção de uma aprendizagem dialógica, permitindo aos/as estudantes se reconhecerem como sujeitos ativos, capazes de compreender e transformar a realidade.

Com o objetivo de explorar as contribuições de práticas participativas e da corporeidade no ensinar-e-aprender da matemática, o presente estudo busca ampliar as potencialidades, promovendo uma educação inclusiva, crítica e conectada com a realidade.

### **Metodologia:**

Esta pesquisa adota uma abordagem qualitativa de natureza bibliográfica, fundamentada no propósito de explorar, em profundidade, o fenômeno investigado. A escolha metodológica é sustentada pela intenção de realizar uma análise interpretativa das práticas educativas, dialogando com as teorias que orientam a corporeidade e a colaboração mútua no processo de ensinar-e-aprender, compreendendo-as como elementos essenciais para uma educação transformadora (Brandão, 1993). Gil (2002) afirma que a pesquisa qualitativa permite ao pesquisador ajustar suas categorias conforme a análise avança, visando uma compreensão profunda do objeto estudado, diferentemente da pesquisa quantitativa, que se apoia em dados numéricos e categorias fixas. Essa abordagem valoriza a interpretação e a reflexão, favorecendo uma análise mais rica e contextualizada dos fenômenos sociais e humanos. A pesquisa bibliográfica, por sua vez, foi escolhida para garantir uma fundamentação teórica sólida, baseada na análise de obras acadêmicas diversificadas.

Para a coleta de dados, foram consultadas as bases de dados da Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD) e do Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES. Com o auxílio dos descritores “corpo + educação + matemática”, foram identificadas teses e dissertações que tratam diretamente do tema. Foram selecionados textos que discutem metodologias de ensino associadas à corporeidade, à Etnomatemática e à inclusão de práticas colaborativas em sala de aula. Foram excluídas publicações que abordavam o “corpo” em contextos como saúde, sexualidade ou por não se relacionarem diretamente com a temática central da Educação Matemática.

Os textos selecionados foram organizados e analisados de acordo com a estrutura de temas geradores, conforme Freire (2006), em que temas emergentes são utilizados para orientar um estudo. Nesse caso, foram usadas expressões relacionadas à resistência ao ensino de matemática. Essa abordagem permitiu explorar barreiras culturais e desafios enfrentados pela Educação Matemática.

Com base nesses procedimentos, busca-se responder à questão central do estudo: Como a corporeidade, mediada por práticas participativas, pode contribuir para o processo de ensinar-e-aprender na Educação Matemática?

### **Resultados e discussão:**

O estudo em andamento, aponta que práticas participativas e a inclusão da corporeidade no ensino de matemática podem transformar o processo de ensinar-e-aprender. Dados iniciais da pesquisa bibliográfica sugerem que a integração do corpo e a participação ativa dos/as estudantes favorecem uma aprendizagem significativa, conectada à realidade. Freire (2006) argumenta que a educação deve integrar os saberes dos/as alunos/as com os conteúdos



escolares, valorizando as vivências pessoais para construir um conhecimento crítico e transformador.

Estudos sobre corporeidade indicam que o aprendizado matemático se aprofunda ao integrar corpo e mente. D'Ambrósio (1996), tratando da Etnomatemática, destaca que a matemática é uma construção cultural que reflete a história e as práticas sociais, sugerindo que a disciplina se torna mais acessível quando vinculada ao cotidiano discente, permitindo-lhes compreendê-la não apenas como fórmulas e algoritmos, mas como uma ferramenta para interpretar o mundo.

As práticas participativas analisadas até o momento sugerem impactos positivos na experiência de aprendizagem. Gigante e Santos (2012) observam que, ao trabalhar em atividades colaborativas, os/as alunos/as desenvolvem tanto o raciocínio lógico quanto disposições de comunicação e resolução de problemas, criando um ambiente onde o erro faz parte do processo de descoberta.

Fernández (1991) menciona que o corpo é essencial para a aprendizagem, pois através dele se expressam emoções que despertam interesse e paixão pelo conhecimento. Ela critica a abordagem tradicional que dissocia o aprendizado matemático da experiência corporal, sugerindo que a matemática pode e deve ser vivenciada pelo corpo.

Brandão (1993) argumenta que a educação deve transcender o conteúdo acadêmico isolado, valorizando o saber popular e a experiência para fundamentar o ensino. Com a continuidade da pesquisa, espera-se responder de forma abrangente à questão central do estudo, visando consolidar práticas pedagógicas que tornem o ensino de matemática mais significativo. Almeja-se, assim, uma educação que valorize curiosidade, colaboração e criatividade, rompendo com o tradicionalismo e despertando um novo interesse pela matemática.

### **Considerações finais:**

A análise bibliográfica e as reflexões teóricas até o presente, indicam que as abordagens que valorizam o corpo e a vivência dos/as educandos/as podem ressignificar a aprendizagem matemática, tornando-a mais acessível e unida à realidade.

Com base em autores como Freire (2023) e D'Ambrósio (1996), percebe-se que a Educação Matemática deve ser uma ferramenta de emancipação, possibilitando aos/as estudantes compreender suas realidades e questionar as estruturas sociais, culturais e históricas. A corporeidade surge aqui como elemento fundamental, pois permite que o aprendizado envolva o/a aluno/a integralmente, incluindo suas experiências e interações com o meio.

Práticas participativas, que envolvem colaboração e valorizam o diálogo, revelam-se essenciais para superar barreiras culturais frequentemente associadas ao ensino de matemática. Gigante e Santos (2012) observam que o trabalho em grupo e a resolução conjunta de problemas promovem um ambiente de aprendizado acolhedor, onde o erro é parte do processo e o conhecimento se constrói coletivamente.

Espera-se que os resultados desta pesquisa inspirem professores a adotar estratégias que valorizem o contexto e as vivências dos/as alunos/as, incentivando uma matemática viva e aplicável.

Além disso, o estudo pretende apontar para novas linhas de pesquisa que explorem o impacto da corporeidade em outras áreas da educação, ampliando o conhecimento sobre o potencial das práticas participativas para transformar diversos saberes. Almeja-se, por fim, que as contribuições desta pesquisa fortaleçam o compromisso com uma educação que valorize a autonomia, a criatividade e o pensamento crítico, promovendo aos/às estudantes não apenas conhecimentos técnicos, mas também a capacidade de interpretar e interagir com o mundo de maneira emancipatória.



### Referências:

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **O que é educação**. São Paulo: Brasiliense, Coleção Primeiros Passos, 28.ed., 1993.

D'AMBRÓSIO, Ubiratan. **Educação Matemática: da teoria à prática**. Campinas: Papirus, 1996.

FERNÁNDEZ, Alicia. **A inteligência aprisionada: Abordagem psicopedagógica clínica da criança e sua família**. Tradução de Iara Rodrigues. Porto Alegre: Artes Médicas, 1991.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 43.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2006.

GIGANTE, Ana Maria Beltrão; SANTOS, Monica Bertoni dos. **Práticas pedagógicas em Matemática: espaço, tempo e corporeidade**. Erechim: Edelbra, 2012.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.



## INTEGRANDO UBIQUIDADES: REFLEXÕES SOBRE O ENSINO SUPERIOR ONLINE

**Andreia Mendes Costa**

Mestra em Gestão e Avaliação da Educação Pública

**Resumo:** O ensino online tem se consolidado como alternativa relevante ao presencial, ampliando o acesso à educação em um contexto digital. No entanto, desafios como a interação entre alunos e professores e a motivação dos estudantes permanecem. A Educação e Aprendizagem Ubíqua (EAU) surge como abordagem que promove a aprendizagem a qualquer hora e lugar, integrando dispositivos móveis e favorecendo a personalização e o engajamento. Ainda assim, a EAU enfrenta obstáculos, como a desigualdade de acesso a tecnologia e a necessidade de adaptação dos professores. A metodologia deste estudo baseia-se em revisão de literatura e observações da autora, que atua no ensino online superior, explorando desafios e potencialidades da EAU para interação e motivação dos alunos.

**Palavras-chave:** Educação Ubíqua. Ensino online. EAD.

### Introdução:

Nos últimos anos, o ensino online tem se consolidado como uma alternativa robusta à educação presencial, especialmente em um contexto de crescente digitalização e transformações sociais. A modalidade online oferece oportunidades significativas para a democratização do ensino, ampliando o acesso à educação. No entanto, ela também traz desafios consideráveis que afetam a dinâmica da sala de aula, a interação entre alunos e professores e a motivação dos estudantes.

No contexto dessas mudanças, surge o conceito de educação e aprendizagem ubíqua, que potencializa ainda mais as possibilidades do ensino online.

Segundo Cope e Kalantzis (2009), a aprendizagem ubíqua se refere à capacidade de aprender a qualquer momento e em qualquer lugar, possibilitada pela expansão das tecnologias móveis e pela conectividade constante. Essas plataformas de ensino ubíquo integram dispositivos móveis, inteligência artificial e recursos online, permitindo que o processo educativo ocorra em um ambiente flexível e acessível, no qual os alunos possam acessar conteúdos de acordo com sua conveniência e ritmo de aprendizado (TAPSCOTT, 2009).

Dessa forma, a aprendizagem ubíqua amplia as oportunidades de personalização do ensino, o que contribui para a autorregulação do aluno, aspecto essencial em ambientes digitais (PINHEIRO; SILVA, 2021). Por outro lado, como observa Moran (2015), essa liberdade e flexibilidade exigem um papel mais ativo dos alunos, que precisam de autorregulação para estabelecer rotinas de estudo eficazes. Este trabalho acadêmico pretende, portanto, discutir os desafios e possibilidades oferecidos pela combinação do ensino online com a educação e aprendizagem ubíqua, analisando as interações pedagógicas, a estimulação do interesse dos alunos, a necessidade de autorregulação e as dificuldades para se promover aulas participativas em ambientes virtuais.

### Metodologia:



A metodologia deste estudo baseia-se em uma revisão de literatura que envolve a análise de produções científicas de autores amplamente reconhecidos na área de educação online e aprendizagem ubíqua. Esse levantamento de obras acadêmicas visa proporcionar um embasamento teórico sólido e atual para a discussão dos desafios e possibilidades dessa modalidade de ensino, permitindo o desenvolvimento de uma perspectiva crítica fundamentada. A revisão de literatura considerou estudos que abordam temas como interatividade, motivação e autorregulação dos estudantes, bem como questões metodológicas e pedagógicas relevantes para a implementação de plataformas educacionais ubíquas (COPE; KALANTZIS, 2009; TAPSCOTT, 2009).

Além da análise bibliográfica, a pesquisa também incorpora observações da autora, que atua diretamente no ensino online no âmbito da educação superior. Essa experiência prática proporciona uma visão aprofundada das dinâmicas presentes nesse contexto, especialmente no que diz respeito às estratégias para engajamento dos estudantes, à adaptação de metodologias e à superação das dificuldades tecnológicas. A junção entre os referenciais teóricos e as observações empíricas da autora permite uma análise contextualizada e prática, alinhada com as demandas e desafios do cenário educacional atual. A metodologia aplicada, portanto, busca integrar teoria e prática, proporcionando uma compreensão abrangente e crítica dos aspectos investigados.

### **Resultados e discussão:**

A Educação e Aprendizagem Ubíqua (EAU) representa uma abordagem pedagógica que se caracteriza pela capacidade de aprender a qualquer hora e em qualquer lugar, utilizando tecnologias móveis, redes de comunicação e recursos online. Essa modalidade expande os limites tradicionais da educação ao proporcionar acesso flexível e constante ao conhecimento, de modo que o processo de ensino-aprendizagem se torne mais integrado ao cotidiano dos alunos (COPE; KALANTZIS, 2009). No entanto, apesar das inúmeras possibilidades, a EAU enfrenta desafios consideráveis para sua implementação efetiva, especialmente em relação ao engajamento dos estudantes, à infraestrutura necessária e à adaptação do corpo docente.

Tapscott (2009) destaca que a conectividade proporcionada por dispositivos móveis e a internet transforma a aprendizagem em uma prática constante, promovendo o desenvolvimento de uma cultura de aprendizado autônomo e autorregulado, o que é fundamental em um mundo cada vez mais digital. Em um ambiente de EAU, os estudantes têm a oportunidade de personalizar seu ritmo de aprendizado e acessar uma variedade de recursos educativos digitais, como videoaulas, fóruns de discussão e materiais interativos.

A aplicação da inteligência artificial em plataformas de EAU também tem ampliado as possibilidades educacionais. Com o uso de algoritmos que personalizam a experiência de ensino, é possível atender às necessidades individuais dos alunos, o que aumenta o engajamento e a motivação (PINHEIRO; SILVA, 2021). Além disso, a possibilidade de acesso a uma comunidade de aprendizado global cria um ambiente colaborativo que estimula o desenvolvimento do pensamento crítico e da interação social.

Entretanto, a implementação da EAU enfrenta desafios importantes. Primeiramente, há questões relacionadas à infraestrutura tecnológica e à disponibilidade de dispositivos móveis e acesso à internet de qualidade para todos os estudantes. Em muitos países, incluindo o Brasil, ainda existe uma lacuna digital que impede a plena adesão à EAU, especialmente em regiões com menor desenvolvimento socioeconômico (SANTOS; OLIVEIRA, 2020). A falta de acesso à tecnologia cria uma barreira para a democratização do ensino e limita a abrangência da aprendizagem ubíqua.



Outro desafio está na adaptação do corpo docente às novas ferramentas e métodos de ensino. Conforme aponta Moran (2015), a EAU requer que os professores repensem suas práticas pedagógicas e adotem tecnologias educacionais de forma eficiente. Para isso, é necessário que as instituições de ensino invistam em formação continuada e capacitação tecnológica, de modo que os docentes possam utilizar plataformas ubíquas de maneira que favoreça a interação e a participação ativa dos alunos.

Por fim, o modelo de EAU exige maior autonomia e autorregulação por parte dos estudantes, o que pode representar um desafio, especialmente para aqueles que estão habituados a metodologias mais tradicionais de ensino. De acordo com Costa (2020), a aprendizagem ubíqua pressupõe que o aluno seja capaz de gerenciar seu próprio tempo e se engajar ativamente no processo de aprendizagem, habilidades que nem todos possuem ao ingressar nesse tipo de modalidade.

O ensino online demanda novas formas de interação que não apenas substituam as dinâmicas presenciais, mas que também consigam promover um ambiente de aprendizagem eficaz. Segundo Costa (2020), a comunicação não-verbal, que representa uma grande parte da interação em sala de aula, perde-se no ambiente virtual, o que pode afetar significativamente o engajamento dos alunos. Além disso, o distanciamento físico pode levar à sensação de isolamento, tanto para os alunos quanto para os professores, dificultando a construção de uma comunidade de aprendizado coesa.

Além disso, o grande número de alunos em sala de aula online pode inibir a participação de muitos, especialmente daqueles que se sentem menos confortáveis com o uso de tecnologias. Nesse contexto, Silva e Oliveira (2020) apontam que a diversificação das metodologias de ensino pode ser uma solução viável, promovendo o engajamento por meio de atividades que respeitem os diferentes estilos de aprendizagem dos estudantes. No entanto, essa diversificação requer um planejamento cuidadoso e uma maior carga de trabalho por parte do professor, que precisa adaptar seu conteúdo a um público diverso e disperso.

### Conclusão:

O ensino online oferece oportunidades valiosas para a expansão do acesso à educação e para a modernização das práticas pedagógicas. No entanto, a modalidade também impõe desafios que precisam ser enfrentados com estratégias inovadoras e uma mudança de mentalidade tanto por parte de alunos quanto de professores. Para superar os obstáculos relacionados à interação, à motivação e à participação dos alunos, é essencial que as instituições de ensino ofereçam suporte tecnológico adequado, além de capacitação contínua para os docentes.

### Referências:

COPE, Bill; KALANTZIS, Mary. *Ubiquitous Learning: Exploring Educational Futures*. Champaign: University of Illinois Press, 2009.

COSTA, A. Interação e aprendizagem no ensino online. *Revista de Educação e Tecnologia*, v. 8, n. 2, p. 34-46, 2020.

FREITAS, L. A nova pedagogia para o ensino online: desafios e estratégias. *Revista Brasileira de Educação*, v. 25, n. 1, p. 58-71, 2020.



GOMES, M. Cansaço digital: o novo desafio do ensino remoto. *Educação em Debate*, v. 14, n. 3, p. 123-134, 2021.

GONÇALVES, R. O papel das ferramentas interativas na motivação do aluno online. *Ensino Virtual Hoje*, v. 12, n. 4, p. 89-103, 2019.

MORAN, José Manuel. *A educação que desejamos: novos desafios e como chegar lá*. 4. ed. Campinas: Papirus, 2015.

PINHEIRO, Daniele R.; SILVA, Gustavo S. Educação e Aprendizagem Ubíqua: uma revisão sistemática da literatura. *Revista Brasileira de Educação e Tecnologia*, v. 24, n. 3, p. 1-14, 2021.

SILVA, P.; OLIVEIRA, J. A sobrecarga das salas de aula virtuais. *Educação e Sociedade*, v. 31, n. 2, p. 97-109, 2020.

SANTOS, Carla B.; OLIVEIRA, Renato L. Educação e inclusão digital: os desafios da era ubíqua. *Cadernos de Inclusão e Tecnologia*, v. 15, n. 2, p. 75-92, 2020.

TAPSCOTT, Don. *Grown Up Digital: How the Net Generation is Changing Your World*. Nova York: McGraw-Hill, 2009.



## **INTOLERÂNCIA IDEOLÓGICA E CONSERVADORISMO NO ENSINO SUPERIOR BRASILEIRO: UMA ANÁLISE DE POLÍTICAS RECENTES**

**Jefferson Silveira Barbosa**

Doutorando do Programa e Pós-Graduação em Educação, Conhecimento e Sociedade da Univas; Mestre em Direito; Professor da FAST/PE

**Cássio José de Oliveira Silva**

Doutor em Educação (Unicamp). Professor do Programa e Pós-Graduação em Educação, Conhecimento e Sociedade da Univas.

**Resumo:** A interseção entre Intolerância Ideológica e Conservadorismo no Ensino Superior evidenciada pelo Movimento Escola Sem Partido (MESP), apresenta um desafio crucial para uma educação para a democracia. Inicialmente ligado a movimentos conservadores e aos fundamentalismos religiosos em 2004, o MESP evoluiu ao longo dos anos, buscando institucionalizar um programa de controle sobre o trabalho docente por meio de Projetos de Lei. A análise das Propostas de Lei (PLs) 7180/2014, 867/2015 e 6005/2016 revela perspectivas distintas sobre a condução do ensino superior, destacando a tensão entre promover diversidade de pensamento e evitar intolerâncias ideológicas. A perspectiva democrática da educação aponta a necessidade urgente de abordar essas questões com base em dados e pesquisas atualizadas, visando enfrentar a intolerância ideológica e promover uma educação inclusiva, crítica e reflexiva.

**Palavras-chave:** Ideologia e Intolerância. Educação Superior. Pluralidade de Pensamento.

### **Introdução:**

Este trabalho integra um projeto de pesquisa ligado à linha de Políticas Públicas e Gestão do Programa de Pós-Graduação em Educação, Conhecimento e Sociedade da Univas. Seu objeto de análise consiste na análise da incidência do conservadorismo na Educação Superior brasileira. A interseção entre ideologia e intolerância emerge como um desafio multifacetado, desencadeando debates cruciais sobre a natureza das instituições acadêmicas. Este dilema é especialmente evidente na trajetória do Movimento Escola Sem Partido (MESP), cuja evolução, desde 2004 até os debates legislativos mais recentes, lança luz sobre os desafios enfrentados pelas instituições de ensino. A problemática reside na influência direta da ideologia nas políticas e práticas educacionais, moldando não apenas o conteúdo curricular, mas também as interações entre estudantes, professores e gestores.

O objetivo central deste trabalho é perscrutar como o MESP, inicialmente associado a movimentos conservadores e fundamentalismo religioso, transformou-se ao longo dos anos, culminando em esforços para institucionalizar um programa de controle sobre o trabalho docente por meio de Projetos de Lei. O método empregado envolve a análise dos Projetos de Leis (PLs) 7180/2014, 867/2015 e 6005/2016, que delineiam perspectivas sobre a condução do ensino na educação básica e no ensino superior do Brasil. A complexidade do cenário legislativo



revela a tensão entre promover uma educação que respeite a pluralidade de concepções pedagógicas e de pensamento.

A interação complexa entre ideologia e intolerância na Educação Superior brasileira não apenas delinea os contornos das salas de aula, mas molda o futuro da sociedade. A necessidade urgente de abordar essas questões com base em dados e pesquisas é crucial para enfrentar a intolerância ideológica e promover uma educação inclusiva, crítica e reflexiva.

### **Metodologia:**

O desenvolvimento da presente análise envolveu uma abordagem metodológica fundamentada em métodos de pesquisa interdisciplinares, integrando princípios da análise crítica de discurso, revisão de literatura especializada e investigação documental (análise de documentos legislativos e pronunciamentos, artigos científicos publicados na SciELO Brasil). A análise crítica de discurso proporcionou uma compreensão aprofundada das narrativas presentes nos pronunciamentos do Movimento Escola Sem Partido (MESP). A revisão de literatura especializada permitiu situar essas narrativas no contexto das teorias educacionais por críticas e liberais, enriquecendo a compreensão das nuances teóricas subjacentes.

Em relação à revisão de literatura, os termos de busca serão: Intolerância Ideológica e Conservadorismo no Ensino Superior.

Os critérios de inclusão serão: trabalhos publicados em idiomas português, espanhol ou inglês, disponíveis no Catálogo de Dissertações e Teses da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) no período de 2020 a 2024. O critério de exclusão estabelecido serão trabalhos que fogem ao escopo temático da pesquisa.

Os trabalhos selecionados serão agrupados de acordo com o tipo de violência/assédio/perseguição e suas características. Essas tipologias serão categorizadas com base nos referenciais teóricos de Bourdieu, 2014, sendo construído um modelo teórico conceitual sobre a violência contra os docentes na educação superior.

A investigação documental foi essencial para a coleta de dados, concentrando-se nos pronunciamentos oficiais do (MESP), em particular, o de 2014, que serve como base para a argumentação sobre a doutrinação, além dos projetos de leis que tramitam no congresso nacional, e outras fontes. A análise desses documentos visou identificar os argumentos centrais, as referências teóricas utilizadas e as estratégias retóricas empregadas. O uso de fontes primárias, como pronunciamentos do (MESP), garantirá a integridade dos dados e a fidelidade ao contexto original das narrativas analisadas. A coleta e análise dos dados ocorrerão de modo sistemático, permitindo uma interpretação crítica dos padrões observados.

### **Resultados e discussão:**

Este estudo propõe uma pesquisa com o objetivo de explorar a relação entre a intolerância ideológica e os movimentos conservadores no Ensino Superior. Tal abordagem busca responder a uma demanda urgente por uma análise atualizada sobre o impacto do Movimento Escola Sem Partido (MESP) e legislações associadas na liberdade pedagógica e no ambiente acadêmico.

Os resultados esperados visam não apenas oferecer subsídios para políticas educacionais inclusivas, mas também contribuir para o avanço do debate acadêmico sobre ideologia, liberdade e diversidade no ensino superior brasileiro.

### **Considerações finais:**

Espera-se com os resultados desta pesquisa, uma compreensão mais profunda sobre os impactos da ideologia e da intolerância na Educação Superior. Ao investigar a influência do



Movimento Escola Sem Partido (MESP) e as legislações correlatas, a pesquisa deve revelar como tais forças moldam o ambiente educacional, destacando tanto os desafios quanto as oportunidades para práticas inclusivas e críticas. Dessa forma, os achados previstos devem não apenas fornecer subsídios teóricos para o debate acadêmico sobre ideologia no ensino superior, mas também orientar políticas que promovam um espaço educativo mais plural e equitativo, fortalecendo o papel transformador da educação.

### Referências:

**BOURDIEU, Pierre; PASSERON, Jean-Claude.** *A reprodução: elementos para uma teoria do sistema de ensino.* Tradução de Reynaldo Bairão. 2. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

**CÂMARA DOS DEPUTADOS.** Projeto de Lei 7180/2014. Altera o art. 3º da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Brasília: 24 fev. 2014. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=606722>. Acesso em: out. 2023.

**CÂMARA DOS DEPUTADOS.** Projeto de Lei 867/2015. Inclui, entre as diretrizes e bases da educação nacional, o “Programa Escola sem Partido” – Apensado ao PL 7180/2014. Brasília: 23 mar. 2015. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=1050668>. Acesso em: out. 2023.

**CÂMARA DOS DEPUTADOS.** Projeto de Lei 6005/2016. Institui o programa "Escola livre" em todo o território nacional – Apensado ao PL 867/2015. Brasília: 16 ago. 2016. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2094685>. Acesso em: out. 2023.

**GOMES JUNIOR, C. M.** A ideologia do movimento escola sem partido. *Educa - Revista Multidisciplinar em Educação*, [S. l.], v. 7, n. 17, p. 619-626, 2020. DOI: 10.26568/2359-2087.2020.4929. Disponível em: <https://periodicos.unir.br/index.php/EDUCA/article/view/4929>. Acesso em: 25 dez. 2023.

**RIO DE JANEIRO. Câmara Municipal.** Projeto de Lei 867/2014. Cria, no âmbito do sistema de ensino do município, o “Programa Escola Sem Partido”. 03 jun. 2014. Disponível em: <http://mail.camara.rj.gov.br/APL/Legislativos/scpro1316.nsf/f6d54a9bf09ac233032579de006bfe6/5573ae961660b4cd83257ceb006bc7d4?OpenDocument>. Acesso em: out. 2023.

**SAVIANI, D.** *Escola e democracia.* Campinas, SP: Autores Associados, 2008.



## LITERATURA INFANTIL NA PERSPECTIVA DE UMA EDUCAÇÃO INCLUSIVA: UM ESTUDO DE CASO

**Ana Claudia Pereira**

Universidade do Vale do Sapucaí

**Profa Dra. Leticia Rodrigues de Souza**

Universidade do Vale do Sapucaí

**Resumo:** Este estudo investiga as potencialidades da literatura infantil como instrumento para promover inclusão e diversidade na educação infantil. Fundamentada em autores como Bourdieu, Bakhtin e Nikolajeva, a pesquisa examina a literatura infantil como uma prática educativa capaz de desenvolver empatia, compreensão de identidade e pertencimento nas crianças, ao abordá-las em uma perspectiva de diversidade cultural e social. A metodologia é baseada em um estudo de caso qualitativo, com entrevistas abertas realizadas com nove professores das redes pública, privada e da educação não formal, modalidade de educação complementar. A análise de conteúdo das entrevistas, estruturada a partir dos conceitos de "capital cultural" e "habitus" de Bourdieu, visa identificar como as escolhas literárias podem reforçar ou desafiar hierarquias sociais, promovendo uma educação inclusiva. Os resultados esperados incluem uma compreensão mais profunda das percepções dos professores sobre o uso da literatura inclusiva e de seus impactos no desenvolvimento das crianças. Este estudo contribui para a construção de uma prática pedagógica que valorize a diversidade cultural e seja capaz de transformar o ambiente escolar em um espaço mais inclusivo. A pesquisa busca oferecer subsídios para o desenvolvimento de políticas educacionais que promovam a igualdade e o respeito às diferenças desde a infância.

**Palavras-chave:** Literatura Infantil, Inclusão Educacional, Diversidade Cultural

### Introdução:

A literatura infantil desempenha um papel fundamental na formação de valores, na compreensão da diversidade cultural e na construção de empatia nas crianças desde a primeira infância. Através de histórias e personagens que refletem múltiplas perspectivas e realidades sociais, a literatura infantil contribui para a formação integral dos indivíduos, proporcionando oportunidades para que as crianças conheçam e valorizem a pluralidade de experiências humanas. Na educação infantil, esse recurso adquire um papel ainda mais significativo, pois influencia o desenvolvimento cognitivo, social e emocional, aspectos cruciais para a construção de uma sociedade mais inclusiva e consciente das diferenças individuais e coletivas.

Nos últimos anos, discussões acerca da inclusão e da diversidade ganharam destaque no campo educacional, exigindo que as instituições de ensino revisem suas práticas e materiais pedagógicos para que sejam mais representativos e inclusivos. Nesse contexto, a literatura infantil é uma ferramenta potente, pois pode abordar temas de diversidade cultural, racial e



social de forma acessível e impactante. Conforme as diretrizes da Base Nacional Comum Curricular (BNCC, 2017), é imprescindível proporcionar vivências literárias que permitam às crianças explorar diferentes realidades e fortalecer uma identidade inclusiva, contribuindo para que respeitem e valorizem as diferenças desde cedo.

Entretanto, embora haja consenso sobre os benefícios da literatura inclusiva, pouco se sabe sobre como essa prática é efetivamente implementada em sala de aula, sobretudo na educação infantil. A escolha de livros que dialoguem com as questões de diversidade e inclusão depende das percepções e formação dos professores, que muitas vezes enfrentam desafios ao selecionar obras sensíveis e adequadas para o público infantil. Assim, torna-se relevante investigar as práticas e percepções dos educadores sobre o uso da literatura infantil como recurso para a promoção da diversidade e da inclusão no ambiente escolar, buscando compreender de que maneira essa abordagem contribui para o desenvolvimento de uma educação mais inclusiva.

Diante desse cenário, o presente trabalho tem como objetivo investigar as percepções dos professores de educação formal e não formal sobre o uso da literatura infantil para abordar questões de diversidade, com vistas a promover uma educação inclusiva entre alunos de 5 a 7 anos.

### **Metodologia:**

Esse estudo trata-se de uma abordagem qualitativa com delineamento de estudo de caso, visando compreender as percepções e práticas de professores quanto ao uso da literatura infantil para promover diversidade e inclusão no contexto educacional. A análise qualitativa se baseará na metodologia de análise de conteúdo, conforme proposta por Bardin (2016), que permitirá uma leitura aprofundada das entrevistas e a categorização dos dados obtidos. Essa técnica foi selecionada por sua capacidade de sistematizar informações qualitativas e gerar insights sobre fenômenos sociais complexos, tais como o impacto da literatura infantil na formação de valores de empatia e respeito à diversidade nas crianças.

Os dados serão obtidos por meio de entrevistas abertas com nove professores de três contextos distintos: uma escola pública, uma escola privada e uma instituição de educação complementar, todas localizadas nas cidades de Pouso Alegre e Santa Rita do Sapucaí, em Minas Gerais. A seleção dos participantes seguirá critérios de inclusão como a formação em pedagogia e a experiência mínima de dois anos no ensino de crianças entre 5 e 7 anos. A amostra será composta por três professores de cada instituição. As entrevistas buscarão explorar variáveis como a percepção dos professores sobre diversidade, os desafios na seleção de obras literárias inclusivas e os impactos observados no engajamento e aprendizado dos alunos.

O tratamento dos dados envolverá uma análise em três fases, adaptada do modelo de Bardin (2016): a pré-análise, a exploração do material e a interpretação dos resultados. Na pré-análise, será realizada uma leitura flutuante das transcrições para identificação dos temas recorrentes. Em seguida, as falas dos professores serão categorizadas segundo conceitos-chave, como "capital cultural" e "habitus", de Pierre Bourdieu. Essas categorias foram escolhidas por sua relevância para o entendimento das dinâmicas sociais e culturais que influenciam o uso da literatura infantil inclusiva nas escolas. Por fim, os dados serão tratados de forma a permitir a interpretação crítica e a geração de reflexões fundamentadas, conectando as práticas pedagógicas dos professores às teorias abordadas.

Para a fundamentação teórica, será realizada uma revisão de literatura focada em temas de diversidade, inclusão e literatura infantil, priorizando obras e estudos publicados nas últimas duas décadas, que abordam o papel da literatura como agente de transformação social na infância. As buscas estão sendo conduzidas em bases como Scielo, Google Acadêmico e



periódicos de educação, utilizando palavras-chave como "literatura infantil inclusiva", "educação e diversidade" e "empatia na infância". A sistematização do material revisado contribuirá para a fundamentação dos métodos e análise dos resultados, proporcionando um quadro teórico robusto para o desenvolvimento da pesquisa.

### **Resultados e discussão:**

Os resultados preliminares indicam a carência de materiais que representem de forma equilibrada a diversidade cultural, racial e de habilidades presentes nas salas de aula. Pesquisas anteriores resultam em uma abordagem que complementam padrões textuais e estéticos de produção, contudo não equalizam a prática do educador e sua relação com o papel da literatura infantil ou mesmo o alcance do encontro entre a temática da inclusão através das narrativas literárias e o impacto no desenvolvimento dos alunos.

Além disso, um dos desafios centrais na análise da literatura infantil é a dificuldade em definir claramente o que constitui esse gênero, como Nikolajeva (2023) aponta, a literatura infantil é frequentemente vista como uma subcategoria da literatura, traduz a falta de reconhecimento de sua complexidade e valor artístico. Essa percepção pode resultar em uma abordagem simplificada e utilitarista da literatura, em que os livros são considerados apenas como ferramentas didáticas, em vez de obras literárias que oferecem experiências estéticas significativas. A partir da perspectiva de Bourdieu, essas escolhas literárias podem ser vistas como uma forma de ampliar o capital cultural dos alunos, proporcionando a eles novas formas de pensar e compreender o mundo.

### **Considerações Finais:**

Pode se afirmar que a literatura infantil possui um potencial transformador no ambiente escolar, funcionando como uma ponte para a inclusão e o diálogo sobre diversidade. Políticas educacionais que incentivem a produção e a disseminação de literatura infantil diversa são fundamentais para garantir que a educação inclusiva seja uma realidade em todos os contextos de ensino. Dessa forma, conclui-se que o uso estratégico da literatura infantil pode não apenas promover a empatia e a compreensão entre os alunos, mas também contribuir para a construção de uma sociedade mais justa e equitativa.

### **Referências:**

BARDIN, Laurence. *Análise de conteúdo*. São Paulo, SP: Edições 70, 2016.

BOURDIEU, Pierre. *O Poder Simbólico*. Rio de Janeiro: Difel, 1989.

NIKOLAJEVA, Maria. *Poder, voz e subjetividade na literatura infantil*. Rio de Janeiro: Editora Perspectiva, 2023.



## **LUDICIDADE, JOGOS E BRINCADEIRAS: DESENVOLVIMENTO DE HABILIDADES EMOCIONAIS EM ALUNOS COM TRANSTORNO DE DÉFICIT DE ATENÇÃO COM HIPERATIVIDADE (TDAH)**

**Cláudia Marques Cunha Silva**

Programa de Pós-graduação em Educação, conhecimento e Sociedade - Univas

**Joelma Pereira de Faria Nogueira**

Programa de Pós-graduação em Educação, conhecimento e Sociedade - Univas

**Resumo:** O presente trabalho tem como tema “Ludicidade, jogos e brincadeiras: desenvolvimento de habilidades emocionais em alunos com TDAH”. O lúdico promove oportunidades para que o indivíduo possa se desenvolver como um todo e colabora sobremaneira com o desenvolvimento de Habilidades Emocionais. O TDAH – Transtorno do Déficit de Atenção com Hiperatividade é um transtorno neurobiológico de causas genéticas, caracterizado por sintomas como falta de atenção, inquietação e impulsividade. Aparece na infância e pode acompanhar o indivíduo por toda a vida. Diante de uma realidade observada e vivenciada pela pesquisadora em atendimentos psicopedagógicos e no estágio de Avaliação Psicológica do curso de psicologia, surgiu o interesse de refletir sobre a contribuição da ludicidade para o desenvolvimento de habilidades emocionais. Para isso, será realizada uma pesquisa de natureza prática de campo, intervencionista, exploratória, quali-quantitativa, com o público-alvo, alunos do ensino fundamental I (06 a 10 anos), das Escolas Municipais de Pouso Alegre, do estado de Minas Gerais, bem como uma pesquisa de natureza qualitativa e procedimento bibliográfico, desenvolvido a partir de análises e estudos de livros, artigos e sites acadêmicos, com o intuito de aprofundamento do tema.

**Palavras-chave:** Ludicidade. Jogos. Brincadeiras. TDAH. Habilidades Emocionais.

### **Introdução:**

Desde os tempos antigos, o ato de brincar faz parte da cultura humana, proporcionando plenitude, prazer e alegria. Jogos e brincadeiras foram passados de geração em geração, sem origem conhecida, muitas vezes derivados de práticas adultas, fragmentos de mitos e rituais. O jogo é uma atividade praticada individualmente ou em grupo e que sempre terá regras previamente estabelecidas pelos jogadores. Outra característica marcante dos jogos é sua finalidade competitiva, como marcar pontos ou vencer a partida, focando na conquista e no desempenho (Kishimoto, 2015).

Nesse contexto, diferentes autores destacam a importância dos jogos e brincadeiras para o aprendizado e desenvolvimento humano. Entre eles, Piaget (1978), Vygotsky (2001), Kishimoto (2015), Elkonin (1998) e Wallon (2007) são referências essenciais. Piaget (1978), por exemplo, explica que é por meio do jogo que as crianças constroem o conhecimento, assimilam o mundo exterior e transformam a realidade ao integrar objetos e experiências ao seu



próprio entendimento. A socialização das crianças amplia esse processo, pois os jogos adquirem regras e a imaginação simbólica se adapta às necessidades do mundo real. Piaget classifica os jogos segundo o desenvolvimento cognitivo: jogos de exercício, simbólicos e de regras, que refletem etapas do crescimento infantil.

Os jogos e brincadeiras têm papel fundamental no desenvolvimento integral da criança, abrangendo os aspectos físico, social, cultural, afetivo, emocional e cognitivo, promovendo, ainda, autonomia, habilidades e valores. É dentro desse espaço de brincar e jogar que a ludicidade se torna uma prática educativa, reforçando-se como um caminho essencial para o desenvolvimento infantil. Diante disso, no contexto educacional, jogos e brincadeiras são ferramentas importantes para o desenvolvimento emocional dos estudantes. O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) assegura o direito ao brincar e praticar esportes, essencial para o desenvolvimento afetivo, motor, mental, intelectual e social, permitindo que crianças e adolescentes expressem sentimentos e compreendam o mundo ao seu redor (Brasil, 1990). Complementando esse direito, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) e a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) enfatizam a ludicidade como estratégia de aprendizagem, pois, ao brincar, o aluno aprende de forma prazerosa, integrando-se física, emocional e socialmente (Brasil, 1996; Brasil, 2017).

Este trabalho se justifica, tendo em vista que, para alunos com Transtorno de Déficit de Atenção com Hiperatividade (TDAH), o uso de estratégias lúdicas pode oferecer benefícios, promovendo o desenvolvimento de habilidades emocionais, como autocontrole, empatia e resolução de conflitos, além de estimular autoestima, bem-estar e engajamento na aprendizagem. Estas estratégias são importantes, visto que o TDAH é um transtorno neurobiológico que afeta a atenção, o controle emocional e o planejamento (ABDA, 2013).

Diante desse cenário, o objetivo geral deste estudo é investigar as implicações do uso do lúdico, especialmente por meio de jogos e brincadeiras, na formação e no desenvolvimento de habilidades emocionais em alunos do Ensino Fundamental I com TDAH. Entre os objetivos específicos, destacam-se a investigação e compreensão dos sintomas emocionais recorrentes em alunos com TDAH, a verificação dos efeitos do lúdico sobre o desenvolvimento dessas habilidades e a análise dos impactos das intervenções com jogos e brincadeiras para esses alunos no ambiente escolar.

### **Metodologia:**

O trabalho será realizado por meio de uma pesquisa de campo quali-quantitativa com estudantes do Ensino Fundamental I da rede pública de Pouso Alegre, diagnosticados com Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH - CID F 90.0). A pesquisa quantitativa incluirá testes como o SSRS - Inventário de Habilidades Sociais, Problemas de Comportamento e Competência Acadêmica para Crianças; EAME-IJ - Escala para Avaliação da Motivação Escolar Infantojuvenil; e EMA-EF - Escala de Motivação para Aprender de Alunos do Ensino Fundamental.

A pesquisadora organizará um diário de campo descritivo e processual para cada aluno, registrando informações, desempenhos e resultados qualitativos e quantitativos. O comportamento dos participantes será analisado por meio de observações e narrativas, considerando o desempenho e as reações durante as atividades (Telles et al., 2022).

Os benefícios esperados incluem o desenvolvimento de habilidades emocionais por meio dos jogos, com foco na compreensão dos objetivos, espera de turnos, superação de frustrações, e aprimoramento das funções executivas, além de promover diálogos formativos e reflexivos com a pesquisadora e na interação com a pesquisa científica.



### Resultados e discussão:

Ainda hoje, em 2024, muitos alunos diagnosticados como portadores de TDAH enfrentam dificuldades em desenvolver habilidades emocionais, nas quais se trabalha a autoconsciência, a identificação e a compreensão das próprias emoções e reações. Esses alunos apresentam organização e planejamento prejudicados, dificuldade em concentrar-se por longos períodos, impulsividade, dificuldade de controle emocional e baixa tolerância à frustração. Essa realidade decorre de diversos fatores, tais como processo de inclusão deficitário, falta de informação dos educadores, pouca aceitação e conhecimento das famílias (Barkley, 2020).

Nessa direção, urge trabalhar o desenvolvimento de habilidades emocionais com alunos portadores de TDAH tais como, a regulação e o controle das emoções de forma saudável e adequada, a empatia como a capacidade de compreender e se colocar no lugar dos outros, o autocontrole, o manter-se calmo e controlado diante de situações estressantes, o adequar-se a mudanças inesperadas e lidar com a incerteza, o superar dificuldades e se recuperar de falhas e frustrações.

### Considerações Finais:

O trabalho poderá implicar movimentos de fala, escuta e demandas de leituras que poderão potencializar os ciclos formativos das Instituições de Ensino dos participantes da pesquisa, de maneira que o conhecimento tende a provocar mudanças, rupturas e transformações.

Considera-se que este estudo poderá trazer benefícios diretos ou imediatos, além da oportunidade dos participantes poderem refletir sobre as questões abordadas, num processo dialético, crítico e reflexivo. Também poderá haver mudanças no comportamento e consequente regulação emocional.

### Referências:

ABDA. ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE DÉFICIT DE ATENÇÃO. *Revista Transtorno do Déficit de Atenção com Hiperatividade (TDAH)*, 2013. Disponível em: <http://www.tdah.org.br/> Acesso em: 09 jan. 2024.

BARKLEY, Russell A. *TDAH: Transtorno do Déficit de Atenção com Hiperatividade*. 3. ed. São Paulo: Autêntica Editora, 2020.

BRASIL. *Base Nacional Comum Curricular*. Brasília: Ministério da Educação, 2017. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/>. Acesso em: 20 dez. 2023.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional*. 1996. Disponível em: [http://www.presidencia.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L9394.htm](http://www.presidencia.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm). Acesso em: 28 dez. 2023.

BRASIL. *Lei nº 8.069, de 13 de Julho de 1990*. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. 1990. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l8069.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm). Acesso em: 28 dez. 2023.

ELKONIN, D. B. *Psicologia do Jogo*. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

KISHIMOTO, T. M. *O brincar e suas teorias*. 4. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2015.



PIAGET, J. *A formação do símbolo na criança*. 1. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

TELLES, Livia Catarina Matoso dos Santos; MORET, Márcia Cristina Florêncio Fernandes; MENDONÇA, João Guilherme Rodrigues; RODRIGUES, Marlene. Contribuições da pesquisa-ação para a Educação Inclusiva. *Concilium*, [S.L.], v. 22, n. 2, p. 273-283, 12 fev. 2022. Uniao Atlantica de Pesquisadores. <http://dx.doi.org/10.53660/clm-115-134>.

WALLON, Henry. *A evolução psicológica da criança*. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

VYGOTSKY, Lev Samenovitch. *A formação social da mente*. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2001.



ORGANIZAÇÃO



Programa de Pós-graduação em  
**Educação, Conhecimento  
e Sociedade** Mestrado e Doutorado • UNIVÁS



## **MEDIDAS DE PREVENÇÃO NO AMBIENTE ESCOLAR: ESTRATÉGIAS PARA COMBATER O ABUSO SEXUAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES**

**Ir. Marley Santos**

Religiosa ursulina, pedagoga, pós –graduanda em Gestão Escolar e Neuropsicopedagogia. Recentemente concluiu um curso de aperfeiçoamento em Safeguarding na Pontifícia Universidade Gregoriana em Roma – msantososu@gmail.com

**Resumo:** O plano de prevenção e cultura de proteção contra o abuso sexual de crianças e adolescentes visa estabelecer um ambiente escolar seguro que promova a dignidade e o desenvolvimento integral dos alunos. Entre os principais resultados esperados está a criação da Comissão do Cuidado, composta por membros da equipe pedagógica, administrativa e profissionais de áreas como psicologia e assistência social. Essa comissão terá a função de coordenar ações preventivas, identificar situações de risco e encaminhar adequadamente casos suspeitos de abuso sexual.

Além da criação da Comissão do Cuidado, outro objetivo é o estabelecimento de protocolos claros e eficazes para atuar em casos de suspeita ou confirmação de abuso, oferecendo diretrizes de conduta para a equipe escolar. Espera-se que essa comissão também organize formações regulares para a equipe pedagógica, pais e alunos, abordando temas como direitos das crianças e adolescentes, educação sexual e canais de denúncia, fortalecendo a conscientização e a preparação de todos os envolvidos no ambiente escolar.

O plano também destaca a importância de acompanhamento contínuo e revisão periódica em cada fase de sua implementação, reconhecendo que a prevenção exige uma postura proativa e atenta. Dessa forma, a escola poderá se tornar um modelo de referência na proteção dos direitos das crianças e adolescentes, promovendo um espaço de respeito, segurança e empatia que favorece o desenvolvimento integral dos estudantes.

**Palavras-chave:** Medidas de prevenção. Ambiente escolar. Abuso sexual.

### **Introdução:**

O projeto de pesquisa intitulado "Medidas de prevenção no ambiente escolar: estratégias para combater o abuso sexual de crianças e adolescentes" busca implementar diretrizes claras para a proteção integral, mediante a necessidade urgente de fortalecer ações preventivas e protetivas em ambientes educativos seguros, acolhedores e livres de qualquer tipo de violência. Amparado pelas legislações vigentes, com o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e alinhado à proposta pedagógica. O estudo justifica-se pela busca, respectivamente, de assegurar uma educação de qualidade e promover a paz, justiça e instituições eficazes, alinhado aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) 4 e 16.



Esta pesquisa é fruto dos conhecimentos adquiridos no curso de aperfeiçoamento em Safeguarding, ministrado pela Pontifícia Universidade Gregoriana, em Roma, no período de fevereiro a junho do ano vigente. A urgência em trabalhar esta temática sensível e desafiadora no ambiente escolar move a autora, enquanto educadora e religiosa no compromisso de fomentar a cultura do cuidado e da prevenção a crianças e adolescentes, salvaguardando o desenvolvimento integral dos estudantes.

O ambiente escolar é um espaço propício para a construção de valores, relacionamentos e senso de segurança nas crianças e adolescentes. Por isso, o presente estudo defende a implementação de um conjunto de medidas estruturadas, começando pela criação de uma Comissão do Cuidado, um grupo multidisciplinar responsável pela coordenação de ações preventivas e pela gestão do sistema de prevenção. Outras medidas incluem a revisão do código de conduta escolar, a elaboração de protocolos de denúncia, a capacitação e educação preventiva da equipe pedagógica, além de iniciativas de conscientização dos alunos, envolvimento dos pais e monitoramento constante das ações preventivas.

Os objetivos deste trabalho são promover uma cultura de cuidado e prevenção no ambiente escolar por meio da implementação dessas estratégias, criando um compromisso institucional com uma cultura protetiva e de responsabilidade compartilhada dentro da comunidade escolar. Realizado em uma escola da rede privada localizada no centro de Paraisópolis, MG, o estudo ressalta a importância de um processo de melhorias contínuas, reforçando a segurança e o respeito no desenvolvimento integral dos estudantes.

Para tanto, convido os seguintes teóricos para subsidiar os discursos no bojo de estudo: Deslandes (1994); ECA (1990); Fuchs (2019); Bronzo (2019); Moreira (1997); Rocha (2024); Ruiz (2021), Zamorano (2019).

### **Metodologia:**

O aporte metodológico configura em uma abordagem qualitativa de inspiração etnográfica, fundamentada nas contribuições de Deslandes (1994), que define a pesquisa qualitativa não se baseia no critério numérico que garante sua representatividade, mas o que possibilita abranger a totalidade do problema investigado em múltiplas dimensões. A metodologia utiliza o estudo de caso, que é uma estratégia científica adequada para investigar fenômenos complexos e contemporâneos em um contexto específico – neste caso, uma escola da rede privada localizada no centro de Paraisópolis-MG.

Esta abordagem proporciona ao pesquisador e aos participantes envolvidos na pesquisa a interpretação densa e contextualizada da realidade social. Deslandes explicita que, na etnografia, é essencial compreender o contexto e o significado das ações dos indivíduos dentro de suas comunidades. Essa perspectiva justifica a escolha de uma metodologia que permita uma análise profunda das práticas, padrões comportamentais e interações da comunidade escolar, com o objetivo de implementar medidas de prevenção contra o abuso sexual infantil e adolescente de maneira eficaz e culturalmente sensível.

Por meio desse tipo de estudo, é possível observar de forma detalhada como a cultura e os processos institucionais influenciam as interações e os comportamentos no ambiente escolar. A abordagem qualitativa permite explorar o cotidiano escolar, engajando diretamente os diversos atores da comunidade, como professores, gestores, pais e alunos, em uma análise colaborativa.

A coleta de dados qualitativos inclui dispositivos como a observação do espaço físico e de suas disposições, diagnóstico e mapeamento da realidade escolar, além da análise documental do código de conduta, do regimento escolar, do projeto político-pedagógico, do protocolo de atuação em casos suspeitos de abuso e da política interna de proteção à infância e



adolescência. Essa coleta busca capturar a complexidade do ambiente escolar e suas dinâmicas internas.

A implementação do plano de prevenção utiliza os sistemas pedagógicos e administrativos já existentes na escola para maximizar a eficácia das ações. As medidas propostas incluem a criação de uma Comissão do Cuidado, a revisão do código de conduta, a definição de protocolos de denúncia e a oferta de programas de capacitação e conscientização. Essas ações serão continuamente monitoradas e avaliadas, promovendo uma cultura de prevenção e cuidado que fortaleça a segurança e o desenvolvimento integral dos alunos.

### **Resultados e discussão:**

As discussões e resultados desta pesquisa sobre a implementação de medidas de prevenção ao abuso sexual de crianças e adolescentes no ambiente escolar visa revelar avanços significativos na promoção de uma cultura de proteção e no fortalecimento do compromisso da comunidade educativa em torno desse tema. A partir da implementação da Comissão do Cuidado, composta por membros da equipe pedagógica, administrativa e por especialistas, verifica-se que a estruturação de uma equipe dedicada à prevenção é crucial para consolidar uma rede de apoio e um canal claro de comunicação dentro da escola. A comissão, por meio da análise de documentos institucionais, de reuniões periódicas e do mapeamento de situações de risco e proteção, é capaz de identificar lacunas nos processos de proteção e ajustar as estratégias para garantir maior segurança aos estudantes.

O segundo resultado relevante é a revisão e implementação do código de conduta e do protocolo de denúncia, que se mostraram eficazes para orientar a equipe escolar sobre como agir em situações suspeitas e para esclarecer as responsabilidades de cada membro da comunidade escolar. Com o apoio da comissão do cuidado, será possível adequar o código de conduta às demandas específicas do contexto escolar, criando um protocolo de atuação em casos de suspeitas de violência ou abuso contra crianças e adolescentes. Esta iniciativa pode gerar um ambiente mais confiável e orientado à proteção, o que reduziu a insegurança dos colaboradores ao lidar com possíveis casos de abuso.

No campo da capacitação e educação preventiva, os treinamentos com a equipe pedagógica (professores e funcionários) ter em vista o preparo para identificar sinais de abuso e relataram que a formação trouxe maior clareza sobre os papéis preventivos que cada um pode desempenhar. Além disso, as palestras com pais e alunos contribuirão para ampliar a conscientização e para reforçar a importância de uma comunicação clara e empática sobre o tema. Os alunos estarão mais informados sobre seus direitos, o que fortalece sua autoconfiança e capacidade de buscar ajuda, quando necessário.

Por fim, o monitoramento contínuo das ações permitirá identificar pontos de melhoria e realizar ajustes nas medidas preventivas, garantindo que a escola se mantenha atenta e ativa no enfrentamento de possíveis vulnerabilidades. Os dados coletados poderão indicar que a criação de uma cultura de prevenção e cuidado resulte em um ambiente escolar mais seguro e acolhedor, promovendo o desenvolvimento integral dos alunos e fortalecendo as relações de confiança na comunidade escolar.

Estes resultados esperados evidenciam a relevância de uma abordagem estruturada e interdisciplinar para a prevenção do abuso sexual no contexto escolar e destacam a importância de medidas de proteção contínuas, colaborativas e adaptadas às realidades específicas de cada instituição.

### **Considerações finais:**



As considerações finais deste estudo destacam a relevância da implementação de medidas preventivas contra o abuso sexual no ambiente escolar, que se mostra um fator essencial para a promoção de um espaço seguro e acolhedor para crianças e adolescentes. A pesquisa evidencia que a criação da Comissão do Cuidado, a revisão do código de conduta e dos protocolos de denúncia, bem como a capacitação contínua da equipe pedagógica e a conscientização de pais e alunos, constituem pilares fundamentais na construção de uma cultura de proteção.

Com o apoio da metodologia qualitativa de estudo de caso, será possível captar de maneira aprofundada as interações e necessidades da comunidade escolar, possibilitando um ajuste contextualizado das estratégias. O envolvimento de toda a equipe escolar, juntamente com a participação de especialistas em áreas como psicologia, direito e assistência social, contribuirá para uma abordagem multidisciplinar e fundamentada das ações preventivas. A efetividade das medidas implementadas será reforçada pelo monitoramento contínuo, que permitirá identificar avanços e desafios, possibilitando ajustes que tornará a escola uma referência em práticas de cuidado e proteção. Observa-se que a conscientização ampliada e o preparo dos atores escolares têm impacto direto na prevenção de situações de risco, promovendo um ambiente que incentiva o desenvolvimento integral dos estudantes.

Este estudo reforça a importância de um compromisso institucional com a proteção dos direitos das crianças e adolescentes e sugere que a continuidade e o aprimoramento das práticas preventivas são essenciais para uma cultura escolar segura e saudável.

A efetividade das medidas implementadas será reforçada pelo monitoramento contínuo, que permitiu identificar avanços e desafios, possibilitando ajustes que tornaram a escola uma referência em práticas de cuidado e proteção. Observa-se que a conscientização ampliada e o preparo dos atores escolares têm impacto direto na prevenção de situações de risco, promovendo um ambiente que incentiva o desenvolvimento integral dos estudantes. Este estudo reforça a importância de um compromisso institucional com a proteção dos direitos das crianças e adolescentes e sugere que a continuidade e o aprimoramento das práticas preventivas são essenciais para uma cultura escolar segura e saudável.

## Referências:

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional: Lei 9.394/96.

BRASIL, Lei federal nº 8069, de 13 de julho de 1990. Estatuto da Criança e do Adolescente. Brasília, DF, 1990.

BRONZO, C. A proteção integral de crianças e adolescentes: abuso sexual e o sistema de garantias de direitos no Brasil. São Paulo: Cortez, 2019.

BRASIL. Lei Federal n. 8069, de 13 de julho de 1990. ECA

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. 18º Anuário Brasileiro de Segurança Pública. São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2024.

FUCHS, Katharina A. Prevenir eficazmente el abuso sexual de menores: Enfoques diversos y tipos de prevención. Pontificia Universidad Gregoriana de Roma, 2019.



ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (2018), A Agenda 2030 e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável: uma oportunidade para a América Latina e o Caribe (LC/G.2681-P/Rev.)

MOREIRA, Antônio Flávio Barbosa (Org.) - Currículo: Questões atuais. 7ª Ed. São Paulo: Papirus, 1997. - (Coleção Magistério: Formação e Trabalho Pedagógico).

ROCHA, Leiliane. Como falar sobre sexualidade com as crianças: Um guia prático sobre educação sexual infantil para pais. Bauru, SP. Astral Cultural, 2024.

RUIZ, Begoña. Protección de menores: Guía para formadores. España, Nueva Eva, 2021.  
BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil: D.O. 5 de outubro de 1988.



## O ENSINO DA ARTE COMO ESTRATÉGIA PARA O DESENVOLVIMENTO DA ATENÇÃO

**Claudia carvalho gaspar cimino**

Universidade do Vale do Sapucaí – UNIVÁS

**Juliana Marcondes Bussolotti**

Universidade do Vale do Sapucaí - UNIVÁS/Unitau

**Resumo:** Este estudo pretende investigar a aplicação de novas metodologias de ensino, com destaque para a utilização da arte como estratégia pedagógica para o desenvolvimento da atenção. O ensino da arte, pautado na emoção e na fruição é capaz de potencializar o desenvolvimento afetivo e cognitivo do aluno, impulsionando o exercício da atenção e tornando a educação mais criativa e inclusiva.

**Palavras-chave:** Arte. Atenção. Educação.

### Introdução:

Esta pesquisa busca ressignificar a arte como ponto de partida para o exercício da atenção na educação, tendo como base a premissa de que o ensino da arte, trabalhado em suas dimensões, representa, por essência, uma forma de ampliar o desenvolvimento de habilidades e competências individuais e pode contribuir com a criação de um novo olhar para a vida, tendo como foco a atenção e sua importância na apreensão do conhecimento. A principal justificativa para a sua realização está pautada na pretensão de aprofundar os conhecimentos sobre as relações entre arte, educação e atenção, no sentido de valorizar o exercício do olhar e de instigar nos alunos a vontade de estar atento à percepção de todas as coisas, tanto no campo educacional quanto em relação à própria vida.

A ideia surgiu a partir da 33ª Bienal de São Paulo – Afinidades Afetivas (2018), exposição de arte contemporânea que ocorreu em São Paulo e que tinha a atenção como prática curatorial. Entre as ações de difusão da 33ª Bienal foi apresentado o material educativo “Convite à atenção”, direcionado a professores, educadores e mediadores de público das instituições parceiras, onde haviam atividades com exercícios que convidavam as pessoas a estarem atentas para a experiência com a arte e à prática de atenção prolongada às obras da exposição, desde o encontro com as obras até o compartilhamento da reflexão sobre a experiência vivenciada com as mesmas. No material educativo havia também um pequeno livro com textos sobre as relações entre arte, educação e atenção.

O tema instigou o meu interesse, principalmente considerando a importância da atenção no processo ensino-aprendizagem e a preocupação, no mundo atual, com o que se refere a falta de atenção ou ao déficit existente em relação a ela. Assim, o objetivo primordial dessa pesquisa é analisar o ensino de arte tendo como foco o exercício da atenção, propiciando uma reflexão sobre o tema em relação à educação e à vida.

### Metodologia:

A pesquisa será desenvolvida a partir do levantamento bibliográfico, que será realizado em livros, teses, dissertações e artigos científicos, revistas e publicações das principais Bases



de Dados, buscando registros sobre a arte, educação e a atenção. Os procedimentos metodológicos que serão adotados seguirão uma abordagem qualitativa.

Pretende-se utilizar o método da cartografia, a fim de ampliar e auxiliar na investigação e validação do ensino de arte como estratégia para o desenvolvimento da atenção. A cartografia surgiu como método filosófico proposto por Gilles Deleuze e Félix Guattari, baseado no princípio do rizoma, que caracteriza a figura da grama, cujas raízes são superficiais e se articulam de forma múltipla. Dessa forma, fazer uma pesquisa no método cartográfico implica aceitar que a realidade envolve múltiplas conexões e que pesquisar é como visualizar um rizoma no qual os problemas são sempre mais complexos e se entrelaçam em uma multiplicidade de relações não homogêneas. O método da cartografia é inventivo e processual. Não se prende a regras, mas apresenta pistas e diretrizes a serem analisadas e observadas pelo pesquisador, que participa da pesquisa realizando uma intervenção na realidade. Por suas principais características, o método cartográfico se torna adequado quando o objeto de estudo aponta para uma análise e acompanhamento de processos e de produção de subjetividade, o que é o caso de criações e práticas artísticas.

Como instrumentos de pesquisa podem ser utilizados cadernos com documentações, anotações oriundas de observação participante, desenhos, diários de campo, dinâmicas de processos criativos, fotografias, questionários, registros e relatos cartográficos, vivências em grupos, vídeos, além de outros instrumentos que possam ter importância no desenvolvimento da pesquisa.

### **Resultados e discussão:**

A compreensão dos mecanismos cognitivos envolvidos na atenção e suas implicações para a aprendizagem torna-se fundamental para o desenvolvimento de práticas pedagógicas mais eficazes. A relação entre atenção e educação é intrínseca, e a arte, nesse contexto, pode atuar criando e/ou ampliando estímulos. Ao explorarmos a interseção entre esses três elementos, podemos revelar um universo de possibilidades para um aprendizado mais profundo e significativo. Nas reflexões para a realização dessa pesquisa serão consideradas as contribuições existentes sobre o tema da atenção e suas interfaces com a arte e a educação, tanto no campo da filosofia e da psicologia quanto das artes e ciências, cada uma delas dentro de suas especificidades.

Os estudos científicos e a importância da neurociência no processo educacional devem ser apreciados, como as pesquisas realizadas pelo educador e psicólogo Howard Gardner sobre a Teoria das inteligências múltiplas, que destaca a importância de desenvolver todas as capacidades dos alunos, incluindo a inteligência espacial e a musical, perspectiva que abre espaço para a valorização da atenção e da concentração que a prática artística exige. As teorias de desenvolvimento cognitivo defendidas por Jean Piaget e Lev Vygotsky, nas quais Piaget privilegia a maturação biológica e a adaptação, defendendo a Teoria do Desenvolvimento Cognitivo com base na “Epistemologia genética”. Piaget descreve como a atenção se desenvolve ao longo das diferentes fases do desenvolvimento infantil. Suas teorias sobre o desenvolvimento cognitivo destacam a importância da atenção como um processo fundamental para a construção do conhecimento. Vygotski privilegia o ambiente social, defendendo a Teoria Sociointeracionista, relacionada à dimensão social do desenvolvimento humano. O psicólogo russo enfatiza a importância da interação social e da mediação cultural no desenvolvimento cognitivo, incluindo a atenção.

No que se refere à criação, fruição artística, percepção e leitura de imagens, podemos considerar os estudos realizados por Fayga Ostrower e Rudolf Arnheim. Uma das principais referências em arte-educação no Brasil, Ana Mae Barbosa enfatiza a importância da experiência



estética para o desenvolvimento integral do indivíduo. Seus trabalhos contribuem para a compreensão de como a arte pode ser utilizada como um meio para despertar a curiosidade, a imaginação e a atenção dos alunos. Barbosa desenvolveu a concepção do ensino de arte pautado na proposta de educação estética que tem como base a Abordagem Triangular, que busca a valorização dos três eixos no ensino da arte: a prática, a vivência e a contextualização artística. O processo ensino-aprendizagem acontece de forma sequencial, em um desenvolvimento que mantém uma continuidade, no qual o aluno realiza produções artísticas, experimenta diferentes leituras das obras e consegue exercitar a contextualização desta vivência estética. Essa sequência, porém, não tem que seguir uma ordem específica. As três ações básicas podem ser combinadas aleatoriamente, culminando em diferentes possibilidades de criação metodológica para o ensino de arte.

Além disso, as contribuições referentes às relações entre o agir, o sentir e o pensar no ato criativo, como os estudos do pensamento filosófico de Henri Bergson sobre “percepção como representação e o ato criativo como uma relação entre atenção, intuição e emoção” são bem-vindas para as análises da presente pesquisa.

E, por fim, os estudos sobre a arte, a atenção e o método da cartografia realizados por Miriam Celeste Martins, Virgínia Kastrup, Eduardo Passos, Bernardete Gatti, Leonardo Charréu, entre outros, podem trazer considerações relevantes para acrescentar nas reflexões sobre o tema. Assim, a arte desempenha um papel essencial na educação, promovendo o desenvolvimento integral dos alunos e a construção de aprendizagens mais significativas. Ao integrar a arte em suas práticas pedagógicas, os professores podem criar ambientes de aprendizagem mais engajadores e estimulantes, contribuindo para a formação de cidadãos mais críticos e criativos.

### **Considerações Finais:**

Os pressupostos iniciais que serviram de base para o desenvolvimento desta pesquisa abriram caminhos e novas possibilidades ampliando o tema de estudo. O aprofundamento do conhecimento sobre o ensino de arte pode contribuir com o desenvolvimento da atenção e da criatividade, trazendo resultados satisfatórios.

A relevância da pesquisa está em ampliar o conhecimento sobre a importância do exercício da atenção para a aquisição do conhecimento, especialmente no ensino da arte, que através da emoção e da fruição é capaz de potencializar o desenvolvimento afetivo e cognitivo do aluno, tornando a educação mais criativa e inclusiva. Criativa porque, segundo o crítico de arte Mario Pedrosa (1900-1981): “A arte é o exercício experimental da liberdade” e amplia as possibilidades de exercer a criatividade. E inclusiva, pois ao nos preocuparmos com a atenção estaremos minimizando o déficit em relação a ela, tão comumente encontrado hoje em dia no meio educacional.

### **Referências:**

ARNHEIM, Rudolf. *Arte e percepção visual: uma psicologia da visão criadora: nova versão*. Tradução de Ivonne Terezinha de Faria. São Paulo: Pioneira Thompson Learning, 2005.

FUNDAÇÃO BIENAL DE SÃO PAULO. *33 Bienal de São Paulo: afinidades afetivas: convite à atenção / Fundação Bienal de São Paulo et al.*; Curadoria Gabriel Pérez-Barreiro. São Paulo: Fundação Bienal de São Paulo, 2018.



KASTRUP, Virgínia; CALIMAN, Luciana. *A atenção na cognição inventiva: entre o cuidado e o controle*. Porto Alegre: Fi, 2023.

OSTROWER, Fayga. *Criatividade e processo de criação*. 21ª ed. Petrópolis: Vozes, 2007.

PASSOS, Eduardo; KASTRUP, Virgínia; ESCÓSSIA, Liliana da. *Pistas do método da cartografia: Pesquisa-intervenção e produção de subjetividade*. Porto Alegre: Sulina, 2015.



ORGANIZAÇÃO



Programa de Pós-graduação em  
**Educação, Conhecimento  
e Sociedade** Mestrado e Doutorado • UNIVAS



## **O IMPRESSO CAMINHANDO CONTRA O VENTO: O MOVIMENTO ESTUDANTIL SECUNDARISTA DO COLÉGIO ESTADUAL CENTRAL DE BELO HORIZONTE (1977-1979).**

**Bruno Geraldo Guimarães Gonçalves**

Mestrado em Educação e Formação Humana pela Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG), pós-graduando em Gestão Escolar pela Universidade de São Paulo (USP) e professor da rede estadual de ensino de Minas Gerais.

**Resumo:** O presente estudo, inscrito no âmbito da História da Educação, tem como objetivo compreender como o impresso estudantil Caminhando contra o vento foi utilizado pelo Movimento Estudantil Secundarista do Colégio Estadual Central de Belo Horizonte entre os anos de 1977 e 1979. O Estadual Central, visto como uma instituição de referência na capital mineira, com o passar do tempo se tornou espaço de intensa agitação política estudantil, em especial, durante a Ditadura Civil-Militar, quando um grupo de jovens da escola se colocaram em oposição ao regime que estava sendo implantado no país. Ancorada na abordagem da História Política em diálogo com a História Cultural, a pesquisa foi realizada tomando como fonte e objeto de pesquisa o impresso Caminhando contra o vento. O impresso, criado pelos alunos da denominada Comissão Pró-Grêmio. Além desta publicação foram utilizados documentos escolares do Acervo Documental do Colégio Estadual Central e relato de egressos coletados mediante a metodologia da História Oral. A pesquisa partiu da hipótese de que os estudantes secundaristas teriam utilizado o impresso estudantil como um instrumento de resistência à Ditadura Civil-Militar. Contudo, constatou-se que esse impresso foi utilizado de formas distintas no período que remete ao recorte da pesquisa (1977 a 1979), seja como porta-voz das reivindicações e indignações estudantis no interior do Colégio, seja como espaço de divulgação de atos e manifestações políticas que ocorriam no país. O jornal também foi fundamental para reorganização do Movimento Estudantil de oposição na instituição, sendo que, foi através desse que parte dos estudantes buscaram efetuar uma luta em prol de maior liberdade, tanto no Colégio como na sociedade, os colocando dentro de um contexto maior, fazendo desse movimento parte de um processo que buscou o reestabelecimento da ordem democrática no país.

**Palavras-chave:** Educação. Impresso Estudantil. Ditadura Civil-Militar. Movimento Estudantil Secundarista. Comissão Pró-grêmio.

### **Introdução:**

A Ditadura Civil-Militar é um dos períodos mais significativos da nossa história republicana, momento no qual, o país passou a viver sobre a égide de uma estrutura política autoritária, onde os direitos políticos e as liberdades de centenas de milhares de brasileiros foram cerceadas e a repressão política e a tortura passaram a ser política de Estado com o



objetivo de estabelecer a busca pela manutenção da ordem, estabelecendo desta forma uma estrutura política de exceção.

Diante desta configuração política estabelecida ao longo dos Anos de Chumbo, atualmente estudos direcionados ao contexto histórico da Ditadura Civil-Militar vêm ganhando novos caminhos, como cita o historiador Rodrigo Patto Sá Motta (2017) ao dizer que devem ser estimuladas mais pesquisas a respeito de comportamentos e atitudes sociais com relação à ditadura. Diante desta perspectiva, estudos historiográficos relacionados à Ditadura Civil-Militar ainda encontram espaços e temas importantes para serem aprofundados em pesquisas como o caso do contexto educacional, um dos setores que teve mais interferência do Estado repressor constituído pelos “militares de farda verde oliva”.

Assim, trazendo o ambiente político da Ditadura Civil-Militar para âmbito educacional a pesquisa propõe estabelecer uma análise sobre o Movimento Estudantil Secundarista do Colégio Estadual Central de Belo Horizonte, sabendo que, os estudantes que se posicionaram em oposição ao Golpe Civil-Militar de 1964 mesmo com ações de sufocamento dos seus movimentos estudantis através de ações políticas como a Lei Suplicy Lacerda de 1964 e posteriormente o Decreto-Lei 477, considerado o Ato Institucional nº 5 da Educação.

Em relação ao Colégio Estadual Central de Belo Horizonte é importante destacar a sua importância no contexto da Capital Mineira, inaugurado em 1943, o colégio foi erguido para simbolizar uma ideia de modernização que havia em torno da cidade de Belo Horizonte, desta forma, assim como o Complexo da Pampulha, o Estadual Central foi um ousado projeto do jovem arquiteto Oscar Niemeyer (GOUVÊA; LISBOA, 2016).

Outra ideia que a obra do Colégio trazia era de integrar a instituição de ensino à cidade, fazer daquele espaço um local de socialização e liberdade. Essa ideia parte da própria concepção de Niemeyer, que pensa as suas obras não como espaço individualizado, mas sim com ares de coletividade. Dessa forma, a marca do Estadual foi não ter muros, o que segundo Teixeira (2019, p.160) representa “a integração da escola com a cidade e o trânsito dos alunos”.

É perante esta realidade de liberdade que se fomenta um dos mais importantes movimentos estudantis da cidade de Belo Horizonte. Os estudantes do Estadual Central, antes do Golpe de 1964, se organizando em torno do Diretório Estudantil mantendo uma relação com demais organizações estudantis da cidade, em especial, com a União Municipal dos Estudantes Secundaristas, a UMES. Outro ponto a considerar é que o Movimento Estudantil do Central trazia consigo toda uma amplitude ideológica e identitária, criando um xadrez ideológico, compostos por jovens membros da Ação Popular (AP), Juventude Universitária Católica (JUC), Partido Comunista Brasileiro (PCB) e a Organização Marxista Revolucionária-Política Operária (POLOP) (MORAES, 2014).

Com o golpe de 1964 e os ataques imediatos aos movimentos estudantis, o do Estadual Central logo se viu sobre a intervenção das ações governamentais, contudo, esses jovens não deixaram de se posicionar mesmo perante a realidade repressiva que se estabelecia no interior da instituição, passando a atuarem de forma clandestina no Colégio (TEXEIRA, 2019).

Diante a nova realidade, para cercear as ações dos estudantes secundaristas o governo militar impôs através Decreto-lei 869/69 a obrigatoriedade a inclusão da Educação Moral e Cívica, que juntamente com a imposição de uma nova disciplina escolar, estabeleceu a criação os Centros-Cívicos, que funcionariam sob a assistência de um orientador designado pelo diretor da instituição de ensino, passando a ser a única representação oficial dos estudantes no interior das instituições de ensino.

Com o Centro-Cívico em funcionamento os estudantes contrários ao regime militar buscaram articular novas estratégias para manterem seus posicionamentos em relação ao contexto político e educacional que estavam vivenciando, e uma das ações realizadas por esses



jovens foi a produção de impressos estudantis, que na percepção de Muller (2016) esses se tornam instrumentos de engajamento político, uma estratégia para organizar a luta contra a ditadura.

No Estadual Central, a criação de um impresso estudantil de posições oposicionista ficou a cargo da Comissão Pró-Grêmio, entidade estudantil criada para se opor ao Centro-Cívico e se posicionar contra as opressões internas e externas que estavam vivenciando. Assim, no ano de 1977 passa a circular no Estadual Central o impresso estudantil “Caminhando contra o Vento”, um jornal que se posicionaria de forma contrária as questões ligadas à Ditadura Civil-Militar, e para questionar as proibições feitas às nossas atividades, manifestando nosso apoio ao protesto dos demais setores da sociedade.

O impresso Caminhando contra o Vento se torna um instrumento de contestação das medidas adotadas pelo governo no âmbito da educação, em especial, da anulação das liberdades das entidades estudantis que culminou com a criação dos Centros Cívicos, fazendo do jornal um porta-voz de todos os estudantes, fazendo desse um espaço de denuncia dos problemas enfrentados no Colégio e também como elemento de congregação, ou seja, de busca por estudantes dispostos a se posicionar contra o ambiente autoritário que regia o Colégio e o país.

Diante disso, o presente estudo estabeleceu como objetivo compreender como o impresso estudantil Caminhando contra o vento foi utilizado pelo Movimento Estudantil Secundarista do Colégio Estadual Central de Belo Horizonte entre os anos de 1977 e 1979.

### **Metodologia:**

O presente estudado qualificou-se como uma pesquisa histórica no campo da História da Educação, tendo como perspectiva o diálogo entre pressupostos da História Cultural e da História Política e no que tange a metodologia se fez uso das seguintes fontes: documentação escolar composta pelo próprio acervo do Colégio Estadual Central de Belo Horizonte, sendo consultados documentos referentes a fichas de alunos e sobre à própria dinâmica pedagógica e institucional, o impresso estudantil produzido pelos estudantes secundaristas do Colégio Estadual Central “Caminhando contra o vento” que, além de fonte, foi também o objeto de estudo desta pesquisa, sendo consultado seis edições produzidas entre os anos de 1977 a 1979 e por fim, relatos orais de egressos da Instituição usando a metodologia da História Oral, sendo que, esses egressos composto por aqueles que compuseram a Comissão Pró-Grêmio e participaram efetivamente da produção do impresso “Caminhando contra o vento”, em relação aos egressos que participaram da pesquisa, foram cinco ex-alunos, todos dos sexo masculino e que estudaram na colégio entre os anos 1975 a 1979.

### **Resultados e discussão:**

Ao longo do desenvolvimento da pesquisa, norteados pelos pressupostos da História Política e da História Cultural foi estabelecido uma análise inicial sobre movimento estudantil, destacando o debate histográfico sobre as juventudes inseridas no contexto da Ditadura Civil-Militar, onde foi possível perceber a partir de estudos de Braghini (2010) e Martins (2020) que não houve uma homogeneização em relação ao posicionamento político desse jovens, classificando-os como: juventude estudiosa, juventude conservadora e juventude democrática.

Por fim, pensando no objetivo do estudo chegamos foi possível perceber que a criação do impresso estudantil “Caminhando contra o vento” foi uma ação realizada por estudantes que após as ações repressivas durante III Encontro Nacional dos Estudantil em 1977 criaram a Comissão Pró-Grêmio no intuito de reorganizarem o Movimento Estudantil no Colégio Estadual Central de Belo Horizonte, com o jornal, esses estudantes fizeram do impresso um porta-voz das demandas estudantis, sendo que, em um primeiro momento um impresso voltado



especificamente direcionado a questões internas e já por volta do ano de 1978, devido ao processo de abertura política “lenta, segura e gradual” o Caminhando contra o vento passou a ser um espaço de divulgação de eventos políticos externos como a reorganização do movimento sindical e a luta pela anistia e carestia, demarcando que, apesar de ter uma posição de levantar demandas internas, o impresso trouxe a luta maior que havia na sociedade pelo reestabelecimento da democracia em nosso país.

### Considerações finais:

Ao finalizar a pesquisa sobre o Movimento Estudantil Secundarista do Colégio Estadual Central de Belo Horizonte, representado pela Comissão Pró-Grêmio que objetivou em compreender o uso do impresso estudantil “Caminhando Contra o Vento” ‘percebe-se que esse funcionou como voz de resistência contra o autoritarismo escolar e a Ditadura Civil-Militar no Brasil, abordando temas como a cobrança de mensalidades, ensino de baixa qualidade e a repressão à representatividade estudantil. Inicialmente, focado em questões internas, o jornal gradualmente ampliou seu escopo para apoiar movimentos sociais e sindicais, incluindo a luta pela anistia e contra a carestia. A pesquisa sugere investigações futuras, como a relação dos estudantes com sindicatos e comparações com outros impressos estudantis da época.

### Referências:

BRAGHINI, K. M. Z. A ‘Vanguarda Brasileira: a juventude no discurso da Revista da Editora Brasil S/A (1961-1980). 2010. 354 f. Tese (Doutorado). Orientador: Kazumi Munakata. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2010.

GOUVEA, M. S. S; LISBOA, A. H. Colégio Estadual Central: autogoverno e produção social da excelência no ensino secundário (Belo Horizonte, 1956-1964). Educação em Revista, v. 32, n. 01, p. 261-286, 2016. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/edrevista/article/view/21240/30453>. Acesso em: 01/11/2024.

LIMA, D. B. O Comando de Caça aos Comunistas (CCC): do estudante ao terrorista (1963-1980). 2020. 279 f. Dissertação (Mestrado). Orientadora: Katya Mitsuko Zuquim Braghini. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. 2020.

MOTTA, R. P Sá. Ditadura militar no Brasil: historiografia, política e memória. 2017. Disponível em: <https://www.cafehistoria.com.br/entrevista-rodrigo-patto-sa/>. Acesso em: 01/11/2024.

MULLER, A. O movimento estudantil na resistência à Ditadura Militar (1969- 1979). Rio de Janeiro: Garamond, 2016.

TEIXEIRA, A. H. L. Uma escola sem muros: Colégio Estadual Central de Minas Gerais. Belo Horizonte: Fino Traço, 2019.



## O PAPEL DA EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA NA FORMAÇÃO DO ESTUDANTE

**Caroline Ferreira Cunha Santos**  
Doutoranda do PPGEduCS - UNIVÁS

**Dra Roberta Cortez Gaio**  
Orientadora e Professora do PPGEduCS

**Resumo:** Este estudo investiga a extensão universitária no IFSULDEMINAS como um componente fundamental e seu papel na formação do estudante e como agente de transformação social. A pesquisa, em andamento, adota uma abordagem qualitativa que combina revisão bibliográfica e pesquisa documental, incluindo a análise de documentos relacionados à regulamentação da extensão no Brasil e na Universidade de Coimbra, devido a um estágio de pesquisa na instituição. O objetivo da pesquisa é compreender as práticas extensionistas em ambas as instituições e seu impacto na formação dos estudantes do IFSULDEMINAS. Os resultados preliminares indicam que a concepção de extensão não está bem definida entre as universidades, influenciando as práticas adotadas. As ações extensionistas demonstram promover transformações pessoais nos estudantes e reflexões que se refletem em suas vidas profissionais, reforçando a importância da interação entre a universidade e a sociedade. Espera-se que os resultados desta pesquisa contribuam para o campo acadêmico e influenciem políticas e práticas de extensão, promovendo um debate mais profundo e ações mais eficazes.

**Palavras-chave:** Extensão Universitária. Educação. Formação de Estudantes.

### Introdução:

Este trabalho consiste em um relato da pesquisa de doutorado que vem sendo desenvolvida no PPGEduCS – Programa de Pós-graduação em Educação, Conhecimento e Sociedade da Universidade do vale do Sapucaí (UNIVÁS). O tema da pesquisa em andamento diz respeito às contribuições das atividades de extensão desenvolvidas no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas Gerais (IFSULDEMINAS) – *Campus Machado* na formação dos estudantes.

A Extensão Universitária, também conhecida como terceira missão, constitui, ao lado da pesquisa e do ensino, o tripé que sustenta a Universidade e tem papel fundamental na promoção do diálogo entre universidade e sociedade. Tendo em vista o princípio constitucional da indissociabilidade ensino, pesquisa e extensão e o papel social da universidade, destaca-se a relevância desse tema e, portanto, a necessidade de mais pesquisas para que se estabeleçam mais espaços para esse debate a fim de que ultrapassem os muros da universidade e resultem em ações efetivas na comunidade.

Conforme definida pela Política Nacional de Extensão, “a Extensão Universitária, sob o princípio constitucional da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, é um



processo interdisciplinar, educativo, cultural, científico e político que promove a interação transformadora entre Universidade e outros setores da sociedade.” (FORPROEX, 2012). Apesar da sua importância, a concepção de extensão universitária não é homogênea e tem evoluído ao longo do tempo. Historicamente, a extensão foi vista de diferentes maneiras, incluindo a prestação de serviços, a realização de cursos e eventos, e o assistencialismo. Ainda hoje, existe uma falta de clareza sobre o que exatamente constitui a extensão e qual é o seu papel na universidade.

No Brasil, as primeiras ações de extensão universitária remontam a 1911, influenciadas pelos modelos europeu e norte-americano, focando tanto na oferta de cursos quanto na prestação de serviços. O Estatuto da Universidade Brasileira (1931) foi o primeiro documento legislativo a mencioná-la formalmente, seguido pela LDB de 1961 e a Lei Básica da Reforma Universitária de 1968, que consolidaram a extensão como um compromisso da universidade em compartilhar o conhecimento com a sociedade. Em 1988, a Constituição Brasileira formalizou o princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, fortalecendo a integração entre a academia e a comunidade. Mais recentemente, a Política Nacional de Extensão de 2012 e o Plano Nacional de Educação de 2014 reforçaram a extensão como um instrumento fundamental para a democratização do conhecimento e estipularam a curricularização de atividades extensionistas.

Este contexto histórico demonstra a crescente relevância da extensão universitária como meio de inter-relação entre universidade e sociedade, destacando o papel transformador dessa prática. No entanto, ainda se observam distintas concepções e práticas de extensão no cenário universitário, e as reflexões sobre o impacto na formação dos estudantes são necessárias para fortalecer seu papel na formação integral.

Para alcançar a perspectiva dialógica proposta pela Política Nacional de Extensão em suas diretrizes, a obra de Paulo Freire é fundamental. Freire (1983) afirmou que “a educação é comunicação, é diálogo, na medida em que não é transferência de saber, mas um encontro de sujeitos interlocutores que buscam a significação dos significados.” Essa visão norteia a compreensão de extensão como uma via de mão-dupla que enriquece tanto a universidade quanto a sociedade.

Embora o foco desta pesquisa seja a extensão universitária no Brasil, mais especificamente no IFSULDEMINAS, buscamos ampliar suas fronteiras por meio de um estágio de pesquisa fomentado pelo Programa de Doutorado Sanduíche no Exterior oferecido pela CAPES. Esse estágio está sendo desenvolvido na Universidade de Coimbra, em Portugal, buscando compreender como ocorrem as práticas de extensão nessa instituição e, a partir das informações e percepções provenientes dessa experiência, comparar e estabelecer relações entre a extensão realizada no Brasil e em Portugal. O estágio está sendo realizado os meses de setembro a dezembro de 2024 na Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade de Coimbra sob a orientação do professor Dr. Joaquim Luís Medeiros Alcoforado.

Este estudo visa investigar as práticas e as contribuições da extensão no IFSULDEMINAS para a formação pessoal e profissional do estudante, explorando seu papel na formação integral. Além disso, com o estágio de pesquisa na Universidade de Coimbra, em Portugal, busca-se analisar as práticas extensionistas desenvolvidas nessa instituição, comparando-as com as do IFSULDEMINAS – *Campus Machado*, para uma compreensão das aproximações e diferenças entre as realidades brasileira e europeia.

## Metodologia:

Trata-se de uma pesquisa aplicada, de abordagem qualitativa, seguindo a definição de Gerhardt e Silveira (2009) de que “a pesquisa qualitativa preocupa-se, portanto, com aspectos



da realidade que não podem ser quantificados, centrando-se na compreensão e explicação da dinâmica das relações sociais.”

Os procedimentos metodológicos adotados incluem pesquisa documental e pesquisa de campo. Inicialmente, realizamos um levantamento dos documentos oficiais relacionados à extensão universitária, como legislação, planos nacionais de educação, políticas oriundas dos fóruns de extensão, as Diretrizes para Extensão na Educação Superior Brasileira, e resoluções específicas do IFSULDEMINAS. Com o estágio de pesquisa em Portugal, foram incluídos os documentos relacionados à extensão na Universidade de Coimbra, em busca de compreender a regulamentação das práticas extensionistas nessa instituição. Para complementar essa análise, será feita observação das ações de extensão realizadas na Universidade de Coimbra, o que possibilitará uma perspectiva comparativa e uma visão mais aprofundada das práticas extensionistas no contexto europeu.

Para embasar a pesquisa, foi conduzida uma revisão sistemática da literatura com foco em estudos sobre a extensão universitária dos últimos cinco anos, visando identificar as contribuições dessa prática na formação dos estudantes. Essa revisão está em fase de publicação pela Revista Intersaberes, com o título “A Extensão Universitária como fundamento para uma formação cidadã: uma revisão sistemática”.

Na etapa de campo, será utilizada observação participante, e os dados serão coletados por meio de entrevistas semiestruturadas com os participantes de um projeto de extensão do Campus Machado. Dentre os projetos desenvolvidos no campus, selecionou-se o projeto de Equoterapia, seguindo os critérios de tempo de existência (superior a cinco anos) e participação mínima de dez integrantes, o que permite observar impactos contínuos e significativos dessa prática na comunidade. A Equoterapia constitui um método terapêutico e educacional que utiliza o cavalo em uma abordagem interdisciplinar, envolvendo saúde, educação e equitação. O campus oferece sessões gratuitas à comunidade, com foco no desenvolvimento biopsicossocial de pessoas com deficiência ou necessidades especiais (IFSULDEMINAS, 2020).

As entrevistas serão gravadas em áudio, transcritas e analisadas, respeitando-se os procedimentos de análise qualitativa. A amostra será composta por servidores envolvidos no projeto (incluindo o coordenador), alunos de graduação e cursos técnicos participantes ativos, além de membros da comunidade externa que utilizam o serviço.

A pesquisa foi submetida ao Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da UNIVÁS e obteve aprovação pelo parecer 5.767.407, em novembro de 2022.

### **Resultados e discussão:**

A partir da pesquisa documental e revisão bibliográfica, identificamos que a extensão universitária, embora seja parte da missão da universidade e indissociável do ensino e da pesquisa, sempre foi a mais preterida nesse tripé. Sua trajetória de inserção nas instituições se dá a partir de regulamentações oficiais, especialmente dos documentos produzidos pelo FORPROEX, como o Plano Nacional de Extensão e a Política Nacional de Extensão, além das metas propostas pelo Plano Nacional de Educação e resoluções do Conselho Nacional de Educação, que configuram o movimento de curricularização da extensão no Brasil, intensificado em 2024, prazo final para que as IES adequem seus currículos com 10% dos créditos de graduação em atividades de extensão.

Apesar da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão estar prevista na Constituição de 1988, o movimento de inserção curricular obrigatória da extensão indica que esse lugar de direito ainda não é uma realidade prática nas IES.



Uma questão relevante que se destacou também foi a concepção de extensão universitária. Desde a Lei Básica da Reforma Universitária de 1968, em que o termo “estender” sugeria que a universidade deveria ampliar o alcance do conhecimento produzido à comunidade por meio de cursos e serviços, observamos uma evolução desse conceito até a definição presente na resolução nº 7 de 2018 do CNE. Nessa resolução, a extensão é descrita como

a atividade que se integra à matriz curricular e à organização da pesquisa, constituindo-se em processo interdisciplinar, político educacional, cultural, científico, tecnológico, que promove a interação transformadora entre as instituições de ensino superior e os outros setores da sociedade, por meio da produção e da aplicação do conhecimento, em articulação permanente com o ensino e a pesquisa (Brasil, 2018).

Destaca-se aqui a extensão como parte integrante do currículo, que é justamente o alvo do processo de curricularização; além disso, ela também emerge como meio de aplicação da pesquisa, efetivando, assim, a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. Outro ponto importante desse conceito é a definição da extensão como processo interdisciplinar, sugerindo continuidade e conexão de saberes, e sua característica essencial: promover a interação entre universidade e sociedade.

Conforme discutido em nossa revisão sistemática (Cunha e Gaio, no prelo), essa questão se mostra fundamental, já que a concepção de extensão não está claramente definida nas universidades, inclusive entre docentes e estudantes envolvidos com essa prática. Ressaltamos no artigo que a forma como a extensão é compreendida pela universidade e seus atores está diretamente ligada às ações propostas, às metodologias utilizadas e, inclusive, à valorização e ao financiamento dessas ações. A concepção de extensão universitária, portanto, importa e define os rumos a serem tomados pelas instituições e seus sujeitos nas políticas e práticas extensionistas.

Quanto à relação entre a extensão universitária e a formação do estudante, pergunta que norteou nossa revisão sistemática, observamos ser essa uma dimensão amplamente discutida nas pesquisas analisadas. O Impacto na Formação do Estudante é uma das diretrizes da Política Nacional de Extensão, e foi percebido nos relatos de discentes que o impacto das ações extensionistas vai além das dimensões técnicas, promovendo transformações pessoais e reflexões profundas que se refletem na vida profissional dos discentes (Rios, Sousa e Caputo, 2019). Esses são apenas alguns resultados parciais da pesquisa, ainda em andamento, e que possui muitos elementos a serem analisados ao longo do desenvolvimento dos próximos passos.

### **Considerações Finais:**

Embora esta pesquisa ainda esteja em andamento, já é possível perceber a importância da extensão universitária nas instituições de ensino superior como um espaço de diálogo e agente de transformação social. A extensão deve ser vista e praticada como uma via de mão dupla, enriquecendo tanto a universidade quanto a sociedade.

Nesse sentido, podemos avançar em direção a uma educação mais democrática e plural, que contribua não apenas para a formação do estudante, mas também para o desenvolvimento da sociedade como um todo. Espera-se que os resultados desta pesquisa possam enriquecer o campo acadêmico e influenciar políticas e práticas relacionadas à extensão universitária, proporcionando uma compreensão mais abrangente e aprofundada dos desafios e oportunidades que essa prática enfrenta.

Além disso, a pesquisa pretende gerar impacto não só no âmbito acadêmico, mas também na sociedade em geral, oferecendo contribuições significativas para a prática de



extensão. Isso deve promover um debate mais profundo e ações mais eficazes tanto na comunidade acadêmica quanto na sociedade, fortalecendo o papel da extensão universitária como um elemento essencial para a transformação social.

### Referências:

BRASIL. Resolução nº 7, de 18 de dezembro de 2018. Estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira e regimenta o disposto na Meta 12.7 da Lei nº 13.005/2014 que aprova o PNE 2014-2024 e dá outras providências. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=104251-rces007-18&category\\_slug=dezembro-2018-pdf&Itemid=30192](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=104251-rces007-18&category_slug=dezembro-2018-pdf&Itemid=30192) Acesso em: 15/11/2021

CUNHA, C. F. S.; GAIO, R. C. A Extensão universitária como fundamento para uma formação cidadã: uma revisão sistemática. *Revista Intersaberes*. Aceito para publicação. FORPROEX. *Política Nacional de Extensão*. 2012. Disponível em: <http://www.renex.org.br/documentos/2012-07-13-Politica-Nacional-de-Extensao.pdf> . Acesso em: 20 nov.2022

FREIRE, Paulo. *Extensão ou Comunicação?* 8. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983. Tradução de Rosisca Darcy de Oliveira

GERHARDT, T.E; SILVEIRA, D.T. *Métodos de Pesquisa*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009. Disponível em <<http://www.ufrgs.br/cursopgdr/downloadsSerie/derad005.pdf>>. Acesso em 10/11/2021

IFSULDEMINAS. *Revista de extensão IFSULDEMINAS: projetos, capacitações e eventos do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas Gerais*. 5. ed. Pouso Alegre: PROEX, 2020.

RIOS, D. R. da S.; SOUSA, D. A. B. de; CAPUTO, M. C. Diálogos interprofissionais e interdisciplinares na prática extensionista: o caminho para a inserção do conceito ampliado de saúde na formação acadêmica. *Interface - Comunicação, Saúde, Educação*, v. 23, p. e180080, 2019. DOI: <https://doi.org/10.1590/Interface.180080>. Acesso em: 10 jan. 2024.



## O PAPEL DA TECNOLOGIA NA SOCIEDADE PÓS-PANDEMIA: DESAFIOS, OPORTUNIDADES E IMPACTOS NA ESCOLA

Ana Keley Cassimiro

Juliana Marcondes Bussolotto

**Resumo:** O trabalho "O Papel da Tecnologia na Sociedade Pós-Pandemia: Desafios, Oportunidades e Impactos na Escola" explora a influência da tecnologia no ambiente educacional após a pandemia. A pesquisa utiliza a análise documental para compreender as dinâmicas educacionais relacionadas ao uso de tecnologia, indo além dos conteúdos explícitos para interpretar subtextos e contextos de produção. São investigadas as percepções e integrações das tecnologias educacionais nas práticas pedagógicas, visando entender a evolução do uso de aparelhos digitais ao longo do tempo. A dissertação também aborda a eficácia de diferentes tecnologias e abordagens pedagógicas digitais, buscando recomendações para educadores e instituições. A divulgação dos resultados será feita em periódicos acadêmicos, conferências, mídias sociais e blogs educacionais, visando contribuir para o avanço das práticas educacionais no contexto pós-pandêmico.

**Palavras-chave:** Tecnologia. Impactos. Ensino Remoto. Aprendizagem. Inclusão.

### Introdução:

A era pós-pandêmica tem evidenciado a crescente importância da tecnologia na educação, sendo fundamental para a continuidade do aprendizado em meio ao distanciamento social. A tecnologia permite personalizar o ensino, ampliar o acesso a recursos educacionais e aumentar a interação entre alunos e professores. Contudo, a implementação dessa tecnologia enfrenta desafios, como a desigualdade no acesso à internet e à infraestrutura tecnológica, além da necessidade de capacitação dos educadores.

Os impactos da tecnologia na educação são variados, com benefícios, como a maior motivação dos alunos e a melhoria da qualidade do ensino, mas também riscos, como a exclusão digital e a dependência excessiva de ferramentas tecnológicas. Para superar esses obstáculos, é essencial investir em infraestrutura, promover parcerias com empresas de tecnologia e oferecer formação contínua aos professores.

O futuro promete avanços ainda mais transformadores, como a inteligência artificial e a realidade virtual, que podem personalizar ainda mais o aprendizado. A inclusão digital e a alfabetização tecnológica são fundamentais para garantir que todos os alunos tenham acesso igualitário ao aprendizado, preparando-os para um mundo interconectado. Além disso, é necessário considerar a sustentabilidade no uso da tecnologia educacional, buscando minimizar impactos ambientais e promover a responsabilidade social.

Diante desses impactos e desafios, é imprescindível uma revisão e adaptação na formação dos professores. Os educadores precisam desenvolver habilidades digitais e pedagógicas específicas que lhes permitam utilizar as ferramentas tecnológicas de forma crítica, consciente e integrada ao currículo escolar. Este processo envolve não apenas o domínio técnico



das ferramentas, mas também a capacidade de as aplicar de forma criativa e eficiente para enriquecer a experiência de aprendizagem.

### **Metodologia:**

A dissertação apresenta a metodologia de uma pesquisa que investiga o uso de tecnologias na educação, com foco na Escola Estadual João Lopes em Cambuí-MG, especialmente após a pandemia. A obra de Robson Pequeno de Souza (2011) é citada para destacar como as tecnologias digitais remodelam os ambientes de aprendizagem e impactam tanto professores quanto alunos, enfatizando a necessidade de práticas educacionais adaptativas e inclusivas.

A pesquisa adota uma abordagem mista, integrando métodos qualitativos e quantitativos. O questionário online é a principal ferramenta de coleta de dados primários, complementado por análise documental e revisão bibliográfica como fontes secundárias. O questionário é projetado para coletar dados mensuráveis sobre o uso de tecnologias, como frequência e tipos de ferramentas adotadas, além de capturar percepções qualitativas dos participantes sobre suas experiências e desafios.

A observação direta é utilizada para registrar as interações pedagógicas mediadas por tecnologia em tempo real, proporcionando uma visão dinâmica do ambiente educacional. A análise documental é fundamental para entender como as práticas pedagógicas e a relação professor-aluno foram afetadas ao longo do tempo, especialmente durante a pandemia. Além disso, a análise de registros de desempenho dos alunos permite avaliar objetivamente a eficácia do ensino mediado por tecnologia.

A combinação dessas diversas fontes de dados visa oferecer uma visão holística e multifacetada do uso de tecnologias na educação, destacando não apenas as práticas prevalentes, mas também os desafios e oportunidades que surgem nesse contexto. A pesquisa busca contribuir para uma compreensão mais profunda das dinâmicas educacionais contemporâneas e da relação entre tecnologia e aprendizagem.

### **Resultados e discussão:**

Os resultados apresentados na dissertação "O Papel da Tecnologia na Sociedade Pós-Pandemia: Desafios, Oportunidades e Impactos na Escola" apresenta os seguintes tópicos relacionados a baixo:

1. A pesquisa identificou a evolução do uso de tecnologias educacionais ao longo do tempo, destacando como a pandemia acelerou a adoção de ferramentas digitais nas práticas pedagógicas.
2. Os dados a ser coletados por meio de questionários (formulário) revelará as percepções dos educadores sobre a eficácia das tecnologias na educação, incluindo tanto os benefícios quanto os desafios enfrentados na implementação dessas ferramentas.
3. Um dos principais desafios identificados até o momento e desigualdade no acesso à internet e à infraestrutura tecnológica, o que impacta a equidade na educação. A pesquisa destacará que nem todos os estudantes têm acesso adequado às tecnologias necessárias para o aprendizado.
4. Os resultados indicaram que a integração de tecnologias digitais pode ter impactos significativos na aprendizagem dos alunos, mas também ressaltará a necessidade de formação contínua para educadores, a fim de maximizar esses benefícios.
5. A dissertação propõe recomendações para educadores e instituições sobre como integrar efetivamente a tecnologia nas práticas pedagógicas, visando melhorar a qualidade do ensino e promover a inclusão.



6. Os resultados esperados da pesquisa visam contribuir para o avanço das práticas educacionais no contexto pós-pandêmico, oferecendo insights valiosos para educadores, formuladores de políticas e a comunidade acadêmica.

Esses resultados refletem uma análise abrangente das dinâmicas educacionais relacionadas ao uso de tecnologia, destacando tanto as oportunidades quanto os desafios que surgiram no cenário educacional pós-pandêmico.

### **Conclusão:**

As considerações finais da dissertação "O Papel da Tecnologia na Sociedade Pós-Pandemia: Desafios, Oportunidades e Impactos na Escola" sintetizam os principais achados da pesquisa e refletem sobre a importância da tecnologia na educação contemporânea. Embora o texto completo não esteja pronto, com base nas informações fornecidas até o momento, podemos já inferir alguns pontos que serão abordados nas considerações finais desta dissertação:

1. Os principais resultados da pesquisa, destacando tanto os desafios quanto as oportunidades que a tecnologia trará para o ambiente educacional no contexto pós-pandêmico.
2. Demonstrará também a relevância da tecnologia como uma ferramenta essencial para a continuidade e a melhoria da educação, especialmente em tempos de crise, como a pandemia, lembrando que devemos orientar os alunos no seu dia a dia a melhor forma de utilizar a tecnologia, recomendando aos educadores, gestores e formuladores de políticas sobre como integrar a tecnologia de maneira eficaz nas práticas pedagógicas, promovendo um ambiente de aprendizagem mais inclusivo e equitativo.
3. Por fim, devemos ressaltar a contribuição da pesquisa para a prática educacional, destacando como os resultados podemos informar e melhorar as abordagens pedagógicas no contexto atual.

Esses elementos são bem mostrados na dissertação até o momento com interseção entre tecnologia e educação, especialmente em um cenário de transformação como o vivido durante e após a pandemia.

### **Referências:**

SciELO Books / SciELO Livros / SciELO Libros - SOUSA, RP., MIOTA, FMCSC., and CARVALHO, ABG., orgs. Tecnologias digitais na educação [online]. Campina Grande: EDUEPB, 2011. 276 p. ISBN 978-85-7879-124-7. Available from SciELO Books <<http://books.scielo.org>>.



## O PROCESSAMENTO DA INFORMAÇÃO VISUAL EM CRIANÇAS NA ALFABETIZAÇÃO

Profa. Me. Alessandra de Melo Isaac Silveira

Profa. Dra. Susana Gakyia Caliatto

**Resumo:** A presente pesquisa tem como tema o processamento da informação visual, as habilidades visuais e a alfabetização. O processamento da informação visual pode ser conceituado como a capacidade do cérebro de interpretar dados captados pela visão, envolvendo as habilidades visuais. As habilidades visuais tratadas no presente estudo foram a Análise e Síntese, Figura-fundo, Fechamento visual, Memória visual, Sequenciação visual, Discriminação visual, Constância da forma, Relações espaciais, Função visomotora e Movimentos oculares. No período de alfabetização, há o aprimoramento de distintas habilidades, como as cognitivas, linguísticas, motoras e visuais, pelas crianças. O objetivo geral da investigação foi verificar as correlações entre habilidades visuais e desempenho na construção da escrita pelas crianças. Com isso, foram traçados os seguintes objetivos específicos: avaliar habilidades visuais em crianças do 2º ano do Ensino Fundamental, mensurar o desempenho das crianças em escrita e comparar os desempenhos em habilidades visuais e os níveis de escrita das crianças. Para a investigação das habilidades visuais, propôs-se o desenvolvimento de um instrumento de Avaliação das Habilidades da Percepção Visual (AHPV) e, para avaliação do desempenho na construção da alfabetização, utilizou-se do Teste de sondagem do nível de leitura e escrita das crianças (FERREIRO; TEBEROSKY, 1999). Participaram 78 estudantes, sendo 47% do sexo feminino e 53% do sexo masculino, matriculados na rede pública de ensino no sul de Minas Gerais, no 2º ano do Ensino Fundamental I. Os resultados das análises apontaram correlações positivas e estatisticamente significativas para as habilidades de Análise e Síntese e Memória visual ( $p < 0,05$ ), Fechamento visual ( $p < 0,05$ ) e Movimentos oculares ( $p < 0,05$ ), com a construção da Escrita, podendo-se afirmar que para essas habilidades, à medida que os escores aumentaram, também há progressão nos níveis de escrita, confirmando aspectos das análises qualitativas. Ao final, apresentam-se atividades de estimulação das habilidades visuais como implicações educacionais do presente estudo

**Palavras-chave:** Processamento da informação visual. Habilidades visuais. Alfabetização.

### Introdução:

O processamento da informação visual é conceituado por Fonseca (1995) como a capacidade do cérebro de perceber, interpretar e armazenar dados visuais. Pode ser explicado por meio dos processos de *input*, elaboração e *output* dos estímulos percebidos e transformados



em aprendizagens, memórias de longo prazo e ações motoras. Segundo o mesmo autor, o procedimento de ler e escrever é condicionado ao processamento de informações por meio de um conjunto de habilidades perceptivo-visuais, de modo que o desenvolvimento prévio de estruturas cognitivas e habilidades visuais específicas disponibiliza condições mais adequadas às aprendizagens escolares e à alfabetização.

Os pressupostos teóricos adotados para o desenvolvimento desta pesquisa consideraram as explicações do modelo neuropsicolinguístico, com base no processamento da informação, para a condução do desenvolvimento de atividades de avaliação da percepção visual, conforme as indicações de Capovilla e Capovilla (2004), Fonseca (1995), Giménez (2011), Oliveira e Mendez (2012), Silva e Capellini (2013). Com isso desenvolveu-se um instrumento inicial para a verificação do desempenho em habilidades visuais de crianças do 2º ano do Ensino Fundamental, nível escolar em que se espera a consolidação da alfabetização. O modelo da psicogênese da escrita, desenvolvido por Ferreiro e Teberosky (1985, 1999), foi apresentado para fundamentar o instrumento de avaliação usado na investigação do desempenho das crianças nos níveis de construção da escrita.

**Metodologia:**

A presente pesquisa se caracteriza pela abordagem quanti-quali. Esta abordagem é descrita por Severino (2016, p.125) como “conjuntos de metodologias, envolvendo, eventualmente, diversas referências epistemológicas”. Ainda segundo o autor, a pesquisa quantitativa apresenta aspectos apontando-se cálculos e valores numéricos para a análise dos dados e em aspectos qualitativos uma discussão aprofundada sobre o objeto de estudo e suas qualidades, considerando a literatura da área.

Quanto ao seu objetivo a pesquisa se insere na categoria de pesquisa exploratória, cujo levantamento de informações sobre um determinado construto, delimita um campo de trabalho e caracteriza a manifestação desse objeto, com vistas a descobrir informações novas sobre o sobre fenômenos que o envolvem. Em relação ao seu delineamento é do tipo de campo, em que o objeto/fonte é abordado em seu próprio meio ambiente. A coleta de dados é feita nas condições naturais em que os fenômenos ocorrem, sendo assim diretamente observados, sem intervenção e manuseio por parte do pesquisador (SEVERINO, 2016).

**Resultados e discussão:**

Primeiramente serão apresentados para visualização os dados descritivos mínimo, máximo, média e desvio-padrão dos instrumentos de avaliação de desempenho das habilidades visuais. Após são apresentadas as médias de desempenho da escrita e a sua classificação em níveis. Logo após, apresentam-se os dados inferenciais de correlação dos resultados das médias alcançadas nos instrumentos AAHPV (Avaliação das Habilidades da Percepção Visual) e Ditado (TQPF). Na Tabela 1 são descritos os resultados da pontuação alcançada pela amostra em relação às habilidades visuais. Apresentam-se os valores mínimos e máximos possíveis para cada habilidade, a média e o desvio-padrão das habilidades medidas pelo instrumento.

**Tabela 1.** Resultados da pontuação das habilidades visuais no instrumento AAHPV.

Habilidades	Escore	Min.	Max.	M	DP
AS	0 – 2	0,5	2,0	4,97	1,03
MV	0 – 2	0,3	2,0	5,97	1,94



DV	0 – 1	0	1,0	0,98	0,11
SV	0 – 2	1,0	2,0	1,66	0,47
CF	0 – 1	0,25	1,0	3,79	0,54
RE	0 – 2	0,6	2,0	5,76	0,83
Fe.V	0 – 2	1,0	2,0	1,89	0,30
FF	0 – 2	0	2,0	1,20	0,79
Fu.V	0 – 2	0	2,0	2,06	0,91
MO	0 – 1	0,5	1,0	0,93	0,24
<b>Total</b>	<b>17</b>	<b>4,15</b>	<b>0,17</b>	<b>29,24</b>	<b>7,16</b>

Fonte: Elaboração própria (2019).

### Conclusão:

Com o objetivo de verificar as correlações entre habilidades visuais e desempenho na construção da escrita pelas crianças, a pesquisa foi concluída explicitando os resultados e propondo atividades de estimulação para cada habilidade visual. A aplicação transcorreu de forma satisfatória, tanto para a pesquisadora quanto pelos estudantes que participaram. Como foi realizada em quatro salas de 2º ano, a cada dia ao longo de uma semana, a pesquisadora esteve na escola para aplicação, encontrando pelos corredores os alunos que já haviam participado e outros alunos das salas que ainda não tinham participado, indagando quando seria a vez deles. Durante a explicação da importância de sua participação na pesquisa, os alunos demonstraram satisfação e entusiasmo, realizando todas as atividades com muito empenho. As professoras regentes das salas demonstravam preocupação com o desempenho dos seus alunos e indagavam se o instrumento poderia ser utilizado por elas, o que vinha ao encontro com a intenção da pesquisadora de criar um instrumento a ser utilizado por professores e que não fique restrito a consultórios.

A presente pesquisa oportunizou a junção da teoria e da prática, culminando na elaboração de um instrumento piloto de avaliação/diagnóstico das habilidades visuais para crianças em conclusão do 2º ano do ensino fundamental I e que poderá ser utilizado por professores em sala de aula.

### Referências:

FERREIRO, E.; TEBEROSKY, A. *Psicogênese da Língua Escrita*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1999.

FONSECA, V. *Introdução às dificuldades de aprendizagem*. 2. ed. rev. aum. Porto Alegre: Artes Médicas, 1995.

SILVA, C.; CAPELLINI, S. *Desempenho de escolares com e sem transtorno de aprendizagem em leitura, escrita, consciência fonológica, velocidade de processamento e memória de trabalho fonológica*. Revista Psicopedagogia, v. 30, n. 91, p. 3-11, 2013.



## **PANDEMIA, BIOÉTICA E MEIO AMBIENTE: REFLEXÕES EM TEMPOS DE COVID-19 - A RELAÇÃO ENTRE A EDUCAÇÃO AMBIENTAL E A BIOÉTICA**

**Leandro Alves Pereira**

Graduado em Ciências Biológicas e Geografia; mestre em Bioética; doutorando em Educação, Conhecimento e Sociedade

**Resumo:** A pandemia de Covid-19 oferece valiosa oportunidade para conhecer qual o enfoque dado ao meio ambiente, a educação ambiental e à bioética através da análise de publicações em jornal de grande circulação. A pesquisa, fruto desta dissertação de mestrado, conduzida no decorrer da pandemia reflete aquilo que se pôde identificar no calor do evento. O trabalho foi dividido em duas partes, a primeira parte buscou identificar os caminhos percorridos pela bioética e a educação ambiental, desde seu discreto surgimento no início do século XX pelo alemão Jahr, até sua estruturação acadêmica por Potter nos anos 70 do mesmo século, e sua visão macro, contemplando todos os seres vivos e a biosfera do planeta. No segundo momento buscou estabelecer pontes com a bioética ambiental, a qual resgata as ideias originais de Potter. Como se trata da observação de um fenômeno, durante sua ocorrência, optou-se por analisar uma mídia de grande circulação a fim de saber qual a perspectiva oferecida aos seus leitores. A partir das informações coletadas e analisadas se pôde verificar quais as demandas eram mais caras à sociedade e quais, embora importantes e ligadas à pandemia, são deixadas em segundo plano. Por ser uma pesquisa desenvolvida no decorrer da pandemia, as questões aqui abordadas refletem um recorte do momento. E seu objetivo foi discutir em que medida as questões ambientais, dentre elas a educação ambiental, se relacionam com a emergência de uma pandemia e analisar, à luz dos referenciais da Bioética Ambiental, a (in)visibilidade das questões éticas no contexto da Covid-19 no Brasil.

**Palavras-chave:** Bioética. Covid-19. Educação Ambiental. Pandemia.

### **Introdução:**

Este trabalho é fruto da conjunção de duas situações pouco comuns durante a vida, concluir um mestrado em Bioética, o qual tem como imperativo à sua conclusão, a produção de uma dissertação; e a ocorrência de uma pandemia que fez a humanidade reinventar-se e redirecionar suas rotas, assim como adaptar-se às condições de limitação impostas pela crise sanitária.

Na última pandemia vivenciada pela humanidade, em 1918, ainda não havia surgido o termo “bioética” ou “educação ambiental”; e esta é a primeira vez que os seres humanos vivenciam uma pandemia juntamente com a bioética, que se mostrou tão necessária nas difíceis decisões a serem tomadas durante uma crise desta magnitude. Entretanto, não se deve limitar à aplicação da bioética apenas ao ambiente hospitalar e às escolhas médicas, mas deve-se usá-la



como importante ferramenta de diálogo entre diversos agentes, com o objetivo do bem da casa comum e de todos os seres que nela habitam. Segundo Pessini e Barchifontaine (2008), não é possível existir uma relação ética do ser humano com o meio ambiente se existe injustiça e desigualdade social, que associa a superação da pobreza e das injustiças sociais à relação adequada do ser humano com a natureza (BOFF; BOFF, 1985).

O ano de 2020 iniciou com a pandemia de Covid-19 e junto dela, imensos desafios e uma corrida para encontrar alternativas para lidar com a doença; e a bioética torna-se agente importante neste diálogo. Entretanto, a bioética não se limita ao campo hospitalar, ela é mais ampla e cria o espaço necessário para antever problemas a fim de evitá-los. A forma de ser e de se fazer sociedade, sobretudo a partir das mudanças sociais oriundas no século XX, nem sempre são benéficas para a vida de forma geral; exemplos disso é o desmatamento, poluição, abusos a animais humanos e a animais não humanos impostos pelo modelo de vida adotado que favorecem fenômenos como o aquecimento global, a pobreza e o surgimento de novas doenças, com potencial de tornarem pandemias.

A partir dos pressupostos da bioética ambiental, da educação ambiental e de publicações em veículos especializados, os quais associam os excessos como consumo desenfreado dos recursos naturais e a crise ambiental, buscou-se acompanhar por determinado período, no decorrer da pandemia de 2020, as publicações em jornal de grande circulação, com o propósito de compreender as questões ambientais relacionadas à pandemia; a educação ambiental e sua relação com o momento vivido sendo a pauta das notícias.

O trabalho teve como objetivos contextualizar a emergência da bioética ambiental e seus desdobramentos no século XX; descrever o contexto da pandemia da Covid-19 e correlacionar à pandemia às questões ambientais; analisar se as questões ambientais estão na pauta das discussões durante a pandemia, especialmente na cobertura jornalística e a importância da educação ambiental.

### **Metodologia:**

O projeto refere-se a uma revisão bibliográfica qualitativa/quantitativa que analisou o surgimento da bioética e da educação ambiental, seu enfoque e desdobramentos até chegar à bioética ambiental. Em paralelo foram analisadas as notícias vinculadas ao jornal Folha de São Paulo referentes à pandemia de Covid-19. Como fontes de pesquisa foram utilizados artigos, livros, sites, revistas e jornais oficiais e de relevância regional/nacional ou internacional, além do Jornal Folha de São Paulo; sendo todos os documentos de domínio público e associados a fontes oficiais.

Revisão bibliográfica (fontes/descriptores)

O projeto teve início com o levantamento de dados em artigos, livros e publicações relacionadas ao tema.

Análise de mídia jornalística

A segunda parte do trabalho dedicou-se a identificar em jornal de circulação nacional voltado ao público leigo a relação entre a pandemia de Covid-19 e as questões ambientais. Para isso, utilizou-se o jornal Folha de São Paulo pelo fato de ter ampla circulação em decorrência de ser o de maior tiragem (impresso e virtual) e por possuir um acervo digital que permitia fazer a busca necessária.

Período que analisa/acompanha as notícias

O período escolhido para análise iniciou-se dia 11 de março de 2020, quando a Organização Mundial da Saúde (OMS) decretou o início da pandemia de Covid-19 e encerrou-se dia 08 de agosto de 2020, quando o Brasil atingiu a marca de 100.000 óbitos pela doença, totalizando 151 dias.



### Descritores/palavras chave

Os descritores empregados foram covid, pandemia, coronavírus, desmatamento, zoonose, economia e vacina. A busca teve por base os termos covid, pandemia e coronavírus, como referencial, portanto estes termos deviam aparecer em todas as pesquisas; os outros termos (desmatamento, zoonose, vacina e economia) foram alternados com aqueles de base e verificou-se o número de matérias com estes termos.

### Resultados e discussão:

Com o propósito de analisar um veículo de imprensa de grande circulação, optou-se por escolher o jornal de maior circulação no país, Folha de São Paulo, conforme já exposto; e foram escolhidos alguns termos-chave, no caso “covid, pandemia e coronavírus” como parâmetro para inclusão dos demais termos. Como era esperado, o número de ocorrência encontrado no período analisado foi expressivo, foram 3826 (três mil, oitocentas e vinte e seis) matérias com esta temática. A partir dessa base, incluía-se mais termos associados para identificar qual aspecto era mais evidenciado aos leitores do jornal.

Pesquisas, até então, apontam que o vírus Sars-CoV-2, causador da Covid-19 trata-se de uma zoonose, portanto um agente patológico de um animal não humano que em contato com a espécie humana, encontrou nesta, condições para instalar-se e se reproduzir. Em grande parte, o desmatamento é um importante fator para o surgimento de zoonose, pois ao destruir um ambiente selvagem, aqueles animais não humanos que são hospedeiros naturais de patógenos, entram em contato com os animais domésticos e humanos os quais poderão desenvolver doenças. Do universo de notícias levantadas relacionadas à pandemia, buscou-se por aquelas associadas ao desmatamento; e o mecanismo de busca do jornal apontou apenas 84 (oitenta e quatro), as quais foram verificadas uma a uma, e apenas 4 (quatro) realmente estabeleciam alguma relação entre a pandemia de Covid-19 com desmatamento.

### Conclusão:

Não existe crise ambiental, econômica, sanitária; todas estão, intimamente, associadas entre si, e a solução passa pelo diálogo multidisciplinar e transdisciplinar; ainda a bioética desde sua origem coloca-se como esse agente aglutinador que permite o encontro de atores tão distintos.

Não existe economia sem meio ambiente, não existe meio ambiente sem um olhar ético e respeitoso para com todos os elementos presentes na Terra, sejam eles os elementos bióticos, todos os seres vivos, assim como aqueles chamados de abióticos como a água, os minerais, os gases.

Um importante agente com capacidade de transformação é a Educação Ambiental junto com a bioética ambiental. Pois a Educação Ambiental extrapola a explicação dos ciclos naturais e pode alcançar o âmago dos grandes dilemas que afligem a sociedade e o meio ambiente, assim torna-se um importante meio do qual emergem estratégias para a solução ambiental. A bioética ambiental junto da educação ambiental não visam tomar para si todo protagonismo, mas ocupar um espaço que ainda não foi ocupado. A bioética, assim como a educação ambiental não são ciências exatas, e tornam-se fundamental que elas adequem às necessidades impostas ao seu tempo e nos mais diversos locais do planeta. A permanência da espécie humana depende do desenvolvimento de um sistema ético (PESSINI, 2013).

### Referências:

BOFF, L.; BOFF, C. *Teologia da libertação no debate atual*. Petrópolis: Vozes. 1985.



PESSINI, L. *As origens da bioética: do credo bioético de Potter ao imperativo bioético de Fritz Jahr*. **Revista Bioética**, Brasília, v. 21, n. 1, p. 9-19. 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/bioet/v21n1/a02v21n1.pdf>. Acesso em: 15 jul. 2020.

PESSINI, L.; BARCHIFONTAINE, C. de P. *Problemas atuais de bioética: projeto de apoio ao conhecimento médico, diagnóstico da América*. São Paulo: Loyola. 2008.



ORGANIZAÇÃO



Programa de Pós-graduação em  
**Educação, Conhecimento  
e Sociedade** Mestrado e Doutorado • UNIVAS



## PARA ALÉM DA PERMANÊNCIA PRIORITÁRIA NA ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL DE IFES: LIMITES E DESAFIO NA PERSPECTIVA DE TRABALHADORES DA ÁREA

Mariana Coelho da Silveira

**Resumo:** Nos últimos anos, políticas como o REUNI, o SISU e a Lei de Cotas ampliaram o acesso de grupos minorizados nas Instituições Federais de Ensino Superior - IFES (BRASIL, 2007, 2010, 2012). Nesse contexto, a Assistência Estudantil - AE é impulsionada pelo Programa Nacional de Assistência Estudantil - PNAES (BRASIL, 2010), que visa reduzir desigualdades sociais e oferecer suporte à permanência dos estudantes. Este estudo é parte de uma pesquisa de doutoramento em Educação, Conhecimento e Sociedade pela UNIVÁS, com foco nas ações de assistência estudantil em IFES, especialmente nas iniciativas voltadas para a formação integral dos estudantes. A pesquisa caracteriza-se como exploratória, documental e bibliográfica, incluindo uma revisão da literatura e levantamento de dados por meio de questionários respondidos por profissionais da assistência estudantil de IFES na região Sudeste. Os resultados parciais revelam que, embora as ações estejam sendo implementadas nas IFES, enfrentam desafios significativos, como limitações de recursos humanos e financeiros, dificuldades na institucionalização de políticas e na articulação entre setores. O estudo também identifica iniciativas em desenvolvimento e explora suas bases teórico-metodológicas. Ainda é relevante considerar que a expansão das IFES se desenvolve em um ambiente político-econômico marcado por tensões neoliberais, incluindo tendências de focalização de políticas (SILVA, 2003). A pesquisa partirá da compreensão das estruturas sociais e econômicas que sustentam as desigualdades sociais investigando como as dinâmicas de poder decorrentes do capitalismo trazem injustiças não só no campo material mas simbólico (FRASER, 2006), assim como sua relação com a vida estudantil. Pretende-se discutir as iniciativas de formação integral na AE, enfatizando a formação integral como espaço de reconhecimento da realidade opressora e seu compromisso com a transformação da realidade social.

**Palavras-chave:** Permanência Estudantil. Formação Integral. Políticas de Assistência Estudantil.

### Introdução:

A expansão do acesso ao ensino superior e técnico no Brasil, iniciada no final dos anos 1990 e intensificada por programas como o REUNI (2007-2012) e a criação dos Institutos Federais (2008), aumentou significativamente o número de vagas nas IFES. Políticas como o SISU e a Lei de Cotas de 2012, que reservam vagas para estudantes de escolas públicas e de baixa renda, contribuíram para democratizar o acesso e incluir estudantes de contextos socioeconômicos mais vulneráveis (BRASIL, 2007, 2008, 2010, 2012).



Esse novo cenário demandou políticas de AE voltadas para garantir a permanência dos estudantes. A AE busca assegurar condições mínimas de permanência, como moradia, alimentação e saúde, e promover a inclusão social dos estudantes. A partir de 2010, o PNAES regulamentou essas ações, visando reduzir os fatores que comprometem a permanência dos alunos. Além do suporte básico, a AE contempla ações formativas, voltadas para a construção da cidadania e desenvolvimento integral dos estudantes. Essas atividades, pouco divulgadas buscam apoiar o combate a condições que influenciam na exclusão social e promovem a formação crítica e cidadã. Atividades como oficinas, rodas de conversa e projetos socioeducativos abordam temas diversos, incluindo juventude, gênero e saúde mental, ampliando o papel das IFES no apoio às demandas dos estudantes.

Este estudo é parte da pesquisa de doutoramento em Educação, Conhecimento e Sociedade da UNIVÁS tem como objetivo investigar como as ações de formação integral na AE de IFES da Sudeste estão sendo realizadas, destacando seus limites, desafios e as possibilidades.

### **Metodologia:**

A pesquisa é exploratória, documental e bibliográfica, utilizando métodos quantitativos e qualitativos para examinar ações de formação integral na assistência estudantil das IFES. Foi realizada uma revisão da literatura sobre assistência estudantil, com foco na formação integral e ampliada, consultando o Catálogo de Teses e Dissertações e o Portal de Periódicos da Capes, usando termos como “Assistência Estudantil” e “Formação Integral” para o período de 2013 a 2023. A seleção abrange produções sobre políticas de permanência, especialmente sob a ótica do PNAES, considerando o impacto da pandemia de COVID-19. O levantamento de dados institucionais e a aplicação de questionários a servidores das IFES da região Sudeste do FONAPRACE mapearam variáveis que afetam as ações, como estrutura administrativa e percepções sobre políticas de formação integral. A coleta foi feita por questionário online. Após a aprovação do Comitê de Ética, foram recebidas 24 respostas de 15 instituições, incluindo assistentes sociais, pedagogos e reitores. O estudo busca avaliar e aprimorar as políticas de AE, contribuindo para o fortalecimento das ações de formação integral evidenciando desafios e boas práticas.

### **Resultados e discussão:**

As iniciativas de assistência estudantil nas IFES estão sendo implementadas de forma gradual, buscando ir além do suporte básico e promover uma formação mais ampla e integral dos alunos. A expansão do acesso à educação superior trouxe novas demandas que ultrapassam a permanência material, exigindo programas de permanência mais robustos e ampliados para atender às necessidades de todos os estudantes. Essa democratização da universidade é essencial para garantir que alunos tenham acesso a políticas de permanência que abordem as profundas desigualdades de classe, gênero e raça que dificultam sua ascensão social. Nesse sentido, as contribuições de Collins (2020) são fundamentais para entender como as diferentes opressões se entrelaçam, enriquecendo a análise das injustiças simbólicas e de representação.

A pesquisa também explora as estruturas sociais e econômicas que perpetuam desigualdades Mas entende que as esferas de produção e reprodução das desigualdades sociais no contexto brasileiro atingem não somente a desigualdade econômica, mas o universo das representações trazendo as injustiças também para as dimensões simbólica (FRASER, 2006).

Os resultados preliminares da pesquisa indicam que, embora diversas iniciativas tenham sido implementadas nas IFES, ainda enfrentam desafios significativos. Restrições em recursos



humanos e financeiros, além de dificuldades na implementação de políticas e na colaboração intersetorial, comprometem a eficácia dessas ações. A expansão do acesso ocorre em um contexto de tensões neoliberais, que muitas vezes resultam em políticas focalizadoras e deficitárias (SILVA, 2003). Esses ressaltam a necessidade de uma abordagem crítica nas políticas de assistência estudantil, assegurando que as ações nas IFES sejam continuamente avaliadas e ajustadas para promover a inclusão e o sucesso acadêmico de todos os estudantes, especialmente aqueles de grupos historicamente minorizados.

### **Considerações finais:**

Apesar dos avanços em AE nas IFES, há desafios significativos a serem enfrentados. A escassez de recursos humanos e financeiros, junto a dificuldades na implementação de políticas e na integração entre setores, reduz a eficácia dessas ações. A expansão ocorre em um contexto de políticas neoliberais que frequentemente priorizam abordagens focalizadas e limitadas reforçando a necessidade de políticas críticas e dinâmicas que garantam inclusão e equidade acadêmica, com atenção especial aos grupos historicamente minorizados.

O estudo também examina o potencial da assistência estudantil como um espaço para o desenvolvimento da consciência crítica e educação emancipadora. A atuação prática na área é vista como um componente essencial para promover a justiça social e o engajamento consciente dos estudantes. Além disso, a pesquisa destaca que os referenciais teóricos que orientam esses profissionais permitem uma análise aprofundada das dinâmicas sociais, econômicas e políticas, fundamentais para projetar e adaptar estratégias que respondam aos desafios sistêmicos enfrentados pelos estudantes.

### **Referências:**

BRASIL. Decreto n.º 6.096 de 24 de abril de 2007. Institui o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni). 2007. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2007/decreto/d6096.html](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6096.html). Acesso em: 22 jun. 2019.

BRASIL. Decreto nº 7.234, de 10 de junho de 2010. Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES). 2010. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br>. Acesso em: 22 jun. 2019.

BRASIL. Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 30 ago. 2012. Seção 1, p. 1.

BRASIL.. Ministério da Educação. Portaria MEC n. 2, de 26 de janeiro de 2010. Institui e regulamenta o Sistema de Seleção Unificado. NET, 26 jan. 2010. Disponível em: < [http://ces.ufpel.edu.br/vestibular/download/2009i/portaria\\_sisu\\_diario.pdf](http://ces.ufpel.edu.br/vestibular/download/2009i/portaria_sisu_diario.pdf) >. Acesso em: 02 mai. 2017.

COLLINS, Patricia Hill; BILGE, Sirma. Interseccionalidade [recurso eletrônico]. Tradução de Rane Souza. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2020.

FRASER, Nancy. Da redistribuição ao reconhecimento? Dilemas da justiça numa era pós-socialista. *Cadernos de Campo* [recurso eletrônico], v. 15, n. 14-15, p. 231-239, 2006.



Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/cadernosdecampo/article/view/50109/54229>.  
Acesso em: 02 jul. 2022.

SILVA, I. G. Democracia e participação na "reforma" do Estado. São Paulo: Cortez, 2003.



## **PATOLOGIZAÇÃO E MEDICALIZAÇÃO NA EDUCAÇÃO INFANTIL - ALGUMAS CONSIDERAÇÕES**

**Renata Aparecida de Paula Pereira Aguiar**

Mestranda do programa de pós-graduação em educação, conhecimento e sociedade

**Valéria de Oliveira Vasconcelos**

Docente do Programa de Pós-Graduação em Educação, Conhecimento e Educação

**Resumo:** A Educação Infantil, etapa inicial da Educação Básica, divide-se em creche, atendendo crianças de 0 a 3 anos e pré-escola, que atende o público de 4 e 5 anos, caracteriza-se por um momento de intensa socialização e experiências que impactam significativamente no desenvolvimento infantil, pois são nestes espaços que a criança convive, brinca, cria, recria, vivencia experiências, copia e constroi novos conhecimentos. Neste contexto, a necessidade de uma formação docente mais crítica e reflexiva se faz urgente diante dos desafios impostos pela patologização dos comportamentos infantis, que acabam por culminar em rótulos, estigmas e práticas medicalizantes que marcam profundamente a vida de nossas crianças. Ao compreender e enfrentar esse fenômeno de maneira crítica e reflexiva, podemos abrir caminho para uma nova visão da infância, baseada na valorização da diversidade, na promoção da saúde mental e no respeito aos direitos e dignidade de cada criança. A pesquisa pauta-se em dois momentos distintos: o mapeamento e análise de literatura sobre o tema no Portal de Periódicos da Capes e na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações, usando descritores e operadores booleanos, recorte temporal de 2018 a 2024, leitura prévia para determinar os critérios de inclusão e exclusão, leitura e análise crítica do material selecionado e elaboração de sistematização do material selecionado; o segundo momento, contempla a redação da pesquisa bibliográfica e atrelada a ela, uma narrativa (auto) biográfica que evidenciam as experiências da autora enquanto aluna e docente.

**Palavras-chave:** Patologização. Medicalização. Educação Infantil. Formação docente.

### **Introdução:**

A patologização e medicalização da infância são temas de extrema importância, uma vez que esses processos podem ter impactos negativos significativos no desenvolvimento das crianças. Ao rotular determinados comportamentos como sintomas de transtornos mentais, déficits de atenção e outros corre-se o risco de limitar a compreensão da diversidade e singularidade das experiências infantis, além de contribuir para a estigmatização e exclusão social (Pessin, 2020).

Ao patologizar manifestações comuns do desenvolvimento infantil, como a agitação ou a timidez, corre-se o risco de criar padrões normativos que não levam em consideração as



particularidades de cada criança (Ceccim; Freitas, 2021). De acordo com Luiza Pessin (2020) a medicalização excessiva, decorrentes dessa patologização exacerbada, também pode resultar em intervenções desnecessárias, como o uso indiscriminado de medicamentos psicotrópicos, prejudicando o desenvolvimento saudável das crianças. Aqui, não estamos a questionar casos que realmente são patologias que necessitam de medicalização e terapias que garantam o direito à vida e a saúde para todas as crianças. A promoção de um debate amplo e plural sobre o tema da patologização e medicalização da infância é essencial para construir práticas mais éticas e responsáveis em relação à essa fase do desenvolvimento humano.

### **Metodologia:**

Foram utilizadas como abordagens teórico-metodológicas para construção e elaboração desta dissertação a pesquisa bibliográfica e a narrativa (auto) biográfica. A narrativa (auto) biográfica busca valorizar as vivências e experiências do autor, num movimento reflexivo durante a realização da pesquisa acadêmica. Também foi utilizada a pesquisa qualitativa, do tipo bibliográfica, por se delinear um caminho adequado ao diálogo com tudo o que já foi produzido sobre o tema sobre patologização e medicalização infantil e a formação docente. Através de uma revisão sistemática abrangente da literatura existente sobre patologização e medicalização infantil e a formação docente foi possível a construção desta pesquisa e a identificação de lacunas no que tange ao tema. Inicialmente, foram definidos descritores, combinando palavras-chaves com operadores booleanos tais como "patologização + infância", "medicalização and infância", "patologização or educação", "formação docente para a infância" entre outros nas bases de dados acadêmicas e profissionais reconhecidas, como o Portal de Periódicos da CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior) e BDTD (Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações). Esta seleção foi guiada pelos objetivos da pesquisa e revisada conforme necessário ao longo de todo o processo de construção e elaboração da pesquisa. Foram estabelecidos critérios claros de inclusão e exclusão para selecionar literatura relevante e de qualidade, tais como período de publicação (preferencialmente trabalhos publicados nos últimos cinco anos), relevância temática direta, qualidade metodológica, entre outros. Os trabalhos não relacionados diretamente ao tema e de baixa qualidade científica ou redundantes foram excluídos.

### **Resultados e discussão:**

A referida pesquisa demonstrou que há poucas contribuições sobre o tema na área da educação, sendo que a maioria dos trabalhos disponíveis nas plataformas utilizadas estão intimamente ligados à área da saúde, principalmente das *psis*. Diante desse imperativo, a pesquisa tornou-se tanto um aporte importante para se compreender como os discursos patologizantes, antes restritos às áreas médicas, adentraram no espaço educativo e ganharam status entre as professoras <sup>1</sup> da Educação Infantil. As crescentes queixas escolares sobre os comportamentos infantis julgados desviantes e as dificuldades de aprendizagem, estimulam a busca das professoras por ajuda no campo da medicina, desviando o foco do que é pedagógico, do que é de sua responsabilidade, do seu conhecimento e da sua área de atuação, para a área biológica, ou seja, nasce no interior do espaço pedagógico da Educação Infantil, discursos patologizantes que reverberam nas famílias e, estas, devido ao pouco tempo que permanecem com os filhos, devido às demandas da contemporaneidade, acabam por concebê-los sem questionar, nas maioria das vezes, seguindo à risca a orientação para que busquem ajuda de um neurologista, psiquiatra infantil ou até mesmo de um pediatra ou psicólogo. Esta ação legítima a visão e o discurso de que o problema está no sujeito, retirando dos contextos social e político, assim como pedagógico, qualquer responsabilização acerca do que chamam de sofrimento



infantil. A formação docente desempenha um papel fundamental na desconstrução de práticas que contribuem para a patologização e medicalização da infância. Os professores precisam estar atentos às influências da medicalização na escola, questionando diagnósticos simplistas e buscando alternativas que respeitem a singularidade de cada criança. Leila Tesch (2021) defende uma formação continuada que estimule o pensamento crítico e reflexivo, que possibilite aos educadores desenvolver estratégias pedagógicas mais adequadas às necessidades dos alunos, evitando assim a perpetuação de práticas prejudiciais.

### **Considerações finais:**

Para que essa Educação Infantil seja realidade faz-se necessária uma formação docente que rompa com as práticas pedagógicas reprodutivistas, utilitaristas e unificadoras, que molda e adentra e não permite que as crianças enquanto sujeitos históricos e sociais vivenciem e construam uma aprendizagem mais humanizada pautada na criticidade, criatividade, expressividade, reflexão, etc. Para atender a essa função da Educação Infantil, é primordial investir na formação de professoras equipadas para lidar com as pressões externas e demandas da sociedade e das famílias, sendo capazes de resistirem a elas e de tomarem decisões pautadas em conhecimento sólido, na ética e na valorização humana. Professoras bem preparadas são capazes de transformar suas salas de aula em espaços onde cada criança pode se desenvolver plenamente. Elas têm a responsabilidade de promover um ambiente saudável e acolhedor que contribua para o bem-estar mental das crianças. Um ambiente positivo, com relações interpessoais saudáveis, atividades lúdicas e espaços seguros, que favoreçam o desenvolvimento emocional e cognitivo dela formação docente desempenha um papel fundamental na desconstrução de práticas que contribuem para a patologização e medicalização da infância. Freire (2006, p. 43) já nos alertava para tal exercício quando afirmava que era pensando criticamente a prática de hoje ou de ontem que se pode melhorar a próxima prática, portanto, é nesse viés que podemos apostar na reflexão e na formação docente como o caminho para uma educação que valorize a diversidade humana e possibilite o desenvolvimento pleno de cada indivíduo.

### **Referências:**

CECCIM, Ricardo B; FREITAS, Claudia R. de (org). **Fármacos, remédios, medicamentos: o que a Educação tem com isso?** 1.ed. Porto Alegre: Rede Unida, 2021.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia. Saberes necessários à prática educativa.**34. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2006.

TESCH, Leila M. **Experiências e aprendizagens na/da formação docente Pibid Letras Português da Ufes.** Kiri-Kerê Pesquisa em Ensino, 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/kirikere/article/view/32577> Acesso em: out/2024.

PESSIN, Luíza. **A crítica à medicalização infantil: um recorte a partir de produções acadêmicas nacionais que privilegiam as narrativas infantis.** UFRJ. Rio de Janeiro, 2020.



## **PERCEPÇÃO DO PROFESSORES SOBRE OS FATORES RELACIONADOS ÀS POLÍTICAS PÚBLICAS QUE IMPACTAM A NÃO PERMANÊNCIA DOS ESTUDANTES DO ENSINO MÉDIO EM TEMPO INTEGRAL**

**Aliny Simões Bruno Carvalho**

Mestranda do Programa de pós-graduação em educação, conhecimento e sociedade

**Thereza Christina Ribeiro Barbosa Moreira**

Mestranda do Programa de pós-graduação em educação, conhecimento e sociedade

**Solange Christina Carneiro Rodriguez**

Doutoranda do Programa de pós-graduação em educação, conhecimento e sociedade

**Alberto De Vitta**

Docente do Programa de pós-graduação em educação, conhecimento e sociedade

**Resumo:** A educação integral tem sido implementada nas escolas públicas do Brasil desde 2017 e o PNE tinha como meta implementar a modalidade em até 50% das escolas visando diminuir a vulnerabilidade social dos estudantes. O objetivo do presente estudo foi verificar a percepção dos professores sobre os fatores relacionados às políticas públicas que impactam a não permanência dos estudantes no ensino médio de tempo integral. Foi realizado um estudo descritivo, com 88 professores de quatro escolas de EMTI da SRE Pouso Alegre: Cambuí, Cachoeira de Minas, Ouro Fino e Pouso Alegre, que responderam uma escala composta dos seguintes eixos temáticos: fatores individuais, fatores sociais e/ou familiares, fatores relacionados à organização do sistema educacional e fatores relativos às políticas públicas. Destaca-se que esta pesquisa é um recorte, sendo que somente foram analisadas as respostas referente às políticas públicas. Os resultados principais evidenciaram que a não permanência dos escolares no ensino de tempo integral, na percepção dos professores, ocorre devido a ausência de políticas relativas a emprego e trabalho, de políticas de formação do professor, de políticas referentes a inserção do estudante no mercado de trabalho, relativas à permanência estudantil e de políticas voltadas para a melhoria da infraestrutura escolar.

**Palavras-chave:** Ensino Médio em Tempo Integral. Fatores de não Permanência. Educação Integral.

### **Introdução:**

A Educação integral começou de fato a ser implementada no Brasil em 2017. Desde então, alguns desafios se tornaram evidentes e necessários, visto que a oferta em si não garante



a permanência dos estudantes nesta modalidade de ensino, uma vez que o cenário econômico e social influencia diretamente na decisão de migrar para as opções que promovem um atendimento global das necessidades dos estudantes e suas famílias. O projeto da SEE-MG é, em consonância com o PNE, ampliar a oferta desta modalidade de ensino. O investimento permeia por ações como despesas de pessoal, material de custeio, equipamentos e mobiliário, ampliação e reforma de alguns prédios escolares.

No cenário atual, a grande questão na prática, do ponto de vista dos gestores educacionais e docentes, envolve um grande desafio que implica na falta de permanência dos estudantes matriculados ao decorrer dos cursos, ainda que sejam cursos técnicos profissionalizantes. As salas de aula se iniciam com um número de alunos no 1º ano e ao final do ciclo, no 3º ano, cerca de apenas um terço das turmas concluem a etapa no EMTI. Existe ainda uma grande dificuldade na busca de vagas da Educação regular na mesma escola ou em outra instituição, uma vez que o Plano de Atendimento que é considerando no ano anterior prevê a continuação das turmas e garante vagas na mesma modalidade, fator que gera conflitos entre as instituições de ensino e as famílias dos estudantes.

Uma hipótese sobre os determinantes sociais que influenciam na questão central é que além da questão monetária, onde os estudantes manifestam o desejo por sua independência financeira, os mesmos ainda estão inseridos em contextos em que o núcleo familiar conta com a renda deste estudante como parte do sustento das mesmas. Outra questão importante seria a falta de valorização da formação profissional por parte de grande parte dos genitores tendo em vista seu histórico escolar.

O objetivo do presente estudo foi verificar a percepção dos professores sobre os fatores relacionados às políticas públicas que impactam a não permanência dos estudantes no ensino médio de tempo integral.

### **Metodologia:**

Foi realizado um estudo descritivo com 88 professores de quatro escolas de EMTI da SRE Pouso Alegre: Cambuí, Cachoeira de Minas, Ouro Fino e Pouso Alegre. O projeto foi aprovado pelo Comitê de Ética da Univas (Nº82147924.8.0000.5102). Foi solicitada à Secretaria de Educação Estadual – Diretoria de Ensino de Pouso Alegre – uma carta de autorização para a realização da pesquisa nas escolas. Em seguida, os professores responderam um questionário sociodemográfico e a escala dos fatores de não permanência será composta por 4 questões, cujo objetivo será avaliar a percepção do participante sobre o impacto que determinados fatores têm na permanência dos estudantes no ensino médio de tempo integral. A estruturação da escala foi baseada nos conceitos de determinantes sociais e na teoria bioecológica do desenvolvimento humano. A escala foi composta dos seguintes eixos temáticos: fatores individuais, fatores sociais e/ou familiares, fatores relacionados à organização do sistema educacional (da escola e políticas da secretaria de ensino) e fatores relativos às políticas públicas. Destaca-se que esta pesquisa é um recorte, sendo que somente foram analisadas as respostas referente às políticas públicas. As respostas a todas as questões foram organizadas em escala Likert de quatro pontos (nenhum impacto, pouco impacto, impactante e muito impacto). Sendo que a resposta “sempre” representará uma maior percepção de impacto e a opção “nunca”, menor percepção de impacto quanto a não permanência no ensino médio. Foram realizadas análises descritivas de todas as variáveis do estudo, por meio de distribuição de frequência absoluta e relativa das variáveis categóricas

### **Resultados e discussão:**



Do total de 88 professores que responderam ao questionário, 62,5% são mulheres, 36,4% estão na faixa etária de 41 a 50 anos, 60,2% realizaram Pós-graduação Lato Sensu e 40,9% têm como hábito de cultura e lazer a leitura. Quando inquiridos sobre quais os fatores relacionados às políticas públicas impactam a não permanência dos estudantes no ensino de tempo integral, 75,0% relataram que as políticas relativas a emprego e trabalho, 73,9% as relativas a formação do professor e as políticas referentes inserção do estudante no mercado de trabalho, 71,6% as relativas à permanência estudantil e 70,7% às políticas voltadas para a melhoria da infraestrutura escolar. Um dos fatores que mais contribuem e afetam a evasão na América Latina, conforme a Silva (2016), são relativas às políticas públicas relativas a desigualdade de distribuição de renda, políticas voltadas para o trabalho, estrutura educacional, de formação de professores e falta de auxílio financeiro para custear o curso.

### Considerações finais:

Ao retomar os questionamentos e objetivos iniciais, consideramos que o presente estudo permitiu-nos compreender quais foram os fatores que, na percepção dos professores, impactam a não permanência dos estudantes no ensino de tempo integral, dentre os quais destacamos: as políticas relativas a emprego e trabalho, as relativas a formação do professor e as políticas referentes inserção do estudante no mercado de trabalho, as relativas à permanência estudantil e as políticas voltadas para a melhoria da infraestrutura escolar.

### Referências:

CAVALIERE, Ana M. Anísio Teixeira e a educação integral. In: Paidéia, maio-ago. 2010a, Vol. 20, n. 46, 249-259. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro-RJ, Brasil. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/paideia/v20n46/11.pdf>. Acesso:04 abril. 2024.

**Portal do MEC**, Metas do Plano Nacional de Educação-PNE 2014-2024 disponível em: <https://pne.mec.gov.br/21-programas-e-metas> acesso em 14/03/2024 04h43m

**SILVA**, Wander Augusto. Evasão escolar no Ensino Médio no Brasil. Educação em Foco, ano 19 - n. 29 - set/dez. 2016 - p. 13-34.



## PROGRAMA DE INTERVENÇÃO EM LEITURA COMPETENTE EM ESCOLARES DO ENSINO FUNDAMENTAL I

**Thereza Christina Ribeiro Barbosa Moreira**

Mestranda do Programa de pós-graduação em educação, conhecimento e sociedade

**Aliny Simões Bruno Carvalho**

Mestranda do Programa de pós-graduação em educação, conhecimento e sociedade

**Solange Christina Carneiro Rodriguez**

Doutoranda do Programa de pós-graduação em educação, conhecimento e sociedade

**Alberto De Vitta**

Docente do Programa de pós-graduação em educação, conhecimento e sociedade

**Resumo:** A alfabetização é essencial e de suma importância para o desenvolvimento dos estudantes na sua trajetória estudantil e nas relações sociais. As metodologias ativas de aprendizagem, disponibiliza meios de intervenção educativa nas situações de ensino e de aprendizagem de conceitos e práticas, facilitando a interação entre os sujeitos envolvidos e a interação de todos com o conhecimento. O objetivo do estudo foi avaliar a influência do programa de alfabetização baseado em metodologias ativas sobre a leitura em escolas do ensino fundamental I. Participaram 57 alunos de 3<sup>a</sup>, 4<sup>a</sup> e 5<sup>a</sup> séries, sendo que 13 estudantes compuseram o grupo controle (GC) e 44 o de intervenção (GI). O Teste Cloze Básico foi utilizado como pré, momento intermediário e pós-medida. O programa de metodologia ativa foi administrado durante quatro meses. Constatou-se que GI sofreu grande efeito da intervenção, o que sugere que o programa de metodologias ativas foi efetivo na implementação da compreensão em leitura desses estudantes.

**Palavras-chave:** Teste de Cloze. Compreensão de leitura. Ensino fundamental. Leitura. Metodologias ativas.

### Introdução:

A alfabetização é essencial e de suma importância para o desenvolvimento dos estudantes na sua trajetória estudantil e nas relações sociais. Por isso, há muita pesquisa buscando encontrar metodologias mais eficazes e inovadoras, principalmente no momento que é vivenciado os impactos deixados pela pandemia do Covid 19, no processo de ensino aprendizagem dos alunos, sendo fundamental a assumir uma abordagem diversificada e dinâmica (SANTOS et. al., 2010),

O Brasil tem na alfabetização um dos seus principais desafios, de acordo com os dados do IBGE de 2022, o analfabetismo no Brasil caiu de 6.1% em 2019 para 5,6%, o que ainda representa mais de 9,6 milhões de pessoas sem domínio da leitura e escrita. Na Região Sudeste, Minas Gerais tem a pior taxa de alfabetização e na cidade de Bicas a taxa é de 91,4% de alfabetização, demonstrando que ainda temos 8,6% da população de analfabetismo (IBGE, 2024). As metodologias ativas de aprendizagem, disponibiliza meios de intervenção educativa



nas situações de ensino e de aprendizagem de conceitos e práticas, facilitando a interação entre os sujeitos envolvidos e a interação de todos com o conhecimento. Ao se envolver, os alunos na construção do seu próprio conhecimento, pode contribuir para um ambiente de aprendizagem mais dinâmico e estimulante, atendendo às diferentes necessidades de aprendizagem dos alunos, tornando o processo de alfabetização mais inclusivo, eficiente e atraente (JOLY E PIOVESAN, 2012; SEABRA, MAIA E NEVES, 2023).

O objetivo do estudo foi avaliar a influência do programa de alfabetização baseado em metodologias ativas sobre a leitura em escolares do ensino fundamental I.

### **Metodologia:**

Foi realizado um estudo de delineamento quase-experimental com alunos do ensino fundamental I de três escolas da cidade de Bicas (MG), aprovado pelo Comitê de Ética sob o nº 7.005.543. Os sujeitos foram 54 alunos do 3º, 4º e 5º ano do Ensino Fundamental I, com idades de 8 a 11 anos, que não se encontram alfabetizados, isto é, não adquiriram as habilidades necessárias para aquisição do processo de leitura e escrita, de três Escolas Municipais da cidade de Bicas/MG. Os critérios de inclusão foram: alunos que não possuem o processo de alfabetização efetivo, isto é, não se encontram alfabetizados no processo de leitura e escrita e ter concordado em participar da pesquisa e apresentar o termo de consentimento livre e esclarecido (TCLE) e o termo de assentimento livre e esclarecido (TALE) assinado pelo indivíduo e pelo responsável, no caso de ser menor de 18 anos. Os estudantes foram divididos em dois grupos compondo o grupo controle (GC) (n = 13) e o de intervenção (GI) (n = 44).

Os procedimentos de operacionalização do delineamento proposto seguiram as etapas descritas na sequência.

### **Etapa A: Pré-teste**

Nos dois grupos, controle e experimental, foi aplicado o Teste para a compreensão da leitura de Cloze, que consiste em um texto estruturado na forma do Cloze tradicional com o 5º vocábulo omitido. Esse texto foi especialmente montado para ser utilizado com crianças da faixa etária do ensino fundamental.

### **Etapa B: Programa de Intervenção**

O grupo experimental foi submetido a um programa de intervenção na alfabetização "Aventura Educativa", por quatro meses. O programa foi baseado em metodologia ativa, estruturada em uma sequência didática que incorporou atividades interativas, sem e com uso dos recursos digitais, composta das seguintes atividades: 1. adaptação do texto "Borboleta Colorida" de Wenidarc Cintra, os alunos trabalharam com interpretação oral, reconhecimento de letras e rimas, permitindo uma experiência de aprendizado integrada; 2. o projeto inovador "Jogo das Vogais" possibilitou várias atividades para a fixação do conteúdo; 3. A introdução dos encontros vocálicos, realizada a partir de um vídeo no YouTube, intitulado "Brincadeira no Campo" que gerou uma série de atividades escritas em grupos e jogos interativos; 4. "Bichonário", que tinha como objetivo introduzir o alfabeto e expandir o vocabulário infantil por meio da exploração do mundo animal com textos, vídeos, jogos e brincadeiras e, 5. o "Bazar da Alegria", que buscava trabalhar a Língua Portuguesa de maneira interdisciplinar, estabelecendo conexões entre diferentes áreas do conhecimento e promovendo um aprendizado significativo.

### **Etapa C: Reavaliação teórica intermediária e final**



A reavaliação intermediária foi realizada após dois meses do início do programa e, a avaliação final foi realizada após um (1) mês do término do programa. As duas avaliações seguiram o mesmo procedimento da avaliação inicial (Etapa A), tanto no grupo controle e no experimental.

### **Análise dos dados**

Os dados obtidos foram introduzidos em um banco de dados do programa estatístico SPSS (versão 10.0). O teste de normalidade Shapiro Wilk foi realizado para avaliar aderência da distribuição normal. Para comparação entre grupos independentes foi utilizado o teste Mann-Whitney e T de Student, para comparação entre o mesmo grupo em três momentos distintos, foi utilizado o teste de Friedman e ANOVA.

### **Resultados e discussão:**

Na comparação dos três momentos de avaliação do teste de Cloze, verificou-se que o grupo experimental apresentou média de acertos superior ao grupo controle, com escores diferentes, sendo  $M3 > M2 > M1$ , com valor de  $p=0,000$  nas três comparações. Resultados semelhantes foram obtidos pelos estudos de Santos et. al. (2010), Joly e Piovesan (2012) e Seabra, Maia e Neves (2023).

### **Considerações finais:**

Esta pesquisa permitiu concluir que o programa de intervenção baseado em metodologias ativas promoveu aumento das capacidades de leitura dos escolares. Sugere-se que estudos futuros investiguem tais relações, especialmente no que diz respeito a algumas habilidades específicas, como a consciência fonológica, a consciência morfológica, o reconhecimento de palavras e a escrita de palavras ditadas, entre outras. É reconhecida a importância que essas habilidades têm no desempenho escolar.

### **Referências:**

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua: Resultados do Analfabetismo no Brasil*. Rio de Janeiro: IBGE, 2022. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/estatisticas-novoportal/sociais/educacao/9047-pesquisa-nacional-por-amostra-de-domicilios.html> . Acesso em: 29 abr. 2024.

JOLY, Maria Cristina Rodrigues Azevedo; PIOVEZAN, Nayane Martoni. *Avaliação do Programa Informatizado de Leitura Estratégica para Estudantes do Ensino Fundamental*. *Paidéia*, jan.-abr. 2012, v. 51, pág. 83-90. Universidade São Francisco, Itatiba-SP, Brasil.

SANTOS, Acácia Aparecida Angeli dos; OLIVEIRA, Evelin Zago de. *Avaliação e desenvolvimento da compreensão em leitura no ensino fundamental*. *Psico-USF*, v. 1, pág. 81-91, jan./abr. 2010. Universidade São Francisco, Itatiba, Brasil.

SEABRA, Alessandra Gotuzo; MAIA, Suzete Araújo Águas; NEVES, Edna Rosa Correia. *Programa de Intervenção em Leitura Competente para Ensino Fundamental (Pilc-EF): desenvolvimento e análise de aplicabilidade*. *Cadernos de Pós-Graduação em Distúrbios do Desenvolvimento*, <http://dx.doi.org/10.5935/cadernosdisturbios.v23n2p>.



## RESUMO DE CARTA À ESTUDANTE

**Isabela Celebrim Nogueira**

Graduanda em Pedagogia pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

**Resumo:** O presente trabalho de conclusão de curso se constitui como um memorial de formação produzido em forma de carta. Através da correspondência, analiso meu próprio percurso de formação, destacando elementos que são importantes para pensar a formação docente. Ressalto que se trata de um trabalho incipiente.

**Palavras-chave:** Memorial de Formação. Infância. Experiência. Escolarização. Educação Infantil.

### Introdução:

Na carta, discorro sobre diversos assuntos relacionados à educação ao passo que me comunico com a criança que um dia fui, a Bela, enquanto ingressante no ensino básico. Os assuntos educacionais surgiram naturalmente em meio à escrita e, diante disso, pude dialogar com autores sobre fatores que se constituem como reflexões críticas a respeito da formação docente. Ao longo do trabalho, destaco pontos importantes da minha infância pela perspectiva da criança que já fui (e de certa forma ainda sou), especificamente do período de ingresso na educação infantil à transição para o ensino fundamental, que culminaram em aspectos formativos. Muito abordo sobre a experiência como peça chave na formação e constituição do ser em toda carta. O memorial é fundamental para entender de que forma os acontecimentos vividos nos moldam e transformam a experiência em saber. O trabalho objetiva promover reflexões sobre a trajetória pessoal e educacional de professores para, a partir delas, identificar quais são as experiências que se constituem como formação e de que forma elas interferem na prática docente.

### Metodologia:

A metodologia desta pesquisa narrativa consta como revisão de literatura, visto que ao longo do trabalho, são desenvolvidos diálogos com diferentes autores a respeito de temas, como: conceito de experiência, rotina escolar, precarização do trabalho docente, alfabetização, relação professor-estudante, rotina e planejamento escolar da educação infantil, inteligência emocional, entre outros dentro da grande área da Educação. Busquei, por meio da correspondência com a criança-Bela, explicitar os caminhos percorridos por ela que culminaram em minha-nossa formação como professora. Procurei sistematizar o texto seguindo uma ordem cronológica, para facilitar o entendimento da ordem dos acontecimentos; contudo, há algumas intercorrências durante o texto que foram sinalizadas como elementos explicativos e reflexionais.

### Resultados e discussão:

O trabalho culminou em uma escrita reflexiva, cujo intuito é ressignificar as experiências vividas com novos sentidos para a vida, seja profissional ou pessoal ou ambas. De alguma maneira, curei feridas sofridas por mim na escola ao compreender os processos vivenciados por mim nos meus primeiros anos de escolarização. Além disso, entendi que me utilizo dessas experiências vividas para impulsionar meu trabalho docente.



**Considerações finais:**

A carta reflete a experiência como ferramenta crucial para a formação do ser, que deve ser levada em consideração ao pensarmos e fazermos educação. Para além, entendi que formação é indissociável do saber da experiência.

**Referências:**

BONDÍA, Jorge Larrosa. **Notas sobre a experiência e o saber de experiência**. Revista Brasileira de Educação [online]. 2002, n. 19, p. 20-28.

FREIRE, Madalena. **A Paixão de conhecer o mundo**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1983. 123p.

GATTI, Bernadete Angelina. FUNDAÇÃO CARLOS CHAGAS. **O trabalho docente: avaliação, valorização, controvérsias**. Campinas, SP: Autores Associados; São Paulo: FCC, 2013. 248 p. (Formação de Professores).



## SIGNIFICAÇÕES SOBRE A FIGURA MASCULINA NA EDUCAÇÃO INFANTIL: ENTRE O REAL E O IMAGINÁRIO

**Prof. Me. Fábio Willie da Silva Matos**

Mestre pelo Programa de Pós-graduação em Educação, Conhecimento e Sociedade (UNIVÁS), Pouso Alegre, Minas Gerais, E-mail: [fabio.matos@educacao.mg.gov.br](mailto:fabio.matos@educacao.mg.gov.br)

**Prof. Ph.D Diego Henrique Pereira**

Pós-doutor em Educação (UNIVÁS), Doutor e Mestre em Ciências da Linguagem (UNIVÁS), Pouso Alegre, Minas Gerais, E-mail: [diegopereira@univas.edu.br](mailto:diegopereira@univas.edu.br)

**Resumo:** A Educação Infantil no Brasil, ainda que regulada por políticas inclusivas, exibe uma expressiva ausência de homens em posições pedagógicas, o que resulta em um ambiente dominado por práticas e imaginários sexistas. Tais práticas sustentam a crença de que o cuidado é função natural da mulher, enquanto o homem seria adequado somente para papéis de autoridade ou liderança. Este estudo busca compreender as significações atribuídas à figura masculina na Educação Infantil, explorando como o imaginário social restringe a atuação dos homens e impacta a diversidade de interações nesse contexto. Com base em referencial teórico sobre masculinidades, processos sócio-históricos da infância e da subjetivação de gênero, além de uma pesquisa exploratória e qualitativa, foram aplicados questionários online aos diversos atores do ambiente escolar. A análise de conteúdo, fundamentada em Bardin, permitiu identificar categorias significativas, revelando estigmas e preconceitos que associam o homem a uma suposta incapacidade de desenvolver habilidades de cuidado, como paciência e afeto e, portanto, vistos como inaptos para lidar com crianças pequenas. Estes estigmas não apenas restringem a presença masculina, mas reforçam uma estrutura educativa que, ao excluir a figura masculina, limita a diversidade de referenciais de gênero oferecidos às crianças.

**Palavras-chave:** Educação Infantil. Masculinidades. Figura masculina. Significações sobre a masculinidade.

### Introdução:

A Educação Infantil, enquanto primeira etapa da educação básica, está marcada por uma divisão de papéis de gênero profundamente enraizada na cultura brasileira. Historicamente, a sociedade atribuiu às mulheres as funções de cuidado e aos homens as de autoridade e disciplina, gerando estereótipos e exclusões que moldam até hoje as práticas educacionais. Na Educação Infantil, especificamente, a figura feminina é amplamente dominante, reforçando a percepção de que o 'cuidar' é uma tarefa essencialmente feminina. Essa perspectiva reflete, como aponta Louro (1997), que não são propriamente as características sexuais que definirão o que é feminino ou masculino em uma dada sociedade sob um determinado recorte histórico, mas sim o modo como essas características são representadas ou valorizadas, a partir daquilo que se diz ou se pensa sobre elas.



Neste cenário, o presente estudo propõe-se a investigar o imaginário social que cerca a figura masculina na Educação Infantil. Ao explorar as significações atribuídas ao homem nesse contexto, a pesquisa visa contribuir para a reflexão sobre estereótipos de gênero e práticas pedagógicas excludentes, considerando que a naturalização da ausência masculina limita o potencial formativo e plural das interações nas instituições de ensino. Nesse sentido, a análise busca compreender as implicações sociais e culturais dessa ausência, bem como questionar os estereótipos que configuram o espaço educacional como eminentemente feminino.

### **Metodologia:**

A pesquisa foi conduzida sob uma abordagem qualitativa e exploratória, utilizando como base metodológica a Análise de Conteúdo de Laurence Bardin, que permitiu a categorização dos principais temas emergentes das respostas obtidas à pesquisa. Os dados foram coletados por meio de questionários online, aplicados a professores, supervisores pedagógicos, gestores e representantes de famílias de crianças matriculadas na Educação Infantil. A escolha por questionários com perguntas abertas visou captar as percepções e potenciais significações acerca da masculinidade nessa etapa da educação básica de forma mais detalhada e espontânea, possibilitando uma análise rica em nuances e subjetividades.

A partir da análise das respostas, foram criadas cinco categorias principais: Estigmas e Preconceitos, que agrupa as visões estereotipadas e restritivas sobre a presença masculina no contexto educacional; Naturalização, que explora como o cuidado infantil é tratado como um papel exclusivamente feminino; Adequação e Qualificação Profissional, que investiga as percepções sobre a capacidade dos homens para exercer o cuidado e a educação das crianças; Constituição de identidade (s), que explora como a presença masculina poderia influenciar a construção de identidades plurais nas crianças; e Reflexões e Novos Direcionamentos, que abarca considerações sobre a necessidade de transformação das práticas e valores presentes na Educação Infantil.

Cada uma dessas categorias foi construída com base nas associações mais recorrentes das respostas dos participantes, buscando mapear os sentidos atribuídos ao papel masculino e identificar os pontos de resistência à sua inclusão nas práticas educativas de cuidado infantil.

### **Resultados e discussão:**

Os resultados da pesquisa destacam uma série de estigmas e preconceitos enraizados que condicionam o papel do homem na Educação Infantil. A análise revelou que, para muitos participantes, o homem ainda é visto como alguém que carece das habilidades emocionais e afetivas necessárias para atuar no cuidado direto com crianças. Esse preconceito emerge, em grande parte, da ideia de que atributos como paciência, ternura e empatia são naturalmente femininos e, portanto, inacessíveis ao homem. Uma participante, por exemplo, menciona que se sentiu “muitas vezes desconfortável com homens no meu ambiente escolar, ainda soa, de forma pré-julgada, incômodo”, refletindo uma resistência ao rompimento dos papéis tradicionais de gênero.

Nas respostas da categoria Estigmas e Preconceitos, muitos dos participantes relataram uma sensação de desconfiança em relação aos homens que atuam na Educação Infantil, sobretudo em funções que envolvem contato direto e afetivo com as crianças. Tal desconfiança, embora não explicitamente declarada, pode ser observada nos receios e questionamentos quanto à aptidão dos homens para atividades que demandam cuidado e afeto. Estes estereótipos limitam o desenvolvimento de uma cultura educacional plural e inclusiva, uma vez que associam o homem a um perfil autoritário e distante, sem espaço para demonstrações de afeto.



Na categoria Naturalização, as respostas indicaram que o cuidado infantil é considerado uma extensão natural do papel feminino. Revelando que a baixa presença masculina nas creches e escolas de Educação Infantil, naturaliza a ideia de que os homens estariam menos preparados ou seriam inaptos para funções de cuidado. Como ressalta Ramos (2013), a sexualidade constitui-se enquanto construção sócio-histórica por meio dos múltiplos discursos que a regulam e normatizam, atribuindo sentido aos corpos de homens e mulheres, sendo marcados pelos desejos e pelas relações de poder estabelecidos em uma determinada cultura.

Em Adequação e Qualificação Profissional, observa-se que muitos participantes relataram que homens na Educação Infantil poderiam ser mais aceitos se ocupassem papéis de supervisão ou liderança, em vez de contato direto com as crianças. Isso denota um preconceito estrutural, que associa a figura masculina apenas a posições hierárquicas, reforçando uma exclusão tácita dos homens de funções de cuidado direto, o que configura uma visão limitadora e preconceituosa sobre as capacidades profissionais masculinas nesse contexto.

A categoria Reflexões e Novos Direcionamentos captou as percepções de alguns participantes sobre a necessidade de repensar as práticas e representações de gênero na Educação Infantil. Uma minoria dos respondentes destacou que a presença masculina pode enriquecer o ambiente educativo, oferecendo novas referências identitárias para meninos e meninas e contribuindo para a desconstrução de estereótipos oriundos, segundo Butler (2018), de uma estrutura reguladora altamente rígida, a qual se cristaliza no tempo produzindo a aparência de uma substância, de uma classe natural de ser, e por conseguinte, aprisionam homens e mulheres em papéis rígidos e excludentes. Contudo, a resistência geral ainda prevalece, demonstrando que há um longo caminho a percorrer para se alcançar um ambiente verdadeiramente inclusivo.

### **Conclusão:**

Este estudo aponta para a importância da presença masculina na Educação Infantil como uma forma de promover uma educação mais inclusiva e representativa. A ausência de homens nessa etapa formativa perpetua um modelo único de referência de gênero, que limita as experiências das crianças e reforça estigmas de gênero desde os primeiros anos de vida. Ao restringir a atuação masculina, o ambiente educacional perde a oportunidade de oferecer uma pluralidade de experiências e interações que poderiam enriquecer o desenvolvimento infantil.

A desconstrução dos estereótipos que associam o cuidado exclusivamente à mulher e a autoridade ao homem é um passo essencial para a construção de uma sociedade mais equitativa, uma vez que, conforme defende Louro (1997), “os sujeitos que constituem a dicotomia não são, de fato, apenas homens e mulheres, mas homens e mulheres de várias classes, raças, religiões, idades etc. e suas solidariedades e antagonismos podem provocar os arranjos mais diversos, perturbando a noção simplista e reduzida de ‘homem dominante versus mulher dominada’”.

Por fim, segundo Louro (1997), é preciso admitir que a escola não apenas transmite conhecimentos, tão pouco apenas os produz. Na escola também se fabricam sujeitos, produz-se identidades diversas, entretanto deve-se reconhecer que essas identidades estão sendo produzidas através de relações de desigualdade. Nesse sentido, a Educação Infantil, como espaço formador de identidades, tem o potencial de desafiar esses estereótipos, promovendo uma educação que valorize a diversidade e o respeito às diferenças.

### **Referências:**

BUTLER, Judith. Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade. Editora José Olympio, 2018.



LOURO, Guacira Lopes. Gênero, sexualidade e educação. Uma perspectiva pós estruturalista. 6 ed. Petrópolis: Vozes, 1997.

RAMOS, Anne Carolina. A construção social da infância: idade, gênero e identidade infantis. Revista Feminismos, v. 1, n. 3, 2013.



**ORGANIZAÇÃO**



Programa de Pós-graduação em  
**Educação, Conhecimento  
e Sociedade** Mestrado e Doutorado • UNIVAS



## **TECNOLOGIAS DIGITAIS E EDUCAÇÃO SUPERIOR NA PANDEMIA DO COVID-19 E SUAS REVERBERAÇÕES NO CONTEXTO PRESENCIAL: DESAFIOS AO TRABALHO DOCENTE DE UMA UNIDADE DA UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MINAS GERAIS**

**Willian Campos Amorim**

Doutorando em Educação, Conhecimento e Sociedade - UNIVÁS

**Joelma Pereira de Faria Nogueira**

Docente do Programa de Pós-Graduação em Educação, Conhecimento e Sociedades (PPGEDUCS) - UNIVÁS

**Resumo:** O trabalho docente na “Idade Mídia” é influenciado pela crescente presença das tecnologias digitais, principalmente no Ensino Superior, onde as mídias transformam as práticas e desafios enfrentados pelos professores. Sob o conceito de “Idade Mídia” – uma era de convergência tecnológica e midiática – exploram-se os impactos da pandemia da COVID-19, que impôs o ensino remoto e, subsequentemente, novos desafios ao retorno presencial. A pesquisa propõe entender essas transformações e suas implicações no trabalho docente, tomando como foco os professores da UEMG em Poços de Caldas, que atuaram no período do ensino remoto emergencial (março/2020 a setembro/2021). Para coleta de dados, serão realizadas entrevistas semiestruturadas, cujas respostas serão analisadas utilizando a técnica de análise de conteúdo. A metodologia investigativa destaca o trabalho docente como produção de conhecimento, influenciado pelas tecnologias digitais, considerando que essas relações reconfiguram o papel do professor, que passa a depender da familiaridade e apropriação das tecnologias para atender aos objetivos educacionais. A pesquisa busca identificar os impactos dessa adoção acelerada de tecnologias, que expôs lacunas infraestruturais e desigualdades de acesso, ao mesmo tempo que evidenciou a necessidade de inovação metodológica e suporte contínuo. Ao analisar as consequências da “Idade Mídia” e suas transformações durante e após o ensino remoto emergencial, o estudo contribui para uma reflexão crítica sobre o papel da tecnologia na educação e no trabalho docente, apontando para a necessidade de políticas inclusivas que suportem o ensino híbrido, garantindo sua qualidade e equidade na Educação Superior.

**Palavras-chave:** Ensino Superior. Covid-19. Tecnologias Digitais.

### **Introdução:**

O trabalho docente na Idade Mídia<sup>6</sup> têm sido (re)configurado sob diversos modos e por uma significativa influência de tecnologias cada vez mais onipresentes nos contextos

<sup>6</sup> Em 2000, Antonio Canelas Rubim, professor do Departamento de Comunicação da Faculdade de Comunicação da Universidade Federal da Bahia, problematizou a Idade Mídia na contemporaneidade trazendo vários elementos que nos permitem pensar nas demarcações precisas que rompem as fronteiras de uma nova circunstância societária,



educativos, sobretudo no Ensino Superior. O trabalho do professor, como define Silva (2012), é entendido como aquele capaz de suscitar mudanças, não só no sentido da matéria, afirma a autora, mas também no que tange à subjetividade do sujeito que a transforma. Nessa perspectiva, o trabalho docente é compreendido como uma atividade que direciona a um determinado fim, sobretudo à formação humana.

Compreendemos o trabalho docente como um fenômeno que emerge das relações com as atividades e tarefas docentes, pois conforme Barreto (2004, p. 1186) destaca, “o abandono da categoria trabalho pelas categorias da prática, tem sustentado a utilização de expressões como atividades e tarefas docentes”. Entender o que o professor faz, limitado a conceito de práticas, esvazia o significado do trabalho como categoria essencial nas análises aqui pretendidas. Trata-se de uma materialização discursiva do esvaziamento desse trabalho, como a autora afirma, que se desenvolve com a restrição do professor à escolha do material didático a ser usado nas aulas, ao mesmo tempo em deixa oculto o seu caráter sociológico de produção da própria existência.

O trabalho docente na Idade Mídia é tema e objeto que elegemos para enquadrar o estudo e definir o problema, considerando que a utilização desse termo não se refere à *Idade Média* (como período em que a mídia não existia), mas significa um tempo de convergência de mídias eletrônicas e digitais que configura as relações sociais. Pretendemos explorar, nesse sentido, tal expressão considerando os tempos marcados pela era digital, midiática e de avanços científicos da sociedade contemporânea, e, por esta razão, adotamos a nomenclatura Idade Mídia, principalmente pelo fato de o projeto de investigação propor um trabalho com/sobre as questões com as quais relacionamos no campo da educação, em que a mídia e as tecnologias se fazem presentes em praticamente todas as ações.

Daniel Mill (2006), em sua tese de doutorado, debruçou-se sobre a pesquisa a partir do contexto que configurava o atual modelo de educação a distância, discutindo o termo empregado por nós, Idade Mídia, tomando como objeto professores inseridos num ambiente composto pelo trabalho virtual. O autor denomina “Idade Mídia” uma nova era de convergência midiática, configurada por instrumentos capazes de agir na cultura do capitalismo de tal forma que os professores e os profissionais que trabalham com a educação a distância são fortemente atingidos por questões que afetam diretamente suas vidas, esbarrando no ponto da precarização do trabalho, inclusive em tempos de ensino remoto emergencial que se instaurou no período de pandemia do COVID-19 e se reverberou no retorno do ensino presencial, traçando desafios ao trabalho docente.

### **Metodologia:**

O trabalho docente, compreendido como processo de produção de mercadorias e serviços [um fenômeno que abrange os profissionais que atuam no processo educativo de diferentes níveis em escolas ou em outras instituições de educação, nas funções de ensino, pesquisa, gestão e extensão, têm sido (re)configurado sob diversos modos e por uma significativa influência de tecnologias digitais cada vez mais onipresentes nos contextos educacionais, sobretudo na Educação Superior.

Esta pesquisa, alicerçada numa abordagem qualitativa, com caráter de investigação, e tem como objeto o trabalho docente na educação superior e as tecnologias digitais de informação e comunicação e parte do seguinte problema: quais implicações que as tecnologias

---

a sociedade estruturada e ambientada pelas mídias. Suas análises partem de reflexões que se preocupam com os desafios para pensar a comunicação na atualidade, que, para ele, “diz respeito à rigorosa compreensão do lugar ocupado pela comunicação, especialmente em sua versão midiática, no mundo contemporâneo” (RUBIM, 2000, p. 26).



digitais trouxeram ao trabalho de professores universitários no contexto da idade média no período de pandemia do Covid-19 e suas reverberações ao retorno do ensino presencial e o que daí resulta em termos de desafios, enfrentamentos e/ou habilidades e conteúdos a desenvolver, tendo em vista o seu atendimento dos objetivos relativos às finalidades educacionais e as especificidades desse período de ensino remoto emergencial?

O universo de professores a serem investigados são os professores de uma Unidade da Universidade do Estado de Minas Gerais – UEMG – Unidade Poços de Caldas, que atuam/atuaram no período de ensino remoto emergencial no contexto da pandemia do Covid-19 (março/2020 à setembro/2021). Como protagonistas do trabalho docente, os docentes participarão como entrevistados.

O instrumento de coleta será a entrevista semiestruturada, onde será orientada por um roteiro composto por questões abertas sobre o tema em questão. Para a análise dos dados, prevê-se trabalhar com a análise de conteúdo, mais especificamente utilizando-se da técnica de elaboração e análise de unidades de significado proposta por Moreira, Simões e Porto (2005), importante método de tratamento dos dados que permitirá atingir o objetivo principal: compreender como as tecnologias digitais interferiram no contexto da sala de aula no ensino superior, e analisando seu potencial para provocar mudanças nos modos como o professor se relaciona com os recursos tecnológicos e midiáticos e deles se apropria/apropriou (ou não) no exercício de seu trabalho docente em tempos de pandemia.

### **Resultados e discussão:**

A pesquisa busca evidências sobre a adoção acelerada das tecnologias digitais no ensino superior, em resposta à pandemia de COVID-19, questionando se tais ações trouxeram tanto avanços nas habilidades digitais dos docentes, quanto nos desafios relacionados à infraestrutura e desigualdade de acesso. A adaptação ao ambiente virtual exigiu metodologias inovadoras, embora tenha exposto a sobrecarga de trabalho e a necessidade de suporte institucional para a equipe docente. Com o retorno às aulas presenciais, surgem oportunidades para um ensino híbrido que equilibre práticas digitais e presenciais; contudo, a efetividade desse modelo depende de apoio contínuo e políticas inclusivas que assegurem a qualidade e a equidade no ensino superior e suas reverberações.

### **Considerações Finais:**

Avalia-se que a pesquisa possa contribuir para mudanças na forma como as tecnologias digitais são utilizadas no trabalho docente no ensino superior, dado o pressuposto de ser o trabalho com as mídias eletrônicas no contexto da idade média um potencial transformador de construção de conhecimento no âmbito da educação, ou seja, suas relações entre o antes, o durante e até mesmo o depois do ensino remoto emergencial.

### **Referências:**

BARRETO, Raquel Goulart. Tecnologia e educação: trabalho e formação docente. In: **Educação e Sociedade**, Campinas, vol. 25, n. 89, p. 1181-1201, Set./Dez. 2004.

MOREIRA, Wagner Wey; SIMÕES, Regina Maria Rovigati.; PORTO, Eline. Análise de conteúdo: técnica de elaboração e análise de unidades de significado. **Revista Brasileira de Ciência e Movimento**, v.13, n.4, p. 107-114, out./dez. 2005.



MILL, Daniel. **Educação a distância e trabalho docente virtual:** sobre tecnologia, espaços, tempos, coletividade e relações sociais de sexo na Idade Mídia. Tese de doutorado. Belo Horizonte: UFMG, 2006.

SILVA, Maria Emília Pereira da. **A metamorfose do trabalho docente no ensino superior:** entre o público e o mercantil. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2012. 304 p.



ORGANIZAÇÃO



Programa de Pós-graduação em  
**Educação, Conhecimento  
e Sociedade** Mestrado e Doutorado • UNIVÁS

**UNIVÁS**  
UNIVERSIDADE DO VALE DO SAPUCAÍ

## **TELETRABALHO PARA SERVIDORES PÚBLICOS DE MINAS GERAIS COM FILHOS EM IDADE ESCOLAR DURANTE A PANDEMIA DA COVID-19: LEI ESTADUAL**

**Paulo Valdir Ferreira**

### **Introdução**

O coronavírus (SARS-CoV-2), responsável pela síndrome respiratória aguda grave (COVID-19) foi identificado por cientistas chineses em dezembro de 2019 (GURGEL et al., 2020). O vírus espalhou-se rapidamente pelo mundo causando grande número de mortes.

Apesar da adoção de medidas de contenção e isolamento, a COVID-19 foi considerada uma emergência de saúde pública de importância internacional e classificada como pandemia, pela Organização Mundial de Saúde (OMS), em 11 de março de 2020 (GURGEL et al., 2020). No Brasil, em maio de 2022, já havia o registro de 665.666 óbitos e mais de 30 milhões de casos acumulados (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2022).

Várias lesões teciduais, principalmente pulmonares, do miocárdio, de pele e sistema vascular, são desencadeadas pelo vírus SARS-CoV-2, desencadeando, dentre outras doenças, a Síndrome Respiratória Aguda, anosmia e disgeusia e outras associações ainda em investigação pela comunidade científica, como a miocardite aguda (FIGUEIREDO NETO et al., 2020), lesões cutâneas (MARIN et al., 2020), lesões orais (MARQUES et al., 2022) e lesões gastrointestinais (VERHEIJEN et al., 2021).

### **Objetivos**

Elaborar e aprovar Lei com a finalidade de regulamentar o teletrabalho para os Servidores Empregados Públicos do Estado de Minas Gerais.

### **Método**

Estudo empírico de abordagem jurídica. Este estudo foi realizado no âmbito do Mestrado Profissional em Ciências Aplicadas à Saúde (MPCAS) da Universidade do Vale do Sapucaí (Univas), e o produto do mesmo foi desenvolvido na Assembleia Legislativa de Minas Gerais, entre março e agosto de 2020.

### **Discussão**

É mister discutir inicialmente que, no tocante à administração pública, observa-se e constata-se, como fato, que o serviço público é burocrático e moroso no que tange às práticas de gestão da administração pública, que demandam a adoção de métodos de gestão (VITAL, 2022; MOLARDI, 2017). O projeto de lei do presente estudo (Projeto de Lei 1921/2020) foi aprovado pela Assembleia Legislativa de Minas Gerais no dia 5 de maio de 2020 e sancionado pelo Governador Romeu Zema em 9 de julho de 2020. Situação que demonstra duas pontuações de relevância: a primeira é o fato de ser possível ocorrer curto espaço de tempo entre aprovação e sanção em relação a projetos de lei. O segundo ponto seria relativo à possibilidade de instaurar-se como normatização a possibilidade de aprovação e sanção de todos os projetos como urgentes, e não somente por estarem envolvidos em situação peculiar sanitária mundial (RAIMUNDO, 2019).

### **Conclusão**



A Lei 23.675, que versa sobre o direito ao teletrabalho para servidores e empregados públicos do estado de Minas Gerais durante a pandemia da COVID-19, foi elaborada através de Projeto de Lei, e sancionada pelo Governador do Estado de Minas Gerais.

### **Bibliografia**

Almeida GT, Ribeiro EN. Análise do grau de aderência às Leis de Responsabilidade Fiscal e Acesso à Informação: um estudo dos portais da transparência dos municípios do Estado de São Paulo com mais de 450 mil habitantes. Rev. Expectativa [Internet]. 2022 Mai [citado em 4 de jun de 2022];21(1):77-98. Doi: 10.48075/revex.v21i1.28452.

Alves BLS, Montelo ES, Lima LB, Melo ACS, Gouveia GPM. Impact of Covid-19 on diabetic adults: systematic review. J. Health Biol Sci. 2022;10(1):1-7. doi: 10.12662/2317-3206jhbs.v10i1.4249.p1-7.2022.

Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais: Manual de redação parlamentar / [coordenação: Antonio Barbosa da Silveira]. – 3. ed. – Belo Horizonte, 2013. 396 p. ISBN 978-85-85157-42-5



## UNIVERSIDADES CORPORATIVAS: NOVOS ESPAÇOS DE FORMAÇÃO OU INSTRUMENTOS DE CAPACITAÇÃO?

**Antonio Henrique Diegues**

Mestre em Educação, Conhecimento e Sociedade

**Resumo:** As universidades corporativas (UC) têm se consolidado como entidades cada vez mais presentes no meio empresarial, funcionando como instrumentos de capacitação profissional dos trabalhadores e, ao mesmo tempo, de disseminação e consolidação da cultura de cada corporação, contrapondo-se às universidades tradicionais (UT) e aproveitando-se de um suposto vácuo de competência destas na formação profissional. O presente trabalho apresenta o mapeamento de algumas das UC do Brasil, através de busca na internet e de análise de recortes de discursos dessas UC e sobre essas UC. O objetivo deste trabalho é investigar se grandes UC no Brasil buscam a formação dos indivíduos ou apenas sua capacitação para o mercado de trabalho. Trata-se de uma pesquisa documental, realizada, inclusive, a partir de materiais que não receberam tratamento analítico, que visar estipular, de maneira dialética, as supostas contradições entre as UC e os conceitos de Educação plena. O trabalho demonstra que o objetivo das UC está nos elementos da cultura de cada empresa, como missão, visão e valores, com o foco direcionado prioritariamente ao mercado, buscando apenas a capacitação dos trabalhadores para a reprodução dos meios de produção, e não sua formação como sujeitos críticos e, em última análise, uma Educação plena.

**Palavras-chave:** Universidades Corporativas. Capacitação. Cidadania. Educação Plena. Neoliberalismo.

### Introdução:

As universidades corporativas (UC) têm se consolidado como uma das respostas das empresas, nas últimas décadas, ao desafio de alinhar economia e Educação a favor dos objetivos de eficiência e produtividade, em vista da velocidade cada vez maior das mudanças na economia e na sociedade como um todo. Se, por um lado, há autores que defendem que as UC são capazes de levar o conceito de universidade para outros espaços sociais, que não somente os limites do campus universitário (Martins, 2004), os mais de 30 anos de atuação no mundo corporativo desse pesquisador nos levam a ter uma percepção um tanto quanto distinta, vindo daí a pergunta de pesquisa: “as UC podem ser realmente consideradas universidades, ou seja, outros espaços de formação, ou são apenas instrumentos de capacitação, moldados pelo neoliberalismo?”

Buscando responder à questão de pesquisa e alcançar os objetivos propostos, esse trabalho está organizado da seguinte forma:

Nesta introdução apresenta-se uma contextualização da pesquisa e a questão que levou à sua realização. Também são descritos o objetivo geral e os objetivos específicos. Inicia-se a introdução da linha teórica que guiou o trabalho, culminando com o enunciado das hipóteses que se pretende confirmar ou refutar.



No capítulo seguinte são descritas a metodologia da pesquisa, a forma e os instrumentos da investigação realizada, os critérios de inclusão e exclusão das UC estudadas e as fontes de pesquisa. Também nesse capítulo são exploradas as classificações desse trabalho no que tange à sua abordagem, linha de pesquisa, objetivo principal, suas aplicações e sua natureza.

A seguir são apresentados os resultados encontrados nas investigações sobre as UC nas fontes disponíveis, buscando consolidar os discursos e os sentidos apresentados. Procura-se, então, traçar paralelos entre o que é uma UT e a realidade das UC, e como o viés do capitalismo e do neoliberalismo perpassa por essa dicotomia e tenta direcionar uma ressignificação dos conceitos tradicionais.

Na sequência são apresentadas as considerações do trabalho, respondendo ao questionamento que norteou a investigação e validando as hipóteses levantadas na introdução, evidenciando a tentativa de apropriação do termo universidade sem as contrapartidas sociais, pedagógicas e humanas que atendam às demandas de uma formação plena do ser humano e de uma Educação transformadora.

Com relação à contextualização dessa pesquisa: no início do século XX, com o avanço da revolução industrial, empresas começaram a estruturar planos de treinamento para desenvolver sua mão-de-obra que, antes do advento da produção em massa, era formada basicamente por artesãos (ofício). Esses planos de treinamento eram totalmente voltados para os funcionários internos, tendo como foco as metas e necessidade de cada organização. Em 1926/ 1927 a General Motors criou o General Motors Engineering and Management Institute (GMI), que foi a primeira “universidade” dentro de uma corporação, com o objetivo de aumentar sua produtividade por meio da capacitação dos trabalhadores e desenvolver sua liderança.

Nesse tempo ainda não se utilizava a denominação universidade corporativa, mas a proposta de internalizar treinamento e capacitação no local de trabalho contribuiu para o nascimento de um movimento de Educação corporativa. Empresas como General Electric e Walt Disney também passaram a desenvolver o treinamento e a capacitação de seu próprio efetivo internamente. A quantidade de UC teve o auge de sua expansão no fim da década de 1980 e o início da década de 1990, quando também passaram a se estabelecer no Brasil, sendo adotadas em dezenas de empresas (Scaramuzza, 2015).

O nascimento e expansão das UC ocorreu simultaneamente, e isso não parece ser uma coincidência, com o desenvolvimento e divulgação dos conceitos da teoria do capital humano, cujos precursores foram os ganhadores do Nobel de economia Theodore W. Schultz e Gary Becker (Monteiro, 2016). De acordo com Schultz:

O conceito de capital consiste em entidades, que têm a propriedade econômica de prestar serviços futuros de um valor determinado [...] Ao classificar-se o capital que presta serviços futuros, é conveniente começar com uma dicotomia, a saber, a do capital humano e não-humano. [...] A característica distintiva do capital humano é a de que é ele parte do homem. É humano porquanto se acha configurado no homem, e é capital porque é uma fonte de satisfações futuras, ou de futuros rendimentos, ou ambas a coisas (Schultz, 1973, p. 53).

Essa teoria sustenta que investimentos em Educação e saúde podem aprimorar as aptidões e habilidades dos indivíduos, tornando-os mais produtivos, o que, em larga escala, pode influenciar positivamente as taxas de crescimento dos países, e também a competitividade das empresas. Em algum momento, dentro de um viés neoliberal, essa abordagem passou de uma lógica de caráter coletivo, como a economia nacional ou a competitividade das empresas,



para uma ênfase nas capacidades e competências que cada pessoa deve adquirir no mercado educacional para atingir uma melhor posição no mercado de trabalho (Saviani, 2005).

[...] o capital humano não é um ativo negociável, no sentido de que possa ser vendido. Pode, sem dúvida, ser adquirido, não como elemento de ativo, que se adquire no mercado, mas por intermédio de um investimento no próprio indivíduo (Schultz, 1973, p. 53).

Ou seja, o capital humano não pode ser vendido, só adquirido, o que justifica a necessidade do indivíduo em investir no seu futuro, na sua Educação, com isso a própria Educação passa a ser adquirida, pois proporciona mais acesso às mercadorias vendidas. Do mesmo modo entende-se que o capital humano influencia nos resultados das organizações, de modo geral, por consequência, ele tem valor econômico, moldando o comportamento, as decisões e a produtividade dos colaboradores, de maneira a tornar a empresa mais lucrativa. As UC parecem ser uma resposta das organizações à essa lógica.

Com relação à criação, estrutura e prática, cada empresa justifica sua UC pelos mais diversos motivos. É válido destacar que há muita heterogeneidade entre essas UC. Não existe uma definição clara e definitiva do conceito, mas, como informa Herbert Martins, sobre o termo UC vale ressaltar:

[...] é um empréstimo que, obviamente, tem um apelo mercadológico podendo vir a ter um uso marqueteiro ou não, mas que também é capaz de conduzir a uma interessante ideia de ensino e pesquisa, levando a essência do conceito de universidade para outros espaços sociais, que não somente os limites do campus universitário (Martins, 2004, p. 57).

Esse posicionamento do autor foi um dos pontos de partida para a execução dessa pesquisa, pois há uma dúvida sobre a relação dessas entidades com tópicos como extensão, pesquisa, cidadania e Educação plena. Ao longo desse trabalho será explorado se essa possibilidade de disseminação do conceito de universidade para outros espaços sociais realmente se concretiza ou se as UC atendem apenas às demandas do mercado, dentro de uma lógica neoliberal.

Pode-se dizer que a UC uma ferramenta interna de desenvolvimento e capacitação de colaboradores, responsável por criar e replicar conhecimento e cultura na organização. É uma entidade educacional vinculada a uma corporação, que objetiva o aprimoramento dos profissionais ou parceiros estratégicos da empresa, sendo uma instituição de ensino que pertence a uma organização, que tem o DNA do negócio e que é controlada internamente (Alperstedt, 2001; Branco, 2006).

Então, tem-se como objetivo geral desta pesquisa: comparar as características das UC com as universidades tradicionais (princípios, métodos, objetivos, resultados) e investigar se grandes UC no Brasil buscam a formação dos indivíduos ou apenas sua capacitação para o mercado de trabalho. Como objetivos específicos pode-se citar: descrever as UC; conhecer seu funcionamento e os métodos de ensino utilizados; avaliar se e como atuam no trinômio ensino, pesquisa e extensão; analisar como se classificam e se posicionam com relação às concepções, teorias/ correntes pedagógicas e, por fim, comparar a capacitação oferecida com os conceitos de formação humana, Educação plena e neoliberalismo.

As UC são uma resposta à crescente necessidade das empresas de fornecer treinamento e desenvolvimento aos seus funcionários, a fim de manter a competitividade e a eficiência no mercado (neoliberalismo). Esse poderia ser um sintoma de que as universidades tradicionais não estão atendendo às demandas profissionais do mercado, indicando um certo distanciamento



com esta realidade, ainda que essa não seja o objetivo primordial e único das universidades. As UC, por sua vez, geralmente se concentram em habilidades e conhecimentos técnicos específicos relacionados ao trabalho e são administradas pelas empresas para atender às suas necessidades (capital humano). As ideias de Althusser (1980) sobre a ideologia e o aparelho ideológico do Estado se concentram na forma como a sociedade é estruturada em termos de relações de classe, com as elites dominantes exercendo controle sobre as instituições sociais para manter seu poder. Em suas obras, ele argumenta que as instituições, como escolas e mídia, são usadas para perpetuar a ideologia dominante e reproduzir as relações de poder existentes na sociedade.

Esse trabalho parte da hipótese que as chamadas UC têm foco exclusivo em capacitação e aculturação (simplificando: ensino) e assim não atendem ao princípio de indissociabilidade referido no artigo 207 da Constituição da República Federativa do Brasil:

As universidades gozam de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, e obedecerão ao princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão (Brasil, 1998, art. 207).

Também as UC têm seu foco apenas na qualificação para o trabalho (capacitação), não desenvolvendo os demais objetivos da Educação preconizados no artigo 205 da Constituição da República Federativa do Brasil:

A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (Brasil, 1998, art. 205).

Esse trabalho visa, através de seu desenvolvimento e de sua contextualização teórica, bem como através do resultado da pesquisa de UC do Brasil, confirmar, ou refutar, essas hipóteses.

### **Metodologia:**

Como metodologia de pesquisa buscou-se por informações públicas, dados abertos e material institucional de grandes UC do Brasil, e principalmente recortes de discursos de cada e sobre cada uma dessas entidades. Esses recortes foram analisados de maneira a se traçar um perfil de estrutura, métodos e funcionamentos de cada UC e, através da análise dos discursos e sentidos manifestados, comparar com os conceitos das universidades tradicionais, ensino, pesquisa, extensão, cidadania, qualificação, Educação plena e neoliberalismo. Busca-se compreender o real posicionamento das UC e responder a pergunta de pesquisa: “as UC podem ser realmente consideradas universidades, ou seja, outros espaços de formação, ou são apenas instrumentos de capacitação, moldados pelo neoliberalismo?”

Procura-se com essa pesquisa compreender a realidade das UC no Brasil e como essa entidade, relativamente nova, de Educação profissional, se posiciona frente à produção de conhecimento, bem como suas relações dentro da realidade de uma contemporaneidade ocidental neoliberal. Sobre essas relações com a realidade discorrem os autores:

Existe um campo epistemológico próprio da educação profissional? Entendendo campo epistemológico como o estudo crítico dos Princípios, das hipóteses e dos resultados das diversas ciências, destinado a determinar sua origem lógica, há que compreender a educação profissional, não como um campo em si, mas como parte do campo da ciência da educação, que se constitui por categorias de método e por categorias de conteúdo. E se, do ponto



de vista do método, compreendermos o processo de produção do conhecimento a partir da ação humana sobre a realidade, não há como compreender e sistematizar as categorias de conteúdo senão a partir das suas relações com a realidade que as determinaram, e ao mesmo tempo são determinadas por elas (Kuenzer; Grabowsk, 2016, p. 23).

Quanto à abordagem, esta é uma pesquisa qualitativa, realizada através de um mapeamento de material (dados abertos, informações públicas e recortes de discursos) referente às UC, visando entender suas dinâmicas a partir de análises resultantes desta coleta de dados, informações e recortes de discurso, aplicando-se uma interpretação das informações obtidas neste mapeamento. A pesquisa qualitativa é uma abordagem de investigação utilizada para compreender fenômenos complexos e explorar significados, percepções, experiências e contextos (Godoy, 1995). Ao contrário da pesquisa quantitativa, que se baseia em dados numéricos e estatísticas, a pesquisa qualitativa concentra-se na compreensão e na interpretação dos fenômenos estudados de forma mais aprofundada, de modo que permite ao pesquisador explorar aspectos que não poderiam ser percebidos pela análise de indicadores puramente quantitativos. A pesquisa qualitativa busca descrever e interpretar experiências humanas e contextos sociais. Neste trabalho a coleta de informações será através da análise de conteúdo e estudos de caso de dados abertos, informações públicas e recortes de discursos, sendo os dados coletados descritivos, não numéricos, e de uma pequena amostra, não necessariamente estatisticamente representativa. A análise de dados dessa pesquisa qualitativa será indutiva e fez uso de estudos de casos múltiplos, ou estudo de multicasos, que se caracteriza por um detalhamento e profundidade de poucos objetos para o atingimento do objetivo de descrição das UC e aprofundamento do fenômeno analisado por uma obtenção circunstanciada de informações.

É uma pesquisa básica (ou fundamental ou pura), que é uma forma de investigação científica que tem como objetivo a expansão do conhecimento teórico, sem necessariamente buscar aplicações práticas imediatas. O foco dessa pesquisa básica é compreender princípios, padrões e teorias, sendo o objetivo aprofundar o conhecimento teórico, gerar novas ideias e entender princípios fundamentais subjacentes ao fenômeno social das UC, não necessariamente orientada por problemas específicos ou pela busca de soluções imediatas para questões práticas.

Por seus objetivos constitui-se em uma pesquisa exploratória que visa proporcionar familiaridade com o tema das UC através de pesquisas, mapeamentos e levantamentos bibliográficos e documentais. A pesquisa exploratória é um tipo de investigação que tem como objetivo proporcionar a compreensão de um fenômeno, além de descobrir informações, gerar hipóteses iniciais e estabelecer direções para eventuais pesquisas mais detalhadas. Pode envolver uma abordagem flexível em relação aos métodos e incluir revisões bibliográficas, observação informal, entre outros. A amostragem na pesquisa exploratória pode ser não probabilística, pois o foco não está na representatividade estatística, mas sim na obtenção de insights e na identificação de padrões.

Devido à própria característica do tema, trata-se de uma pesquisa bibliográfica, principalmente em seu desenvolvimento teórico, pois baseou-se no levantamento e análise da produção já existente em forma de livros, artigos, teses, dissertações e outros materiais escritos disponíveis. Procurou-se proporcionar uma revisão do conhecimento existente sobre o tema, ajudando a identificar lacunas, fornecer uma base sólida de conceitos, teorias e modelos existentes relacionados ao tema em questão e ajudar a contextualizar o problema de pesquisa.

Por outro lado, é também uma pesquisa documental, a partir de materiais que não receberam tratamento analítico, como: dados abertos, informações públicas, material institucional de acesso livre e referências em publicações na internet. Essa pesquisa envolveu a



coleta de informações, de forma ética e garantindo a confiabilidade e a integridade dos dados, e a análise crítica e interpretação dos textos para extrair informações relevantes, identificar padrões, tendências, contradições e, dessa forma, coletar evidências documentais que sustentem ou refutem as hipóteses levantadas.

Dentro do Programa de Pós-graduação em Educação, Conhecimento e Sociedade (PPGEduCS) é uma pesquisa enquadrada na Linha I: Ensino, Linguagem e Formação Humana, com foco na apropriação, reelaboração, produção e circulação de conhecimento e nos espaços não-formais de ensino.

A ideia é, a partir das informações obtidas através de mapeamentos e levantamentos bibliográficos (observação e experimentação) sobre UC chegar a conclusões (argumentações dedutivas) que validem ou refutem as hipóteses, conforme preconiza Severino:

Tanto a tese de doutorado como a dissertação de mestrado são, pois, monografias científicas que abordam temas únicos delimitados, servindo-se de um raciocínio rigoroso, de acordo com as diretrizes lógicas do conhecimento humano, em que há lugar tanto para a argumentação puramente dedutiva, como para o raciocínio indutivo baseado na observação e na experimentação. Às vezes, a dissertação de mestrado e até mesmo as teses de doutorado são reduzidas a um levantamento puramente experimental de dados observados e quantitativos, fundados em procedimentos prioritária ou unicamente estatísticos. Mas sem uma reflexão interpretativa que procede inclusive por dedução, não se prova nada e não há nenhuma hipótese demonstrada (Severino, 2013, p. 195).

E ainda segue:

[...] toda monografia científica deve ser necessariamente interpretativa, argumentativa, dissertativa e apreciativa. Pesquisa experimental e reflexão racional complementam-se necessariamente na elaboração da ciência. Afinal, o objetivo de uma pesquisa é fundamentalmente a análise e interpretação do material coletado (Severino, 2013, p. 195).

Sobre as amostras da pesquisa, conforme afirma Minayo (2002), o passo inicial para a execução de uma análise social é a definição dos sujeitos sociais a serem pesquisados, ou seja, a definição da amostragem da pesquisa. A autora discorre sobre a questão das amostras:

A pesquisa qualitativa não se baseia no critério numérico para garantir sua representatividade. Uma pergunta importante neste item é "quais indivíduos sociais têm uma vinculação mais significativa para o problema a ser investigado?" A amostragem boa é aquela que possibilita abranger a totalidade do problema investigado em suas múltiplas dimensões (Minayo, 2002, p. 43).

Por isso para essa definição deve-se ser criterioso, pois serão características dos sujeitos eleitos para serem estudados que levarão aos resultados do trabalho. Ainda conforme a autora uma escolha equivocada da amostra prejudicaria os resultados obtidos, chegando inclusive ao ponto de poder gerar resultados diametralmente opostos a realidade que se procura descrever, analisar e compreender. Existe uma diferença importante na seleção de amostra entre pesquisas qualitativas e quantitativas. Com isso, deve-se desenhar um plano de amostragem que favoreça a um aprofundamento no problema de pesquisa, deve-se buscar a seleção de casos que ofereçam abrangência da compreensão, trazendo o maior número de informações sobre o fenômeno em questão. Tendo esse cuidado em vista, buscou-se identificar casos que pudessem responder de forma adequada aos objetivos de pesquisa e descrever adequadamente os objetos da pesquisa



proposta. Para tanto, foram estabelecidos alguns critérios, ou seja, as condições ou características específicas que uma unidade de análise deve atender para ser incluído na pesquisa com base nos objetivos da pesquisa e na natureza do estudo:

Localização geográfica: adotou-se apenas empresas que atuam no Brasil, independentemente de sua origem.

Porte das organizações e tamanho das UC: optou-se por estudar grandes empresas (com mais de 5.000 funcionários no país), devido a amplitude do impacto de suas ações internas, independentemente da natureza da empresa. Determinar quais são as maiores UC pode envolver diferentes critérios, como número de funcionários treinados, variedade de programas oferecidos, investimento, entre outros. Além disso, essas informações podem mudar ao longo do tempo e não serem divulgadas.

Maturidade das UC: escolheu-se considerar as UC estabelecidas a mais tempo, em detrimento das mais recentes. Determinar com precisão quais são as UC mais antigas no Brasil é desafiador pois nem todas as empresas divulgam detalhes específicos sobre a fundação de suas iniciativas de treinamento e desenvolvimento.

Ramo de atuação/ setor econômico: procurou-se evitar, na escolha dos casos a serem estudados, a repetição de empresas de um mesmo ramo, visando ter uma maior diversidade e apresentar um retrato mais abrangente das UC no Brasil. Por exemplo: as UC do Banco Bradesco, Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal se enquadram nos critérios anteriores, mas optou-se por manter apenas uma das UC no estudo.

Natureza da UC: com o intuito de melhor entender as relações entre as UC e a realidade neoliberal contemporânea foram mantidas apenas as UC cuja natureza é interna a uma corporação, com isso não foram incluídas empresas que têm a UC terceirizada e/ ou como uma entidade distinta, como é o caso da Isvor, Universidade Corporativa Fiat Chrysler Latam, que atua também para outras empresas do mercado corporativo.

Acessibilidade e atualização: disponibilidade de informações públicas, dados abertos, acessos a material institucional, citações em publicações acadêmicas ou não e atualização dos dados. Com isso foi desconsiderada, por exemplo, a Valer, UC da Vale, com indisponibilidade de dados e informações insuficientes e/ ou desatualizadas publicadas pelas e sobre as próprias instituições.

Com esses critérios postos foram selecionadas 5 UC (a quantidade de 5 amostras foi arbitrária). Foram então coletados dados abertos, informações públicas, material institucional de acesso livre e referências (recortes de discursos) em publicações dessas organizações e empresas escolhidas para que pudessem ser comparadas de acordo com as questões apresentadas no referencial histórico e teórico e foi realizada uma análise descritiva e comparativa dos modelos dessas instituições baseada na análise de discurso. Como as informações e dados apresentados nesta pesquisa são públicos e estão disponíveis na internet optou-se por não manter a anonimidade das empresas, favorecendo assim uma maior especificidade nas discussões elaboradas. A seguir as 5 empresas escolhidas e suas respectivas UC: Ambev (Ambev On); Bradesco (Unibrad); Leroy Merlin (UCLM); McDonald's (Universidade do Hambúrguer); Petrobras (UP).

Com relação ao *corpus* do trabalho: foram coletados 95 recortes, citações e declarações, entre outros, referentes a essas 5 UC. Esses recortes encontram-se em relatórios institucionais, materiais de promoção e divulgação, matérias jornalísticas, entrevistas e outras fontes acessadas em 37 diferentes endereços eletrônicos de acesso aberto. Todos os acessos foram realizados entre Janeiro e Fevereiro de 2024.

Analisando-se os materiais divulgados pelas e sobre as UC e através da análise de discurso pretende-se tomar conhecimento dos seguintes fatores:



- Quais as DIMENSÕES são abrangidas?
- Quais OBJETIVOS são buscados?
- Qual MATRIZ CURRICULAR é oferecida?
- Quais os LOCUS e ASPECTOS existentes?
- Que PRINCÍPIOS e CARACTERÍSTICAS são presentes?
- Quais MÉTODOS são aplicados?
- Como é a OPERAÇÃO?
- Quais CONCEPÇÕES PEDAGÓGICAS são adotadas?
- Quais as TEORIAS PEDAGÓGICAS são implantadas?
- Quais PILARES são contemplados?
- Quais TEMAS CONTEMPORÂNEOS TRANSVERSAIS são abordados?
- Quais RESULTADOS são buscados/ atingidos?

### Resultados e discussão:

Espera-se poder comparar as análises das informações obtidas através dos mapeamentos e levantamentos bibliográficos com os temas conceituais desenvolvidos, e também analisar os pontos da discussão teórica versus comentários, opiniões e observações, e por fim levantar novas proposições, áreas e temas afins que ficaram de fora da delimitação deste trabalho.

O tema UC diz respeito a questões internas nas empresas. Devido a isso há uma lacuna com relação a dados e informações precisas sobre elas. Divulgações institucionais e press releases foram as principais fontes desse trabalho, haja vista que o tema não é normalmente tratado nos relatórios divulgados pelas empresas de capital aberto. Ainda assim os recortes obtidos foram suficientes para se traçar um panorama das instituições pesquisadas:

**Ambev On:** A UC Ambev On oferece treinamentos em áreas técnicas, divididos nos polos industrial, vendas, marketing, operações, logístico, administrativo e financeiro. Os recortes da Ambev On apontam para um foco em sucesso e competitividade. Desde a sugestão de literatura, selecionada para trazer conhecimento para a carreira do colaborador, até a afirmação de que o mindset é a explicação pela razão de se ser bem-sucedido ou não, a referida UC parte do pressuposto de que nenhuma empresa pode acompanhar o ritmo que será definido pelo mercado sem a capacitação de seus profissionais. O desenvolvimento do time é um pilar da companhia, com objetivo de desenvolver habilidades para o futuro do trabalho, alinhado à evolução do mercado e às exigências do mundo corporativo.

A competição e a meritocracia transpassam pelo discurso da organização. É explicitado que é necessário desenvolvimento profissional para se chegar mais longe na empresa, posicionando o trabalho como um propósito para dar conta das demandas. A UC se coloca como ferramenta que permite ao empregado fazer do seu trabalho o melhor possível e gerar lembranças através de entregas excelentes, criando diferenciais relevantes para se destacar dos demais.

Não há foco na produção de conhecimento, pelo contrário, é explícito o objetivo de se entregar conhecimento. Embora seja considerada como referência em aprendizado e cultura, essa aprendizagem é oferecida em sessões rápidas, ressaltando que pequenas mudanças trazem resultados impressionantes. A prioridade é colocada no aprendizado contínuo e a responsabilidade do aprendizado fica por conta do empregado, pois se destaca sua autonomia para guiar a jornada de Educação e para absorver conhecimento.

Por fim se ressalta seu posicionamento frente a alegada lacuna da jornada tradicional, pois é reforçado seu objetivo de desenvolver competências diferentes do ensino convencional.

**Unibrad:** Os recortes da Unibrad apontam para um foco em gerar valor para a organização, com ênfase no cumprimento de objetivos, os quais estão alinhados ao mapa



estratégico da organização com meta no retorno financeiro. O sucesso e a perenidade da empresa perpassam pelos discursos verificados nos recortes. Os objetivos são: capacitar com foco em continuar os negócios, desenvolver com foco em objetivos estratégicos e propiciar vantagem competitiva para a organização. É ressaltado que a instituição só tem ganho com todos bem instruídos.

Os cursos oferecidos são para aprimoramento técnico e o foco é qualificar o profissional, desenvolvendo habilidades com rapidez. Conhecimento focado no ambiente de trabalho e no mercado e aprendizagem sempre alinhada com o que há de relevante para o mercado, com otimização dos cursos para o negócio. O desafio é o colaborador ter as competências necessárias para os negócios.

Também se ressalta o viés de autoaprendizado, com a aprendizagem na mão dos indivíduos, permitido à pessoa receber conhecimento e ver como pode aplicar na prática e promover a autogestão da carreira.

**UCLM:** A UC da Leroy Merlin é uma iniciativa do setor de RH e visa desenvolver empregados através de uma cultura que influencia a estratégia da companhia. São cursos e treinamentos para a qualificação dos empregados, havendo alguns cursos obrigatórios e outros de formação técnica, voluntários, nas áreas de metier, metier backoffice, digital, supply, performance, vendas e liderança.

Nos recortes da UCLM perpassa a ideia da lacuna deixada pela Educação formal, pois se coloca como responsáveis pelo desenvolvimento do colaborador, pois muitos empregados não tiveram acesso à Educação de qualidade.

A UCLM foca em aplicativos para tornar a aprendizagem ainda mais dinâmica e em eventos de transmissão ao vivo para menos custos e mais engajamento, transmitindo uma única mensagem a todos os multiplicadores. Há duas iniciativas prioritárias: Aprenda Mais (autoaprendizagem) e o Festival de Aprendizagem (lives semanais).

Embora se posicione como responsável pelo desenvolvimento do empregado o foco é incentivar o protagonismo e lifelong learning no colaborador, utilizando-se da aplicação da heutigogia, através do fomento da autoaprendizagem, e ressaltando a importância da aprendizagem intencional (autoaprendizagem).

**Universidade do Hambúrguer:** A UC Universidade do Hambúrguer se coloca como uma instituição de ensino vinculada à empresa voltada à capacitação dos funcionários de diversos níveis gerenciais e de liderança buscando levar noção de administração e negócios aos trabalhadores e aprofundar conhecimentos técnicos e padrões operacionais para gerar a oportunidade de crescer dentro da companhia. A UC se divide em excelência operacional, liderança, negócios e desenvolvimento e inovação.

A companhia promove programas de empregabilidade e capacitação com cursos presenciais e online. Seu objetivo é focado em aculturação, pois a ideia é criar uma cultura de desenvolvimento e formar profissionais em sintonia com os valores e cultura da marca, com acesso a formação que gere resultados para o negócio e acelere a cultura; e também em excelência, sendo um centro de excelência para o treinamento e desenvolvimento de procedimentos operacionais e otimização de recursos na execução de tarefas.

Nos discursos dos recortes da UC é possível a detecção da alegada laguna da Educação formal, pois se coloca como parte da solução do desemprego e da falta de oportunidades de Educação, propiciando novas habilidades e oportunidades de mercado. O foco no negócio e no mercado também é destacado, ressaltando-se ser um processo capaz de transformar conhecimento em resultados para o negócio, com conteúdo de acordo com as exigências do mercado.



Os vieses da meritocracia e da autoaprendizagem também se fazem presentes, pois é destacado que aprender significa construir o próprio futuro de sucesso, que a aprendizagem traz resultados para todos e que é a ferramenta para ascensão progressiva na empresa.

**Universidade Petrobras:** AUC da Petrobras é um centro de formação e qualificação para empregados da companhia, para aperfeiçoamento de competências, em alinhamento com o RH e ligado diretamente à Diretoria de Assuntos Corporativos. Pela própria natureza do negócio o foco da UP está em formar os empregados nas competências técnicas necessárias ao plano de negócio, mas também contribuir para a transformação cultural da Petrobras, propiciando uma experiência educacional que dissemine a cultura e os valores da companhia.

Nos discursos encontrados nos recortes, e na própria estrutura da UC, perpassa a preocupação do alinhamento com as estratégias da companhia, com processos de capacitação e desenvolvimento de pessoas e suas competências necessárias para o alcance dos objetivos estratégicos, competências que são críticas para o negócio da empresa, com investimentos para que a curva de geração de valor seja a mais rápida possível.

A avaliação dos fatores encontrados nesses 5 casos apresentados permite algumas conclusões sobre as UC em questão:

Considerando-se as dimensões propostas no princípio da indissociabilidade, quais sejam ensino, pesquisa e extensão (Brasil, 1998), tem-se que há uma enorme discrepância entre essas dimensões no foco submetido pelas UC, sendo assim impossível se falar em indissociabilidade. As evidências encontradas demonstram que a dimensão ensino tem a absoluta maioria, senão a totalidade, dos esforços e recursos nela alocados, sendo frequentemente colocados como seus objetivos aprimoramento, crescimento e sucesso, ou seja, diferentemente do que preconiza Carvalho (2011), consideram-se apenas os resultados aos quais se chega através do ensino, mas não como se chega. Todas as empresas das UC estudadas têm seus centros de pesquisa e/ ou desenvolvimento, mas não foram encontradas evidências de sua ligação direta com as respectivas UC de cada empresa, ou seja, não há pesquisa com um processo de abordagem e compreensão da realidade (Gatti, 2012). Das citadas dimensões a menos evidenciada nas UC estudadas foi a extensão, que viabiliza a relação transformadora entre Universidade e Sociedade (FORPROEX, 1987), eventuais ações isoladas das respectivas empresas junto às comunidades não demonstraram ligação com as UC. Nas 5 UC pesquisadas encontrou-se referências a conceitos como ensino, aprimoramento, crescimento e/ ou sucesso, por exemplo: “Aprender significa ganhar novos horizontes e construir seu próprio futuro de sucesso” (Universidade do Hambúrguer) e “Encontre tudo o que você precisa sobre desenvolvimento profissional e chegue cada vez mais longe” (Ambev On).

Quando se pensa uma universidade como um ente do ecossistema da Educação, e quando se consideram como objetivos da Educação o pleno desenvolvimento da pessoa, o preparo para o exercício da cidadania e a qualificação para o trabalho (Brasil, 1998) as UC estudadas também falham em atender a esses requisitos na totalidade. O conceito de desenvolvimento pleno da pessoa não aparece nas tratativas das UC estudadas, o foco está em habilidades e competências. Pensar, como esforço intencional para descobrir relações entre o que fazemos e as consequências (Dewey, 1979), não é algo de destaque. Com relação à cidadania, conceito ligado à democracia e uma prática cotidiana (Costa; Ianni, 2018) também não foram encontradas maiores evidências da atuação das UC. Já sobre a qualificação para o trabalho, totalmente moldada pela lógica do mercado (Frigotto; Ciavatta, 2003), as UC são quase que integralmente direcionadas: capacitação, negócio e mercado são palavras de destaque encontradas nos recortes das UC. Nas 5 UC pesquisadas encontrou-se referências a conceitos como qualificação, habilidades, competências, capacitação, negócio e/ ou mercado, por exemplo: “Educar e capacitar para a excelência profissional e mobilidade social, com foco em



continuar os negócios do Bradesco” (Unibrad) e “Promover a gestão do conhecimento e o desenvolvimento de competências na Petrobras por meio de ações de desenvolvimento para a formação e aperfeiçoamento de competências” (UP).

As matrizes curriculares (cursos e treinamentos) oferecidas pelas UC estudadas são variáveis, mas a grande concentração é técnica (operacional, administrativa), com destaque também para os temas voltados para a gestão e a liderança. Segurança, meio ambiente e saúde são citados, em menor escala. Nas 5 UC pesquisadas encontrou-se referências a formação da matriz curricular com base em conceitos operacionais, administrativos, gestão e/ ou liderança, por exemplo: “Hoje ela abriga sete academias com formações para as diferentes áreas da companhia: Métier; Métier backoffice; Digital; Supply; Performance; Venda de projeto; e Liderança” (UCLM) e “Os treinamentos incluem as áreas industrial, de vendas, marketing, operações, logística, administrativa e financeira” (Ambev On).

Com relação a seus aspectos as UC investem em cursos presenciais, mas cada vez mais em cursos on-line, síncronos ou não. A Unibrad tem polos físicos dispersos pelo país e a Universidade do Hambúrguer tem um “campus” centralizado em São Paulo, sendo então seus espaços físicos em geral não pensados como ambientes propícios para a aprendizagem, pesquisa e interação social, nem para a fomentação de uma comunidade acadêmica. Infraestruturas como bibliotecas, laboratórios, oficinas, instalações esportivas e de tecnologia não são necessariamente destaques nas UC estudadas. Em recortes de 4 das 5 UC estudadas encontrou-se referências a uso de recursos ou conceitos de TIC, por exemplo: “A UCLM conta até com app para tornar a aprendizagem ainda mais dinâmica” (UCLM) e “Recentemente, foi implantado o conceito de HU 2.0, uma plataforma digital que permite ampliar os caminhos de aprendizagem oferecendo cursos online” (UH).

Sobre os fatores princípios e características também há um grande descolamento entre as UT e as UC estudadas. Itens destacados na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei nº 9.394/96, indicam a regulamentação das UT, o que não foi demonstrado nas UC estudadas. Princípios como autonomia (Artigo 53 e Artigo 54), valorização do profissional da Educação (Artigo 61, Artigo 62, Artigo 67), cooperação entre instituições (Artigo 12, Artigo 43, Artigo 46), responsabilidade social (Artigo 43) e avaliação (Artigo 9º, Artigo 10, Artigo 16, Artigo 43) presentes na LDB (Brasil, 1996) não foram devidamente evidenciados. Em 4 das 5 UC pesquisadas encontrou-se indícios sobre uma certa autorregulamentação e uma abordagem distinta da educação formal, por exemplo: “A universidade corporativa tem como objetivo desenvolver em seus funcionários as competências determinantes para o negócio da companhia, diferentemente do ensino convencional” (Ambev On) e “Nós temos muitos empregados que não tiveram acesso à educação de qualidade e nós somos responsáveis por seu desenvolvimento” (UCLM).

Tratando-se de métodos, conforme anteriormente exposto, as evidências encontradas nas UC estudadas apontam para foco em aulas expositivas, com o eixo cada vez mais movendo-se de cursos presenciais para os cursos digitais, síncronos ou não e via aplicativos (e-learning). Mais até que técnicas de andragogia, o que se encontrou muito fortemente nos estudos foram referências à heutigogia (autoaprendizagem) e aprendizagem contínua. Tutoria e coaching também foram citados. A entrega de conhecimento é a tônica. Em recortes das 5 UC pesquisadas encontrou-se referências sobre conceitos como autoaprendizagem, aprendizagem contínua e/ ou aulas expositivas, por exemplo: “A aprendizagem está na mão do indivíduo, e a universidade corporativa e suas plataformas de aprendizado são apenas ferramentas para o colaborador se desenvolver, mas é ele quem deve buscar esse conhecimento” (Unibrad) e “A UP oferta cursos na modalidade de Educação Continuada, de curta e longa duração, com suas carteiras devidamente alinhadas às estratégias da Companhia” (UP).



O fator da operação das UC foi o mais parecido quando se comparam as entidades estudadas, com uma homogeneidade nos recortes dos discursos. Itens como o alinhamento com os objetivos organizacionais, a integração e submissão aos sistemas de RH, o acultramento e a promoção dos valores empresariais surgiram em diversos pontos do estudo. A postura em desenvolver competências diferentes do ensino convencional devida a uma lacuna deixada pela Educação formal e também uma insistência em atrelar a operação das UC à geração de valor, otimização de recursos, redução de custos, retorno financeiro e resultados para o negócio foram presentes nos recortes de discurso das UC estudadas. Nas 5 UC pesquisadas encontrou-se referências à subordinação ao RH, acultramento, valores empresariais, etc., por exemplo: “Tornar-se referência em formação de competências, fortalecer o valor da marca” e “Totalmente integrada à área de Recursos Humanos” (Unibrad) e “Traz uma nova grade de cursos, estabelecendo-se como o centro difusor de conhecimento e cultura da empresa” (UH).

Considerando-se concepção pedagógica (Saviani, 2005) como um conjunto de princípios que fundamentam a prática educativa em uma determinada instituição (natureza da aprendizagem, papel do educador e do aluno, objetivos, etc.) pode-se inferir, através da observação das UC estudadas o predomínio de uma pedagogia tradicional (centrada nos conteúdos, nas disciplinas) e também tecnicista (racionalidade, eficiência e produtividade). As 5 UC pesquisadas têm recortes que de alguma forma referenciam conteúdos técnicos, disciplinas, eficiência e/ ou produtividade, por exemplo: “Nossa competência técnica está nas pessoas e vamos valorizar a capacitação” e “Focando na capacitação técnica, os profissionais passam pelo centro de estudos” (UP) e “Ao ingressar em algum curso, o funcionário busca aprofundar seus conhecimentos técnicos e dos padrões operacionais da empresa” (UH).

Já considerando-se como teoria pedagógica uma lente específica para compreender como ocorre a aprendizagem (Libâneo, 2005) pode-se dizer que as UC estudadas operam primordialmente na teoria racional-tecnológica (neotecnicismo), voltada à formação para o sistema produtivo, baseada em objetivos, conteúdos, competências e habilidades, buscando capacitar os técnicos. Em todas as UC pesquisadas encontrou-se evidências sobre essa abordagem, por exemplo: “Foco em gerar maior autonomia do aprendizado e atender às necessidades, cada vez mais frequentes, de aprender e desenvolver habilidades” (Unibrad) e “Para atender a demanda de formação e capacitação dos colaboradores [...] são criados cursos que atendem aspectos operacionais” (UH).

Sobre os quatro pilares da Educação, princípios fundamentais que orientam a prática educativa, visando à formação integral do indivíduo (UNESCO, 1996) avalia-se que as UC estudadas, com uma certa liberdade na análise, de certa forma transitam pelos dois primeiros, quais sejam aprender a conhecer (com foco basicamente na obtenção de conhecimentos) e aprender a fazer (aplicação do conhecimento, habilidades técnicas). Nas 5 UC pesquisadas encontrou-se referências sobre obtenção e/ ou aplicação de conhecimentos, por exemplo: “Há conteúdos em formatos de texto, audiovisuais ou podcasts, que têm o objetivo de entregar conhecimento” (Ambev On) e “Duas iniciativas prioritárias: Aprenda Mais e o Festival de Aprendizagem” (UCLM). Nenhuma referência pôde ser encontrada sobre os pilares de aprender a viver e aprender a ser.

Ainda que não seja necessariamente objeto das UT os temas contemporâneos transversais são caracterizados pela relevância social, política, econômica ou cultural e demandam uma análise que considere as interações complexas entre diferentes aspectos da sociedade (Brasil, 2019). Esses temas pouco apareceram nos estudos sobre as UC, em apenas uma das 5 UC analisadas encontrou-se alguma referência ao meio ambiente, saúde e/ ou economia: “Carreira e Mercado/ Saúde e Bem-estar/ Diversidade/ Educação Financeira/ Ética/



Inovação e Tecnologia” (Unibrad). Citações de itens como multiculturalismo, cidadania e civismo não foram encontradas,

Por fim, com referências aos resultados buscados e obtidos, talvez aqui todas as avaliações anteriores e todas as observações realizadas desaguem. Uma UT deve formar uma pessoa, a Educação deve possibilitar e desenvolver conhecimentos e valores, englobando dimensões técnicas, sociais, culturais e políticas, deve ser emancipadora (Silva; Balzan, 2007). “Em síntese, a Pedagogia se justifica enquanto ciência pela promoção da transformação social, constituindo alunos reflexivos, críticos e criadores de novos saberes em diferentes realidades de atuação” (Pereira, 2022, p. 36), entretanto em todas as 5 UC estudadas o resultado buscado e destacado sempre foi o de capacitação, o de desenvolvimento apenas de competências que visam a sustentação do negócio, para atendimento das demandas do mercado, atendendo diretamente a uma lógica neoliberal, por exemplo: “A nova plataforma de aprendizagem representa uma mudança na cultura de aprendizado dentro da empresa, alinhada à evolução do mercado de trabalho e às novas exigências do mundo corporativo” (Ambev On) e “Passamos a oferecer ambientes ainda mais humanizados, modernos e conteúdos sempre atualizados, de acordo com as exigências do mercado e do nosso negócio” (UH).

### **Conclusão:**

Este trabalho pretendeu conhecer e entender as UC para analisar suas relações com os conceitos tradicionais de universidade, Educação plena e neoliberalismo, a partir de uma revisão bibliográfica e uma pesquisa documental, para as conceituações teóricas, históricos e contextos espaço-temporais dos eixos do trabalho (UT, UCs, Educação e neoliberalismo); é um estudo de multicase, realizado através de um mapeamento de material (dados abertos, informações públicas e recortes de discursos) referente à cinco UC brasileiras.

O ensino é um processo, com entradas, transformações e saídas, já a Educação é um ecossistema, ou seja, demanda uma cooperação sinérgica entre diversos entes para a viabilização e sustentação do todo. Desde sempre o conhecimento é utilizado como ferramenta de poder, sendo assim o ensino é pensado dentro das relações de poder: “As relações de poder essencialmente impositivas nas construções de saberes, de certa forma, cerceia a possibilidade de uma prática que seja criativa” (De Oliveira, 2016, p. 89). Com as UC não é diferente.

Se por um lado as UT modernas nasceram voltadas às letras, filosofia e hermenêutica de textos religiosos e clássicos (formação) as UC são mais próximas, e pode-se até dizer que nelas tiveram origem, das corporações de ofício (Beck e Teixeira, 2019), de práticas manuais e mecânicas, com enfoque na qualificação e competências técnicas (capacitação).

O conhecimento nesses tempos de globalização, assim como as relações trabalho e Educação, são fortemente marcados pela influência neoliberal, inclusive via meios de comunicação, pois, se “[...] não há discurso sem sujeito nem sujeito sem ideologia” (Orlandi, 2011, p. 28), então não há discurso sem ideologia. A Educação nas UC não mais é direcionada para humanizar as condições de trabalho e/ ou o para dar oportunidade ao desenvolvimento do ser humano (Educação plena), mas antes para manter e reproduzir os meios de produção e inovar as condições de lucro.

Embora não seja o objetivo desse trabalho o aprofundamento nessa análise as posturas, características comuns e sentidos encontrados nos discursos apresentados nas UC estudadas permitem apontar indícios de que as UC existem e proliferam como sintoma de um distanciamento (conteúdo, qualidade, foco, etc.) entre a formação oferecida pelas universidades tradicionais e a qualificação exigida pela realidade do mercado:



Como a grande maioria dos trabalhadores é oriunda de instituições incapazes de formá-los de maneira condizente com as exigências do mercado de trabalho, as empresas que precisam de mão-de-obra mais qualificada criam seus próprios centros de treinamento. As grandes empresas, então, desenvolvem a Educação Corporativa, embutidas nas Universidades Corporativas (Silva; Balzan, 2007, p. 250).

Oferecer a qualificação exigida pela realidade do mercado não é o objetivo principal de uma UT, entretanto, mais uma vez destaca-se a marca do neoliberalismo: “[...] é necessário destacar que na perspectiva neoliberal os sistemas educacionais enfrentam, hoje, uma profunda crise de eficiência, eficácia e produtividade, mais do que uma crise de quantidade, universalização e extensão” (Gentili, 1996, p. 12). Esse tema pode vir a ser mais explorado em algum trabalho futuro.

Nas UT devem ser garantidos a liberdade de pensamentos e o pluralismo ideológico, permitindo assim que cumpram papel crítico aos sistemas políticos e às instituições. Além de capacitar profissionais as UT devem formar cidadãos e sujeitos políticos e sociais, comprometidos com o desenvolvimento da sociedade, algo que não é a missão das UC. A UT não é um sistema fechado, isolado do contexto histórico, temporal e social, e não pode ser encarada apenas como um lugar de ensino.

[...] educar não é capacitar, nem treinar, nem informar, mas dar condições para que, em seu modo de individuação, pelo Estado, o sujeito tenha a ‘formação’ (conhecimento/saber) necessária para poder constituir-se em uma posição sujeito que possa discernir, e reconhecer, os efeitos de sua prática na formação social de que faz parte (Orlandi, 2014, p. 167).

As UC têm sua sustentação totalmente marcada pela ideologia neoliberal, se colocando como novo espaço de formação profissional e buscando se diferenciar dos antigos departamentos de RH e centros de treinamento, promovendo a cultura organizacional de cada empresa, desqualificando a formação acadêmica tradicional e, mais profundamente, atuando como fragmentadora do sentido de pertencimento de classe. “Temas sociais não são irrelevantes ou assuntos a serem esquecidos. Só que as iniciativas para lidar com eles devem emanar de outro segmento da empresa” (Castro; Éboli, 2013, p. 411).

Os conceitos por trás das UT passam a ser ressignificados, havendo uma apropriação e um esvaziamento do termo universidade, sendo então as UC colocadas como as grandes parceiras dentro de processo de meritocracia. Também as UC exercem um controle sobre o processo de aprendizagem, produção, disseminação, avaliação e descarte do conhecimento, restringindo o acesso ao conhecimento produzido fora da organização e ao pensamento crítico (Brito; Castro, 2019), com o que concordam os autores:

[...] essas UCs desenvolvem suas atividades para viabilizar os conhecimentos requeridos pelo setor produtivo da empresa, excluindo qualquer tipo de disciplina que possa abranger uma formação mais humanística, que forneça ao aluno condições de análises e leituras políticas e sociais (Silva; Balzan, 2007, p. 235).

Por fim, as análises realizadas permitiram concluir que os objetivos do trabalho de comparar as características das UC com as UT e investigar se grandes UC no Brasil buscam a formação dos indivíduos ou apenas sua capacitação para o mercado de trabalho (objetivo geral), e descrever as UC; conhecer seu funcionamento e os métodos de ensino utilizados; avaliar se e como atuam no trinômio ensino, pesquisa e extensão; analisar como se classificam e se



posicionam com relação às concepções, teorias/ correntes pedagógicas e, por fim, comparar a capacitação oferecida com os conceitos de formação humana, Educação plena e neoliberalismo (objetivos específicos) foram atendidos.

Neste ponto é necessário reforçar, para evitar conclusões resultantes de uma visão rasa e compartimentalizada de um tema complexo, que todo esse trabalho utilizou como objeto de comparação, contra as UC reais, uma UT idealizada, que emerge das regulamentações, conceitos e teorias, mas que não necessariamente se reflete na realidade atual das instituições de ensino superior no Brasil. Partindo-se dessa premissa algumas considerações chamam a atenção: o fato de ter universidade na denominação não aproxima as UC de algo parecido com uma universidade, nem mesmo com um centro universitário, as UC parecem estar mais próximas do modelo de faculdade isolada do que de uma universidade, e não se deve solidificar uma dicotomia entre UC e UT pois, mesmo essas, atualmente, são bastante voltadas à ideologia e à racionalidade neoliberal. Esses temas podem vir a ser mais explorados e aprofundados em trabalhos futuros.

Por fim: a hipótese do trabalho de que as UC têm foco exclusivo em capacitação e acultramento e não atendem ao princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão (Brasil, 1998), e também a hipótese de que as UC têm foco apenas na capacitação, renunciando aos demais objetivos da Educação: pleno desenvolvimento e exercício da cidadania (Brasil, 1998) se confirmaram pela observação dos casos estudados.

Concluindo, conforme expõem os autores:

Ao se utilizar da universidade para os seus propósitos, as empresas 'colam' aquela a sua própria imagem, ao mesmo tempo que a desqualifica. Esse processo de desqualificação procede do desmonte do Estado Social e faz com que a população desvalorize a coisa pública e 'entenda' a iniciativa privada como a promotora das possibilidades de resgate da cidadania e consequente melhoria na qualidade de vida (Ramos; Santos, 2008, p. 287).

### Referências:

ALPERSTEDT, Cristiane. Universidades corporativas: discussão e proposta de uma definição. *Revista de Administração Contemporânea*, Rio de Janeiro, v. 5, n. 3, set/dez, p. 149-165, 2001.

ALTHUSSER, Louis. *Ideologia e aparelhos ideológicos de Estado*. Lisboa-Portugal: Presença/ Martins Fontes, 1980. 120 p.

BECK, Maurício; TEIXEIRA, Karoline da Cunha. Do mesmo e do diferente: das corporações de ofício às universidades corporativas. *Entremeios*, Pouso Alegre, vol. 20, Especial, Dossiê "Língua, discurso e trabalho na contemporaneidade", p. 101-110, 2019.

BRANCO, Alessandra Rosa. O perfil das universidades corporativas no Brasil. *RAM - Revista de Administração Mackenzie*, São Paulo, v. 7, n. 4, p. 99-120, 2006.

BRASIL. Constituição (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília, 05 de outubro de 1988. Disponível em: <https://normas.leq.br/?urn=urn:lex:br:federal:constituicao:1988-10-05;1988>. Acesso em: 20.03.2023.



\_\_\_\_\_. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. *Diário Oficial da União*, Brasília, 20 de dezembro de 1996.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. *Base Nacional Comum Curricular*. Brasília, 2019.

Disponível em:

[http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/implementacao/contextualizacao\\_temas\\_contemporaneos.pdf](http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/implementacao/contextualizacao_temas_contemporaneos.pdf). Acesso em: 29.12.2023.

CARVALHO, José Sérgio Fonseca de. O conceito de ensino. *Revista Ensino Superior*, São Paulo, 10/ 09/ 2011. Disponível em: <https://revistaensinosuperior.com.br/2011/09/10/o-conceito-de-ensino/>. Acesso em: 20.12.2023.

CASTRO, Cláudio de Moura; EBOLI, Marisa. Universidade Corporativa: gênese e questões críticas rumo à maturidade. *Revista de Administração de Empresas*, São Paulo, v. 53, p. 408-414, 2013.

COSTA, Maria Isabel Sanches; IANNI, Aurea Maria Zölner. *O conceito de cidadania. Individualização, cidadania e inclusão na sociedade contemporânea: uma análise teórica*. São Bernardo do Campo: Editora UFABC, 2018. 122 p.

DE OLIVEIRA, Rosilene Batista. Pensando os objetos no ensino a partir dos estudos Foucaultianos. *Educação e Fronteiras*, Dourados, v. 6, n. 17, p. 176-189, 2016.

DEWEY, John. *Democracia e educação: introdução à filosofia da educação*. 4 ed. São Paulo: Nacional, 1979. 416 p.

FORPROEX, Fórum de pró-reitores das instituições públicas de educação superior brasileira. *Conceito de extensão, institucionalização e financiamento*. Brasília, 1987. Disponível em: <https://www.ufmg.br/proex/renex/images/documentos/1987-I-Encontro-Nacional-do-FORPROEX.pdf>. Acesso em: 30.11. 2023.

FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria. Educação básica no Brasil na década de 1990: subordinação ativa e consentida à lógica do mercado. *Educação & Sociedade*, Campinas, v. 24, n. 82, p. 93-130, 2003.

GATTI, Bernadete Angelina. A construção metodológica da pesquisa em educação: desafios. *Revista Brasileira de Política e Administração da Educação*. Brasília, v. 28, n. 1, p. 13-34, 2012. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/rbpaee/article/view/36066>. Acesso em: 30.11. 2023.

GENTILI, Pablo. Neoliberalismo e educação: manual do usuário. In: SILVA, Tomaz Tadeu da; FRIGOTTO, Gaudêncio; MOREIRA, Antônio Flávio Barbosa; GENTILI, Pablo; SACRISTÁN, José Gimeno. *Escola S.A.: quem ganha e quem perde no mercado educacional do neoliberalismo*. Brasília: CNTE, 1996. p. 9-49.

GODOY, Arilda Schmidt. Pesquisa qualitativa: tipos fundamentais. *Revista de Administração de Empresas*, São Paulo, v. 35, p. 20-29, 1995.



KUENZER, Acácia Zeneida; GRABOWSK, Gabriel. A produção do conhecimento no campo da educação profissional no regime de acumulação flexível. *Holos*, Natal, v. 6, p. 22-32, 2016.

LIBÂNEO, José Carlos. As Teorias Pedagógicas Modernas Revisitadas pelo Debate Contemporâneo na Educação. In LIBÂNEO, José Carlos; SANTOS, Akiko (org.). *Educação na era do conhecimento em rede e transdisciplinaridade*. São Paulo: Alínea, 2005. p. 19-62. Disponível em: <https://www.fc.lar.unesp.br/Home/Graduacao/Espacodoaluno/PET-ProgramadeEducacaoTutorial/Pedagogia/capitulo-libaneo.pdf>. Acesso em: 15.12.2023.

MARTINS, Herbert Gomes. *Estudo da trajetória das universidades corporativas no Brasil*. 2004. Tese (Doutorado em Engenharia de Produção) - UFRJ, Rio de Janeiro, 2004.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). *Pesquisa Social. Teoria, método e criatividade*. 21 ed. Petrópolis: Vozes, 2002. 108 p.

MONTEIRO, Waleska de Fátima. A metodologia neoclássica da teoria do capital humano: Uma análise sobre Theodore Schultz e Gary Becker. *Revista de Economia do Centro-Oeste*, Goiânia, v. 2, n. 1, p. 40-56, 2016.

ORLANDI, Eni Puccinelli. A análise de discurso e seus entre-meios: notas a sua história no Brasil. *Cadernos de Estudos Linguísticos*, Campinas, v. 42, p. 21-40, 2011.

\_\_\_\_\_. Formação ou capacitação? Duas formas de ligar sociedade e conhecimento. In: FERREIRA, Eliana Lúcia; ORLANDI, Eni Puccinelli (org.). *Discursos sobre a inclusão*. Niterói: Intertexto, 2014. p. 143-186.

PEREIRA, Diego Henrique. A “nota 10” enquanto efeito de plenitude: Movimentos entre Educação e Memória Discursiva. *Revista Recorte*, Três Corações, v. 18, n. 2, p. 29-40, 2022.

RAMOS, Giovane Saionara; SANTOS, Aparecida de Fátima Tiradentes dos. Valer (vá ler?): formação de trabalhadores sob a ideologia do mercado na universidade corporativa da Vale. *Trabalho, Educação e Saúde*, Rio de Janeiro, v. 6, p. 283-302, 2008.

SAVIANI, Dermeval. As concepções pedagógicas na história da educação brasileira. Texto elaborado no âmbito do projeto de pesquisa “O espaço acadêmico da pedagogia no Brasil”, financiado pelo CNPq, para o “projeto 20 anos do HISTEDBR”, Campinas, v. 20, p. 21-27, 2005. Disponível em: [https://histedbrantigo.fe.unicamp.br/navegando/artigos\\_pdf/Dermeval\\_Saviani\\_artigo.pdf](https://histedbrantigo.fe.unicamp.br/navegando/artigos_pdf/Dermeval_Saviani_artigo.pdf). Acesso em: 01.12.2023.

SCARAMUZZA, Bruno Cezar. *Universidade corporativa: educação continuada e mediação tecnológica*. 2015. Dissertação (Mestrado em Metodologias para o Ensino de Linguagem e suas Tecnologias) - UNOPAR, Londrina, 2015. Disponível em: <https://repositorio.pgskroton.com/bitstream/123456789/852/1/Universidade%20corporativa%20educa%C3%A7%C3%A3o%20continuada%20e%20media%C3%A7%C3%A3o%20tecnol%C3%B3gica.pdf>. Acesso em: 18.11.2023.



SCHULTZ, Theodore William. *O Capital Humano*. Rio de Janeiro: Zahar, 1973. 250 p.

SEVERINO, Antonio Joaquim. *Metodologia do Trabalho Científico*, São Paulo: Cortez, 2013. 274 p.

SILVA, Marco Wandercil da; BALZAN, Newton César. Universidade Corporativa: (Pré-) tendência do Ensino Superior ou ameaça?. *Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior*, Campinas, v. 12, p. 233-256, 2007.

UNESCO. *Educação: Um tesouro a descobrir Relatório para a UNESCO da Comissão Internacional sobre Educação para o século XXI*. São Paulo: Cortez, 1996. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/ue000009.pdf>. Acesso em: 19.12.2023.



ORGANIZAÇÃO



Programa de Pós-graduação em  
**Educação, Conhecimento  
e Sociedade** Mestrado e Doutorado • UNIVÁS



## VIVÊNCIAS DE ALÉM-MAR: RELATOS DE UM INTERCÂMBIO EM VILA REAL, PORTUGAL

**Luís Carlos Negri**

(PPGEduCS / Univás - IFSULDEMINAS – Campus Inconfidentes)

**Atílio Catosso Salles**

(PPGEduCS / Univás)

**Resumo:** Este resumo vem descrever ações e vivências desenvolvidas durante a minha participação no Programa de Doutorado Sanduíche no Exterior (PDSE), como parte da pesquisa de doutorado em curso. Por meio dessas ações, a intenção era investigar como (e se) o tema da pesquisa ou temas correlatos afetam os seres de outras localidades, além de avaliar o processo da própria pesquisa.

**Palavras-chave:** Teatro do Oprimido; Corporeidade; Pedagogia do Teatro.

### Introdução:

Desde o ano de 2021, venho desenvolvendo minha pesquisa doutoral ligada ao Programa de Pós-Graduação em Educação, Conhecimento e Sociedade (PPGEduCS), na Área de Concentração em Educação, Conhecimento e Sociedade e Linha de Pesquisa em Ensino, Linguagem e Formação Humana da Universidade do Vale do Sapucaí (Univás). Sob a orientação do Prof. Dr. Atílio Catosso Salles, a pesquisa intitulada “Experimentações no / do Corpo a partir da relação entre Arte e Educação” tem como objetivo compreender como a Educação, numa relação intrincada com a Arte, pode fomentar nos seres humanos o interesse por temas que reflitam a sua própria humanidade, buscando sempre instigar nos sujeitos a produção do conhecimento de si e sobre o mundo à sua volta.

Como terceira etapa de nosso processo de pesquisa havia a intenção de promover intercâmbios de informações relacionadas ao tema, com outras instituições de ensino. Dentro deste desejo, abria-se, inclusive, a possibilidade da realização de um doutorado-sanduíche. E, foi assim, que após a aprovação no processo de seleção do Edital nº 30/2023 (PDSE / CAPES), com o Plano de Pesquisa em mãos, parti para as terras de além-mar, processo que será descrito por meio deste resumo.

### Metodologia:

Como parte da pesquisa de doutorado, então em curso, foi proposto, uma espécie de estágio doutoral, com um intercâmbio de informações relacionadas ao tema. Nesse sentido, a intenção era compartilhar a investigação em processo por meio de práticas artísticas, oficinas, rodas de conversa, participações em aulas e eventos, e, por meio dessas ações, investigar como (e se) o tema da pesquisa ou temas correlatos afetam os seres de outras localidades. Por meio desse intercâmbio seria possível, inclusive, avaliar o processo da própria pesquisa, vivenciando, na prática, as contribuições da mesma para os membros do grupo e para o público externo.

A decisão por desenvolver as atividades em Portugal, e de forma mais específica na cidade de Vila Real, além da escolha do coorientador no exterior, Prof. Dr. Armando Paulo Ferreira Loureiro, e da Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro (UTAD), fez-se pela proximidade das linhas e interesses de pesquisa da instituição de destino com as que já vem



sendo desenvolvidas na instituição de origem. Dentro do Programa de Pós-Graduação em Educação, Conhecimento e Sociedade, e especificamente dentro do projeto de pesquisa, há o interesse pelas aproximações entre a Educação, a Arte e a Sociedade, e, percebe-se na linha de pesquisa do coorientador e nas ações que são desenvolvidas dentro da UTAD possíveis correlações.

Tudo isso posto, após a chegada em Vila Real e com as devidas acomodações, foi feita uma conversa inicial com o meu coorientador e foram traçadas algumas ações. A primeira delas foi a apreciação dos Planos de Estudos das seguintes Licenciaturas: a Licenciatura em Animação Sociocultural, a Licenciatura em Educação Básica e a Licenciatura em Teatro e Artes Performativas. Na sequência, surgiu o primeiro convite para participar de uma das aulas do curso de Licenciatura em Educação Básica: a disciplina em questão era Expressão dramática II e na referida aula deram-se as Apresentações dos Projetos Coletivos Artístico-Pedagógicos dos alunos.

A minha segunda inserção se fez na disciplina Expressão Dramática e Animação Teatral do curso de Licenciatura em Animação Sociocultural. Desta vez, por meio de um contato anterior via e-mail, a professora havia pedido que eu preparasse uma oficina de até 90 minutos, para que pudesse fazer uma intervenção em suas aulas. A ideia era apresentar, de forma prática, o contexto da minha pesquisa aos alunos, e, assim, foi preparada a Oficina *Testemunhas da realidade por meio do Teatro do Oprimido*, cujo objetivo geral foi o de revisitar e experienciar práticas que estimulasse uma nova interpretação da realidade posta. Por meio da metodologia do Teatro do Oprimido de Augusto Boal, buscamos criar um espaço que pudesse propiciar o diálogo, a reflexão e o autorreconhecimento dos participantes, na perspectiva de uma educação transformadora, agente de mudança, capaz de romper fronteiras. Para isso, foram realizadas algumas vivências em contato com obras de arte (músicas e clipes), para criar um ambiente de discussão e problematização dos tempos atuais e da realidade do entorno dos participantes.

Em busca do caráter extensionista, tão latente em todo o nosso percurso de pesquisa, nos colocamos em contato com a ABRAVIR (Associação de Brasileiros do Distrito de Vila Real) e logo surgiu o convite para ministrar também a oficina *Testemunhas da realidade por meio do Teatro do Oprimido*, no Espaço Igualdade, sede da associação. Dentre os onze participantes presentes contamos com uma maioria de brasileiros, além de duas portuguesas e uma integrante natural de São Tomé e Príncipe. As idades dos inscritos variavam entre 17 e 65 anos, com grande maioria compondo a faixa dos maiores de 50 anos. Grande parte deste público era membro integrante da ABRAVIR, mas haviam pessoas de outros segmentos da comunidade, tais como estudantes da UTAD, uma docente da UTAD, um jornalista e outros membros da comunidade em geral.

Ao final da oficina, viria o convite para a minha última ação do doutorado-sanduíche: ministrar mais uma vez a oficina *Testemunhas da realidade por meio do Teatro do Oprimido*, desta vez no Estabelecimento Prisional de Vila Real. Se ansiava, no processo de estágio doutoral que vim pleitear, por atingir públicos diferentes e fomentar a ampliação dos olhares e dos corpos para a questão dos oprimidos, haveria melhor forma de encerrar este percurso?

Assim, a partir das vivências expostas anteriormente, surgiram algumas reflexões que serão apontadas brevemente a seguir.

### **Resultados e discussão:**

Um elemento que nos chama a atenção logo de cara, assim que nos dedicamos à apreciação do Plano de Curso da Licenciatura em Educação Básica da UTAD foi a presença constante da Arte no currículo dos cursos. Foi uma grata surpresa, mas infelizmente não



podemos ter a mesma constatação ao apreciar os currículos das Licenciaturas em Pedagogia no Brasil.

Essa discussão sobre o lugar das Artes no processo de formação dos professores não é nova e muito menos perpassa por uma conclusão única e unânime entre os pensadores do assunto. A autora Anna Rita Ferreira de Araújo em seu artigo intitulado *Os cursos de Pedagogia e o ensino da arte: aspectos legais e históricos* afirma que “Estamos em uma encruzilhada histórica. Ainda com perguntas sem respostas definitivas, mas instigadoras do nosso pensar” (2015, p. 53).

Não pretendemos, ao levantar essa discussão, produzir juízo de valores ou dizer que as relações entre Arte e Educação se fazem de forma mais concreta e efetiva em Portugal do que aqui no Brasil, até porque não somos ingênuos a ponto de acreditar que tais problemas já tenham sido sanados por lá. Pelo contrário, sabemos que infelizmente essas (e outras) divergências e discrepâncias no campo educacional tem se estendido cada vez mais numa escala global, frutos de um pensamento que pretende enquadrar a educação num contexto competitivo e mercadológico. Se no Brasil podemos sentir percalços no tocante a este assunto, outrossim, em Portugal nem tudo são flores, e, muito disso se deve às profundas marcas impressas pela prolongada ditadura salazarista no desenvolvimento humano de seu território.

Um último ponto de discussão se faz quando analisamos o clima que se instaurou no decorrer das oficinas: percebemos os participantes da oficina expondo as suas ideias e reflexões, o que instaurou um clima de interlocução entre os presentes. Foi possível notar a quebra da configuração disciplinante de sala de aula, palestra, ou qualquer outra ação que remeta a apreensão unilateral do conhecimento: olhos que se olham, ouvidos que se ouvem, e mãos que registram elucubrações silenciosas, em que se faz possível perceber múltiplas formas de apreensão dos sentires; colocação do educador-educando no mesmo nível dos educandos-educadores, num processo de instauração dessa educação dialógica. Nesse sentido, nos fala Freire que “a educação é comunicação, é diálogo, na medida em que não é a transferência de saber, mas um encontro de sujeitos interlocutores que buscam a significação dos significados” (2013, p. 59).

### **Considerações finais:**

A riqueza desse momento de intercâmbio em um contexto diverso é muito latente em nosso processo, afinal, vai de encontro com um de nossos anseios desde a organização desse projeto: investigar como (e se) o tema da pesquisa ou temas correlatos afetam os seres também de outras localidades e avaliar o processo da própria pesquisa. Retomando um momento de discussão ao final da oficina, alguns alunos “reconheceram e expressaram, ainda, a formação de um novo olhar para com a sociedade, relatando, inclusive, que certamente terão um novo pensamento e uma nova atitude toda vez que presenciarem qualquer tipo de opressão”, o que nos confirma a importância da prática.

Aqui reside o poder e a beleza de práticas que envolvam a Arte e a Educação: ao propor experiências que acessem o mais íntimo, singular e pessoal do sujeito, estas podem atuar como instrumento de transformação de suas realidades.

### **Referências:**

ARAÚJO, Anna Rita Ferreira de. Os cursos de Pedagogia e o ensino da arte: aspectos legais e históricos. **Trama Interdisciplinar**. São Paulo, v. 6, n. 2, p. 37-58, mai./ago. 2015.

BOAL, Augusto. **A estética do oprimido**. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.



\_\_\_\_\_. **Jogos para atores e não atores**. 16. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

\_\_\_\_\_. **Teatro do Oprimido e outras poéticas políticas**. 1. ed. São Paulo: Editora 34, 2019.

FREIRE, Paulo. **Extensão ou comunicação?** [recurso eletrônico] 1. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2013.

\_\_\_\_\_. **Pedagogia do oprimido**. 85. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2023.



ORGANIZAÇÃO



Programa de Pós-graduação em  
**Educação, Conhecimento  
e Sociedade** Mestrado e Doutorado • UNIVAS

